

ANISTIA
INTERNACIONAL



INFORME 2013 - ANISTIA INTERNACIONAL
O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO



Mulher chora após sua casa ser demolida no bairro de Yangji, município de Guangzhou, na província de Guangdong, China. Remoções repentinas e violentas foram executadas extensamente, quase sempre depois de ameaças e hostilidades contra os moradores.





Lápides colocadas pelos ativistas da Anistia Internacional durante a Conferência da ONU relativa ao Tratado sobre o Comércio de Armas, realizada em Nova York, nos EUA, em julho de 2012. A ação visava a conscientizar sobre os efeitos do comércio desregulado de armas.



**2000
PEOPLE
KILLED
BY ARMS
EVERY DAY**

**2000
PEOPLE
KILLED
BY ARMS
EVERY DAY**

ANISTIA INTERNACIONAL

A Anistia Internacional é um movimento mundial com mais de 3 milhões de apoiadores, membros e ativistas que se mobilizam para que os direitos humanos reconhecidos internacionalmente sejam respeitados e protegidos. Trabalhamos por um mundo em que cada pessoa possa desfrutar de todos os direitos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outras normas internacionais pertinentes.

A missão da Anistia Internacional é desenvolver pesquisas e ações para prevenir e pôr fim aos abusos mais graves contra todos os direitos humanos: civis, políticos, sociais, culturais e econômicos. Desde a liberdade de expressão e de associação até a integridade física e mental, e desde a proteção contra a discriminação até o direito à moradia – esses direitos formam um todo indivisível.

A Anistia Internacional é financiada, sobretudo, por seus membros e por doações privadas. Fundos governamentais não são aceitos nem buscados para investigar ou para fazer campanhas contra abusos dos direitos humanos. A Anistia Internacional é independente de quaisquer governos, ideologias políticas, interesses econômicos ou religiões.

A Anistia Internacional é um movimento democrático cujas decisões políticas mais importantes são tomadas por representantes de todas as seções nacionais durante as assembleias do Conselho Internacional, que se reúne a cada dois anos. Os atuais membros do Comitê Executivo Internacional, eleitos pelo Conselho para que implementem suas decisões, são: Bernard Sintobin (Bélgica, Flandres – tesoureiro internacional), Guadalupe Rivas (México – vice-presidente), Julio Torales (Paraguai), Nicole Bieske (Austrália), Pietro Antonoli (Itália – presidente), Rune Arctander (Noruega), Sandra S. Lutchman (Países Baixos) and Zuzanna Kulinska (Polônia).

Unidos contra a injustiça, trabalhamos juntos pelos direitos humanos.

Publicado em 2013
originalmente em inglês por
Anistia Internacional
Secretariado Internacional
Peter Benenson House
1 Easton Street
Londres WC1X 0DW
Reino Unido

Tradução: Galeno Faé de Almeida
Revisão gramatical: Susana Azeredo
Diagramação: Niura Fernanda

Índice AI: POL 10/001/2013

© Amnesty International 2013

Anistia Internacional Brasil
Praça São Salvador, 5-Casa,
Laranjeiras, CEP 22.231-170,
Rio de Janeiro - RJ
email: contato@anistia.org.br

Gráfica J. Sholna
R. Bonfim, 397 - São Cristóvão
CEP 20930-450
Rio de Janeiro - RJ

ISBN: 878-86210-483-2

www.anistia.org.br

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta
publicação poderá ser
reproduzida, armazenada
em sistema de recuperação
ou transmitida, em qualquer
formato ou por qualquer
meio eletrônico, mecânico,
por fotocópia, gravação
e/ou outros, sem a
autorização prévia
dos editores.

www.amnesty.org

ANISTIA
INTERNACIONAL



INFORME 2013 – ANISTIA INTERNACIONAL **O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO**

Este relatório abrange o período
entre janeiro e dezembro de 2012.

Jovem refugiada malinesa no campo de refugiados de Tinfaguate, na região de Ayorou, no Níger, abril de 2012. Ela levou um tiro no braço ao tentar proteger sua filha durante um ataque das milícias contra seu vilarejo.



Sobre a AI
Abreviaturas

PARTE I

Introdução

Os direitos humanos não
conhecem fronteiras/13

PARTE II

Países

Afeganistão/33
África do Sul/36
Alemanha/40
Angola/42
Arábia Saudita/44
Argentina/47
Austrália/49
Bolívia/50
Brasil/51
Canadá/55
China/57
Colômbia/61
Cuba/66
Egito/68
Espanha/72
Estados Unidos da América/75
França/79
Grécia/82
Guiné-Bissau/84
Haiti/86

Iêmen/88
Índia/92
Irã/96
Iraque/100
Israel/Territórios Palestinos Ocupados/104
Itália/108
Japão/111
Líbia/112
Mali/117
México/120
Mianmar/124
Moçambique/127
Palestina/129
Paquistão/132
Paraguai/136
Peru/137
Portugal/139
Reino Unido/140
República Democrática do Congo/143
Rússia/147
Síria/152
Somália/157
Timor-Leste/160
Tunísia/161
Turquia/165
Uruguai/168
Venezuela/169
Zimbábue/171

ABREVIATURAS

ACNUR, a agência da ONU para os refugiados	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AI	Anistia Internacional
CEDAW	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CEDEAO	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CERD	Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial
CIA	Agência Central de Informações dos EUA
CICV	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
Comitê CEDAW	Comitê da ONU para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
Comitê CERD	Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial
Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura	Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Cruéis ou Degradantes
Convenção da ONU contra a Tortura	Convenção da ONU contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes
Convenção da ONU sobre Desaparecimentos Forçados	Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados
Convenção da ONU sobre Refugiados	Convenção relativa ao Status dos Refugiados
Convenção Europeia dos Direitos Humanos	Convenção [Europeia] para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais
EUA	Estados Unidos da América
FPNU	Fundo de População das Nações Unidas
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais
ONG	Organização Não Governamental
OEА	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIDCP	Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos
PIDESC	Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos Sociais e Culturais
Relator especial da ONU sobre a liberdade de expressão	Relator especial sobre a promoção e a proteção do direito à liberdade de opinião e de expressão
Relator especial da ONU sobre a tortura	Relator especial da ONU sobre a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes
Relator especial da ONU sobre a violência contra a mulher	Relator especial sobre a violência contra a mulher, suas causas e consequências
Relator especial da ONU sobre povos indígenas	Relator especial sobre a situação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais dos povos indígenas
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
UA	União Africana
UE	União Europeia
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância



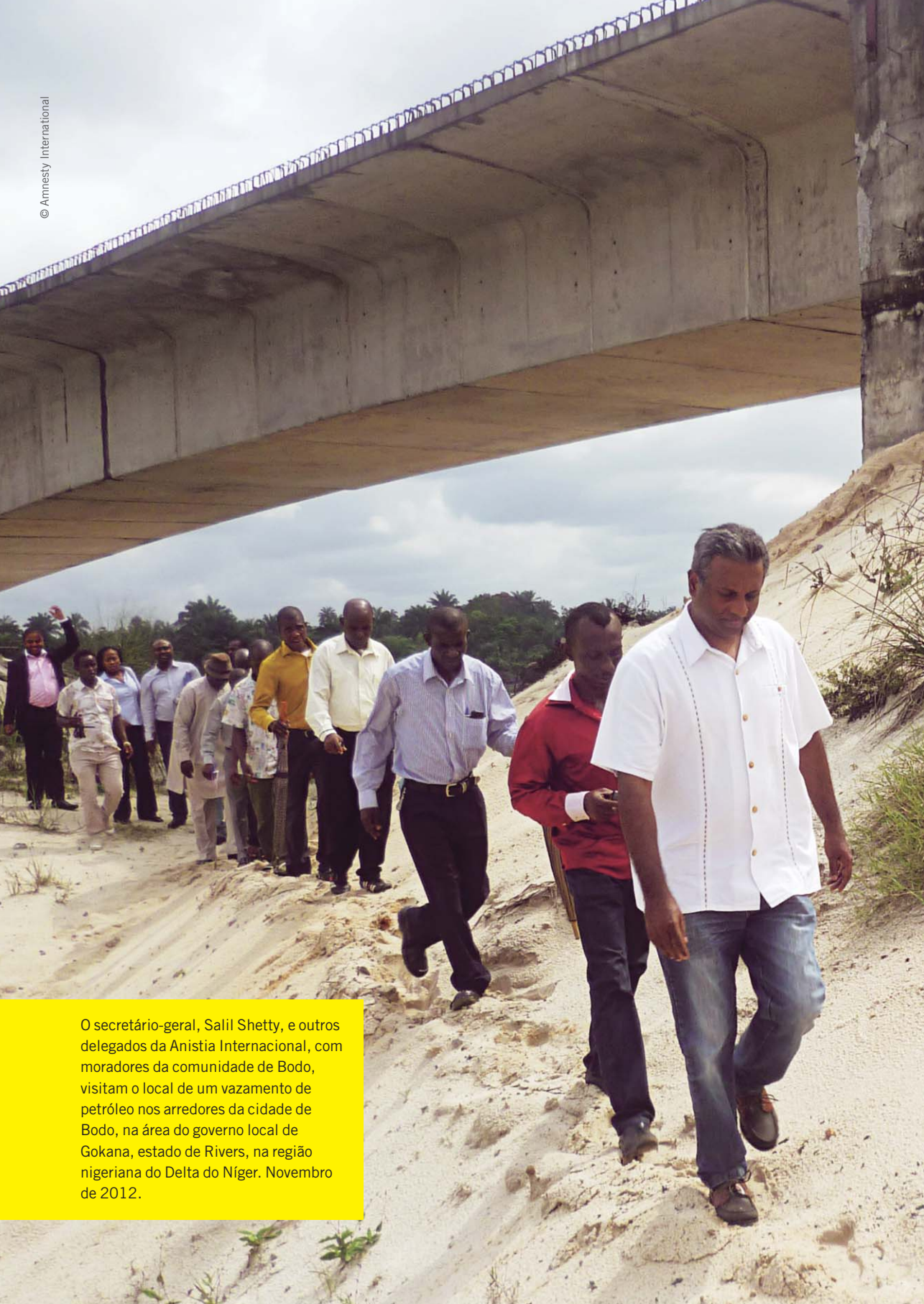
Manifestante do Bahrein com foto do ativista de direitos humanos encarcerado Nabeel Rajab. Dezembro de 2012. Defensores dos direitos humanos e outros ativistas foram hostilizados, detidos e condenados pelas autoridades, sendo vilificados pelos meios de comunicação estatais.





INFORME 2013 - ANISTIA INTERNACIONAL
PARTE UM: INTRODUÇÃO

13



O secretário-geral, Salil Shetty, e outros delegados da Anistia Internacional, com moradores da comunidade de Bodo, visitam o local de um vazamento de petróleo nos arredores da cidade de Bodo, na área do governo local de Gokana, estado de Rivers, na região nigeriana do Delta do Níger. Novembro de 2012.

OS DIREITOS HUMANOS NÃO CONHECEM FRONTEIRAS

INTRODUÇÃO
INFORME ANUAL
2013

Salil Shetty, secretário-geral

“A injustiça em qualquer lugar ameaça a justiça em todos os lugares. Estamos presos em uma rede inescapável de mutualidade, entrelaçados no tecido único do destino. Tudo o que afeta alguém diretamente afeta a todos indiretamente.”

Martin Luther King Jr, "Carta da Prisão de Birmingham", 16 de abril de 1963, EUA

No dia 9 de outubro de 2012, Malala Yousafzai, de 15 anos, foi atingida por um tiro na cabeça disparado por talibãs no Paquistão. Seu crime foi defender o direito das meninas à educação. Seu meio foi um blog. Assim como aconteceu com Mohamed Bouazizi, cujo ato em 2010 provocou uma onda de protestos que tomou o Oriente Médio e o norte da África, a determinação de Malala ultrapassou as fronteiras do Paquistão. A coragem e o sofrimento humanos, combinados ao poder das mídias sociais, livres de fronteiras, têm transformado nossa compreensão da luta por direitos humanos, igualdade e justiça e têm provocado uma mudança nos discursos sobre soberania e direitos humanos.

Nos mais diversos lugares e enfrentando sérios riscos, as pessoas tomaram as ruas e os espaços virtuais para denunciar a repressão e a violência dos governos e de outros atores poderosos. Por meio de blogs, das redes sociais e da imprensa tradicional, criaram um sentimento de solidariedade internacional, que manteve viva a memória de Mohamed e os sonhos de Malala.

Essa coragem, somada à capacidade de comunicar um anseio profundo por liberdade, justiça e direitos, assustou os detentores do poder. Declarações de apoio às pessoas que protestavam contra a opressão e a discriminação contrastavam de modo flagrante com as ações de muitos governos, que reprimiam manifestantes pacíficos e buscavam desesperadamente controlar a esfera digital – inclusive tentando recriar suas fronteiras no mundo virtual.

Afinal, para quem está no poder se valendo e abusando do conceito de soberania, como é dar-se conta de que as pessoas têm o poder de desmontar as estruturas de dominação e de lançar luz sobre os instrumentos de repressão e desinformação que eles usam para manter-se no poder? O sistema econômico, político e comercial criado pelos donos do poder costuma resultar em abusos dos direitos humanos. O comércio de armas, por exemplo, apesar de arruinar tantas vidas, é defendido por governos que usam as armas para reprimir sua própria população ou que lucram com sua venda. A justificativa é a soberania.

Soberania e solidariedade

Na busca por liberdades, direitos e justiça, precisamos repensar o conceito de soberania. O poder da soberania pode e deve originar-se quando alguém assume o controle de seu próprio destino, assim como ocorreu com os Estados que se livraram do colonialismo ou de vizinhos dominadores, ou os que se ergueram das cinzas de movimentos que derrubaram regimes repressores e corruptos. Esse é o poder positivo da soberania. Para mantê-lo vivo e conter seu lado abusivo, precisamos redefinir a soberania e reconhecer a solidariedade e a responsabilidade globais. Somos cidadãos do mundo e nos importamos com o que acontece no mundo porque temos acesso à informação e podemos optar por não ter limites.

Os Estados costumam invocar a soberania – que entendem como o controle sobre questões internas sem interferência externa – para poder fazer o que querem. Eles usam essa noção de soberania, por mais que seja ilusória, para esconder ou negar assassinatos em massa, opressão, corrupção, fome ou perseguição de pessoas por motivos de gênero.

Aqueles que abusam de seu poder e de seus privilégios, porém, já não podem mais esconder esses abusos tão facilmente. Munidas de telefones celulares, as pessoas gravam e publicam vídeos que revelam a realidade dos abusos dos direitos humanos em tempo real e que expõem a verdade por trás de retóricas hipócritas e justificativas oportunistas. Do mesmo modo, corporações e outros poderosos atores privados estão

Os Estados costumam invocar a soberania [...] para esconder ou negar assassinatos em massa, opressão, corrupção, fome ou perseguição de pessoas por motivos de gênero.

mais sujeitos ao escrutínio. Quando suas ações são desonestas ou criminosas, fica cada vez mais difícil esconder as consequências.

Operamos em uma estrutura de direitos humanos que aceita a soberania, mas que não a defende de modo inerente – principalmente depois que a doutrina da responsabilidade de proteger foi aprovada por consenso na Cúpula Mundial da ONU de 2005 e reafirmada repetidamente desde então. E é fácil ver porque: só o ano de 2012 tem evidências suficientes de governos que violaram os direitos das pessoas que eles governam.

Um componente essencial na proteção dos direitos humanos é o direito de todas as pessoas a não sofrer violência. Outro elemento crucial é a fixação de limites estritos à capacidade do Estado de interferir em nossa vida privada e familiar, o que inclui a proteção de nossas liberdades de expressão, de associação e de reunião. Inclui ainda a não interferência em nossos corpos ou no uso que fazemos deles – as decisões relativas à nossa reprodução, a nossas identidades sexuais e de gênero, bem como ao nosso modo de vestir.

Nos primeiros dias de 2012, 300 famílias foram deixadas sem teto na capital do Camboja, Phnom Penh, depois de serem despejadas com violência do local em que viviam. Poucos dias depois, cerca de 600 brasileiros que viviam na favela do Pinheirinho, no estado de São Paulo, tiveram o mesmo destino. Em março, 21 pessoas foram mortas na Jamaica em uma série de tiroteios policiais; músicos azerbaijanos foram espancados, presos e torturados em detenção; e o Mali afundou-se numa crise após um golpe de Estado.

E as violações prosseguiram: mais remoções forçadas na Nigéria; jornalistas assassinados na Somália, no México e em outros lugares; mulheres estupradas ou agredidas sexualmente dentro de casa, nas ruas ou quando exerciam seu direito de protestar; comunidades de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais proibidas de comemorar o Dia do Orgulho e seus integrantes espancados; e ativistas de direitos humanos assassinados ou encarcerados por acusações forjadas. Em setembro, pela primeira vez em mais de 15 anos, o Japão executou uma mulher. Novembro foi marcado por uma nova escalada do conflito Israel/Gaza, enquanto milhares de civis fugiam de suas casas na República Democrática do Congo quando o grupo armado Movimento 23 de Março (M23), apoiado por Ruanda, avançou sobre a capital da província de Kivu-Norte.

E então houve a Síria. No fim do ano, segundo a ONU, o número de mortos no país já passava de 60 mil e continuava a subir.

Ausência de proteção

Nas últimas décadas, a soberania do Estado – cada vez mais associada ao conceito de segurança nacional – foi usada com frequência para justificar ações contrárias aos direitos humanos. Dentro de suas fronteiras, os detentores do poder alegam que somente eles podem tomar decisões sobre as vidas das pessoas que eles governam.

Assim como seu pai, o presidente Bashar al Assad manteve-se no poder fazendo que o exército e as forças de segurança da Síria se voltassem contra a população que pedia sua renúncia. Mas há uma diferença crucial entre as duas situações. Na época do massacre de Hama, em 1982, a Anistia Internacional e outras organizações chamaram a atenção para o que estava acontecendo e trabalharam sem descanso para deter o massacre, que transcorreu praticamente sem que o resto do mundo enxergasse. Nos dois últimos anos, ao contrário, corajosos ativistas e blogueiros sírios conseguiram mostrar ao mundo diretamente o que ocorria em seu país, no mesmo instante em que os acontecimentos se sucediam.

Apesar do número crescente de mortes – e da abundância de provas dos crimes cometidos – o Conselho de Segurança da ONU mais uma vez se absteve de proteger os civis. Por quase dois anos, os militares e as forças de segurança sírias lançaram ataques indiscriminados e detiveram, torturaram e mataram pessoas que consideravam apoiadoras dos rebeldes. Um relatório publicado pela Anistia Internacional documentou o uso de 31 diferentes formas de tortura e outros maus-tratos. Os grupos armados de oposição também praticaram execuções sumárias e torturas, embora em escala bem menor. A não intervenção do Conselho de Segurança da ONU é defendida, sobretudo pela Rússia e pela China, em nome do respeito à soberania do Estado.

A noção de que nem Estados individuais nem a comunidade internacional devem agir decisivamente para proteger os civis quando governos e suas forças de segurança atacam sua própria população – a menos que ganhem alguma coisa com isso – é inaceitável. Seja quando pensamos no genocídio de 1994 em Ruanda, na população civil tâmil encurralada em uma "zona segura" letal no norte do Sri Lanka, onde milhares de pessoas morreram em 2009, nas pessoas que seguem morrendo de fome na Coreia do Norte ou no conflito da Síria, a inação em nome da soberania do Estado é indesculpável.

É dos Estados a responsabilidade maior de proteger os direitos da população que vive em seu território. Mas ninguém que acredite em justiça e direitos humanos poderá argumentar que a soberania esteja servindo a esses propósitos. Muito pelo contrário.

É preciso questionar esta noção desastrosa que combina o princípio de soberania absoluta dos Estados com o foco na segurança nacional ao invés de priorizar os direitos humanos e a segurança humana. Chega de desculpas. Está na hora de a comunidade internacional tomar uma atitude e redefinir sua obrigação de proteger os cidadãos de todo o planeta.

Nossos países têm a obrigação de respeitar, proteger e realizar nossos direitos. Muitos, porém, não cumpriram seu dever. Alguns deles, na melhor das hipóteses, tiveram uma atuação inconsistente. Apesar de todos os êxitos alcançados nas últimas décadas pelo movimento de direitos humanos – desde a libertação de prisioneiros de consciência até a proibição global da tortura e a criação de um Tribunal Penal Internacional –, essa distorção do conceito de soberania está deixando milhões de pessoas em perigo.

Guardiões e exploradores

Um dos exemplos mais cruéis dessa distorção nas últimas décadas é o tratamento que tem sido dado aos povos indígenas. Um valor essencial compartilhado por comunidades indígenas de todo o mundo é a rejeição da noção de "propriedade" da terra. Em vez de proprietários, os índios tradicionalmente se identificam como guardiões da terra que habitam. Sua rejeição ao conceito de propriedade, porém, tem lhes custado caro.

Sabe-se que muitas das terras habitadas pelos índios possuem riquezas naturais imensas. E os governos, que deveriam proteger os direitos indígenas, apropriam-se da terra para o "Estado soberano" e então a vendem, arrendam ou permitem que seja pilhada.

Em vez de respeitar o valor das comunidades como guardiãs da terra e de seus recursos, os Estados e as corporações adentram essas áreas e desalojam à força as comunidades indígenas, apoderando-se das terras ou dos direitos aos minérios nelas guardados.

No Paraguai, os índios Sawhoyamaxa passaram 2012 do mesmo modo que passaram os últimos 20 anos: alienados de suas terras tradicionais, mesmo com uma decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos reconhecendo, em 2006, seu direito a suas terras. Mais ao norte, dezenas de Primeiras Nações indígenas do Canadá continuaram se opondo à proposta de construção de um oleoduto que atravessará suas terras tradicionais para conectar as areias petrolíferas de Alberta à costa da Colúmbia Britânica.

Os governos deveriam estar aprendendo com os índios a repensar a relação que mantêm com os recursos naturais do planeta.

Numa época em que os governos deveriam estar aprendendo com os índios a repensar a relação que mantêm com os recursos naturais do planeta, as comunidades indígenas estão sendo assediadas em todo o mundo.

O que torna essa devastação ainda mais alarmante é o fato de os Estados e as corporações estarem solenemente ignorando a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que exige de forma explícita que os Estados garantam a participação plena e efetiva dos índios em todas as questões que os afetem. Quando os ativistas dos direitos indígenas tentam defender essas comunidades e suas terras, eles se tornam alvo de violências e de assassinatos.

A discriminação, a marginalização e a violência, porém, não se limitam às Américas, mas ocorrem em todo o mundo – desde as Filipinas até a Namíbia, onde, em 2012, as crianças dos povos San, Ovahimba e outras minorias étnicas enfrentaram inúmeros obstáculos que impediram seu acesso à educação. Foi o que aconteceu em Opuwo, onde as crianças Ovahimba foram obrigadas a cortar o cabelo e foram proibidas de usar suas roupas tradicionais para que pudessem frequentar as escolas públicas.

O fluxo de capital e de pessoas

A disputa por recursos é apenas um dos aspectos de nosso mundo globalizado. Outro aspecto é o fluxo de capitais que atravessa fronteiras e oceanos para chegar aos bolsos dos poderosos. É verdade que a globalização trouxe crescimento econômico e prosperidade para alguns, mas a experiência indígena agora se repete com outros povos, que estão assistindo governos e corporações beneficiarem-se da terra em que esses povos vivem e passam fome.

Na África subsaariana, por exemplo, apesar de muitos países terem apresentado crescimento significativo, milhões de pessoas continuam vivendo em uma situação de pobreza que as aproxima da morte. A corrupção e o fluxo de capitais para paraísos fiscais fora da África ainda estão entre as principais causas desse flagelo. A riqueza mineral da região continua a alimentar os negócios das corporações e dos políticos, em que ambos saem lucrando – mas muitos acabam perdendo. A falta de transparência nos acordos de concessão e a total ausência de prestação de contas faz que os acionistas das corporações e os políticos enriqueçam injustamente, enquanto as pessoas cujo trabalho é explorado, cuja terra é degradada e cujos direitos são violados simplesmente sofrem. A justiça está muito além de seu alcance.

Um outro exemplo da livre circulação de capital são as remessas de dinheiro enviadas para casa por trabalhadores migrantes em todo o mundo. Segundo o Banco Mundial, o valor das remessas desses trabalhadores para os países em desenvolvimento é três vezes maior do que o valor das remessas oficiais para a assistência internacional ao desenvolvimento. Apesar disso, em 2012, esses mesmos trabalhadores migrantes não tiveram seus direitos protegidos adequadamente nem nos seus países de origem nem nos países em que trabalham.

Em 2012, por exemplo, as agências de recrutamento no Nepal continuaram a traficar trabalhadores migrantes para serem explorados e submetidos a trabalhos forçados. As recrutadoras cobravam tarifas acima do limite imposto pelo governo, o que obrigava os trabalhadores a tomar grandes empréstimos com altas taxas de juros. Muitos migrantes foram enganados pelos recrutadores com relação aos termos e às condições de trabalho. As agências que infringiam as leis nepalesas raramente eram punidas. Com uma lei que não faz mais do que simular interesse pelos direitos das mulheres, o governo nepalês proibiu, em agosto, que mulheres com menos de 30 anos emigrassem para prestar serviços domésticos no Kuwait, no Qatar, na Arábia Saudita e nos Emirados Árabes Unidos, devido às denúncias de abusos sexuais e de outras agressões físicas nesses países. A proibição, porém, pode simplesmente aumentar os riscos para as mulheres que agora se veem forçadas a buscar trabalho por meios informais. O que o governo deveria ter feito era esforçar-se para assegurar ambientes seguros em que as mulheres pudessem trabalhar.

Uma vez que as pessoas emigram, os Estados de origem alegam que, pelo fato de não estarem mais em seu território, eles não têm qualquer obrigação para com elas. Os Estados de destino, por sua vez, alegam que, por não serem cidadãos desses países, essas pessoas não têm qualquer direito. Enquanto isso, a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros das Suas Famílias, que está disponível para assinaturas desde 1990, continua sendo uma das convenções menos ratificadas da ONU. Nenhum dos Estados que recebe imigrantes na Europa Ocidental ratificou a convenção. Ela tampouco foi ratificada por outros países com numerosas populações de imigrantes, como os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália, a Índia, a África do Sul e os Estados do Golfo.

Tal vulnerabilidade é ainda maior para os refugiados. Os mais suscetíveis dentre eles são os quase 12 milhões de pessoas apátridas que existem no mundo, um número

Os mais suscetíveis são os quase 12 milhões de pessoas apátridas que existem no mundo, um número equivalente ao dos maiores conglomerados urbanos do planeta, como Londres, Lagos ou Rio de Janeiro.

O comércio de armas também está diretamente ligado à discriminação e à violência baseada em gênero, que afetam desproporcionalmente as mulheres. O descontrole na circulação de armas tem fortes implicações para os esforços de consolidação da paz, da segurança, da igualdade de gênero e do crescimento econômico.

equivalente ao dos maiores conglomerados urbanos do planeta, como Londres, Lagos ou Rio de Janeiro. Aproximadamente 80 por cento dos apátridas são mulheres. Sem a proteção de seu Estado 'soberano', essas pessoas são os verdadeiros cidadãos do

mundo. Sua proteção, portanto, cabe a todos nós. Sua existência é o melhor argumento para que se cumpra o dever de proteger, pois as proteções dos direitos humanos devem se aplicar a todos os seres humanos, estejam eles em sua terra natal ou não.

Considera-se atualmente que essa proteção esteja subordinada à soberania do Estado. Enquanto isso, mulheres são estupradas nos campos para desabrigados por todo o Sudão do Sul. Requerentes de asilo, da Austrália ao Quênia, são trancafiados em centros de detenção ou em contêineres de metal, e centenas morrem em embarcações furadas tentando chegar a um porto seguro.

Em 2012, os barcos carregados de africanos que chegaram em apuros à costa italiana foram novamente repelidos da segurança do litoral europeu, pois os Estados reivindicam o caráter sagrado do controle de suas fronteiras. O governo australiano continuou a interceptar os barcos de refugiados e imigrantes ainda em alto-mar. A Guarda Costeira dos Estados Unidos

defendeu essa prática: "Interceptar os migrantes em alto-mar permite que eles possam ser rapidamente devolvidos aos seus países de origem sem o custoso processo que seria necessário caso conseguissem chegar aos Estados Unidos". Em todos os casos, a soberania suplantou os direitos de quem busca asilo.

Cerca de 200 pessoas morrem todos os anos tentando atravessar o deserto para chegar aos EUA – consequência direta das medidas tomadas pelo governo estadunidense para impedir que os migrantes consigam passar por locais seguros. Esses números mantiveram-se inalterados mesmo com a diminuição da imigração.

Esses exemplos são uma mostra da mais indigna omissão da responsabilidade de promover os direitos humanos – inclusive o direito à vida – e contrastam de modo flagrante com a liberdade de fluxo dos capitais que mencionamos antes.

Tais controles de imigração também contrastam cruamente com a quase livre circulação de armas convencionais – como armas leves e de pequeno porte – através de fronteiras. Centenas de milhares de pessoas foram mortas, feridas, estupradas ou forçadas a fugir de suas casas em consequência desse comércio. O comércio de armas também está

diretamente ligado à discriminação e à violência baseada em gênero, que afetam desproporcionalmente as mulheres. O descontrole na circulação de armas tem fortes implicações para os esforços de consolidação da paz, da segurança, da igualdade de gênero e do crescimento econômico. Os abusos são em parte alimentados pela facilidade com que as armas são livremente compradas, vendidas, trocadas e remetidas para todo o mundo – acabando muitas vezes nas mãos de governos abusivos e de suas forças de segurança, de senhores da guerra e de gangues criminosas. Trata-se de um negócio extremamente lucrativo – 70 bilhões de dólares ao ano –, o que explica os esforços das partes interessadas em manter esse comércio desregulado. Quando este relatório estiver sendo impresso, os principais Estados exportadores de armas estarão prestes a iniciar as negociações para um tratado sobre o comércio de armas. Nossa demanda é de que as transferências devam ser proibidas sempre que houver um risco substancial de que essas armas sejam usadas para cometer violações do direito internacional humanitário ou graves violações do direito internacional dos direitos humanos.

O fluxo de informações

Se algo positivo pode ser tirado desses exemplos é o próprio fato de termos conhecimento deles. Por meio século, a Anistia Internacional tem documentado violações dos direitos humanos em todo o mundo, utilizando todos os recursos disponíveis para impedir e prevenir abusos e para proteger nossos direitos. A globalização das comunicações está criando oportunidades que os fundadores do movimento moderno de direitos humanos jamais teriam imaginado. Existem cada vez menos coisas que os governos e as corporações podem fazer para esconderem-se atrás dos muros da 'soberania'.

Novas formas de comunicação estão entrando em nossas vidas de uma maneira arrebatadora. Desde 1985, quando foi criado o primeiro nome de domínio ponto com, até hoje, quando 2,5 bilhões de pessoas têm acesso à internet, as mudanças têm avançado a uma velocidade surpreendente. Em 1989, Tim Berners-Lee propôs que a recuperação de informações fosse parte da internet, o Hotmail nasceu em 1996, os blogs em 1999 e a Wikipedia foi lançada em 2001. Em 2004 surgiu o Facebook, seguido pelo YouTube um ano depois. Ao mesmo tempo, registrava-se o bilionésimo usuário da internet, que seria, "do ponto de vista estatístico, provavelmente uma mulher de 24 anos de Xangai". Em 2006 vieram o Twitter e a versão chinesa do site censurado da Google, o Gu Ge. Em 2008 mais pessoas usavam a internet na China do que nos Estados Unidos. Nesse mesmo ano, ativistas que trabalhavam com jornalistas colaborativos quenianos desenvolveram um site denominado Ushahidi – palavra que significa "testemunho" em swahili – criado inicialmente para mapear denúncias de

violência pós-eleitoral no Quênia, mas que, desde então, transformou-se numa plataforma utilizada em todo o mundo com a missão de "democratizar a informação".

Vivemos em um mundo repleto de informações. Os ativistas dispõem das ferramentas para fazer que as violações não permaneçam ocultas. A informação cria o imperativo de agir. Vivemos um momento crucial: continuaremos a ter acesso a essas informações ou os Estados, em conluio com outros atores poderosos, impedirão esse acesso? A Anistia Internacional quer assegurar-se de que todos disponham das ferramentas para acessar e compartilhar informações, bem como para desafiar o poder e a soberania quando mal usados. Com a internet, é possível construirmos um modelo de cidadania global. A rede é um contraponto aos conceitos de 'soberania' e de 'direitos dependentes de cidadania'.

Podemos exigir que os Estados garantam que todas as pessoas que eles governam tenham acesso significativo ao mundo digital.

A ideia que Martin Luther King Jr expressou de modo tão eloquente ao falar de uma "rede inescapável de mutualidade" e de um "tecido único do destino" foi abraçada e professada por muitos grandes pensadores e defensores de direitos que vieram antes e depois dele. Agora chegou a hora de integrá-la ao nosso próprio modelo de cidadania internacional. O conceito africano de 'Ubuntu' exprime essa ideia de maneira mais clara: "Eu sou porque nós somos".

Ubuntu é a conexão que une a todos nós, é não permitir que fronteiras, muros, oceanos e retratos de inimigos como sendo "o outro" poluam nosso sentimento natural de justiça e de humanidade. Neste momento, o mundo digital nos conecta a todos por meio da informação.

Empoderamento e participação

É simples: o caráter aberto do mundo digital equilibra o jogo e permite que muito mais pessoas tenham acesso às informações de que precisam para desafiar governos e corporações. Temos um instrumento que incentiva a transparência e a prestação de contas. Informação é poder. A internet tem o potencial de empoderar significativamente todos os sete bilhões de pessoas que hoje habitam o planeta. É uma ferramenta que nos permite enxergar, documentar e contestar abusos contra os direitos humanos onde quer que aconteçam. Permite-nos compartilhar informações de modo que trabalhemos juntos na solução de problemas, na promoção da segurança humana e no desenvolvimento das pessoas, realizando a promessa dos direitos humanos.

O abuso da noção de soberania do Estado é o contrário disso. Trata-se de erguer muros, de controlar as informações e a comunicação e de esconder-se atrás de leis de segredo

de Estado e de outras formas de concessão de privilégios. O discurso usado para legitimar a necessidade de soberania é o de que as ações que os governos decidem tomar não competem a ninguém além do próprio governo – contanto que o governo atue dentro de suas fronteiras, não se pode contestá-lo. São os poderosos exercendo seu poder sobre quem não o tem.

O poder e as possibilidades do mundo digital, porém, são imensos. E como a tecnologia tem valor neutro, essas possibilidades podem tanto propiciar ações que sejam condizentes com a construção de sociedades que respeitem os direitos humanos, quanto ações que sejam contrárias a esses direitos.

Para a Anistia Internacional, cuja história fundamenta-se na defesa da liberdade de expressão, é interessante perceber o que os governos fazem quando não conseguem controlar essa liberdade e decidem manipular o acesso à informação. Em nenhuma outra circunstância isso é tão evidente quanto nas ações judiciais e nas hostilidades contra blogueiros nos mais diversos países, desde o Azerbaijão até a Tunísia, desde Cuba até a Autoridade Palestina. No Vietnã, por exemplo, blogueiros famosos como Nguyen Van Hai, conhecido como Dieu Cay, Ta Phong Tan, autora do blog “Justiça e Verdade”, e Phan Thanh Hai, conhecido como AnhBaSaiGon, foram a julgamento em setembro acusados de “fazer propaganda” contra o Estado. Foram sentenciados, respectivamente, a 12, 10 e 4 anos de prisão, com três a cinco anos de prisão domiciliar depois que saíram da cadeia. A audiência durou apenas algumas horas, e seus familiares foram hostilizados e detidos para que não pudessem assisti-la. O julgamento foi adiado por três vezes, a última porque a mãe de Ta Phong Tan havia morrido depois de atear fogo ao próprio corpo em frente a um prédio do governo para protestar contra o tratamento que sua filha estava recebendo.

Entretanto, prender pessoas que exercem seu direito à liberdade de expressão e que desafiam quem está no poder usando tecnologias digitais é apenas a primeira linha de defesa dos governos. Cada vez mais, os Estados tentam erguer barreiras de segurança (*firewalls*) em torno dos sistemas de informação e comunicação digitais. O Irã, a China e o Vietnã tentaram desenvolver um sistema que lhes permite recuperar o controle das comunicações e o acesso às informações disponíveis no mundo digital.

Ainda mais preocupante talvez seja o fato de que vários países estão testando maneiras menos óbvias de controlar a esfera digital através de vigilância em massa e de meios mais ardilosos para manipular o acesso à informação. Os Estados Unidos, que

continuam a demonstrar uma impressionante falta de respeito aos limites estabelecidos – como evidenciado pelos ataques com aviões teleguiados em várias partes do mundo – proclamaram recentemente seu direito de vigiar todas as informações armazenadas em sistema de 'nuvens' – arquivos de dados digitais na internet não vinculados a domínios territoriais. Para que fique claro, essa vigilância inclui informações que são propriedade de indivíduos ou de empresas que não são radicados nos Estados Unidos nem estão em seu território.

A batalha pelo acesso à informação e pelo controle dos meios de comunicação está só começando. O que pode fazer então a comunidade internacional para mostrar seu

respeito pelas pessoas que, de maneira tão corajosa, arriscaram suas vidas e liberdades para se mobilizar durante os levantes no Oriente Médio e no norte da África? O que podemos fazer para mostrar solidariedade a Malala Yousafzai e a todos que têm coragem de ir à luta e dizer "basta"?

Podemos exigir que os Estados garantam que todas as pessoas que eles governam tenham acesso significativo ao mundo digital – de preferência, por meio de internet de alta velocidade a preços razoáveis, seja em dispositivos móveis, como telefones celulares, seja em computadores de mesa. Assim, os

Estados estariam cumprindo um dos princípios de direitos humanos articulado no artigo 15 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais: "Gozar dos benefícios do progresso científico e de suas aplicações". Além do mais, o artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que: "Todo o homem tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de fruir de seus benefícios".

Ter acesso de qualidade à internet com certeza corresponde a desfrutar dos benefícios do progresso científico.

Muitos anos atrás, os Estados criaram um serviço postal internacional, que embora organizado em âmbito nacional, estaria interconectado a todos os outros serviços postais, criando assim um sistema de correio global. Qualquer pessoa podia escrever uma carta, comprar um selo e enviá-la para outra pessoa, praticamente para qualquer lugar do mundo. Caso o carteiro não chegasse até a porta do destinatário, havia um sistema de espera postal ou entrega geral que designava um local onde a pessoa poderia retirar a carta.

E as correspondências eram consideradas privadas – independente das fronteiras que cruzassem. Essa forma de comunicação e compartilhamento de informação, que pode até parecer curiosa no mundo de hoje, transformou a maneira que nos comunicávamos,

Conhecimento, informação e capacidade de expressão significam poder. Estados que respeitam direitos não têm medo do poder.

e foi concebida com base na presunção do direito à privacidade dessas comunicações. Ainda mais importante, os Estados se ocuparam de garantir que o serviço estivesse disponível a toda a população. E embora não reste dúvida de que muitos governos usaram seu acesso ao correio para violar correspondências privadas, eles não questionaram o princípio do direito à privacidade dessas comunicações. Em inúmeros países, esse sistema possibilitou que as pessoas compartilhassem informações e fortalecessem laços familiares e comunitários.

Atualmente, o acesso à internet é crucial para garantir que as pessoas possam comunicar-se, bem como para assegurar seu acesso à informação. Transparência, acesso à informação e a capacidade de participar de debates e decisões políticas são fundamentais para a construção de uma sociedade que respeite direitos.

Poucas ações governamentais podem ter implicações positivas tão imediatas, poderosas e abrangentes para os direitos humanos.

Todo governo do mundo terá de tomar uma decisão. Usará esta tecnologia de valor neutro para reivindicar seu poder sobre as pessoas ou a usará para empoderar e promover a liberdade das pessoas?

O advento da internet e sua penetração global – através de telefones celulares, cybercafés e computadores acessados de escolas, bibliotecas, locais de trabalho e residências – oferecem enormes possibilidades de empoderar as pessoas para que elas reivindiquem seus direitos.

O futuro que queremos

Os Estados têm a oportunidade de aproveitar este momento para assegurar que todas as pessoas sob seu governo possam usufruir da internet de modo significativo e a preços acessíveis. Podem ainda apoiar a criação de muitos outros espaços, como bibliotecas e centros comunitários, onde as pessoas tenham acesso à internet de modo gratuito ou com valor reduzido.

É essencial que os Estados certifiquem-se de que as mulheres – que constituem apenas 37 por cento das pessoas com alguma forma de acesso à internet – possam participar ativamente desse sistema de informação e, por conseguinte, das ações e decisões que estão sendo tomadas no mundo em que elas vivem. Como mostra um novo relatório produzido pela ONU Mulheres, pela Intel e pelo Departamento de Defesa dos EUA, o acesso à internet caracteriza-se por uma grande lacuna de gênero em países como Índia, México e Uganda. Isso indica que os Estados deverão conceber sistemas que permitam o acesso à internet a partir de

residências, escolas e locais de trabalho, uma vez que lugares como cibercafés são impraticáveis para aquelas mulheres que não podem sair de casa por motivos religiosos e culturais.

Os Estados também devem esforçar-se para erradicar a discriminação social e os estereótipos negativos das mulheres. Uma mulher indiana formada em engenharia contou aos autores do relatório que ela foi proibida de usar o computador, pois "temiam que, se ela o tocasse, alguma coisa poderia dar errado". Outros depoimentos mostravam que alguns maridos impediam suas esposas de usar o computador da família para elas não correrem o risco de ver algum conteúdo sexual impróprio. Esse é um dos motivos citados para explicar por que somente 14 por cento das mulheres do Azerbaijão já acessaram a internet, ao passo que 70 por cento dos homens já utilizaram a rede.

Ao reconhecer o direito das pessoas de usar a internet, os Estados estarão cumprindo suas obrigações relativas à liberdade de expressão e ao direito à informação. Contudo, isso deve ser feito de maneira que respeite o direito à privacidade.

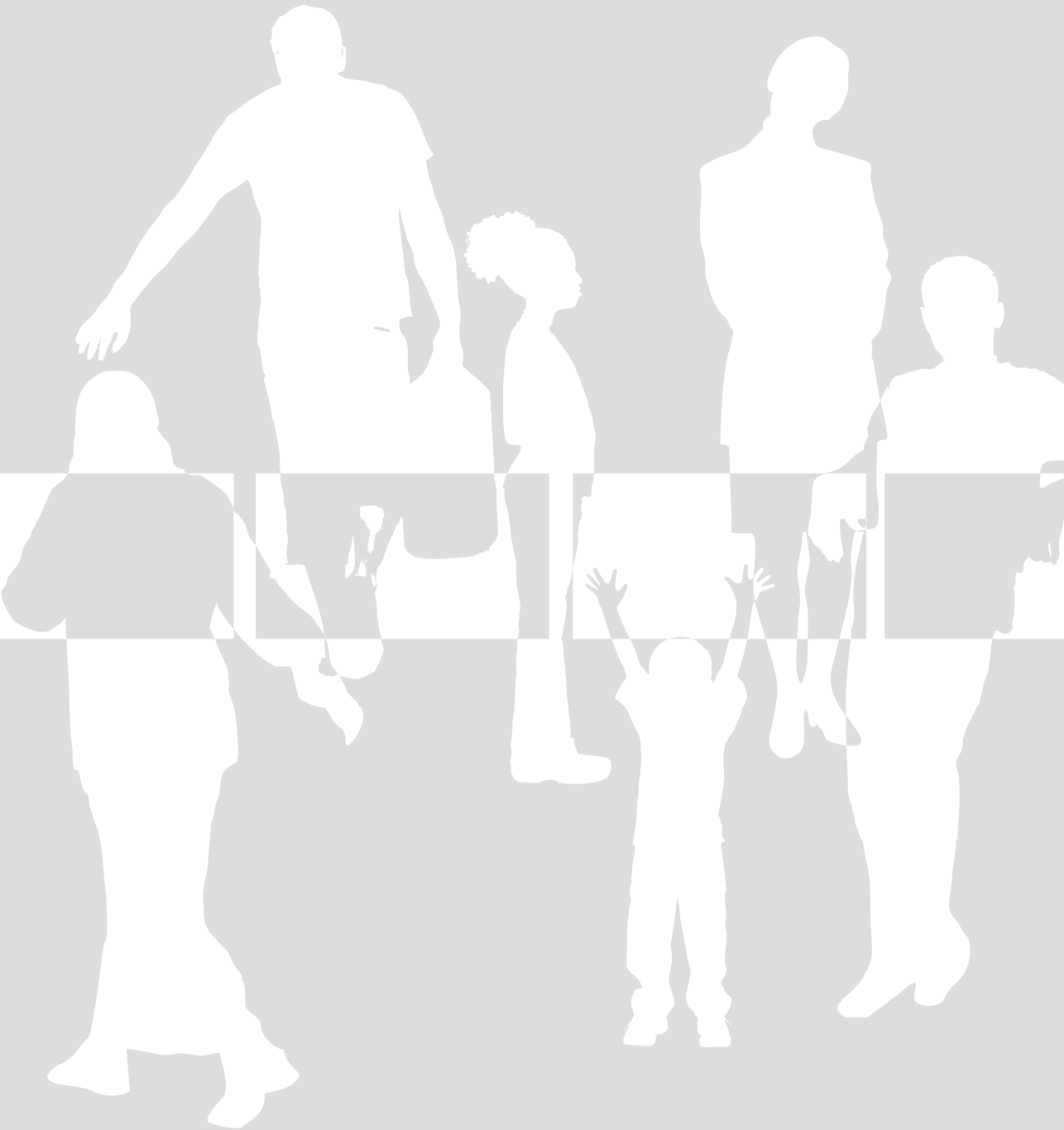
Caso contrário, estarão sendo criadas duas classes de pessoas, tanto em nível nacional quanto global: uma em que as pessoas terão acesso às ferramentas de que precisam para reivindicar seus direitos e uma em que elas ficarão para trás.

Conhecimento, informação e capacidade de expressão significam poder. Estados que respeitam direitos não têm medo do poder. Estados que respeitam direitos promovem o empoderamento. E a natureza ilimitada por fronteiras do mundo digital significa que todos nós podemos exercer a cidadania global ao usar essas ferramentas para promover o respeito aos direitos humanos tanto perto de nossa casa quanto em solidariedade a quem vive muito longe de nós.

As formas tradicionais de solidariedade podem ter um impacto muito maior quando se tornam 'virais'. Um exemplo disso foi a mobilização de milhares de ativistas em favor de 12 pessoas na 10ª campanha "Escreva por Direitos" da Anistia Internacional, uma maratona mundial de cartas realizada em dezembro de 2012. Trata-se do maior evento de direitos humanos do mundo, que, nesse último ano, incluiu e-mails, petições digitais, mensagens de texto, faxes e tweets que geraram dois milhões de ações manifestando solidariedade, dando apoio e contribuindo para a libertação de pessoas que foram presas simplesmente por suas opiniões.

Na Anistia Internacional, enxergamos na internet as mesmas promessas e possibilidades radicais que nosso fundador, Peter Benenson, vislumbrou há mais de 50 anos: de que as

peessoas possam trabalhar juntas e superar fronteiras para exigir liberdade e direitos para todos. O sonho de Benenson foi considerado uma das maiores loucuras de nosso tempo, mas muitos ex-prisioneiros de consciência devem sua vida e sua liberdade a esse sonho. Estamos prestes a criar e a realizar outro sonho que alguns podem considerar louco. A Anistia Internacional assume este desafio e conclama os Estados a reconhecer que vivemos num mundo diferente e a criar os instrumentos que empoderem toda a humanidade.



INFORME 2013 - ANISTIA INTERNACIONAL
PARTE DOIS: PAÍSES

13



Jornalistas protestam na Cidade do México contra o assassinato de três repórteres fotográficos no estado de Veracruz. Maio de 2012. No cartaz se lê: "Não se mata a verdade matando o jornalista". Pelo menos seis jornalistas foram mortos durante o ano devido ao seu trabalho. Pouco se avançou na investigação dos assassinatos.



no se mata
LA VERDAD
matando
AL PERIODISTA



AFEGANISTÃO

REPÚBLICA ISLÂMICA DO AFEGANISTÃO

Chefe de Estado e de governo:

Hamid Karzai

Milhares de civis continuaram a sofrer com os ataques seletivos e indiscriminados dos grupos armados de oposição, enquanto que as forças de segurança internacionais e nacionais também foram responsáveis por matar e ferir civis. A Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA) registrou que mais de 2.700 civis foram mortos e 4.805 foram feridos, a grande maioria – 81 por cento – por grupos armados. A tortura e outros maus-tratos foram comuns nas unidades de detenção de todo o país, apesar de alguns esforços do governo para diminuir sua incidência. A violência e a discriminação contra mulheres e meninas permaneceram intensas tanto em nível institucional quanto no seio da sociedade. O governo tentou introduzir controles mais rígidos sobre os meios de comunicação, provocando protestos de profissionais da imprensa, que continuaram sendo ameaçados e detidos pelas autoridades e por grupos armados. O persistente conflito armado obrigou mais famílias a abandonar suas casas e ainda deixa 459.200 pessoas desabrigadas dentro do Afeganistão. Muitas vivem em abrigos precários em assentamentos informais, sem acesso à água, a cuidados de saúde e à educação. Aproximadamente 2,7 milhões de refugiados continuam fora do país.

Informações gerais

Em janeiro, o Talibã concordou em abrir um escritório no Qatar para permitir a realização de negociações de paz diretas. Em março, a iniciativa enfrentou dificuldades relacionadas a uma troca de prisioneiros. No começo de novembro, as negociações entre o Paquistão e o Conselho Superior da Paz do Afeganistão resultaram na libertação de diversos líderes talibãs que estavam detidos pelo Paquistão. Em 17 de novembro, o presidente do Conselho Superior da Paz, Salahuddin Rabbani, afirmou que os oficiais do Talibã que participassem do processo de paz receberiam imunidade processual apesar do fato de alguns talibãs detidos serem suspeitos de crimes de guerra. As

mulheres integrantes do Conselho Superior da Paz continuaram à margem das principais conversações de paz.

Os Estados que participaram da Cúpula bianual da OTAN, em maio, enfatizaram a importância da participação das mulheres nos processos políticos, de paz, de reconciliação e de reconstrução do Afeganistão, bem como a necessidade de que sejam respeitados os procedimentos institucionais de proteção dos seus direitos. Enquanto isso, grupos de mulheres manifestaram preocupação com sua efetiva exclusão das conversações nacionais que trataram da transferência de responsabilidade pela segurança, que passou das forças de segurança internacionais para as nacionais. Mulheres ativistas condenaram o "código de conduta" proposto pelo Presidente Karzai, em 2 de março, estipulando que as mulheres poderiam viajar somente acompanhadas de um guardião do sexo masculino e que elas não poderiam misturar-se com os homens nos ambientes de trabalho e de educação.

Em julho, doadores internacionais reuniram-se em Tóquio, no Japão, onde se comprometeram a doar 16 bilhões de dólares em ajuda civil para o Afeganistão até 2015, com manutenção do apoio até 2017. Porém, em dezembro, a ONU informou que a ajuda humanitária havia diminuído em quase 50 por cento com relação a 2011, sendo de 484 milhões de dólares em 2012. Segundo a ONG afegã *Safety Office*, o nível de ameaças contra ONGs e trabalhadores humanitários permaneceu similar ao de 2011, com o registro de 11 incidentes de segurança causados por grupos armados e por forças de segurança pró-governo, tais como homicídios, lesões corporais e sequestros.

Em setembro, o Parlamento confirmou, sem debate, o nome de Assadulah Khalid como novo chefe do Diretório Nacional de Segurança (o serviço de inteligência afegão), apesar das denúncias de seu suposto envolvimento em atos de tortura durante seus mandatos anteriores como governador das províncias de Ghazni e Kandahar.

A Comissão Independente de Direitos Humanos do Afeganistão continuou trabalhando com carência de recursos depois que o Presidente, em uma ação polêmica, demitiu três de seus nove delegados em dezembro de 2011. Em janeiro de 2011, outro posto da Comissão já havia ficado vago quando uma delegada e sua família foram mortos em um atentado a bomba.

A

Em fevereiro, protestos violentos eclodiram quando cópias queimadas do Corão foram encontradas em uma base militar próxima a Cabul; 30 pessoas morreram nos incidentes de violência.

Abusos cometidos por grupos armados

Apesar de o código de conduta talibã de 2010 (*Layeha*) determinar que os combatentes evitem atacar civis, o Talibã e outros grupos armados continuaram a violar as leis da guerra ao matar e ferir civis de modo indiscriminado em atentados suicidas. Artefatos explosivos improvisados foram a principal causa de óbitos civis. Grupos armados elegeram como alvo e atacaram espaços públicos, civis – inclusive autoridades – considerados apoiadores do governo e funcionários de organizações internacionais.

■ Em 6 de abril, um atentado suicida com homem-bomba matou o chefe do Conselho de Paz da Província de Kunar, o *maulavi* (erudito religioso) Mohammad Hashim Munib e seu filho, quando eles voltavam para casa após as preces de sexta-feira.

■ Em 6 de junho, dois atentados suicidas com homem-bomba mataram pelo menos 22 civis e feriram outros 24 em um movimentado mercado público na província de Kandahar. O Talibã reivindicou responsabilidade pelo ataque.

■ Em 21 de junho, forças do Talibã atacaram o Hotel Spozhmay, um conhecido *resort* local, matando 12 e ferindo nove civis, durante um cerco de 12 horas ao hotel.

■ Em agosto, um menino teria sido sequestrado e decapitado pelo Talibã no distrito de Zherai porque seu irmão havia servido na Polícia Local Afegã; o Talibã negou responsabilidade.

■ Em 19 de outubro, 18 mulheres teriam sido mortas na província de Balkh quando um micro-ônibus passou em cima de uma bomba colocada na estrada.

Os grupos armados continuaram a recrutar crianças.

■ Em 26 de outubro, um homem-bomba que, segundo informações, tinha 15 anos, matou 40 civis, entre os quais seis crianças, em uma mesquita onde eles faziam as preces do Eid, na cidade de Mainmana, província de Faryab.

Abusos cometidos por forças afegãs e internacionais

Forças de segurança favoráveis ao governo continuaram a provocar a morte e ferimentos em civis,

principalmente em ataques aéreos. Segundo a Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA), 8 por cento das mortes de civis foram causadas pelas forças nacionais e internacionais.

■ No dia 8 de fevereiro, oito meninos foram mortos em ataques aéreos da OTAN na província de Kapisa. O ataque foi condenado pelo Presidente Karzai. Embora tendo afirmado lamentar as mortes, a OTAN teria alegado que os jovens foram considerados uma ameaça.

■ No dia 1º de março, um soldado estadunidense matou vários civis, entre os quais uma criança, e feriu muitos outros durante uma farra de tiros noturna praticada em dois vilarejos do distrito de Panjwai, na província de Kandahar. Em dezembro, o soldado foi à corte marcial para responder por 16 homicídios e seis tentativas de homicídio.

■ No dia 6 de junho, 18 civis, inclusive crianças, teriam sido mortos em um ataque aéreo da OTAN contra combatentes talibãs que, para esconderem-se, teriam adentrado uma residência, na província de Logar, onde acontecia um casamento.

Em setembro, as autoridades afegãs assumiram nominalmente o controle da unidade de detenção estadunidense de Bagram, ao norte de Cabul. Contudo, não ficou claro que grau de influência os EUA ainda mantêm sobre os casos de detentos individuais em Bagram. Segundo informações, as autoridades afegãs assumiram a custódia de, aproximadamente, 3.100 cidadãos afegãos que se encontravam na unidade em 9 de março, quando o acordo de transferência foi finalizado. Mais de 600 detentos que teriam sido levados para a unidade desde março aparentemente permaneceram sob a jurisdição militar dos EUA, assim como os casos de pelo menos 50 cidadãos não afegãos atualmente mantidos no local. Muitos deles haviam sido transferidos de terceiros países para o Afeganistão, onde passaram uma década sob custódia dos EUA. Um número desconhecido de afegãos, os quais haviam sido capturados antes do acordo, não foi transferido para a custódia afegã.

Embora a UNAMA tenha registrado, em outubro, uma pequena redução na incidência de tortura e de outros maus-tratos por parte do Diretório Nacional de Segurança do Afeganistão, houve um aumento dessas práticas por parte das polícias nacional e de fronteira.

Houve denúncias generalizadas de violações dos direitos humanos por membros da Polícia Local

Afegã. Grupos de direitos humanos manifestaram preocupação com o fato de tais indivíduos não serem vetados na instituição. Mais de 100 integrantes da Polícia Local Afegã teriam sido presos por delitos como homicídio, estupro, atentado a bomba, espancamento e roubo.

■ Em novembro, quatro membros da unidade da Polícia Local Afegã de Kunduz foram condenados, cada um deles, a 16 anos de prisão por terem sequestrado, estupro e espancado Lal Bibi, uma jovem de 18 anos, durante cinco dias no mês de maio.

Liberdade de expressão

Um projeto de lei propunha maior controle governamental sobre os meios de comunicação. O projeto pedia a criação de um Conselho Superior de Mídia, presidido pelo ministro da Informação e Cultura e composto por outros funcionários governamentais que teriam a função de verificar e controlar os meios de comunicação impressos e de telerrádiodifusão.

Jornalistas foram ameaçados, presos de modo arbitrário, espancados ou assassinados no decorrer do ano. A Nai, uma organização afegã de observação da mídia, registrou 69 ataques contra jornalistas pelas forças de segurança, por grupos armados e por particulares. Esse número foi 14 por cento menor do que em 2011. Acionado pelo Conselho dos Ulemás, o procurador-geral ameaçou com ações criminais os veículos de mídia que escrevessem ou falassem sobre questões consideradas imorais ou contrárias ao Islã.

■ O jornalista afegão Nasto Naderi, que trabalha para a televisão, foi detido, no dia 21 de abril, por vários dias, sem qualquer acusação e sem acesso a um advogado.

Violência contra mulheres e meninas

Apesar da aprovação da Lei sobre Mulheres e sobre a Eliminação da Violência em 2009, as autoridades judiciárias e policiais não investigaram devidamente os episódios de violência contra mulheres e meninas, nem levaram os perpetradores à Justiça.

Mulheres e meninas continuaram sendo espancadas, estupradas e assassinadas. Elas foram perseguidas e atacadas por grupos armados e enfrentaram tanto a discriminação das autoridades quanto ameaças dentro de suas próprias famílias e comunidades. A Comissão Independente de Direitos Humanos do Afeganistão documentou mais de 4 mil casos de violência contra mulheres no período de 21

de março a 21 de outubro – um aumento de 28 por cento com relação ao mesmo período de 2011. Tal aumento teria sido motivado por uma maior conscientização sobre a questão. É provável que o número verdadeiro de incidentes fosse ainda maior, pois a denúncia desse tipo de violência ainda é estigmatizada e traz o risco de represálias.

■ Em maio, um tribunal de recursos de Cabul confirmou as sentenças de 10 anos de prisão para dois familiares do marido de uma menina afegã. Depois de ser forçada a casar-se aos 13 anos, a menina foi severamente abusada pelos parentes.

■ Em julho, uma mulher afegã de 22 anos, denominada Najiba nos meios de comunicação, foi morta a tiros após ser acusada de adultério, supostamente por um insurgente talibã.

■ Em 16 de setembro, uma adolescente de 16 anos foi açoitada em público na província sulista de Ghazni por manter um "relacionamento ilícito". Três mulás do distrito de Jaghori proferiram a sentença que a condenou a 100 chibatadas.

■ Em 10 de dezembro, Nadia Sidiqi, a chefe substituta do Departamento para Assuntos da Mulher da província de Laghman, foi assassinada por pistoleiros não identificados quando se dirigia ao trabalho. Sua antecessora, Hanifa Safi, foi morta e teve os familiares feridos quando um artefato acionado por controle remoto explodiu no dia 13 de julho. Ninguém reivindicou a autoria dos atentados.

Refugiados e pessoas desalojadas dentro do país

No fim de outubro, aproximadamente meio milhão de pessoas permaneciam desalojadas dentro do país em consequência do conflito e de desastres naturais. Muitas continuavam a buscar refúgio em favelas urbanas e outros tipos de assentamentos informais, construindo abrigos improvisados com pedaços de plástico e vivendo sob ameaça constante de despejos forçados e, por vezes, violentos. O saneamento precário e a falta de acesso à educação e a cuidados de saúde combinados com as rigorosas intempéries verificadas em 2011/2012 causaram a morte de inúmeras pessoas por frio, doença ou ambos. Mais de 100 pessoas, na maioria crianças, teriam morrido nesse período, quando a não prestação de assistência humanitária oportuna foi motivo de críticas. Em março, o governo respondeu com o

anúncio de que estaria desenvolvendo uma abrangente política nacional para os desalojamentos internos.

Em setembro, o governo paquistanês concordou em deixar os refugiados afegãos permanecerem no Paquistão por mais três anos, rescindindo uma ordem que havia sido emitida pelas autoridades da província de Khyber-Pakhtunkhwa para que todos os migrantes ilegais deixassem o Paquistão até o dia 25 de maio, caso contrário, seriam presos e deportados.

Pena de morte

Nos dias 20 e 21 de novembro, as autoridades executaram 14 presos que estavam no corredor da morte. Essas foram as primeiras execuções levadas a cabo desde junho de 2011, apesar de sérias preocupações com a ausência de garantias para julgamentos justos no país. Trinta pessoas tiveram suas sentenças de morte confirmadas pelo Supremo Tribunal; 10 pessoas tiveram suas sentenças de morte comutadas para longas penas de prisão. No fim de novembro, mais de 250 pessoas ainda aguardavam execução.

Visitas/relatórios da AI

- 🚗 Representantes da Anistia Internacional visitaram o Afeganistão em fevereiro, março, maio, junho, outubro e dezembro.
- 📄 *Fleeing war, finding misery: The plight of the internally displaced in Afghanistan (ASA 11/001/2012)*
- 📄 *Strengthening the rule of law and protection of human rights, including women's rights, is key to any development plan for Afghanistan (ASA 11/012/2012)*
- 📄 *Open letter to the Government of Afghanistan, the United Nations, other humanitarian organizations and international donors (ASA 11/019/2012)*

ÁFRICA DO SUL

REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL

Chefe de Estado e de governo:

Jacob G. Zuma

Uso de força policial excessiva contra manifestantes, suspeitas de execuções extrajudiciais e torturas causaram preocupação nacional, e algumas medidas foram tomadas para a prestação de contas.

Aumentaram a discriminação e a violência contra requerentes de asilo e refugiados, assim como as barreiras que dificultam o acesso ao sistema de asilo. Pouco se avançou no enfrentamento aos atos de violência sistemáticos e motivados por ódio contra a orientação sexual ou a identidade de gênero das vítimas. Apesar da constante ampliação do acesso aos tratamentos e aos cuidados para as pessoas que vivem com o HIV, as infecções relacionadas a esse vírus continuaram sendo a principal causa de mortalidade materna. Defensores dos direitos humanos continuaram em risco de sofrer violências e hostilidades.

Informações gerais

O Presidente Zuma foi reeleito para a presidência do partido do Congresso Nacional Africano (CNA) em dezembro. As eleições para a liderança aconteceram após meses de tensões e incidentes de violência entre facções contrárias dentro do partido. Suposta interferência política, rivalidades e corrupção provocaram mais instabilidade nos altos escalões dos serviços de polícia e de inteligência criminal, comprometendo sua integridade e eficiência. Importantes decisões judiciais reafirmaram os direitos humanos e protegeram a independência do ministério público.

Greves generalizadas ocorreram nos setores de mineração e agrário. Em comunidades urbanas carentes, houve protestos contra a corrupção do governo local, contra a precariedade da educação e de outros serviços, e por melhores condições de trabalho. Em outubro, o governo divulgou os dados do censo nacional, que revelou a persistência de grandes disparidades raciais em termos de renda familiar e taxa de emprego.

A África do Sul ratificou o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Mortes sob custódia e execuções extrajudiciais

Em abril, a Lei do Departamento Independente de Investigação Policial (IPID, na sigla em inglês) entrou em vigor, permitindo que a polícia fosse submetida a ações penais caso não cooperasse com as investigações do órgão. O IPID comunicou ao Parlamento que recebeu para investigação mais de 720 casos de supostas mortes em custódia ou outras situações policiais, de abril de 2011 a março de 2012.

■ Também em abril, o requerente de asilo burundiano Fistos Ndayishimiye morreu enquanto estava sendo interrogado pela polícia em sua casa na província de KwaZulu-Natal. Testemunhas que foram impedidas pela polícia de entrar na casa contaram tê-lo ouvido gritar por um tempo. Ele sofreu traumatismos múltiplos causados por golpes na cabeça e no corpo, além de graves lesões internas. Uma investigação foi aberta pelo IPID, mas não estava concluída no fim do ano.

■ Em maio, depois de muitos atrasos e obstruções, 12 policiais da antiga unidade de combate ao crime organizado de Bellville South foram denunciados judicialmente pelo sequestro e assassinato de Sidwell Mkwambi, em 2009, e pelo sequestro e suposta tortura de Siyabulela Njova, que havia sido preso com ele. O corpo de Sidwell Mkwambi apresentava vários traumatismos causados por golpes na cabeça e no corpo, que não correspondiam à versão dada pela polícia para sua morte.

■ Em junho, membros da unidade de combate ao crime organizado de Cato Manor compareceram perante o tribunal de primeira instância de Durban para responder a uma série de acusações. Após novas prisões e audiências judiciais, no fim do ano esperava-se que 30 policiais fossem a julgamento para responder por 116 acusações, como extorsão, homicídio, agressão com a intenção de causar lesões corporais graves e posse ilegal de armas de fogo e munições. Os delitos referiam-se a um período de quatro anos a partir de 2008. Todos os acusados foram soltos mediante fiança e aguardam o julgamento em liberdade. As famílias das vítimas disseram temer constantemente por sua segurança. As prisões foram resultado de novas investigações realizadas pelo IPID e pela unidade dos "Falcões" da polícia.

Uso excessivo da força

No dia 16 de agosto, as autoridades policiais enviaram unidades armadas com fuzis de assalto e

munições reais para suprimir uma greve na mina de platina LONMIN de Marikana, na província Noroeste. Dezesesseis mineiros morreram no local e outros 14 morreram em um lugar diferente para onde fugiram tentando escapar dos tiros da polícia. Havia indicações de que a maioria foi fuzilada enquanto tentava fugir ou render-se. Outros quatro mineiros morreram mais tarde, no mesmo dia, devido aos ferimentos. Os grevistas travavam uma disputa por salários com a LONMIN. A dimensão e a visibilidade das mortes, bem como uma crescente insatisfação no setor de mineração, provocaram uma crise nacional.

O comissário nacional da polícia declarou em uma coletiva de imprensa, no dia 17 de agosto, que as ações da polícia eram justificadas em razão de legítima defesa. O Presidente Zuma, porém, determinou a criação de uma comissão judicial de inquérito para investigar as circunstâncias das mortes dos mineiros e de outras 10 pessoas que haviam sido mortas na semana anterior, entre as quais estavam dois seguranças da LONMIN e dois policiais.

O início dos trabalhos da comissão, presidida pelo juiz aposentado Ian Farlam, foi atrasado pela publicação tardia de regulamentos e por problemas graves que comprometeram a integridade e a acessibilidade da comissão. Houve dificuldades em assegurar apoio à participação de familiares dos mortos, além de falta de financiamento para assistência jurídica, a fim de garantir apoio e medidas de proteção para as testemunhas. Em outubro, Daluvuyo Bongo, uma testemunha do Sindicato Nacional dos Mineiros, foi morto a tiros após prestar assistência aos funcionários da comissão. Quatro testemunhas que auxiliaram os advogados que representavam a Associação dos Sindicatos dos Mineiros e da Construção, bem como mineiros que ficaram feridos, teriam sido encapuzadas, agredidas e detidas após deixarem o local em que funcionava a comissão. A Junta de Assistência Jurídica negou um pedido de financiamento para custear a representação legal de dezenas de mineiros feridos pela polícia no dia 16 de agosto, e de outros que foram presos e supostamente torturados logo após o tiroteio.

Antes de encerrar seus trabalhos em dezembro e recomeçar em janeiro, a comissão passou a ouvir os depoimentos sobre as ações da polícia no dia 16 de agosto e nos dias anteriores. Os depoimentos da polícia não esclareceram por que a operação para

desarmar e dispersar os mineiros foi levada ao ponto de usar unidades policiais armadas somente com força letal. Além disso, em seu testemunho, o policial encarregado de investigar a cena do tiroteio de 16 de agosto relatou à comissão que a cena havia sido alterada, tornando impossível que ele ou outros investigadores pudessem relacionar qualquer dos mineiros mortos a armas que eles supostamente portassem antes de serem mortos.

■ Em outubro, a Comissão de Direitos Humanos da África do Sul emitiu um relatório criticando a polícia pelo uso de força excessiva que causou a morte de Andries Tatane durante um protesto comunitário em Ficksburg, em abril de 2011. Ele havia sido espancado com cassetetes e atingido por balas de borracha disparadas à queima roupa, apesar de não apresentar qualquer ameaça à polícia ou à população. Em dezembro, o julgamento de sete policiais acusados da morte de Andries Tatane foi adiado até março de 2013.

Mudanças legais, constitucionais e institucionais

Em novembro, o Comitê Parlamentar da Pasta de Justiça e Desenvolvimento Constitucional introduziu emendas em um projeto de lei sobre Prevenção e Combate à Tortura de Pessoas, que será debatido integralmente pelo Parlamento em 2013. Antes disso, em setembro, o projeto de lei já havia sido objeto de audiências públicas. Organizações jurídicas, de direitos humanos e outras organizações da sociedade civil, bem como a Anistia Internacional, prestaram testemunho e fizeram recomendações para fortalecer o projeto legislativo. Embora algumas dessas recomendações tenham sido aceitas, as disposições relativas à reparação para vítimas de tortura ficaram aquém das normas internacionais.

Em maio, a Corte Superior declarou inválida uma decisão das autoridades de não investigar denúncias de tortura cometidas por pessoas identificadas nominalmente no Zimbábue. O Centro de Litígios da África Austral e o Fórum de Exilados do Zimbábue requereram o cumprimento das obrigações assumidas pela África do Sul em virtude do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. A Corte Superior ordenou que as autoridades conduzissem as investigações necessárias.

Em julho, o Tribunal Constitucional indeferiu um recurso do governo contra uma decisão anterior da Corte Superior, a qual declarava ilegais as tentativas

de transferir dois cidadãos botsuanenses para Botswana sem garantias prévias de que não seriam submetidos à pena de morte. A Anistia Internacional interveio nos procedimentos judiciais da Corte Constitucional na condição de *Amicus Curiae* (Amigo da Corte).

Refugiados e requerentes de asilo

Mudanças de grande abrangência continuaram a ser feitas no sistema de asilo, afetando, cada vez mais, o acesso não discriminatório aos procedimentos para determinação de asilo. Documentos apresentados pelo governo em audiências judiciais indicavam a intenção de transferir tais serviços para as fronteiras.

A interrupção parcial ou total do serviço nos escritórios de recepção aos refugiados de Port Elizabeth e Cape Town, bem como o fechamento do escritório de Joanesburgo em 2011, diminuiu ainda mais a possibilidade dos requerentes de asilo e das pessoas já reconhecidas como refugiados de entrar com pedidos, de renovar suas licenças temporárias ou de prorrogar os documentos que conferem a condição de refugiado. Testemunhos das pessoas atingidas, sobretudo as mais pobres e que possuem família, mostraram que elas corriam risco de ser multadas, detidas e repatriadas de modo direto ou construtivo.

Contestações judiciais dessas práticas nas Cortes Superiores, movidas por associações de refugiados, prestadores de serviços e advogados de direitos humanos, em Port Elizabeth e Cape Town, resultaram em decisões contrárias ao Departamento do Interior nos meses de fevereiro, maio, julho e agosto. Ainda assim, monitores verificaram que tais serviços continuaram sendo negados nos escritórios de recepção.

O CNA, em sua Conferência Nacional sobre Políticas, adotou algumas recomendações referentes à imigração, como a criação de "centros [campos] para requerentes de asilo". Em dezembro, os participantes da conferência para eleger a liderança do CNA teriam aceitado as recomendações em uma resolução sobre "paz e estabilidade".

No decorrer do ano, foram documentados na maioria das nove províncias inúmeros incidentes de saques e destruição de lojas, bem como o desalojamento de refugiados reconhecidos, de requerentes de asilo e de migrantes. Em um dos piores incidentes, que começou no fim de junho,

uma destruição de propriedades em grande escala ocorreu na província de Free State. Quase 700 refugiados e requerentes de asilo, na maioria etíopes, ficaram desalojados após o saque de suas lojas. A resposta da polícia, nesse e em muitos outros incidentes, foi lenta. Em alguns casos, testemunhas relataram que a polícia foi cúmplice da violência.

Na província de Limpopo, a polícia fechou à força pelo menos 600 pequenos negócios administrados por requerentes de asilo e por refugiados como parte da operação "Hard Stick". As incursões policiais aconteceram sem aviso prévio, de modo indiscriminado e envolveram o confisco de estoques de produtos. Alguns requerentes de asilo e refugiados foram submetidos a agressões verbais xenófobas, à detenção e a multas e processos relativos à administração de seus negócios. A perda de suas casas e fontes de subsistência deixou-os ainda mais vulneráveis a abusos. Em setembro, 30 pessoas de origem etíope foram obrigadas a abandonar a casa em que se abrigavam depois de um ataque com bomba artesanal de gasolina.

Detenções ilegais e prolongadas de migrantes sem documentos, bem como de pessoas que necessitavam proteção internacional, continuaram causando preocupação. Em novembro, um requerimento judicial interposto pela Comissão de Direitos Humanos da África do Sul e pela ONG *People Against Suffering, Suppression, Oppression and Poverty* levou as autoridades a libertarem 37 migrantes que ficaram detidos, em média, por 233 dias, sem mandado judicial.

Direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais

A violência por motivos de ódio, principalmente contra mulheres homossexuais, continuou a causar medo e apreensão. Entre junho e novembro, pelo menos sete pessoas, entre as quais cinco lésbicas, foram assassinadas em ataques que pareceram ser motivados pela orientação sexual ou pela identidade de gênero das vítimas.

Uma 'força tarefa' do governo e da sociedade civil, criada em 2011 para impedir novos incidentes, fez poucos progressos. Em setembro, a situação dos direitos humanos na África do Sul foi avaliada de acordo com a Revisão Periódica Universal da ONU. O governo confirmou que um conjunto de "políticas de combate aos crimes de ódio, aos discursos de ódio e

à discriminação injusta" estava em "estágio avançado de finalização".

Em dezembro, funcionários do Ministério da Justiça condenaram publicamente os crimes de ódio e a violência baseada em gênero como uma violação do direito à vida e à dignidade humana, reconhecendo a "necessidade urgente" de uma conscientização pública para combater o preconceito baseado na identidade sexual ou de gênero.

Violência contra mulheres e crianças

Persistiu uma alta incidência de violência contra mulheres – de abril de 2011 a março de 2012, a polícia registrou 48.003 casos de estupro. No mesmo período, dos 64.514 casos registrados de delitos sexuais, inclusive estupro, mulheres foram as vítimas em 40,1 por cento dos casos e crianças em 48,5 por cento dos casos. Houve diversos pedidos para que fossem restabelecidos tribunais especiais para delitos sexuais a fim de enfrentar a impunidade para esses crimes.

Direitos das mulheres, HIV e saúde materna

O acesso a medicamentos antirretrovirais para pessoas vivendo com HIV continuou a ser ampliado. Em outubro, dois milhões de pessoas estavam recebendo tratamento. O alto índice de infecção por HIV entre mulheres grávidas continuou preocupante, sendo que a província de KwaZulu-Natal registrou uma taxa de infecção de 37,4 por cento entre as mulheres que frequentam centros de saúde pré-natal.

Em agosto, um relatório sobre tendências da mortalidade materna, com apoio do Ministério da Saúde, observou que 40,5 por cento das 4.867 mulheres que morreram durante a gestação ou em até 42 dias após o parto, entre 2008 e 2010, tiveram como causa infecções não relacionadas à gravidez, mas principalmente ao HIV. Entre os fatores que contribuíram com as mortes estavam os atrasos no recebimento de atenção pré-natal e de tratamento antirretroviral.

Defensoras e defensores dos direitos humanos

Prosseguiram as hostilidades contra defensores dos direitos humanos e as pressões indevidas sobre instituições, como a Defensoria Pública, e sobre promotores.

■ Em janeiro, Ayanda Kota, presidente do Movimento dos Desempregados, foi agredido pela polícia e detido ilegalmente na delegacia de polícia de Grahamstown. Ele havia se dirigido à delegacia voluntariamente após uma denúncia contra ele; as acusações, inclusive de resistência à prisão, foram posteriormente retiradas.

■ Em julho, o ativista ambiental e sobrevivente de tortura Kevin Kunene foi morto a tiros 10 dias depois que ele e outras três pessoas registraram uma denúncia de corrupção junto à Defensoria Pública contra a autoridade tribal de KwaMbonambi. Até o fim do ano, nenhum suspeito havia sido levado a julgamento.

■ Em outubro, Angy Peter e Isaac Mbadu, membros da Coalizão por Justiça Social, foram presos acusados de homicídio. Antes da prisão, eles haviam feito uma denúncia de corrupção contra um policial graduado. Angy Peter também prestava assistência a uma comissão de inquérito judicial, criada por ordem do premier da província do Cabo Ocidental, sobre supostas más condutas da polícia. Antes do fim do ano, eles foram libertados da prisão temporária, mas continuaram a sofrer hostilidades. Em novembro, o comissário nacional de polícia iniciou procedimentos legais para suspender o inquérito.

Visitas/relatórios da AI

🚗 Representantes da Anistia Internacional visitaram a África do Sul em fevereiro/março, maio/junho, agosto/setembro e outubro/novembro.

📄 Onde a vista não alcança: Cuidadoras comunitárias e HIV na zona rural da África do Sul [exposição fotográfica] (AFR 53/002/2012)

📄 Key human rights concerns in South Africa: Amnesty International's submission to the UN Universal Periodic Review, May-June 2012 (AFR 53/003/2012)

📄 South Africa: Amnesty International encouraged by initial steps to strengthen protections against torture but condemns continued use of excessive force by police and the failure to uphold refugee rights (AFR 53/005/2012)

📄 South Africa: Shop raids jeopardise safety of refugees (AFR 53/006/2012)

📄 South Africa: Police arrests are a positive step in the fight against impunity (PRE01/297/2012)

📄 Landmark ruling confirms South Africa cannot deport people at risk of death penalty (PRE01/369/2012)

📄 South Africa: Judge must oversee probe into mine protest deaths (PRE01/398/2012)

📄 South Africa: Marikana Inquiry must be enabled to operate effectively (PRE01/456/2012)

ALEMANHA

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Chefe de Estado:

Joachim Gauck

(sucedeu Christian Wulff em março)

Chefe de governo:

Angela Merkel

As autoridades não criaram um órgão independente de queixas sobre a polícia nem se asseguraram de que os policiais em serviço usassem crachás de identificação. A Agência Nacional para a Prevenção da Tortura permaneceu carente de recursos. As autoridades continuaram a devolver integrantes das minorias cigana, ashkali e egípcia para Kosovo e requerentes de asilo para a Hungria, apesar dos riscos que essas pessoas corriam de ter seus direitos humanos violados nesses países. As autoridades recusaram-se a descartar o uso de garantias diplomáticas para facilitar a devolução de indivíduos a países onde corriam risco de sofrer tortura ou outros maus-tratos.

Tortura e outros maus-tratos

As autoridades ainda não enfrentaram os obstáculos que impedem investigações efetivas sobre denúncias de maus-tratos pela polícia. Nenhum dos estados federais criou um órgão policial de queixas independente para investigar denúncias de violações de direitos humanos graves cometidas pela polícia. Com exceção dos estados de Berlim e Brandemburgo, os policiais não tinham qualquer obrigação legal de usar crachás de identificação. Em Brandemburgo, os agentes deveriam começar a usar os crachás em janeiro de 2013.

A Agência Nacional para a Prevenção da Tortura, o mecanismo preventivo nacional da Alemanha criado de acordo com o Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a Tortura, permaneceu seriamente desprovida de recursos e incapaz de cumprir suas funções, tais como regular as visitas a locais de detenção. Seu presidente e outro integrante renunciaram em agosto devido à falta de verbas.

■ Prosseguiram as investigações sobre o uso excessivo da força pela polícia durante uma manifestação, em setembro de 2010, na cidade de Stuttgart. Em outubro, o Tribunal de Stuttgart condenou um policial por lesões corporais por ele ter espancado

um manifestante com o cassetete, sentenciando-o a oito meses de prisão com pena suspensa.

■ Em 10 de outubro, o Tribunal Superior Regional de Frankfurt confirmou uma sentença do Tribunal Regional de Frankfurt de 4 de agosto de 2011, que determinou uma indenização por danos morais no valor de 3 mil euros para Markus Gäfgen. Em 2002, ele fora ameaçado por dois policiais com aplicação de dor intolerável após ter sido detido acusado do sequestro de um menino de 11 anos. O tribunal de primeira instância qualificou a ameaça como "tratamento desumano", de acordo com a Convenção Europeia de Direitos Humanos.

■ Em 13 de dezembro, o Tribunal Regional de Magdeburg condenou um policial por homicídio negligente com relação à morte do requerente de asilo Oury Jalloh, que, em 2005, morreu incinerado em uma cela da delegacia de polícia de Dessau. Apesar de um prolongado processo judicial, as circunstâncias da morte de Oury Jalloh e o grau de envolvimento da polícia no episódio não foram esclarecidos.

Refugiados e requerentes de asilo

Em setembro e outubro, 195 refugiados de Shousha, na Tunísia, e 150 refugiados iraquianos que viviam na Turquia chegaram à Alemanha com base em um novo programa de reassentamento criado em dezembro de 2011. Embora devessem estabelecer-se permanentemente na Alemanha, eles não receberam a condição legal de refugiados prevista na Convenção da ONU sobre Refugiados e foram excluídos de certos direitos, sobretudo referentes à reunificação familiar.

Em 14 de dezembro, o Ministério do Interior alemão prorrogou a suspensão das transferências de requerentes de asilo para a Grécia com base no Regulamento Dublin (veja a seção sobre a Grécia) até 12 de janeiro de 2014.

Requerentes de asilo foram transferidos para a Hungria apesar dos riscos que enfrentariam nesse país, tais como a remoção para terceiros países inseguros em função de procedimentos inadequados de acesso a proteções internacionais. Requerentes de asilo devolvidos da Alemanha para a Hungria, após terem transitado pela Sérvia, corriam risco de repatriamento até novembro, quando a Hungria deixou de considerar a Sérvia um "terceiro país seguro". A Sérvia não concedeu *status* de refugiado a ninguém nos últimos cinco anos.

Vários estados federais continuaram a devolver ciganos, ashkalis e egípcios à força para Kosovo apesar das formas cumulativas de discriminação que essas pessoas sofrem ao retornarem. Em abril, o estado de Baden-Württemberg emitiu um decreto requerendo avaliações individuais de risco antes de devolver à força pessoas dessas etnias para Kosovo.

Em 18 de julho, o Tribunal Constitucional Federal decidiu que os benefícios disponíveis a requerentes de asilo eram insuficientes para capacitá-los a viver com dignidade, o que infringia o direito a uma existência minimamente digna, conforme consagrado no artigo 1º da Constituição da Alemanha. O tribunal determinou que a legislatura imediatamente adotasse novas disposições como parte da Lei sobre Benefícios dos Requerentes de Asilo.

Segurança e combate ao terrorismo

Em setembro, o Parlamento da UE pediu que a Alemanha e outros Estados-membros da UE revelassem todas as informações necessárias referentes a todas as aeronaves suspeitas de envolvimento nos programas de transferência extrajudicial e de detenção secreta da CIA, e que esses países investigassem efetivamente o papel que tais Estados tiveram nas operações da CIA.

O governo continuou sem revelar se estava ou não requerendo "garantias diplomáticas" para devolver indivíduos suspeitos de envolvimento com atividades ligadas ao terrorismo a Estados em que esses indivíduos enfrentariam um risco real de tortura ou de outros maus-tratos. As normas regulatórias que regem a Lei de Residência continuaram permitindo o uso de "garantias diplomáticas".

Justiça internacional

O primeiro julgamento realizado com base no Código Penal Alemão para Crimes contra o Direito Internacional, de junho de 2002, contra os cidadãos ruandeses Ignace Murwanashyaka e Straton Musoni prosseguiu no Tribunal Superior Regional de Stuttgart. Os acusados foram indiciados por 16 acusações de crimes contra a humanidade e por 39 acusações de crimes de guerra relativas a crimes cometidos na República Democrática do Congo entre janeiro de 2008 e novembro de 2009.

A Alemanha não tipificou o desaparecimento forçado como delito penal, conforme requerido pela Convenção Internacional contra Desaparecimentos Forçados.

Discriminação

Em 29 de outubro, o Superior Tribunal Administrativo do estado da Renânia-Palatinado decidiu que policiais federais haviam violado o princípio constitucional da não discriminação ao submeter uma pessoa a verificação de identidade em razão da cor de sua pele.

Visitas/relatórios da AI

Germany: Legal provisions and political practices put persons at risk of human rights violations (EUR 23/002/2012)

Germany: Submission to the European Commission against Racism and Intolerance on Germany (EUR 23/003/2012)

A

ANGOLA

REPÚBLICA DE ANGOLA

Chefe de Estado e de governo: José Eduardo dos Santos

As forças policiais e de segurança continuaram a usar força excessiva, inclusive contra manifestantes pacíficos, bem como a fazer prisões e detenções arbitrárias. A liberdade de reunião foi suprimida em todo o país. Temia-se que duas pessoas tivessem sido submetidas a desaparecimentos forçados. A liberdade de expressão foi restringida, e a imprensa foi censurada. Há informações de que remoções forçadas foram realizadas.

Informações gerais

Em abril, Angola apresentou seu relatório sobre direitos humanos à Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos.

Um novo partido político, a Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral (CASA-CE), foi registrado em abril no Tribunal Constitucional. A CASA participou das eleições nacionais de 31 de agosto, o segundo pleito a ser realizado desde 1992 e o terceiro desde a independência de Angola em 1975. No período anterior às eleições, houve denúncias esporádicas de violência por parte de membros do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que está no governo, contra a União Nacional para a Independência Total de Angola

(UNITA), contra a CASA-CE e contra outros partidos políticos. Também houve denúncias de violência por parte de membros da UNITA contra o MPLA. As eleições foram vencidas pelo MPLA com quase 72 por cento dos votos. O índice de abstenção foi de, aproximadamente, 40 por cento. Embora diversas irregularidades tenham sido registradas no período pré-eleitoral, observadores consideraram que a disputa transcorreu de forma livre e justa. Os resultados foram contestados oficialmente pela UNITA, pela CASA-CE e pelo Partido de Renovação Social (PRS); porém, a Comissão Nacional Eleitoral de Angola rejeitou as contestações por considerá-las infundadas.

Em 27 de outubro, a empresa Media Investe, proprietária do jornal semanal *Semanário Angolense*, censurou uma de suas edições porque, supostamente, o jornal publicou o discurso do líder da UNITA, Isaías Samakuva, sobre o estado da nação, no qual ele fazia críticas ao governo. Apesar de as versões impressas do jornal terem sido queimadas, sua versão *online* foi mantida.

Forças policiais e de segurança

Houve denúncias de uso de força excessiva, bem como de prisões e detenções arbitrárias por parte da polícia, inclusive de manifestantes pacíficos. A polícia também teria empregado excesso de força contra detentos, resultando em pelo menos uma morte. Também houve suspeitas de que a polícia cometeu execuções extrajudiciais, como no caso de sete jovens que foram encontrados algemados com marcas de tiros no município de Cacucaco, na província de Luanda. Não foram divulgadas quaisquer novas informações referentes a investigações de casos passados de supostas violações de direitos humanos cometidas pela polícia.

■ Em 3 de outubro, Manuel “Laranjinha” Francisco foi preso por policiais que o teriam espancado durante o ato de prisão, antes de conduzi-lo à 17ª Delegacia de Polícia, Divisão Cazenga, em um bairro de Luanda conhecido como Antenove. Testemunhas relataram que os policiais o espancaram na delegacia. No dia seguinte, a polícia informou sua família que ele havia sido transferido ao Comando Policial de Cazenga; porém, os familiares não o encontraram no local. Mais tarde, no mesmo dia, os familiares teriam recebido uma ligação informando-os que o corpo de Manuel Francisco estava no necrotério de um hospital de

Luanda, após ter sido encontrado no município de Cacuaco. Segundo consta, seu corpo apresentava sinais de espancamento, estando, inclusive, sem a unha de um dedo, sem um dente e com uma perna quebrada. Embora a família tenha registrado queixa na Divisão de Polícia de Cazenga, as autoridades policiais não se manifestaram sobre a denúncia de que Manuel Francisco foi morto sob custódia, tampouco informaram se uma investigação estava sendo realizada sobre as circunstâncias de sua morte. Até o fim do ano, não havia qualquer informação disponível.

Liberdade de reunião e de associação

As autoridades continuaram a suprimir a liberdade de reunião em todo o país. As manifestações contra o governo que começaram em março de 2011 prosseguiram em 2012 e ocorreram, principalmente, em Luanda, Benguela e Cabinda. Assim como aconteceu em 2011, a polícia não só deixou de intervir para impedir a violência contra os manifestantes pacíficos, como ainda teria usado força excessiva contra eles, alguns dos quais foram presos e detidos de modo arbitrário. A polícia também empregou excesso de força em situações de greves, como a realizada pelos Sindicatos dos Trabalhadores de Saúde de Cabinda, bem como em uma manifestação dos veteranos de guerra das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) em Luanda. Ninguém foi responsabilizado pelo uso excessivo da força e pelas prisões arbitrárias durante as manifestações de 2011.

■ Em março, meios de comunicação estatais divulgaram ameaças aos manifestantes contrários ao governo, feitas por um indivíduo que alegava representar um grupo anônimo que se dizia defensor da segurança, democracia e paz nacionais. No decorrer do ano, vários homens não identificados suspeitos de colaborar com a polícia infiltraram-se em manifestações pacíficas e atacaram os manifestantes. No dia 22 de maio, um grupo de pessoas que se reunia para organizar uma manifestação foi atacado e espancado por agressores não identificados no bairro Nelito Soares em Luanda. Também em maio, organizadores de protestos identificaram quatro indivíduos ligados à polícia que, segundo afirmaram os organizadores, estariam envolvidos em ataques contra manifestantes pacíficos. Apesar de as autoridades dizerem que as ameaças e os ataques transmitidos pela televisão estavam sendo

investigados, ninguém foi responsabilizado por essas ações até o fim do ano.

■ A polícia de Cabinda usou cassetetes e canhões de água contra integrantes dos Sindicatos dos Trabalhadores de Saúde, que faziam um piquete diante do hospital provincial entre 30 de janeiro e 3 de fevereiro. No dia 3 de fevereiro, a polícia impediu o acesso dos grevistas ao hospital; no dia seguinte, eles se transferiram para o escritório da União dos Sindicatos. A polícia espancou os grevistas e usou canhões de água para dispersar a multidão, alegando que as pessoas realizavam um protesto ilegal nas proximidades de um edifício do governo. Dezesete mulheres e cinco homens foram detidos e soltos no mesmo dia.

A liberdade de reunião foi restringida.

■ O julgamento de 15 guardas presidenciais do Destacamento Central de Proteção e Segurança da Casa Militar da Presidência da República teve início no Tribunal Militar Regional de Luanda em 15 de setembro. Os guardas foram acusados de "fazer exigências em grupo" com base no fato de eles terem assinado uma petição, no dia 11 de setembro, requerendo salários justos, contestando o processo de candidatura para os cargos iniciais e pedindo melhoras na assistência social em caso de morte de um familiar imediato. O julgamento ainda transcorria no fim do ano.

Liberdade de expressão – jornalistas

A liberdade de expressão continuou a ser suprimida, sobretudo na imprensa. Ocorreram tentativas de impedir a publicação de jornais ou de artigos considerados potencialmente contrários ao governo. Não houve qualquer desdobramento com relação aos recursos interpostos por Armando Chicoca e William Tonet, condenados, em 2011, por difamação.

■ Em 12 de março, cerca de 15 policiais da Direção Nacional de Investigação Criminal (DNIC) adentraram o escritório do jornal *Folha 8* e confiscaram 20 computadores. A ação relacionava-se a uma investigação sobre a publicação, em 30 de dezembro de 2011, de uma fotomontagem que satirizava o presidente, o vice-presidente e o chefe da Casa Militar. Em junho, sete funcionários do jornal foram interrogados pelo DNIC.

Desaparecimentos forçados

Pelo menos dois casos que se suspeita serem de

desaparecimentos forçados foram registrados durante o ano.

■ António Alves Kamulungue e Isaías Sebastião Cassule desapareceram, respectivamente, nos dias 27 e 29 de maio. Eles estavam envolvidos com a organização de um protesto planejado para o dia 27 de maio por veteranos de guerra e por ex-guardas presidenciais para demandar o pagamento de pensões e salários que lhes eram devidos.

Direito à moradia – remoções forçadas

Apesar de o governo dizer que melhoraria o acesso à moradia, remoções forçadas continuaram ocorrendo em pequena escala, e milhares de pessoas permaneceram em risco. Milhares de famílias que anteriormente haviam sido despejadas à força continuaram sem receber indenização. Em junho de 2011, o governo se comprometeu a realojar, até abril de 2012, mais de 450 famílias de Luanda cujas casas haviam sido demolidas entre 2004 e 2006. Porém, até o fim do ano, ninguém havia sido realojado. Em setembro, a ONU Habitat anunciou que se preparava para assinar um acordo de cooperação com Angola a fim de enviar ao país um representante que, a partir de 2013, prestaria serviços de consultoria técnica na área de habitação em Luanda.

Prisioneiros de consciência e possíveis prisioneiros de consciência

Dois integrantes da Comissão do Manifesto Jurídico Sociológico do Protetorado da Lunda Tchokwe (CMJSP-Lunda), Mário Muamuene e Domingos Capenda, que permaneciam na penitenciária de Kakanda apesar de suas sentenças terem expirado em 9 de outubro de 2011, foram libertados no dia 17 de janeiro de 2012.

Embora o Grupo de Trabalho da ONU sobre Detenções Arbitrárias tenha concluído suas deliberações em novembro de 2011 pedindo a libertação dos membros da Comissão detidos entre 2009 e 2011, cinco deles – Sérgio Augusto, Sebastião Lumani, José Muteba, António Malendeca e Domingos Henrique Samujaia – permaneceram presos. No decorrer do ano, não foram registradas novas prisões de membros da Comissão.

■ Em 12 de fevereiro, Eugénio Mateus Sangoma Lopes e Alberto Mulozen foram presos e acusados de crimes contra a segurança do Estado, depois de a polícia de Lucapa supostamente ter ido até suas residências para

dizer que eles deveriam se apresentar à delegacia de polícia a fim de falar sobre a Comissão. De acordo com o mandado escrito do tribunal, eles foram condenados e sentenciados, em junho, a 18 meses de prisão por rebelião.

Visitas/relatórios da AI

📄 Representantes da Anistia Internacional visitaram Angola em abril.

📄 Angola: Submission to the African Commission on Human and Peoples' Rights, 51st Ordinary Session, April 2012 (AFR 12/001/2012)

📄 Angola: Open letter to Presidential candidates, candidates to the National Assembly and political party leaders - A human rights agenda for political parties and candidates in the general elections, 17 July 2012 (AFR 12/002/2012)

ARÁBIA SAUDITA

REINO DA ARÁBIA SAUDITA

Chefe de Estado e de governo: **Rei Abdullah bin Abdul Aziz al Saud**

As autoridades restringiram severamente as liberdades de expressão, associação e reunião, além de reprimirem as opiniões divergentes. Críticos do governo e ativistas políticos foram detidos sem julgamento ou foram sentenciados após julgamentos totalmente injustos. As mulheres sofreram discriminação na lei e na prática, não sendo protegidas adequadamente contra a violência doméstica e de outra natureza. Os trabalhadores migrantes foram explorados e submetidos a abusos. Sentenças de açoitação foram impostas e cumpridas. Centenas de pessoas estavam no corredor da morte no fim do ano; pelo menos 79 foram executadas.

Informações gerais

Em janeiro, o chefe da polícia religiosa afirmou que publicaria diretrizes comunicando suas forças que elas não possuem o poder de prender ou de interrogar cidadãos sauditas, nem de assistir a julgamentos.

O príncipe Salman bin Abdul Aziz Al Saud tornou-se príncipe herdeiro após a morte do príncipe Naif bin Abdul Aziz Al Saud em junho.

Também em junho, a semioficial Sociedade Nacional para os Direitos Humanos publicou seu terceiro relatório sobre direitos humanos e exortou o governo a acabar com a discriminação, a fortalecer os poderes regulatórios do Conselho Shura, a requerer que as autoridades com poderes de prisão e detenção obedeçam ao Código de Processo Penal e a responsabilizar aquelas que não obedecem.

Repressão à dissidência

As autoridades continuaram a reprimir pessoas que cobravam reformas políticas e de outra natureza, bem como ativistas e defensores dos direitos humanos. Alguns foram detidos sem acusação ou julgamento, outros foram submetidos a processos por acusações vagas, tais como "desobedecer ao mandatário".

■ Abdullah bin Hamid bin Ali al Hamid e Mohammad bin Fahad bin Muflih al Qahtani, cofundadores da *Associação Saudita de Direitos Cívicos e Políticos*, uma ONG não licenciada, foram acusados de ameaçar a segurança do Estado, de incitar a desordem e enfraquecer a unidade nacional, de desobedecer e romper a lealdade ao mandatário e de questionar a integridade de autoridades. As acusações pareciam ter sido motivadas pelo seu envolvimento na criação da Associação, pela convocação de protestos e por críticas feitas ao Judiciário por sua aceitação de "confissões" supostamente obtidas mediante tortura ou outras formas de coação. O julgamento deles teve início em junho, mas não havia sido concluído no fim do ano.

■ Mohammed Saleh al Bajady, outro cofundador da Associação, foi sentenciado a quatro anos de prisão em abril e proibido de viajar ao exterior por cinco anos. Ele foi condenado por comunicar-se com organismos estrangeiros a fim de "minar a segurança" e por outros delitos, como prejudicar a imagem do Estado através da mídia, convocar protestos de famílias de detentos e posse de livros proibidos. Ele entrou em greve de fome por cinco semanas para protestar contra sua prisão.

■ Fadhel Maki al Manasif, um ativista de direitos humanos detido desde 2011, foi a julgamento, em abril, acusado de sedição, de "incitar a opinião pública contra o Estado", de "perturbar a ordem ao participar de passeatas" e de outros delitos, aparentemente por causa de seu ativismo de direitos humanos. Seu julgamento ainda transcorria no fim do ano.

■ O defensor dos direitos humanos e escritor Mikhelif bin Daham al Shammari foi a julgamento perante o Tribunal Penal Especializado em março. Ele enfrentava

uma série de acusações, tais como tentar ferir a reputação da Arábia Saudita na mídia internacional, comunicar-se com organizações suspeitas e acusar órgãos do Estado de corrupção. Em fevereiro, ele havia sido libertado condicionalmente depois de passar um ano e meio detido. Ele fora preso depois de criticar publicamente o suposto preconceito de eruditos religiosos sunitas contra a minoria xiita e suas crenças. Em abril, as autoridades proibiram-no de deixar a Arábia Saudita por 10 anos. Seu julgamento prosseguia no fim do ano.

■ Khaled al Johani, único indivíduo que compareceu ao local de uma manifestação planejada para acontecer em Riad a fim de marcar o 11 de março de 2011 como o "Dia de Fúria", foi libertado em 8 de agosto. Acredita-se que ele não esteja mais sendo processado. Sua situação legal exata não está clara. Em julho, ele teve permissão de deixar a prisão para uma visita familiar de dois dias.

Segurança e combate ao terrorismo

Segundo informações, um projeto de lei sobre combate ao terrorismo recebeu emendas do Conselho Shura, mas ainda não havia sido promulgado até o final do ano.

As autoridades continuaram a deter em regime de incomunicabilidade pessoas suspeitas de pertencer ou de apoiar a Al Qaeda e grupos islamistas. Acredita-se que milhares de pessoas suspeitas de delitos relacionados à segurança, que foram presas em anos anteriores, estejam sendo detidas praticamente em segredo, sem qualquer meio de contestar seu contínuo encarceramento e sem acesso a advogados ou médicos. Algumas não tiveram permissão de encontrar-se ou comunicar-se com suas famílias. As autoridades disseram que centenas de pessoas seriam levadas a julgamento, mas não informaram os detalhes de tais julgamentos, suscitando temores de que seriam secretos e injustos.

Ocorreram vários protestos de familiares das pessoas detidas por questões de segurança. Em 23 de setembro, dezenas de pessoas, inclusive mulheres e crianças, reuniram-se no deserto, próximo à prisão de Tarfiya, na província de Qassim, para pedir a libertação de seus parentes detidos. Elas foram cercadas pelas forças de segurança e obrigadas a ficar sem água nem comida até o dia seguinte, quando vários homens que estavam entre os manifestantes foram presos, espancados e encarcerados.

Em outubro, as autoridades disseram que qualquer pessoa que protestasse seria processada e "tratada com rigor" por membros das forças de segurança. Mesmo assim, os familiares das pessoas detidas por razões de segurança realizaram um protesto diante da Comissão de Direitos Humanos da Arábia Saudita em Riad. As forças de segurança fizeram um cordão de isolamento em torno dos manifestantes e prenderam pelo menos 22 mulheres, oito crianças e mais de 20 homens quando eles recusaram-se a dispersar. Uma mulher foi espancada e outra foi chutada pelos agentes de segurança. A maioria das pessoas foi solta depois de concordar em firmar um compromisso de não fazer mais protestos. Entretanto, cerca de 15 homens permaneceram detidos.

Discriminação – minoria xiita

Na Província Oriental, ocorreram protestos de membros da minoria xiita, que reclamavam de há muito serem discriminados por causa de sua fé. As forças de segurança foram acusadas de ter usado força excessiva contra os manifestantes em alguns casos. Cerca de 10 manifestantes teriam sido mortos a tiros e teriam sido feridos pelas forças de segurança durante ou por causa dos protestos na Província Oriental. As autoridades disseram que as mortes e ferimentos ocorreram quando as forças de segurança foram confrontadas por pessoas com armas de fogo ou coquetéis molotov; porém, tais incidentes não foram investigados de modo independente. Acredita-se que, no fim do ano, aproximadamente 155 homens e 20 menores estivessem detidos por causa dos protestos, sem acusações formalizadas contra eles.

■ Em 26 de setembro, dois homens foram mortos e um terceiro fatalmente ferido, em circunstâncias não esclarecidas, quando as forças de segurança adentraram uma casa em busca de um homem que estava sendo procurado por supostamente "instigar inquietação". Não se tem conhecimento de qualquer investigação sobre as mortes.

Vários homens teriam sido sentenciados a açoitamento por participarem dos protestos na Província Oriental, enquanto outros foram proibidos de viajar ao exterior. Clérigos xiitas que publicamente defenderam reformas ou criticaram o governo foram detidos e, em alguns casos, acusados de desobedecer ao mandatário e de outros delitos.

■ O xeique Nimr Baqir al Nimr, crítico frequente da

discriminação contra a minoria xiita, foi preso no dia 8 de julho em Awwamiya, na Província Ocidental, aparentemente devido a comentários que ele teria feito após a morte do ministro do Interior, o príncipe Naif bin Abdul Aziz Al Saud. No momento de sua prisão, ele foi ferido com um tiro em circunstâncias controversas. As autoridades disseram que ele era um "instigador de sedição" que foi baleado em um posto de controle quando ele e outros indivíduos resistiram à prisão e tentaram fugir; entretanto, sua família disse que ele estava sozinho e desarmado ao ser preso. No fim do ano, ele continuava detido sem acusação nem julgamento.

■ O xeique Tawfiq al Amer, um clérigo muçulmano xiita defensor de reformas, detido desde agosto de 2011, foi acusado, em agosto, de incitamento contra as autoridades, calúnia contra o Conselho Superior dos Sábios e outros delitos. Em dezembro, ele foi sentenciado a três anos de prisão, foi proibido de viajar por cinco anos e proibido de fazer sermões ou discursos.

Tortura e outros maus-tratos

Segundo informações, a tortura e outros maus-tratos contra detentos e presos condenados eram comuns e disseminados, sendo geralmente cometidos com impunidade. Os métodos relatados incluíam espancamentos, suspensão pelos membros e privação de sono. Entre os torturados estariam manifestantes detidos, que costumavam passar dias ou semanas incomunicáveis, sem acusação nem julgamento.

■ Detentos mantidos na prisão Al Hair teriam contado a suas famílias, em agosto, que haviam sido agredidos pelos agentes penitenciários e que temiam por sua vida.

Direitos das mulheres

As mulheres continuaram a sofrer discriminação na lei e na prática, e não foram adequadamente protegidas contra a violência doméstica e outras formas de violência baseada em gênero.

Pela primeira vez, duas mulheres sauditas tiveram permissão para participar dos Jogos Olímpicos, tendo sido cumpridas certas condições relativas ao código de vestuário islâmico e à presença de guardiões homens.

As mulheres continuaram sendo obrigadas por lei a obter a permissão de um guardião do sexo masculino antes de se casarem, de viajarem, de aceitarem

emprego remunerado ou de se matricularem no ensino superior. Mulheres sauditas com esposos estrangeiros, mas não vice-versa, não tinham direito de passar aos filhos sua nacionalidade. As mulheres continuaram proibidas de dirigir, apesar de a campanha *Women2Drive* ("Mulheres na Direção"), realizada por ativistas locais, ter desafiado a proibição. Leis discriminatórias relativas a casamento e a divórcio parecem ser a razão pela qual algumas mulheres permanecem presas a relacionamentos violentos e abusivos.

Trabalhadores migrantes

Os trabalhadores migrantes, que constituem cerca de um terço da população, não foram adequadamente protegidos pela legislação trabalhista, ficando vulneráveis à exploração e aos abusos dos empregadores. Trabalhadoras domésticas corriam maior risco de sofrer violência sexual e outros abusos.

Punições cruéis, desumanas e degradantes

Os tribunais continuaram a impor sentenças de açoitamento como pena principal ou adicional para muitos delitos. Pelo menos cinco réus foram sentenciados a açoitamento com 1.000 ou 2.500 chibatadas. Esse castigo era executado nas penitenciárias.

Pena de morte

Os tribunais continuaram a impor sentenças de morte para uma série de delitos relativos a drogas e outros. Acredita-se que centenas de presos estejam no corredor da morte; alguns há muitos anos. Pelo menos 79 prisioneiros foram executados, a maioria em público. Havia entre eles pelo menos 52 cidadãos sauditas e 27 estrangeiros, e ao menos uma mulher. Alguns presos foram executados por terem cometido delitos que não envolviam violência.

■ Rizana Nafeek, uma trabalhadora doméstica do Sri Lanka, continuou no corredor da morte. Ela foi condenada em 2007 pela morte do bebê de seu patrão, quando ela tinha 17 anos, em um julgamento no qual não teve advogado de defesa. Durante o interrogatório policial, possivelmente sob coação, ela confessou o crime. Posteriormente, a confissão foi retirada.

■ Suliamon Olyfemi, um cidadão nigeriano, permanecia no corredor da morte após ter sido

condenado à pena capital em um julgamento injusto em 2004.

■ Qassem bin Rida bin Salman al Mahdi, Khaled bin Muhammad bin Issa al Qudaihi e Ali Hassan Issa al Buri, todos cidadãos sauditas, pareciam estar sob risco iminente de execução depois de terem esgotado todos os recursos possíveis contra sua condenação por tráfico de drogas. Segundo informações, eles não tiveram acesso a advogado no período em que ficaram detidos provisoriamente, após sua prisão em julho de 2004. Pelo menos um deles teria sido coagido a "confessar". Ali Hassan Issa al Buri havia sido inicialmente sentenciado a 20 anos de prisão e a 4 mil chibatadas. Porém, foi sentenciado à morte quando o Tribunal Geral de Qurayyat rejeitou uma decisão do Tribunal de Cassação de que as sentenças dos outros dois réus deveriam ser comutadas. As três sentenças de morte foram confirmadas pelo Supremo Conselho de Justiça em 2007.

Visitas/relatórios da AI

🚫 A Anistia Internacional continuou efetivamente proibida de visitar a Arábia Saudita para conduzir pesquisas sobre direitos humanos.

📄 Saudi Arabia's 'Day of Rage': One year on (MDE 23/007/2012)

📄 Saudi Arabia: Dissident voices stifled in the Eastern Province (MDE 23/011/2012)

ARGENTINA

REPÚBLICA ARGENTINA

Chefe de Estado e de governo: **Cristina Fernández de Kirchner**

Mulheres que engravidaram em consequência de estupro continuaram a enfrentar obstáculos para ter acesso a abortos legais, apesar de uma decisão da Corte Suprema afirmando esse direito. O direito dos povos indígenas à terra ainda não se efetivou. Prosseguiram os julgamentos para acabar com a impunidade por violações cometidas durante o regime militar (1976-1983).

Informações gerais

Em outubro, a situação dos direitos humanos na Argentina foi avaliada de acordo com a Revisão

Periódica Universal da ONU. Foram feitas recomendações relativas a direitos sexuais e reprodutivos, direitos dos povos indígenas, fim da tortura e direitos dos migrantes.

As investigações realizadas na Argentina, com base na jurisdição universal, sobre crimes cometidos durante a Guerra Civil Espanhola e o regime de Franco prosseguiram durante o ano.

Em maio, foi aprovada uma lei permitindo que as pessoas alterassem seu nome e sexo em documentos oficiais sem a aprovação de um juiz ou de um médico. Foi um passo importante para o reconhecimento dos direitos dos transexuais.

Direitos dos povos indígenas

Em julho, o relator especial da ONU sobre o direito dos povos indígenas publicou um relatório no qual manifestou preocupação com, entre outras coisas, a falta de medidas de proteção aos direitos dos povos indígenas, as suas terras e aos seus recursos naturais. O relatório destacou também o não cumprimento da Lei de Emergência 26.160, que proíbe o despejo de comunidades indígenas até que seja concluído um estudo de abrangência nacional para definir os territórios indígenas.

Um projeto de lei para reformar o Código Civil, incluindo medidas que afetarão os direitos dos índios a suas terras tradicionais, tramitava no Parlamento no fim do ano. Os povos indígenas manifestaram preocupação com o fato de seus pontos de vista não terem sido levados em conta enquanto a legislação era debatida.

■ Em março, a Corte Suprema de Justiça realizou uma audiência pública sobre os obstáculos que impediam a comunidade indígena Toba Qom de La Primavera, na província de Formosa, de reivindicar suas terras tradicionais. Em novembro, a Câmara Federal de Apelações de Resistência rejeitou as acusações contra os líderes indígenas Félix Díaz e Amanda Asikak relativas ao bloqueio de uma estrada em 2010. Os juízes argumentaram que o bloqueio da estrada era o único meio de protesto de que os indígenas dispunham. As ameaças e os atos de intimidação contra Félix Díaz e seus familiares continuaram a causar preocupação. Em agosto, enquanto dirigia sua motocicleta, Félix foi atingido por uma caminhonete. De acordo com testemunhas, o veículo pertencia à família proprietária da terra tradicional reivindicada pela comunidade. O motorista da caminhonete fugiu

do local e, até o fim do ano, o acidente não havia sido investigado.

Direitos das mulheres

Em março, uma decisão da Corte Suprema determinou que toda mulher ou menina que tenha engravidado em consequência de estupro deve ter acesso a abortos seguros sem necessidade de autorização judicial. Entretanto, causa preocupação que essa decisão não esteja sendo observada em diversas partes do país. Após a determinação da Corte Suprema, a Legislatura da Cidade de Buenos Aires aprovou uma legislação que permite a realização de abortos legais, sem a exigência de envolvimento judicial, para sobreviventes de estupro e para casos em que a gestação possa pôr em risco a vida da mulher. Porém, a lei foi vetada pelo chefe do governo, deixando Buenos Aires submetida à legislação anterior, que não está de acordo com a decisão da Corte Suprema.

■ Em outubro, um tribunal de Buenos Aires impediu uma mulher de 32 anos de fazer um aborto. Ela havia sido vítima do tráfico de pessoas e sua gravidez resultara de um estupro. Após uma onda de protestos, a Corte Suprema reverteu a decisão do tribunal inferior. Posteriormente, a mulher obteve acesso aos serviços de aborto.

Persistiam os temores de que a lei aprovada em 2009 para prevenir e punir a violência contra a mulher não fosse plenamente implementada, inclusive no que se refere à coleta de dados confiáveis sobre o tema.

Foi aprovada uma lei prevendo que a motivação de gênero fosse um fator agravante para homicídios.

Impunidade

Prosseguiram os avanços no sentido de assegurar processos e condenações de pessoas responsáveis por graves violações de direitos humanos sob o regime militar (1976-1983).

■ Em junho, o ex-militar Alfredo Omar Feito e o ex-agente da Polícia Federal Pedro Santiago Godoy foram sentenciados, respectivamente, a 18 e a 25 anos de prisão pela tortura e detenção ilegal de 181 pessoas nos centros de detenção clandestinos de Primer Cuerpo del Ejército Atlético, Banco e Olimpo.

■ Os ex-presidentes argentinos Jorge Rafael Videla e Reynaldo Bignone foram condenados, em julho, por sequestros sistemáticos de crianças e sentenciados,

respectivamente, a 50 e a 15 anos de prisão.

■ Em outubro, três ex-fuzileiros navais foram sentenciados à prisão perpétua no caso do "massacre de Trelew", em que 16 presos políticos foram executados após tentarem fugir de uma prisão na província de Chubut em 1972.

Tortura e outros maus-tratos – condições prisionais

Em novembro, foi aprovada a criação de um mecanismo nacional para prevenção da tortura.

Em julho, surgiu na internet uma gravação em vídeo que mostrava pelo menos cinco policiais torturando dois indivíduos detidos no centro de detenção policial de General Güemes, na província de Salta. O vídeo, que teria sido gravado em 2011, mostra os detidos sendo espancados e sufocados com um saco. No fim do ano, as investigações sobre a tortura ainda não haviam sido concluídas.

Visitas/relatórios da AI

■ Argentina: Amnesty International submission to the UN Universal Periodic Review: 14th session of the UPR working group (Index: AMR 13/003/2012)

AUSTRÁLIA

AUSTRÁLIA

Chefe de Estado: Rainha Elizabeth II, representada por
Quentin Bryce
Chefe de governo: Julia Gillard

Apesar da criação de um Comitê de Direitos Humanos federal para examinar todos os novos projetos de lei que tramitam no Parlamento, foram aprovadas leis que restringem os direitos dos Povos Indígenas no Território do Norte e que reintroduzem uma política de processamento em alto-mar conforme a qual requerentes de asilo que chegam de barco são enviados para Nauru ou Papua-Nova Guiné.

Informações gerais

O governo anunciou, em janeiro de 2011, que ratificaria o Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a tortura; porém, até o fim do ano, isso

não havia acontecido. Em março, um comitê parlamentar de observação dos direitos humanos foi criado para examinar todos os novos projetos de lei e para assegurar que incluam uma declaração de compatibilidade com os direitos humanos.

Direitos dos povos indígenas

Jovens aborígenes e originários das Ilhas do Estreito de Torres continuaram a frequentar de modo desproporcional o sistema de justiça criminal. Jovens de origem indígena constituíam 59 por cento dos menores detidos, ao passo que os indígenas representam, no total, apenas 2 por cento da população do país. A Austrália manteve sua reserva à Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, permitindo que seus estados e territórios encarcerem menores em prisões de adultos.

■ Em Victoria, um adolescente aborígene de 16 anos ficou detido em uma prisão de adultos, de agosto a novembro, em confinamento solitário de até 22 horas por dia.

■ Em abril, a polícia abriu fogo contra um veículo que se suspeitava ter sido roubado por jovens aborígenes na área de Kings Cross, em Sydney. Dois adolescentes, um de 14 anos, foram atingidos pelos tiros. Um relatório independente que estava sendo elaborado pelo ouvidor não foi divulgado até o fim do ano.

Em junho, a legislação *Stronger Futures* ('Futuros Mais Fortes'), que estende as leis contidas na controversa e discriminatória Intervenção no Território Norte de 2007 (uma série de leis que tratam, entre outras coisas, de mudanças na assistência social e da aplicação da lei nas comunidades indígenas), foi aprovada sem uma consulta genuína ou exame da Comissão Parlamentar Mista sobre Direitos Humanos. A legislação permite uma intervenção muito maior na vida dos indígenas que habitam o Território do Norte.

Em setembro, o governo adiou um referendo sobre o reconhecimento constitucional dos povos indígenas da Austrália.

Refugiados e requerentes de asilo

Em agosto, foi aprovada uma legislação que reintroduziu o processamento fora do território australiano de pessoas em busca de asilo. Em outubro, a Austrália aumentou para 20 mil o número de vagas para acolhimento humanitário.

De acordo com a nova legislação introduzida em novembro, os requerentes de asilo que chegarem de

barco ou serão processados fora do território australiano ou terão direitos reduzidos no país; os que chegarem de avião não estarão sujeitos a tais restrições. Até 30 de outubro, havia 7.633 refugiados e requerentes de asilo detidos na Austrália, entre os quais 797 crianças. Desses requerentes de asilo, mais de 7 mil haviam sido encaminhados para processamento fora do território australiano e ainda não haviam iniciado o processo de determinação da condição de refugiado. Em novembro, 63 refugiados com avaliação de segurança negativa permaneciam detidos por tempo indefinido; entre eles, uma menina e cinco meninos.

■ Em 15 de dezembro, a Austrália mantinha detidos 385 requerentes de asilo, todos homens, em Nauru, e 47 na Ilha Manus, em Papua-Nova Guiné, entre os quais 16 crianças.

B

BOLÍVIA

ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Chefe de Estado e de governo:

Evo Morales Ayma

Os direitos dos povos indígenas à consulta e ao consentimento livre, prévio e informado sobre os projetos de desenvolvimento econômico que os afetam continuaram descumpridos. Vítimas de violações dos direitos humanos cometidas pelos regimes militares no passado continuaram privadas de reparações plenas. Persistiram os atrasos na administração da Justiça. Violações à liberdade de expressão foram relatadas.

Informações gerais

Ocorreram protestos generalizados por mudanças econômicas e sociais e em defesa dos direitos indígenas. Em alguns casos, a polícia reagiu com força excessiva.

Em setembro, após uma visita à Bolívia, o relator especial da ONU sobre racismo reconheceu os progressos alcançados, mas manifestou preocupação com a persistente discriminação dos povos indígenas e de outras comunidades em perigo.

Direitos dos povos indígenas

Em fevereiro, foi aprovada uma lei requerendo que os índios do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Sécure (TIPNIS) fossem consultados sobre os planos governamentais de construir uma estrada que cruzaria o parque. Em abril, comunidades indígenas que se opunham à construção da estrada realizaram uma marcha até La Paz, argumentando que a consulta infringia a legislação anterior aprovada para proteger o TIPNIS, as normas internacionais e a Constituição.

Em junho, o Tribunal Constitucional Plurinacional concluiu que a consulta era constitucional, mas que seus parâmetros deveriam ser antes acordados com todas as comunidades indígenas potencialmente afetadas. Em julho, o governo decidiu levar adiante a consulta depois de ter entrado em acordo com somente uma das comunidades indígenas. Em outubro, antes de a consulta terminar, foi iniciada a construção do primeiro trecho da estrada em uma área fora do parque e do território indígena. No fim do ano, os relatórios oficiais sobre o resultado da consulta ainda não estavam concluídos.

Nenhum dos policiais responsáveis pelo uso de força excessiva, em 2011, durante os protestos pacíficos contra a estrada que cruzará o TIPNIS haviam sido levados à Justiça no fim de 2012.

O descumprimento da consulta prévia sobre a exploração de minérios em Mallku Khota, no departamento de Potosí, a ser realizada pela subsidiária boliviana de uma mineradora canadense, provocou distúrbios violentos entre as comunidades locais e a polícia. Em agosto, para acabar com os protestos dos opositores da mineradora canadense, o governo anunciou a nacionalização da mina. Contudo, em dezembro, o conflito entre apoiadores e adversários do projeto prosseguia.

Impunidade e sistema de justiça

Persistiram os atrasos para levar à Justiça os responsáveis por violações dos direitos humanos cometidas sob os governos militares (1964-1982). Atrasos na administração da Justiça resultaram em impunidade em outros casos. Houve denúncias de mau uso do Judiciário contra adversários ou críticos do governo.

■ Em abril e maio, foi aprovada uma legislação que altera o modo de pagamento das indenizações para vítimas de violência política no regime militar e que

prevê a publicação dos nomes das pessoas que obtiveram esse direito. Temia-se que o processo de reparação estivesse sendo injusto e pouco transparente. Dos 6.200 demandantes, apenas cerca de 1.700 obtiveram o benefício. Vítimas de violações dos direitos humanos e seus familiares realizaram longos protestos diante do Ministério da Justiça para exigir, entre outras coisas, maior transparência.

■ Em setembro, as autoridades estadunidenses negaram um pedido de extradição do ex-presidente Gonzalo Sánchez de Lozada para a Bolívia. Ele é acusado de envolvimento com o episódio conhecido como "Outubro Negro", em que 67 pessoas foram mortas e mais de 400 ficaram feridas durante as manifestações em El Alto, próximo a La Paz, no fim de 2003.

■ Apesar dos atrasos, prosseguiram os julgamentos relacionados ao massacre de Pando, em 2008, em que 19 pessoas, na maioria pequenos agricultores, foram mortas e 53 ficaram feridas.

■ Começaram em outubro as audiências do caso em que 39 pessoas são acusadas de participação em uma suposta conspiração para assassinar o presidente Evo Morales em 2009. Nesse mesmo ano, três homens foram mortos em conexão com o caso; porém, as denúncias de os homicídios não terem sido devidamente investigados nem terem seguido o devido processo legal não haviam sido examinadas até o fim do ano.

Liberdade de expressão

Em agosto, ações penais por incitação ao racismo e por discriminação foram impetradas contra dois jornais e uma agência de notícias nacional. O governo argumentou que os três veículos de imprensa deturparam comentários que o presidente Evo Morales havia feito sobre o comportamento da população que vive no leste do país, tendo-o retratado como racista. Houve preocupações de que tais ações pudessem ser uma restrição desproporcional da liberdade de expressão.

Em setembro, o Tribunal Constitucional Plurinacional concluiu que o crime de desacato ("calúnia, injúria e difamação") a um funcionário público era inconstitucional e violava a liberdade de expressão.

Em outubro, o radialista Fernando Vidal foi gravemente ferido quando quatro homens encapuzados atearam-lhe fogo no momento em que ele apresentava seu programa na localidade de

Yacuiba, próximo à fronteira argentina. Ele havia criticado publicamente funcionários públicos locais e denunciado o tráfico de drogas na região. Quatro homens foram presos por envolvimento no ataque. As investigações prosseguiram no fim do ano.

Direitos das mulheres

Em setembro, foi aprovada uma lei que punia o assédio e a violência política contra as mulheres. A lei, que foi bem recebida pelas organizações de mulheres, estabelece mecanismos preventivos e prevê sanções para atos de assédio e para violência cometida contra mulheres candidatas a cargos eleitorais, contra cidadãs eleitas e contra as que trabalham em instituições públicas.

Visitas/relatórios da AI

✈ Representantes da Anistia Internacional visitaram a Bolívia em março e junho.

📄 Open letter to the authorities of the Plurinational State of Bolivia in the context of the dispute concerning the Isiboro Sécore Indigenous Territory and National Park (TIPNIS) (AMR 18/002/2012)

BRASIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Chefe de Estado e de governo:

Dilma Rousseff

A incidência de crimes violentos permaneceu alta. Muitas vezes, a resposta das autoridades envolveu força excessiva e torturas. Jovens negros ainda constituíam uma parte desproporcional das vítimas de homicídio. Houve denúncias de torturas e maus-tratos no sistema carcerário, que se caracterizou por condições cruéis, desumanas e degradantes. Trabalhadores rurais, povos indígenas e comunidades quilombolas (descendentes de escravos fugitivos) sofreram intimidações e ataques. Remoções forçadas em áreas rurais e urbanas continuaram sendo motivo de grave preocupação.

Informações gerais

A situação socioeconômica continuou a melhorar, com mais pessoas saindo da pobreza extrema.

Entretanto, as moradias e as fontes de subsistência dos povos indígenas, dos trabalhadores rurais sem terras, das comunidades de pescadores e dos moradores de favelas em áreas urbanas continuaram sendo ameaçadas por projetos de desenvolvimento.

Em novembro, o Brasil foi reeleito para o Conselho de Direitos Humanos da ONU. Embora tenha criticado as violações ocorridas no conflito armado da Síria, o país absteve-se em uma resolução da Assembleia Geral que manifestava preocupação com a situação dos direitos humanos no Irã.

Em maio, a Câmara dos Deputados aprovou uma emenda constitucional que permite o confisco de terras nas quais se comprove o uso de trabalho escravo. No fim do ano, a reforma ainda aguardava aprovação do Senado.

Impunidade

Em maio de 2012, a presidente Dilma Rousseff criou a Comissão Nacional da Verdade, com mandato para investigar violações dos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988. No decorrer do ano, foram realizadas investigações com base em registros, bem como audiências para colher testemunhos. Entretanto, o fato de algumas audiências terem transcorrido em segredo suscitou preocupações. O estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade levou à criação de diversas comissões da verdade em âmbito estadual, como nos estados de Pernambuco, do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Contudo, persistiram os temores sobre a capacidade do Brasil enfrentar a impunidade por crimes contra a humanidade enquanto a Lei da Anistia de 1979 estiver em vigor. Em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos considerou que a Lei da Anistia brasileira não tinha validade jurídica.

Procuradores federais iniciaram ações penais contra integrantes dos serviços de segurança acusados de sequestro durante os governos militares (1964-1985). Os procuradores argumentaram que tais crimes são "contínuos", ou seja, ainda perduram; portanto, não estão cobertos pela Lei da Anistia.

Segurança pública

Os estados continuaram a adotar práticas policiais repressivas e discriminatórias para enfrentar a violência criminal armada, que matou dezenas de milhares de pessoas. Jovens negros do sexo masculino constituíam um número desproporcional

dessas vítimas, sobretudo no Norte e Nordeste do país.

Em alguns estados, houve queda no número de mortes, geralmente decorrente de ações de segurança pública locais. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, a política de implementação das Unidades de Polícia Pacificadora foi estendida para novas favelas, contribuindo para a redução dos índices de homicídio.

Em janeiro, o governo federal reduziu em quase 50 por cento o financiamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). Apesar de o governo ter prometido implementar algumas políticas importantes para assegurar maior proteção, como, por exemplo, o Plano de Prevenção à Violência Contra a Juventude Negra, denominado "Juventude Viva", temia-se que essas políticas carecessem de financiamento adequado.

Nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, os homicídios cometidos por policiais continuaram a ser registrados como "autos de resistência" ou "resistência seguida de morte". Apesar das evidências de que esses casos envolviam o uso de força excessiva e de que, possivelmente, seriam execuções extrajudiciais, poucos foram efetivamente investigados. Em novembro, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana aprovou uma resolução pedindo que todos os estados parassem de registrar homicídios cometidos por policiais como "autos de resistência" ou "resistência seguida de morte". A resolução pedia ainda que todos os homicídios cometidos por policiais fossem investigados, que as provas periciais fossem resguardadas e que as estatísticas sobre homicídios policiais fossem publicadas regularmente. No fim do ano, a resolução estava sob análise do governo do estado de São Paulo, com vistas a introduzir, em 2013, alterações sobre como denominar os homicídios cometidos por policiais, bem como adotar medidas de preservação das cenas de crimes.

No estado de São Paulo, o número de homicídios aumentou de forma significativa, revertendo a redução alcançada nos oito anos anteriores. Entre janeiro e setembro, foram registrados 3.539 homicídios – um aumento de 9,7 por cento com relação ao mesmo período do ano anterior. O número de homicídios cometidos por policiais também aumentou de forma acentuada: mais de 90 pessoas foram mortas somente no mês de novembro. Na visão

da própria polícia, de especialistas acadêmicos e dos meios de comunicação, esse aumento deveu-se à intensificação dos confrontos entre policiais e a principal organização criminosa do estado, o Primeiro Comando da Capital (PCC). Para combater essa violência, anunciou-se uma iniciativa conjunta dos poderes federal e estadual, sob o comando do recém-designado Secretário Estadual de Segurança Pública.

■ Em maio, três integrantes da tropa de choque da Polícia Militar de São Paulo (ROTA) foram presos. Eles foram acusados de executar extrajudicialmente um suposto membro do PCC durante uma operação policial na Penha, zona oeste de São Paulo, nesse mesmo mês. Uma testemunha descreveu como os policiais detiveram um dos suspeitos e, depois, o espancaram e o mataram a tiros dentro de uma viatura policial.

Membros da polícia continuaram envolvidos com atividades corruptas e criminosas. No Rio de Janeiro, apesar de alguns avanços no provimento da segurança pública, as milícias (grupos criminosos formados, em parte, por agentes da lei ainda ativos ou que já deixaram a função) continuaram a dominar muitas favelas da cidade.

■ Em outubro, integrantes da milícia Liga da Justiça teriam feito ameaças de morte contra os proprietários de uma das empresas de vans da capital, advertindo-os que parassem de operar em quatro áreas da cidade. A suspensão deixou cerca de 210 mil pessoas sem conexão de transporte. As ameaças foram parte das tentativas do grupo de obter o controle dos serviços de transporte na zona oeste da cidade.

Tortura e condições cruéis, desumanas e degradantes

Em julho, o Subcomitê da ONU para Prevenção da Tortura manifestou preocupação com a prática generalizada da tortura e com o fato de as autoridades não assegurarem a realização de investigações e de processos judiciais efetivos. A fim de combater e prevenir a tortura, as autoridades federais e algumas autoridades estaduais recorreram a iniciativas como o Plano de Ações Integradas de Prevenção e Combate à Tortura. Para que essas iniciativas tenham êxito, é fundamental a aprovação da legislação federal que criará um Mecanismo Preventivo Nacional, conforme estabelecido no Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a Tortura. No entanto, grupos de direitos humanos

manifestaram preocupação com uma alteração feita na lei para permitir que a Presidência da República tenha exclusividade na seleção dos integrantes do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Considera-se que tal disposição possa estar em conflito com o Protocolo Facultativo da ONU e com os Princípios relativos ao Estatuto das Instituições Nacionais para a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos ('Princípios de Paris').

O Subcomitê da ONU para a Prevenção da Tortura elogiou o mecanismo estadual do Rio de Janeiro pela independência de sua estrutura e por seus critérios de seleção, bem como por seu mandato. Temia-se, porém, que o mecanismo não estivesse recebendo integralmente seus recursos.

O número de pessoas encarceradas continuou a aumentar. Um déficit de mais de 200 mil vagas no sistema carcerário implica em condições cruéis, desumanas e degradantes serem extremamente frequentes. No estado do Amazonas, uma visita da Anistia Internacional constatou que os detentos eram mantidos em celas fétidas, superlotadas e inseguras. Mulheres e menores eram detidos nas mesmas unidades que os homens. Houve vários relatos de tortura, tais como sufocamento com sacola plástica, espancamentos e choques elétricos. A maioria dessas denúncias envolvia policiais militares do estado.

Direito à terra

Centenas de comunidades foram condenadas a viver em condições deploráveis porque as autoridades não garantiram seu direito à terra. Ativistas rurais e líderes comunitários foram ameaçados, atacados e assassinados. Comunidades indígenas e quilombolas corriam maiores riscos, geralmente por causa de projetos de desenvolvimento.

A publicação, em julho, pela Advocacia Geral da União, da polêmica Portaria 303 provocou protestos de povos indígenas e de ONGs em todo o Brasil. A portaria permitiria que mineradoras, projetos hidrelétricos e instalações militares se estabelecessem em terras indígenas sem o consentimento livre, prévio e informado das comunidades afetadas. No fim do ano, a portaria estava suspensa até uma decisão do Supremo Tribunal Federal.

No fim de 2012, tramitava no Congresso uma proposta de emenda constitucional, a PEC 215, que transferiria a responsabilidade pela demarcação de

terras indígenas e quilombolas dos órgãos oficiais para o Congresso Nacional. Temia-se que, se aprovada, a emenda politizasse o processo e ameaçasse proteções constitucionais.

Grandes obras de infraestrutura continuaram provocando impactos danosos sobre os povos indígenas. As iniciativas que há muito vêm sendo empreendidas para identificar e demarcar terras indígenas continuaram paralisadas.

■ Apesar de uma série de protestos e contestações judiciais, a construção da hidrelétrica de Belo Monte foi levada adiante. Em agosto, os trabalhos foram suspensos após um tribunal federal ter concluído que os povos indígenas não haviam sido devidamente consultados; porém, a decisão foi revogada pelo Supremo Tribunal Federal.

No estado do Mato Grosso do Sul, comunidades indígenas Guarani-Kaiowá continuaram a sofrer intimidações, violências e ameaças de remoção forçada de suas terras tradicionais.

■ Em agosto, depois de reocupar suas terras tradicionais no Mato Grosso do Sul, a comunidade Guarani-Kaiowá de Arroio-Korá foi atacada por pistoleiros que atearam fogo às plantações, gritaram insultos e dispararam tiros. Segundo testemunhas, os atiradores sequestraram o indígena Eduardo Pires. No fim do ano, seu paradeiro ainda era desconhecido.

■ Em outubro, confrontada com uma ordem de despejo, a comunidade de Pyelito Kue/Mbarakay, no Mato Grosso do Sul, divulgou uma Carta Aberta ao governo e ao judiciário brasileiros, na qual denunciava estar vivendo praticamente sob sítio, cercada por pistoleiros e sem o devido acesso a alimentos e a cuidados de saúde. Nesse mesmo mês, uma indígena da comunidade de Pyelito Kue/Mbarakay foi estuprada diversas vezes por oito pistoleiros que, logo após, interrogaram-na a respeito da comunidade. Na semana seguinte, um tribunal federal suspendeu a ordem de despejo até a conclusão de um relatório antropológico que identificaria oficialmente as terras indígenas.

Comunidades quilombolas que lutam por seus direitos constitucionais à terra continuaram a sofrer violências e ameaças de remoção forçada da parte de pistoleiros contratados por proprietários de terras. A situação continuou crítica no Maranhão, onde ao menos nove comunidades foram submetidas a intimidações violentas, e dezenas de líderes

comunitários foram ameaçados de morte.

■ Em novembro, a comunidade de Santa Maria dos Moreiras, no município de Codó, estado do Maranhão, foi invadida por pistoleiros que atiraram contra o assentamento. O ataque foi uma das tentativas sistemáticas dos proprietários de terras locais de expulsar a comunidade, recorrendo a métodos como a destruição de plantações e ameaças de morte contra líderes comunitários.

Defensoras e defensores dos direitos humanos

Defensoras e defensores dos direitos humanos foram submetidos a ameaças e intimidações em consequência direta de seu trabalho. Os que desafiavam interesses econômicos e políticos escusos corriam maior perigo. Uma vez que o Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos ainda apresentava problemas em sua implementação, a proteção aos defensores era inconsistente.

■ Nilcilene Miguel de Lima, uma ativista rural do município de Lábrea, no estado do Amazonas, foi ameaçada, espancada e expulsa de sua casa em maio, depois de denunciar a extração ilegal de madeira na região. Embora tenha recebido proteção armada por meio do Programa Nacional de Proteção, Nilcilene teve que ser retirada da região quando as ameaças contra ela se intensificaram. Desde 2007, pelo menos seis trabalhadores rurais foram mortos naquela área em razão de conflitos por terra.

■ A ativista ambiental Laís Santos Sampaio, do assentamento Praia Alta Piranhira, em Nova Ipixuna, no estado do Pará, continuou a receber ameaças de morte. As ameaças começaram após o assassinato de sua irmã, Maria do Espírito Santo da Silva, e de seu cunhado, José Cláudio Ribeiro da Silva, por matadores de aluguel em maio de 2011. No fim de 2012, ela ainda não havia recebido proteção, pois o Programa de Proteção não estava operante no estado.

■ Em Magé, no estado do Rio de Janeiro, o presidente da organização local dos pescadores, a Associação Homens e Mulheres do Mar (Ahomar), Alexandre Anderson de Souza, e sua esposa, Daize Menezes, receberam uma série de ameaças de morte. A Ahomar vem realizando uma campanha contra a construção de um complexo petroquímico na Baía da Guanabara, no estado do Rio de Janeiro. Ao fim de junho de 2012, os corpos de dois pescadores membros ativos da Ahomar, Almir Nogueira de

Amorim e João Luiz Telles Penetra, foram encontrados na baía. Ambos estavam amarrados.

Direito à moradia

Em 2012, projetos de infraestrutura urbana, muitos deles em preparação para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016, resultaram na remoção forçada de diversas comunidades em todo o Brasil. As remoções foram realizadas sem que os moradores fossem informados de modo completo e oportuno sobre as propostas governamentais que afetariam suas comunidades. As autoridades tampouco estabeleceram um processo genuíno de negociação com as comunidades para estudar alternativas à remoção e, quando necessário, para oferecer a devida indenização compensatória ou moradias alternativas adequadas na mesma área. Em vez disso, as famílias foram levadas para áreas distantes em moradias inadequadas, geralmente com limitação de acesso a serviços básicos, em locais com graves problemas de segurança.

■ No Morro da Providência, no centro do Rio de Janeiro, 140 casas haviam sido demolidas até o fim do ano como parte de um projeto de revitalização urbana da zona portuária da capital, onde cerca de 800 casas foram selecionadas para remoção.

Algumas das comunidades removidas foram transferidas para locais distantes na zona oeste do Rio, onde muitas áreas são dominadas por milícias. Famílias que vivem em conjuntos habitacionais nos bairros do Cosmos, Realengo e Campo Grande relataram ter sido ameaçadas e hostilizadas por integrantes de milícias, sendo que muitas foram forçadas com violência a abandonar seus apartamentos.

■ Em janeiro, mais de seis mil pessoas foram despejadas da área conhecida como Pinheirinho, em São José dos Campos, no estado de São Paulo. Essas pessoas residiam no local desde 2004. Durante a ação, a polícia utilizou balas de borracha, gás lacrimogênio e cães treinados. O despejo foi executado mesmo com uma ordem judicial para que a ação fosse suspensa, enquanto o governo federal ainda negociava para encontrar uma solução que possibilitasse a permanência dos moradores. Os residentes não foram notificados com antecedência, nem tiveram tempo suficiente para retirar seus pertences de casa. As autoridades não ofereceram acomodações alternativas adequadas para os moradores e, no fim do ano, a

maioria estava vivendo em condições degradantes em abrigos improvisados e em outros assentamentos irregulares.

Uma Comissão Parlamentar Municipal de Inquérito foi aberta em São Paulo para investigar os numerosos incêndios que destruíram diversas favelas, muitas delas localizadas em áreas nobres da capital. Em setembro, 1.100 pessoas ficaram desabrigadas devido a um incêndio na favela do Morro do Piolho. Em novembro, 600 moradores perderam suas casas em consequência de um incêndio que destruiu a favela de Aracati. Em julho, cerca de 400 pessoas ficaram sem teto por causa de um incêndio na favela de Humaitá. Em setembro, moradores da favela do Moinho queixaram-se de ter sido impedidos pela polícia de reconstruir suas casas depois que um incêndio destruiu a maioria das residências da comunidade.

Direitos das mulheres

Os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres continuaram ameaçados.

Em março, o Superior Tribunal de Justiça absolveu um homem acusado de estupro de três meninas de 12 anos, argumentando que elas seriam "trabalhadoras do sexo". A decisão, que suscitou condenação nacional e internacional, foi anulada, em agosto, pelo mesmo tribunal.

Visitas/relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram o estado do Amazonas, em março, para investigar a ocorrência de maus-tratos a detentos.

CANADÁ

CANADÁ

Chefe de Estado: Rainha Elizabeth II, representada pelo governador geral David Johnston

Chefe de governo: Stephen Harper

Ocorreram violações contínuas e sistemáticas dos direitos dos povos indígenas. Reformas nas legislações para imigração e refugiados violaram as normas internacionais de direitos humanos.

Direitos dos povos indígenas

Em janeiro, começaram as audiências com um painel de apreciação apontado pelo governo para examinar a proposta de construção de um duto que ligará as áreas petrolíferas de Alberta à costa da Colúmbia Britânica. O controverso projeto *Northern Gateway* atravessaria ou passaria próximo às terras tradicionais de dezenas de Primeiras Nações, muitas das quais manifestaram sua oposição ao projeto.

Em fevereiro, o governo federal reconheceu perante o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD) que a Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas poderia ser usada na interpretação das leis canadenses; entretanto, o governo não tomou qualquer iniciativa para trabalhar com os povos indígenas na implementação da Declaração.

Em fevereiro, o governo introduziu a Lei de Água Potável das Primeiras Nações; porém, a regulamentação da lei não prevê os recursos para que essas comunidades recebam infraestrutura de água.

Em abril, a Corte Federal reverteu uma decisão de 2011 do Tribunal Canadense de Direitos Humanos, indeferindo uma ação por discriminação relativa aos gastos públicos com a proteção de crianças das Primeiras Nações comparados aos gastos com as comunidades de predominância não indígena. No fim do ano, o caso tramitava na Corte Federal de Apelações.

Em 2012, mudanças legislativas restringiram drasticamente os estudos federais de impacto ambiental. O governo afirmou que esses estudos são cruciais para o cumprimento de suas obrigações constitucionais com os povos indígenas.

Direitos das mulheres

Em fevereiro e junho, o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD) e o Comitê contra a Tortura, respectivamente, pediram que o Canadá elaborasse um plano de ação nacional para enfrentar a violência contra as mulheres indígenas. O governo federal não atendeu às solicitações.

Em outubro, foram divulgadas gravações em vídeo dos maus-tratos sofridos por Ashley Smith, de 19 anos, enquanto detida. Ela morreu em uma cadeia provincial de Ontário em 2007. Uma investigação forense sobre seu caso ainda transcorria no fim do ano.

O relatório de um inquérito provincial da Colúmbia

Britânica sobre a resposta da polícia aos casos de mulheres desaparecidas e assassinadas, muitas das quais indígenas, foi divulgado em dezembro. A Anistia Internacional e outras organizações criticaram o fato de o inquérito não ter assegurado a participação plena e efetiva das comunidades afetadas.

Segurança e combate ao terrorismo

Em junho, a Comissão de Queixas da Polícia Militar divulgou um relatório isentando policiais militares de falhas individuais, mas apontando falhas sistêmicas relativas à transferência de prisioneiros no Afeganistão para a custódia de autoridades afegãs.

Em agosto, foi tornada pública uma diretiva ministerial de 2011 que instruiu a Real Polícia Montada do Canadá e a Agência de Serviços de Fronteira do Canadá, nos casos envolvendo séria ameaça à segurança pública, a fazer uso de informações de serviços estrangeiros que poderiam ter sido obtidas mediante tortura e a compartilhar informações com governos estrangeiros mesmo que isso provocasse risco substancial de tortura.

Em setembro, Omar Khadr, um cidadão canadense capturado pelas forças estadunidenses no Afeganistão em 2002, quando tinha 15 anos, e detido desde então na base de Guantánamo, foi transferido para uma prisão no Canadá. Um acordo de admissão de culpa em 2011 garantiu-lhe o direito de ser transferido, o que só ocorreu 11 meses depois.

Refugiados e requerentes de asilo

Foi aprovada em junho uma legislação requerendo a detenção compulsória de requerentes de asilo que chegassem de modo irregular ao Canadá. De acordo com a legislação, nem esses indivíduos, nem os solicitantes de asilo provenientes de países de origem designados como seguros poderiam ter acesso à Divisão de Apelação para Refugiados.

Em junho, o governo introduziu novas leis que privariam um grande número de residentes permanentes com antecedentes criminais da possibilidade de recorrerem ou de solicitarem auxílio humanitário contra ordens de deportação.

Também em junho, o governo aplicou cortes drásticos ao Programa Federal Temporário de Saúde para refugiados. Entre outras restrições, requerentes de asilo de países de origem designados como seguros somente poderiam usufruir de serviços de

saúde caso apresentassem risco à saúde de outros.

■ Em setembro, Kimberly Rivera, cuja solicitação da condição de refugiada com base em sua deserção das forças armadas estadunidenses por razões de consciência fora rejeitada, foi deportada para os EUA, onde foi presa. No fim do ano, ela estava encarcerada na base militar de Fort Carson, onde aguardava ser julgada por um tribunal militar.

Forças policiais e de segurança

Em maio, uma legislação que limita a liberdade de expressão e de reunião foi promulgada na província de Quebec em resposta às extensas manifestações estudantis. Em setembro, após uma troca de governo, a legislação foi suspensa. O governo não respondeu aos apelos para que fosse iniciada uma investigação pública sobre os abusos cometidos pela polícia durante as manifestações.

Em maio, a Diretoria Independente de Avaliação da Polícia da província de Ontário recomendou a adoção de procedimentos disciplinares contra 36 policiais, por delitos relativos ao policiamento das manifestações realizadas durante a Cúpula do G20, em Toronto, em 2010. Audiências disciplinares e contestações judiciais prosseguiram no fim do ano.

Prestação de contas corporativa

Em maio, foi divulgado um relatório de notificação compulsória sobre os impactos do Acordo de Livre Comércio entre o Canadá e a Colômbia, o qual entrou em vigor em agosto de 2011. O governo alegou ser muito cedo para avaliar os efeitos do acordo.

Em novembro, a Suprema Corte recusou-se a considerar o recurso de uma ação impetrada contra uma empresa mineradora canadense por suposta responsabilidade em abusos dos direitos humanos cometidos na República Democrática do Congo. Tribunais de instâncias inferiores haviam decidido que o Canadá não era a jurisdição adequada para julgamento do caso.

Visitas/relatórios da AI

📄 [Canada: Summary of recommendations from Amnesty International's briefing to the UN Committee on the Elimination of Racial Discrimination \(AMR 20/003/2012\)](#)

📄 [Canada: Briefing to the UN Committee against Torture, 48th Session \(AMR 20/004/2012\)](#)

📄 [Canada: Briefing to the UN Committee on the Rights of the Child: 61st Session \(AMR 20/006/2012\)](#)

CHINA

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Chefe de Estado:

Hu Jintao

Chefe de governo:

Wen Jiabao

As autoridades continuaram a oprimir ativistas políticos, defensores dos direitos humanos e ciberativistas, submetendo muitos deles a hostilidades, intimidações, detenções arbitrárias e desaparecimentos forçados. Pelo menos 130 pessoas foram detidas ou sofreram restrições com o fim de sufocar críticas e impedir protestos no período que antecedeu a transição de liderança iniciada no 18º Congresso do Partido Comunista Chinês em novembro. O acesso à Justiça permaneceu distante para muitos, situação que levou milhões de pessoas a peticionarem o governo para reclamar das injustiças e a buscarem reparação fora do sistema judiciário formal. Muçulmanos, budistas e cristãos que praticavam sua religião fora dos canais sancionados oficialmente, assim como os praticantes de Falun Gong, foram torturados, hostilizados, detidos de modo arbitrário, encarcerados e submetidos a outras sérias restrições de seu direito à liberdade religiosa. Os governos locais continuaram recorrendo à venda de terras para financiar programas de incentivo que provocaram a remoção forçada de milhares de pessoas de suas casas ou de suas terras por todo o país. As autoridades informaram que fariam novas restrições aos processos judiciais para pena de morte; no entanto, milhares foram executados.

Informações gerais

O Partido Comunista chinês realizou sua primeira troca oficial de liderança nos últimos 10 anos durante o 18º Congresso do Partido Comunista da China (CPCC) em novembro. Xi Jinping foi designado líder do partido e Li Keqiang designado segundo homem na hierarquia do Comitê Permanente do Politburo do Partido Comunista da China. Em março de 2013, os dois deverão substituir, respectivamente, o presidente Hu Jintao e o primeiro-ministro Wen Jiabao.

Sistema de justiça

O Estado continuou a usar o sistema de justiça criminal para punir seus críticos. Centenas de indivíduos e grupos foram sentenciados a longas penas de prisão ou foram mandados para campos de reeducação pelo trabalho por exercerem pacificamente seu direito à liberdade de expressão e de crença. Pessoas foram frequentemente acusadas de "pôr em risco a segurança do Estado", de "incitar a subversão do poder do Estado" e de "vazar segredos de Estado", sendo sentenciadas a longas penas de prisão, em muitos casos, por causa das postagens que fizeram em blogs ou por compartilharem com pessoas de fora do país informações consideradas sensíveis.

Advogados que assumiram casos controversos enfrentaram hostilidades e ameaças das autoridades e, em alguns casos, a perda de suas licenças profissionais, o que limitou severamente o acesso da população à Justiça.

Réus em ações penais tiveram seu direito a um julgamento justo e outros direitos rotineiramente violados, com a negação de seu acesso a advogados e familiares, detenção por períodos mais longos do que legalmente permitido, tortura e outros maus-tratos em detenção. A tortura continuou sendo utilizada de modo generalizado para extrair confissões.

As revisões do Código de Processo Penal, adotadas em março para vigorarem a partir de 1º de janeiro de 2013, reforçaram as proteções para réus e suspeitos menores de idade, bem como para pessoas com deficiências mentais. Porém, pela primeira vez, as revisões autorizaram a polícia a deter suspeitos por até seis meses em certos tipos de crime, tais como "pôr em risco a segurança do Estado", sem que a família do suspeito seja notificada de seu paradeiro ou dos motivos da detenção. Tais revisões, portanto, podem ter legalizado os desaparecimentos forçados.

Prisões e detenções arbitrárias

De modo arbitrário, a polícia privou de liberdade centenas de milhares de pessoas ao colocá-las sob detenção administrativa, inclusive em campos de reeducação pelo trabalho, sem que elas pudessem recorrer a tribunais independentes.

As autoridades mantiveram em funcionamento centenas de locais de detenção, como "cadeias negras" e Centros de Treinamento para Educação

Legal, onde milhares de pessoas eram mantidas arbitrariamente e onde a tortura, às vezes até a morte, era um método estabelecido de "correção" e dissuasão.

■ Chen Guangcheng, ativista deficiente visual da cidade de Shandong, bem como seus familiares, foram torturados e mantidos ilegalmente em prisão domiciliar por um ano e meio antes de conseguirem fugir e buscar refúgio na embaixada dos Estados Unidos em abril de 2012. Após um impasse diplomático, em maio eles obtiveram permissão para viajar aos EUA.

■ Hu Jia, ativista ambiental e de direitos humanos, permaneceu em prisão domiciliar monitorada desde que foi libertado em junho de 2011. Em novembro de 2012, antes do Congresso do Partido Comunista, ele foi obrigado pela polícia de segurança interna a deixar sua residência em Pequim, tendo sido mantido em um hotel até o dia 16 de novembro.

Defensoras e defensores dos direitos humanos

A tensão entre o governo e a sociedade civil permaneceu alta. Acadêmicos e ativistas publicaram várias cartas abertas ao governo e aos futuros líderes pedindo a extinção dos campos de reeducação pelo trabalho e de outros sistemas de detenção arbitrários, tais como as "cadeias negras" e as detenções psiquiátricas.

As autoridades destinaram 701 bilhões de yuans (cerca de 112 bilhões de dólares) do orçamento para manutenção da segurança pública, um aumento de quase 30 bilhões com relação a 2011. Governos provinciais quiseram que autoridades subordinadas locais "intensificassem os trabalhos comunitários" no período que antecedeu a transição do Partido Comunista chinês. As ações incluíam coletar informação dos monitores comunitários, geralmente advertindo os dissidentes e suas famílias, e encarcerar os críticos do governo ou colocá-los em prisão domiciliar, sempre com o propósito de silenciar as opiniões divergentes.

No fim de 2011 e começo de 2012, vários defensores dos direitos humanos que constantemente pediam reformas políticas foram sentenciados a longas penas de prisão por "incitar a subversão do poder do Estado" em artigos e poemas que eles escreviam e distribuíam. Tais sentenças foram de 10 anos para o líder do fórum de direitos humanos de Guizhou, Chen Xi, e para o ativista Li Tie;

de nove anos para o ativista de direitos humanos Chen We, de Sichuan; de sete anos para Zhu Yufu, membro do Partido Democrático de Zhejiang; e, no fim de 2012, de oito anos para Cao Haibo, ciberativista de Jiangsu que organizou um grupo online para discutir direito constitucional e democracia.

Defensores dos direitos humanos que trabalham com direitos econômicos, sociais e culturais também foram visados, tendo sido vigiados, hostilizados ou acusados de delitos formulados de forma vaga.

■ Feng Zhenghu, ativista pelo direito à moradia de Xangai, foi colocada em prisão domiciliar no fim de fevereiro, e permaneceu presa durante todo o ano.

■ Mao Hengfeng, ativista pelo direito das mulheres e pelo direito à moradia, foi detida novamente por "perturbar a ordem pública" um mês antes do 18º Congresso do Partido Comunista. Posteriormente, ela recebeu ordem para cumprir 18 meses de reeducação pelo trabalho.

■ Em julho, após um segundo julgamento, Ni Yulan, ativista pelo direito à moradia e advogada de direitos humanos, foi sentenciada, junto com seu marido, respectivamente a 30 e a 24 meses de prisão por "criar discórdia e causar problemas".

■ Em 6 de junho, Li Wangyang, dissidente veterano e ativista dos direitos trabalhistas, foi encontrado morto em um hospital poucos dias depois que uma entrevista, na qual ele falava sobre ter sido torturado, foi ao ar em Hong Kong. As autoridades alegaram que ele suicidou-se por enforcamento; porém, muitas pessoas questionaram essa possibilidade. Li Wangyang era cego, surdo e não conseguia caminhar sem auxílio – consequência das torturas que sofreu durante o tempo em que ficou preso após a repressão de 1989. Ele foi encarcerado duas vezes por períodos que, somados, chegam a mais de 21 anos.

Pena de morte

Penas de morte continuaram a ser impostas após julgamentos injustos. Mais pessoas foram executadas na China do que em todo o resto do mundo junto. As estatísticas sobre sentenças de morte e execuções permaneceram secretas. De acordo com as leis chinesas atuais, não existia qualquer procedimento para que prisioneiros condenados à morte buscassem indulto ou a comutação de suas sentenças.

■ Em maio, as autoridades rescindiram a sentença de morte imposta à empresária Wu Ying por "coleta

fraudulenta de fundos", o que fomentou debates sobre a abolição da pena capital para crimes contra a ordem econômica.

Emendas ao Código de Processo Penal permitiam à Suprema Corte do Povo revisar sentenças de morte em todos os casos e tornavam compulsória a gravação dos interrogatórios de suspeitos que pudessem ser submetidos à pena de morte ou à prisão perpétua. As emendas exigiam que tribunais, promotores e policiais notificassem os agentes judiciais para que designassem um advogado de defesa para todos os réus e suspeitos criminais que pudessem ser condenados à pena capital ou à prisão perpétua e que ainda não tivessem obtido assistência judiciária. Juristas chineses pediram que a assistência jurídica fosse garantida em todas as etapas dos processos criminais passíveis de pena capital.

Em novembro, as autoridades anunciaram que um sistema de doação de órgãos voluntário seria lançado nacionalmente no início de 2013, com o intuito de acabar com a dependência de órgãos removidos de prisioneiros executados.

Direito à moradia – remoções forçadas

Despejos repentinos e violentos foram amplamente executados, sendo tipicamente precedidos de ameaças e hostilidades. Raramente os moradores afetados foram consultados. Indenizações, moradias alternativas adequadas e acesso a recursos legais eram extremamente limitados. Houve vários casos em que líderes corruptos de vilarejos assinaram acordos com empreendedores privados, nos quais transferiam terras sem que os moradores soubessem. Quem resistisse pacificamente às remoções forçadas ou buscasse proteger seus direitos por meio de canais judiciais arriscava-se a ser detido, preso ou enviado para campos de reeducação pelo trabalho. Algumas pessoas recorreram a ações mais drásticas, como atear fogo ao próprio corpo ou envolver-se em formas violentas de protesto.

Os Regulamentos de 2011 sobre Desapropriação de Casas em Terras do Estado e Indenizações ainda eram pouco cumpridos. Esses dispositivos proibiam o uso de violência em despejos urbanos e asseguravam algumas proteções limitadas a proprietários de casas ameaçados de remoção. Em novembro, o Conselho de Estado apresentou à Assembleia Popular Nacional da China algumas propostas de emendas à Lei de

Administração de Terras de 1986. Esperava-se que a revisão da lei proporcionasse proteções legais contra remoções forçadas e maiores indenizações para os moradores das áreas rurais.

■ As autoridades continuaram a demolir as casas do vilarejo de Shiliuzhuang, em Pequim, entre os meses de abril e agosto. Algumas demolições ocorreram às 5 horas da manhã, sem qualquer aviso prévio. Não se ofereceu aos moradores qualquer alternativa de moradia, e alguns não receberam indenização alguma pelo que perderam. Os residentes afirmaram que não foram consultados. Alguns relataram terem sido espancados e detidos brevemente às vésperas da remoção.

Região Autônoma do Tibete

As autoridades continuaram a reprimir o direito dos tibetanos de desfrutar de sua própria cultura e de promovê-la, bem como seus direitos à liberdade de religião, de expressão, de associação pacífica e de reunião. A discriminação socioeconômica contra as pessoas de etnia tibetana persistia de modo descontrolado. No decorrer do ano, pelo menos 82 monges, monjas e leigos tibetanos atearam fogo ao próprio corpo, fazendo que o número de autoimolações nas áreas de população tibetana da China chegasse a, pelo menos, 95 desde fevereiro de 2009.

■ Ao menos três homens foram sentenciados a até sete anos e meio de prisão, em casos distintos, por passarem informações sobre episódios de autoimolação para organizações e meios de comunicação do exterior.

Inúmeras pessoas suspeitas de participar de manifestações contra o governo foram espancadas, detidas, submetidas a desaparecimentos forçados ou condenadas em julgamentos injustos. Acredita-se que pelo menos duas pessoas tenham morrido em consequência de lesões causadas por espancamentos da polícia.

■ Em janeiro, segundo informações, as forças de segurança dispararam contra manifestantes tibetanos em três incidentes diferentes na província de Sichuan, matando pelo menos uma pessoa e ferindo muitas outras.

As autoridades utilizaram campanhas de "patriotismo" e "educação legal" para obrigar os tibetanos a denunciar o Dalai Lama. Funcionários governamentais reforçaram sua interferência na

administração dos mosteiros e expulsaram alguns monges.

Região Autônoma Uigur de Xinjiang

As autoridades mantiveram sua política de "linha dura", criminalizando o que rotularam como atividades "religiosas ilegais" e "separatistas", bem como reprimindo expressões pacíficas de identidade cultural.

■ Em janeiro, a imprensa relatou que entre 16 e 20 uigures que haviam sido repatriados à força do Camboja, em dezembro de 2009, foram sentenciados a penas que variavam de 16 anos de prisão a prisão perpétua.

■ Em maio, nove uigures foram sentenciados a penas de prisão que variavam entre 6 e 15 anos, por participarem de supostas "atividades religiosas ilegais". Em junho, um menino de 11 anos chamado Mirzahid morreu sob custódia. Ele havia sido detido por estudar em uma "escola religiosa ilegal".

■ Em julho, dezenas de famílias revelaram a grupos do exterior sua busca constante por familiares que estavam desaparecidos desde a repressão que se seguiu aos distúrbios de julho de 2009. O mais jovem dentre eles tinha 16 anos quando desapareceu.

■ Patigul, mãe de Imammet Eli, que tinha 25 anos quando foi detido, revelou à imprensa estrangeira que estava procurando por seu filho desde sua detenção em 14 de julho de 2009. Ela disse que ex-internos contaram-lhe que Imammet havia sido torturado sob detenção e que havia sido levado para um hospital em agosto de 2009. Desde então, ela não teve mais notícias dele.

Região Administrativa Especial de Hong Kong

Mudanças legais e institucionais

Em março, Leung Chun-ying foi designado novo Chefe do Executivo de Hong Kong, não diretamente pelo povo, mas por uma Comissão Eleitoral de 1.193 membros. Poucos dias antes das eleições, 220 mil pessoas votaram em uma eleição fictícia realizada para protestar contra o que chamaram de "eleição por um pequeno círculo", cujo resultado foi amplamente considerado como tendo sido determinado pelo governo em Pequim.

Temores com relação à independência do Judiciário e de outros órgãos governamentais surgiram em setembro, quando o secretário-chefe de

Hong Kong declarou que a Ouvidoria e a Comissão Independente de Combate à Corrupção eram grandes obstáculos para a implementação de políticas públicas. Em outubro, a ex-secretária de Justiça criticou os juízes de Hong Kong por eles não entenderem o relacionamento que existe entre Pequim e Hong Kong.

O governo planejava introduzir a disciplina de Educação Moral e Nacional nas escolas primárias a partir do início de 2012. Muitas pessoas consideraram que isso constituiria propaganda política, sendo que os estudantes seriam avaliados não apenas por seu conhecimento da matéria, mas também por quanto se identificavam emocionalmente com o Estado. No dia 29 de julho, mais de 90 mil pessoas participaram de um protesto contra essa mudança curricular. Depois de o governo ter inicialmente ignorado as demandas dos manifestantes, no fim de agosto eles se reuniram diante da sede do governo e alguns entraram em greve de fome. No ápice da campanha, cerca de 100 mil pessoas participaram dos protestos que duraram uma semana. No dia 8 de setembro, o governo anunciou que o plano seria suspenso por tempo indeterminado.

Em novembro, a legisladora Cyd Ho Sau-lan apresentou uma moção não vinculante pedindo a realização de uma consulta pública sobre uma nova lei para proteger as pessoas de discriminação com base na orientação sexual. A moção foi rejeitada.

Direitos dos trabalhadores migrantes

Aproximadamente 300 mil trabalhadores domésticos migrantes viviam em Hong Kong, todos eles excluídos da lei do salário-mínimo. Esses trabalhadores pagavam regularmente às agências recrutadoras uma quantia equivalente a entre 3 e 6 meses do seu salário em taxas, apesar de uma lei em Hong Kong limitar a quantia que uma agência pode cobrar a 10 por cento do salário que o trabalhador recebe no primeiro mês. Em setembro, o salário mínimo separado permitido por lei para trabalhadores domésticos migrantes aumentou de 483 dólares para 506 dólares por mês; porém, muitos trabalhadores não recebiam esse mínimo.

■ No dia 28 de março, o Tribunal de Recursos revogou a decisão anterior de um tribunal de primeira instância favorável à cidadã filipina Vallejos Evangeline Baneo. Ela trabalhava como empregada doméstica em Hong

Kong desde 1986, e demandava que os trabalhadores domésticos migrantes tivessem direito a solicitar um visto permanente e o direito de residência. O caso foi admitido pelo Tribunal de Última Instância e tinha julgamento previsto para o início de 2013.

Região Administrativa Especial de Macau

No dia 29 de fevereiro, o Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional da China decidiu que, em 2014, não haverá eleições diretas para o cargo de Chefe do Executivo. A tarefa de escolher o Chefe do Executivo continuará a cargo da Comissão Eleitoral, que, na última eleição, era composta por 300 membros, dos quais apenas seis haviam sido eleitos de forma direta. Políticos pró-democracia instaram o governo a reformar o atual sistema eleitoral, inclusive com aumento na proporção de cadeiras preenchidas por eleição direta em uma legislatura. Em uma pesquisa de opinião pública realizada em abril, a maioria dos entrevistados apoiou a reforma eleitoral.

■ No dia 1º de maio, a polícia interferiu em uma manifestação pacífica em que dezenas de jornalistas vestiram camisetas pretas em protesto contra a autocensura imposta pelos grandes meios de comunicação de Macau.

Visitas/relatórios da AI

📄 Standing their ground: Thousands face violent eviction in China (ASA 17/001/2012)

COLÔMBIA

REPÚBLICA DA COLÔMBIA

Chefe de Estado e de governo: **Juan Manuel Santos Calderón**

Um diálogo de paz entre o governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) foi iniciado formalmente na Noruega em outubro – o primeiro diálogo dessa natureza em uma década. Persistiram os temores de que uma paz estável não seria possível sem um compromisso verificável pelos dois lados de pôr fim aos abusos dos direitos humanos e sem um compromisso das autoridades de levar os perpetradores à Justiça.

Em dezembro, o Congresso aprovou uma lei conferindo ao sistema de justiça militar um maior controle sobre as investigações de violações dos direitos humanos, ameaçando solapar o direito das vítimas à verdade, à justiça e à reparação.

Todas as partes no prolongado conflito armado – forças de segurança, atuando sozinhas ou coligadas aos paramilitares, e grupos guerrilheiros – continuaram sendo responsáveis por graves violações e abusos do direito internacional humanitário, como homicídios ilegais, desalojamentos forçados, tortura, sequestros ou desaparecimentos forçados e violências sexuais. As principais vítimas foram os povos indígenas, as comunidades de agricultores e de afrodescendentes, as defensoras e defensores dos direitos humanos e os sindicalistas.

A Lei de Vítimas e Restituição de Terras, concebida para que sejam devolvidos a seus proprietários de direito alguns dos milhões de hectares de terras que foram expropriadas, quase sempre com violência, no decorrer do conflito, entrou em vigor no dia 1º de janeiro. Porém, a reação contrária daqueles que se beneficiaram dessas expropriações resultou em ameaças e assassinatos das pessoas que se mobilizaram para que as terras fossem restituídas, bem como das que tentavam voltar para suas terras.

Conflito armado interno

Os civis continuaram a sofrer as piores consequências dos abusos dos direitos humanos e das violações do direito internacional humanitário que se relacionavam ao conflito. Embora os números exatos não estivessem disponíveis, sabe-se que dezenas de milhares de pessoas foram forçadas a abandonar suas casas em 2012 em consequência direta do conflito. Em sua maioria eram indígenas, afrodescendentes e agricultores das zonas rurais.

■ Em junho, mais de 130 pessoas do município de El Tarra, no departamento de Norte de Santander, e aproximadamente 400 pessoas do município de Leiva, no departamento de Nariño, foram obrigadas a fugir de suas casas.

Comunidades civis, como a Comunidade de Paz de San José de Apartadó, no departamento de Antioquia, que resistem a ser arrastadas para o conflito pelas partes beligerantes, continuaram sendo submetidas a sérios abusos dos direitos humanos.

■ Em 28 de junho, dois integrantes da Comunidade de Paz foram perseguidos por 50 paramilitares armados das Autodefesas Gaitanistas da Colômbia, que ameaçaram matar o agricultor Fabio Graciano.

■ Em 4 de fevereiro, dois paramilitares em uma motocicleta dispararam contra Jesús Emilio Tuberquia, representante legal da Comunidade de Paz. O ataque, na cidade de Apartadó, aconteceu a apenas cem metros de um posto de controle policial.

Atentados a bomba em áreas urbanas causaram a morte de civis.

■ Em 15 de maio, a explosão de um carro bomba na capital Bogotá feriu mais de 50 pessoas, entre elas o ex-ministro do Interior, Fernando Londoño. Seu motorista e seu guarda-costas foram mortos. Embora nenhum grupo tenha reivindicado a autoria do atentado, as autoridades culpam as FARC.

Em julho, a Colômbia ratificou a Convenção Internacional sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados. Porém, não reconheceu a competência do Comitê da ONU para Desaparecimentos Forçados, negando, assim, às vítimas e a seus familiares um importante recurso para a justiça. Apesar da dificuldade em estabelecer os números exatos, acredita-se que, pelo menos, 30 mil pessoas desapareceram à força no decorrer do conflito.

■ Hernán Henry Díaz, porta-voz da Mesa de Organizações Sociais do departamento de Putumayo e membro da Federação Nacional Sindical Unitária Agropecuária (FENSUAGRO), foi visto pela última vez no dia 18 de abril. Na época de seu desaparecimento forçado, ele coordenava a participação dos delegados de Putumayo em uma manifestação política nacional que aconteceria no fim daquele mês em Bogotá.

Direitos dos povos indígenas

O impacto do conflito sobre os povos indígenas intensificou-se com as hostilidades que assolam seus territórios, principalmente nos departamentos de Cauca e de Valle del Cauca. Segundo a Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC), pelo menos 84 índios foram mortos em 2012, dos quais 21 eram líderes em suas comunidades.

■ No dia 12 de agosto, Lisandro Tenorio, liderança espiritual dos índios Nasa, foi morto a tiros, supostamente por guerrilheiros das FARC, diante de sua casa em Caloto, no departamento de Cauca.

Milhares de índios foram obrigados a abandonar suas moradias por causa das hostilidades. Em julho, mais de 1.500 índios foram desalojados à força de suas terras em Bagadó, no departamento de Chocó.

Autoridades de alto escalão fizeram declarações relacionando líderes e comunidades indígenas a grupos guerrilheiros. Em agosto, por exemplo, o ministro da Defesa acusou as FARC de infiltrarem-se no movimento indígena. Tais afirmações fomentam uma atmosfera em que os abusos contra os povos indígenas são tolerados, encorajados e facilitados.

Restituição de terras

A Lei de Vítimas e Restituição de Terras provocou a reação contrária de quem se beneficiou das expropriações. Pessoas que se mobilizaram pela restituição foram assassinadas ou ameaçadas, e os temores sobre a capacidade das autoridades para proteger essas pessoas persistiam. Denúncias sobre grupos paramilitares autodenominados "exércitos antirrestituição" surgiram em diversas regiões da Colômbia. Durante o ano, esses grupos fizeram várias ameaças de morte contra organizações de direitos humanos e ativistas rurais.

A lei excluía muitas das vítimas dos abusos de grupos paramilitares, os quais o governo não mais reconhecia como parte no conflito. Ademais, incluía dispositivos que comprometiam as iniciativas de devolução de terras e o direito das vítimas à verdade, à justiça e à reparação. No dia 12 de setembro, a Corte Constitucional julgou inconstitucionais algumas partes da lei, como as medidas que eximiam de ações judiciais os "testas de ferro" que entregavam terras indevidamente expropriadas. A Corte também declarou inconstitucionais as disposições que negariam a restituição de terras a vítimas que se acreditasse terem empreendido ações "ilegais" durante sua campanha pela devolução de suas terras ocupadas.

Forças de segurança

As forças de segurança foram responsáveis por graves abusos dos direitos humanos e do direito internacional humanitário, às vezes em conluio com grupos paramilitares. Execuções extrajudiciais efetuadas diretamente pelas forças de segurança continuaram sendo registradas, embora em menor escala do que em anos anteriores.

■ No dia 2 de outubro, o corpo de Norbey Martínez

Bonilla, de 15 anos, foi entregue às autoridades civis da cidade de Cali pelas forças de segurança, que alegaram tratar-se de um guerrilheiro morto em combate. O adolescente havia desaparecido de sua casa em Caloto, no departamento de Cauca, no dia 28 de setembro, durante um embate entre forças de segurança e grupos guerrilheiros. Norbey Martínez Bonilla era morador do vilarejo de El Pedregal, que, em 2010, foi objeto de medidas de proteção determinadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Foram escassos os avanços no sentido de levar perpetradores à Justiça. O sistema de justiça militar costumava extinguir as investigações sobre violações dos direitos humanos em que membros das forças de segurança eram implicados. Um relatório do relator especial da ONU sobre execuções sumárias, arbitrárias ou extrajudiciais publicado em maio observava que "as constantes tentativas do sistema de justiça militar de reivindicar competência sobre determinados casos é motivo de grande preocupação".

Paramilitares

Apesar de sua suposta desmobilização, os grupos paramilitares, rotulados pelo governo como "bandos criminosos" (*Bacrim*), foram responsáveis por graves violações dos direitos humanos, como homicídios, desaparecimentos forçados e operações de "limpeza social" em áreas urbanas carentes. Algumas dessas violações foram cometidas com a conivência ou com o consentimento das forças de segurança. Suas vítimas eram principalmente sindicalistas, defensores dos direitos humanos e líderes comunitários, assim como representantes de grupos indígenas ou comunidades afrodescendentes e camponesas.

■ Em 23 de março, os paramilitares desapareceram à força com Manuel Ruiz e seu filho de 15 anos, Samir de Jesús Ruiz, membros da comunidade afrodescendente mestiça de Apartadocito, na bacia do rio Curvaradó, departamento de Chocó. Em 24 de março, um paramilitar informou sua família que eles haviam sido mortos. O corpo de Manuel Ruiz foi encontrado no dia 27 de março, e o de seu filho, que foi torturado, no dia seguinte. Os assassinatos aconteceram logo antes de uma inspeção do governo para determinar a propriedade da terra de Los Piscingos, da qual a família de Manuel Ruiz e outras famílias foram expulsas pelos paramilitares e pelas forças de segurança em 1996.

O processo de Justiça e Paz, iniciado em 2005, continuou a privar as vítimas de abusos dos paramilitares do direito à verdade, à justiça e à reparação. Segundo a Procuradoria Geral da Nação, até 1º de dezembro, apenas 14 paramilitares haviam sido condenados por violações dos direitos humanos com base no processo de Justiça e Paz.

Em dezembro, o Congresso aprovou uma reforma no processo de Justiça e Paz, permitindo que combatentes ilegais que não se desmobilizaram quando a lei entrou em vigor pudessem beneficiar-se de suas disposições.

Guerrilheiros

As FARC e o Exército de Libertação Nacional (ELN) cometeram graves abusos e violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário, tais como assassinatos, tomada de reféns, desaparecimentos forçados, recrutamento de crianças e uso de armas indiscriminadas. Nos primeiros sete meses de 2012, minas terrestres, geralmente colocadas pelos grupos guerrilheiros, mataram 25 civis e 22 membros das forças de segurança.

Em fevereiro, as FARC anunciaram que deixariam de sequestrar civis em troca de resgate; porém, não se comprometeram a terminar com todos os abusos. Mais de 305 pessoas foram sequestradas em 2012, principalmente por criminosos, mas também por guerrilheiros.

■ No dia 24 de julho, a jornalista Éilda Parra Alfonso e a engenheira Gina Paola Uribe Villamizar foram sequestradas pelo ELN em Saravena, no departamento de Arauca. Ambas foram libertadas uma semana depois.

■ Em abril, as FARC libertaram seis policiais e quatro soldados que o grupo mantinha cativos desde a década de 1990.

As FARC efetuaram ataques indiscriminados que colocaram em risco a vida de civis.

■ Em julho, as FARC atacaram um campo de petróleo no departamento de Putumayo, matando cinco civis.

Impunidade

Houve alguns êxitos em fazer que perpetradores de abusos dos direitos humanos prestassem contas de seus atos.

■ Em agosto, um tribunal civil condenou o general da reserva Rito Alejo del Rio a 26 anos de prisão pelo assassinato de um agricultor por paramilitares. O tribunal constatou que Rito Alejo del Rio não teve participação direta nesse ou nos muitos outros assassinatos cometidos na área sob seu comando; porém, o general mantinha relações estreitas com os paramilitares, permitindo que cometessem abusos com impunidade.

A vasta maioria dos responsáveis por violações dos direitos humanos continuaram a evadir a Justiça. Pessoas com algum envolvimento em processos criminais relativos a direitos humanos, como advogados e testemunhas, receberam ameaças e foram mortos.

■ No dia 10 de outubro, um homem apontou uma arma para Alfamir Castillo, mãe de um homem morto por soldados em 2009 no departamento de Valle del Cauca, ameaçando matar a ela e a seus advogados, Jorge Molano e Germán Romero. A ameaça foi feita poucos dias antes de uma audiência judicial sobre o envolvimento de quatro militares no caso de seu filho; sete soldados já estão cumprindo longas penas de prisão pelo homicídio.

Duas leis ameaçavam agravar a impunidade. Em junho, o Congresso aprovou o "marco legal para a paz", que poderia permitir que violadores dos direitos humanos se esquivassem da Justiça. Em dezembro, o Congresso aprovou uma reforma na Constituição, que daria aos militares maior controle sobre as investigações criminais que implicam membros das forças de segurança em violações dos direitos humanos, podendo fazer que muitos casos de violações dos direitos humanos fossem transferidos ao sistema de justiça militar, contrariando as normas internacionais de direitos humanos. Em outubro, 11 relatores especiais e peritos independentes da ONU criticaram a reforma.

Defensoras e defensores dos direitos humanos

Apesar de o governo ter condenado publicamente os ataques contra defensores dos direitos humanos, eles continuaram a sofrer ataques, ameaças, perseguições judiciais e roubo de informações sensíveis sobre ações judiciais. Em 2012, pelo menos 40 defensores dos direitos humanos e líderes comunitários, bem como 20 sindicalistas, foram mortos.

■ Em 28 de fevereiro, o grupo paramilitar *Águilas*

Negras – Bloque Capital enviou ameaças de morte para diversas ONGs de direitos humanos, inclusive organizações de mulheres e organizações que trabalham com questões de restituição de terras, acusando-as de fazer "lavagem cerebral nas pessoas desalojadas, fazendo-se passar por defensores dos direitos humanos" e dizendo que "parem de criar confusão com a questão da restituição de terras".

Mulheres defensoras dos direitos humanos foram alvo de ataques, principalmente dos grupos paramilitares. Algumas foram estupradas com o propósito de silenciá-las.

■ No dia 29 de janeiro, Cleiner María Almanza Blanco, líder comunitária que trabalha com mulheres desalojadas, foi obrigada, por um grupo de homens não identificados, a entrar em um táxi. Eles a levaram para um local desconhecido, onde a interrogaram sobre pessoas que ela conhecia e com quem trabalhava. Ela foi chutada e atirada contra o táxi. Um dos homens a estuprou. Em 2010, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos ordenou que as autoridades proporcionassem medidas de proteção a Cleiner María Almanza e a outras 13 mulheres que corriam perigo. Quatro dessas 14 mulheres haviam sido estupradas.

Violência contra a mulher

Todas as partes no conflito submeteram mulheres a violências sexuais, como estupro e outras formas de violência baseada em gênero.

■ Em 18 de maio, uma mulher indígena foi estuprada por um soldado do exército à beira de uma estrada no departamento de Putumayo. A unidade do exército na qual o soldado servia ficava, na época, a apenas cem metros do local.

■ Em 16 de março, oito homens mascarados e fortemente armados, que vestiam trajes civis, mas que se acredita serem paramilitares, adentraram uma comunidade afrodescendente em Tumaco, departamento de Nariño. Eles ameaçaram e espancaram os moradores, estupraram duas mulheres e abusaram sexualmente de uma adolescente de 16 anos.

Muito poucos perpetradores de abusos como esses foram levados à Justiça. Porém, em um raro caso de êxito, no dia 27 de agosto, o subtenente Raúl Muñoz Linares foi sentenciado a 60 anos de prisão pelo estupro e assassinato de Jenni Torres, uma menina de 14 anos, pelo assassinato de seus irmãos, de 9 e

de 6 anos, e pelo estupro de outra menina em Tame, no departamento de Arauca, em outubro de 2010.

No fim do ano, tramitava no Congresso um projeto de lei para "garantir o acesso à Justiça para as vítimas de violência sexual, sobretudo da violência sexual cometida no contexto do conflito armado". Caso aprovada, a lei irá, entre outras coisas, emendar o Código Penal a fim de tipificar como delito penal certas formas de violência sexual relacionadas ao conflito, tais como nudez, aborto e gravidez forçados.

A representante especial do secretário-geral da ONU para questões de violência sexual em situações de conflito visitou a Colômbia em maio. Durante a visita, ela declarou que mais medidas precisam ser tomadas para garantir o acesso à Justiça às sobreviventes de violência sexual em situação de conflito.

Assistência dos Estados Unidos

Em 2012, os EUA alocaram cerca de 482 milhões de dólares em assistência militar e não militar à Colômbia, dos quais 281 foram destinados às forças de segurança. Em setembro, cerca de 12 milhões em fundos de assistência à segurança referentes a 2011 foram liberados depois que o Departamento de Estado dos EUA determinou que a Colômbia fizera progressos significativos em termos de melhora da situação de direitos humanos.

Escrutínio internacional

O relatório do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) sobre a Colômbia, publicado em janeiro, reconheceu que "importantes iniciativas legislativas e de políticas públicas foram empreendidas [e] violações dos direitos humanos foram condenadas [pelas autoridades públicas]". Porém, o relatório reconheceu também que "tais esforços ainda terão de alcançar os objetivos esperados em nível local". O relatório notou ainda que "um número significativo de violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário continua sendo cometido, sobretudo por grupos armados ilegais, mas também, supostamente, por agentes do Estado" e que essa situação estava provocando "sérias consequências humanitárias para os civis". Segundo o ACNUDH, a impunidade continuava "um problema estrutural".

Visitas/relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram a Colômbia em janeiro, março, abril, junho, outubro e novembro.

Colômbia: The Victims and Land Restitution Law – an Amnesty International analysis (AMR 23/018/2012)

Colômbia: Hidden from Justice – Impunity for conflict-related sexual violence, a follow-up report (AMR 23/031/2012)

CUBA

REPÚBLICA DE CUBA

Chefe de Estado e de governo:

Raúl Castro Ruz

Aumentou a repressão a jornalistas independentes, líderes opositoristas e ativistas de direitos humanos. Segundo relatos, ocorriam, em média, 400 prisões de curta duração por mês, e os ativistas que se deslocavam das províncias para Havana eram frequentemente detidos. Prisioneiros de consciência continuaram a ser condenados com base em acusações forjadas e a ser detidos preventivamente.

Direito à liberdade de expressão, de associação e de reunião

Manifestantes pacíficos, jornalistas independentes e ativistas de direitos humanos foram rotineiramente detidos por exercerem seu direito à liberdade de expressão, de associação e de reunião. Enquanto muitos foram detidos, outros foram submetidos a atos de repúdio dos apoiadores do governo.

■ Em março, ativistas de direitos humanos locais enfrentaram uma onda de prisões. Antes e depois da visita do Papa Bento XVI, ONGs locais registraram 1.137 detenções arbitrárias.

As autoridades tomaram uma série de medidas para impedir que os ativistas comunicassem questões de direitos humanos, tais como cercar suas residências e cortar as linhas telefônicas. Organizações cujas atividades foram toleradas pelas autoridades no passado, como a Comissão Cubana de Direitos Humanos e Reconciliação Nacional (CCDHRN), tornaram-se alvo de perseguição. Jornalistas independentes que noticiavam as atividades de dissidentes foram detidos.

O governo continuou a exercer controle sobre todos os meios de comunicação, e o acesso à informação por meio da internet permaneceu problemático devido a limitações técnicas e restrições de conteúdo.

■ Em julho, Oswaldo Payá Sardiñas, um dos mais respeitados ativistas em favor dos direitos humanos e da democracia, morreu em um acidente de automóvel na província de Granma. Vários jornalistas e blogueiros que cobriam os procedimentos judiciais relativos ao acidente foram detidos por algumas horas.

■ Roberto de Jesús Guerra Pérez, fundador da agência de notícias independente Hablemos Press, foi forçado, no mês de setembro, a entrar num carro em que, segundo informou, teria sido agredido fisicamente a caminho de uma delegacia de polícia. Antes de ser solto, disseram-lhe que ele havia se tornado o "jornalista número um da dissidência" e que seria preso caso prosseguisse com suas atividades.

Diversas medidas foram empregadas para deter ou penalizar as atividades dos opositores políticos. Muitos que tentaram participar de encontros ou manifestações foram detidos ou impedidos de sair de casa. Adversários políticos, jornalistas independentes e ativistas de direitos humanos tinham seus pedidos de visto para viajar ao exterior rotineiramente negados.

■ Pela 19ª vez desde maio de 2008, a blogueira opositorista Yoani Sánchez teve negado seu visto de saída. Ela havia planejado viajar ao Brasil para assistir à exibição de um documentário sobre blogueiros e censura, do qual ela participara.

■ Em setembro, cerca de 50 integrantes da organização Damas de Branco foram detidas quando estavam a caminho de Havana para participar de uma manifestação pública. A maioria foi mandada de volta para suas províncias de origem, onde foram libertadas; 19 pessoas foram mantidas incomunicáveis por vários dias.

Em outubro, o governo anunciou mudanças na Lei de Migração que facilitarão as viagens ao exterior, inclusive terminando com a obrigatoriedade dos vistos de saída. No entanto, uma série de requerimentos, sobre os quais o governo terá poder decisório, ainda poderão restringir a liberdade de deixar o país. As emendas deveriam passar a vigorar em janeiro de 2013.

Prisioneiros de consciência

Sete novos prisioneiros de consciência foram adotados pela Anistia Internacional nesse ano; três foram libertados sem acusação.

■ Antonio Michel Lima Cruz foi libertado em outubro após cumprir sua pena de dois anos. Ele havia sido condenado por "ultraje aos símbolos da pátria" e "desordem pública" por cantar músicas contrárias ao governo. Seu irmão, Marcos Máique, que recebeu uma pena mais longa pelos mesmos delitos, permanecia preso no fim do ano.

■ Ivonne Malleza Galano e Ignacio Martínez Montejo foram libertados em janeiro, junto com Isabel Haydee Álvarez, que foi presa depois de pedir que os dois fossem libertados. Eles ficaram detidos por 52 dias, sem qualquer acusação, depois de participarem de uma manifestação em novembro de 2011. Ao serem soltos, funcionários os ameaçaram com "severas condenações" caso prosseguissem com suas atividades dissidentes.

■ Yasmín Conyedo Riverón, jornalista e representante das Damas de Branco na província de Santa Clara, e seu esposo, Yusmani Rafael Álvarez Esmori, foram libertados mediante fiança em abril, depois de passarem quase três meses na prisão. Eles foram acusados de atentado contra um agente do Estado, o qual, posteriormente, retirou as acusações.

Detenções arbitrárias

Detenções arbitrárias de curta duração continuaram ocorrendo, com frequentes relatos de que as pessoas eram mantidas incomunicáveis.

■ Em fevereiro, o ex-prisioneiro de consciência José Daniel Ferrer García foi detido e mantido incomunicável por três dias. Enquanto ficou detido, ele foi ameaçado de que seria preso caso levasse adiante suas atividades dissidentes com a União Patriótica de Cuba (UNPACU). Em abril, ele foi detido novamente, acusado de "desordem pública", sendo libertado 27 dias depois, sob a condição de abandonar seu ativismo político.

■ As integrantes da organização Damas de Branco, Niurka Luque Álvarez e Sonia Garro Alfonso, bem como o esposo de Sonia, Ramón Alejandro Muñoz González, foram detidos em março sem acusações. Niurka Luque Álvarez foi solta em outubro. Sonia Garro Alfonso e seu marido permaneciam detidos no fim do ano, sem receberem qualquer acusação formal.

■ Andrés Carrión Álvarez foi preso por gritar "liberdade" e "abaixo o comunismo" durante uma

missa celebrada pelo Papa Bento XVI. Ele passou 16 dias na cadeia. Três dias depois, Andrés foi detido por cinco horas, quando recebeu uma nova acusação por "desordem pública". Ele foi solto sob a condição de reportar-se à polícia uma vez por semana, de não sair de sua cidade natal sem autorização prévia e de não se associar com críticos do governo.

Embargo dos Estados Unidos a Cuba

Em setembro, os Estados Unidos renovaram a Lei de Comércio com o Inimigo, que impõe sanções econômicas e financeiras a Cuba e proíbe cidadãos estadunidenses de viajar ou de envolver-se em atividades econômicas com a ilha. Em novembro, a Assembleia Geral da ONU adotou, pelo 21º ano consecutivo, uma resolução requerendo que os EUA suspendam seu embargo unilateral.

A Organização Mundial da Saúde, o UNICEF, o Fundo de População das Nações Unidas e outros órgãos da ONU destacaram os impactos negativos do embargo sobre a saúde e o bem-estar dos cubanos, principalmente sobre os grupos marginalizados. Em 2012, nem o órgão cubano responsável pela saúde nem os órgãos da ONU tiveram acesso a equipamentos médicos, medicamentos e materiais de laboratório produzidos segundo o sistema de patentes dos EUA.

Visitas/relatórios da AI

🚗 As autoridades cubanas não permitem o acesso da Anistia Internacional ao país desde 1990.

📄 Routine repression: Political short-term detentions and harassment in Cuba (AMR 25/007/2012)

📄 Cuba: Freedom of assembly and expression limited by government policies (AMR 25/027/2012)

EGITO

REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO

Chefe de Estado:

Mohamed Morsi (sucedeu
Mohamed Hussein Tantawi em junho)

Chefe de governo:

Hisham Qandeel (sucedeu
Kamal Ganzouri em agosto)

Protestos contra o regime militar resultaram na morte de pelo menos 28 manifestantes pelas forças de segurança no Cairo e em Suez. A polícia de choque e o exército usaram força excessiva para dispersar manifestantes, que posteriormente afirmaram terem sido torturados ou submetidos a maus-tratos sob custódia. Protestos, às vezes violentos, por parte de opositores e apoiadores do Presidente, ocorreram em novembro e dezembro. Prosseguiram os julgamentos injustos conduzidos por Supremos Tribunais de Segurança do Estado (de Emergência), e as forças de segurança continuaram atuando acima da lei. O ex-presidente Hosni Mubarak e o ex-ministro do Interior foram sentenciados à prisão perpétua pela morte de manifestantes durante a rebelião de 2011; muitos outros indivíduos suspeitos de responsabilidade foram absolvidos. Nenhum integrante do Conselho Supremo das Forças Armadas teve que prestar contas das violações cometidas durante seu regime. O presidente Mohamed Morsi criou uma comissão para investigar as violações cometidas entre janeiro de 2011 e junho de 2012. Ele concedeu indulto para alguns dos civis julgados por tribunais militares e uma anistia geral para os delitos cometidos pelos manifestantes durante os protestos contra o regime militar. A discriminação contra minorias religiosas persistiu. Jornalistas e ativistas foram processados judicialmente por "insultos ao Presidente" e por blasfêmia. As mulheres sofreram discriminação na lei e na prática, bem como hostilidades sexuais generalizadas. Milhares de famílias continuaram a viver em "áreas inseguras" em assentamentos informais (favelas), enquanto outras milhares viviam sob ameaça de remoção forçada. Migrantes teriam sido mortos pelas forças de segurança quando tentavam entrar em Israel, ou foram explorados por traficantes de pessoas na Península do Sinai. Pelo menos 91 pessoas foram sentenciadas à pena de morte. Não se sabe se houve alguma execução.

Informações gerais

Um parlamento recém-eleito reuniu-se pela primeira vez em 23 de janeiro. Em março, a legislatura designou uma Assembleia Constituinte formada por 100 parlamentares para elaborar uma nova Constituição para o Egito. A Assembleia Constituinte foi dominada por partidos islâmicos e criticada por incluir somente seis mulheres e seis cristãos coptas. No dia 10 de abril, após uma contestação judicial, a Assembleia foi suspensa por um tribunal administrativo. Em maio, com o fim do estado de emergência que vigorou por 31 anos, as autoridades tentaram preservar alguns poderes especiais. No dia 13 de junho, o Ministério da Justiça conferiu poderes de prisão a militares e agentes dos serviços de inteligência; porém, um tribunal administrativo rapidamente anulou a manobra. Em junho, o Parlamento aprovou uma nova Assembleia Constituinte, que foi contestada por novas ações judiciais e enfrentou crescente boicote dos partidos políticos de oposição, da sociedade civil e da Igreja Ortodoxa Copta. Em 16 de junho, o Conselho Supremo das Forças Armadas dissolveu o Parlamento depois que o Supremo Tribunal Constitucional decidiu que as eleições haviam sido inconstitucionais. Em 17 de junho, poucos dias antes de sair o resultado das eleições presidenciais, o Conselho Supremo das Forças Armadas ampliou expressivamente seus próprios poderes e limitou os do futuro governo. Em 12 de agosto, o recém-eleito Presidente Morsi anunciou que ele havia revogado os novos poderes do Conselho Supremo e que o líder do conselho, Mohamed Tantawi, iria afastar-se. O anúncio foi feito logo depois de um grupo armado efetuar um atentado na Península do Sinai, matando 16 soldados. Em seguida, as autoridades lançaram uma ação de segurança repressora na área.

Em 22 de novembro, o Presidente Morsi decretou que os tribunais não poderiam mais contestar suas decisões, nem julgar quaisquer ações judiciais contra a Assembleia Constituinte. O Presidente também promulgou uma nova lei repressiva para "proteger a Revolução", substituiu o procurador-geral e exigiu novas investigações e ações penais nos casos de morte de manifestantes. Em 30 de novembro, a Assembleia Constituinte finalizou o projeto da Constituição.

Tanto o decreto quanto o projeto da Constituição provocaram protestos por todo o país e uma greve

dos juízes, além de incidentes de violência entre apoiadores e adversários do Presidente. Entre os dias 5 e 6 de dezembro, pelo menos 10 pessoas foram mortas nos conflitos que ocorreram em frente ao Palácio Presidencial no Cairo. Em resposta aos distúrbios, o Presidente Morsi suspendeu parcialmente seu decreto no dia 8 de dezembro. Posteriormente, a nova Constituição foi aprovada em um referendo nacional no fim de dezembro.

Tortura e outros maus-tratos

Não foram implementadas quaisquer reformas legais ou de políticas para erradicar a tortura, nem pelo Conselho Supremo das Forças Armadas, nem pelo governo do Presidente Morsi. A Assembleia Popular debateu punições mais severas para a prática de tortura, mas essas punições não foram adotadas antes de a Assembleia ser dissolvida. A tortura e outros maus-tratos prosseguiram, e as forças de segurança agiram com impunidade. Uma ONG registrou 88 casos de tortura ou outros maus-tratos cometidos pela polícia nos primeiros 100 dias de governo do Presidente Morsi. Manifestantes presos pela polícia de choque ou pelos militares foram submetidos a espancamentos brutais e choques elétricos em custódia, como aconteceu na penitenciária Tora, ao sul do Cairo, onde os detentos padeciam ainda com a superlotação, com as vestimentas inadequadas e com a falta de assistência médica. Alguns manifestantes homens relataram ter sido sequestrados e levados a locais desconhecidos, onde foram submetidos a choques elétricos e abusos sexuais para que dessem informações sobre seu envolvimento com os protestos.

■ George Ramzi Nakhla foi preso no Cairo em 6 de fevereiro. Ele contou que a polícia de choque amarrou seus braços e pernas na traseira de um veículo blindado e arrastou-o lentamente pela rua enquanto ele era agredido com cassetetes. No Ministério do Interior, ele foi espancado novamente e foi submetido a choques elétricos. Com um braço quebrado, ele não recebeu qualquer tratamento médico e foi forçado a passar várias horas agachado junto com outros 13 homens. No presídio Tora, ele foi espancado com cabos elétricos e agredido verbalmente. Após uma greve de fome de três dias, ele foi libertado no dia 25 de março.

■ Abdel Haleem Hnesh foi preso pelas forças militares no dia 4 de maio durante uma manifestação em

Abbaseya, no Cairo. Ele contou que os soldados o espancaram brutalmente com bastões de madeira de aproximadamente dois metros e com cassetetes elétricos. Depois disso, ele foi levado, junto com cerca de 40 pessoas, para a área militar S28 no Cairo. Ele foi conduzido à presença de promotores militares e, depois, transferido para a prisão de Tora, onde foi espancado com mangueiras e pedaços de pau assim que chegou. Ele foi libertado cinco dias depois.

Julgamentos injustos

A nova Constituição permitiu que civis fossem submetidos a julgamentos militares, algo inerentemente injusto. Em abril de 2012, a Assembleia Popular emendou o Código de Justiça Militar, retirando do Presidente o poder de remeter civis a tribunais militares. Entretanto, a Assembleia não emendou os artigos que conferem aos tribunais militares competência para julgar civis. Em julho, o Presidente Morsi criou uma comissão para rever os casos de civis julgados por tribunais militares, bem como de outros detidos pelo Ministério do Interior e de "revolucionários" encarcerados pelo Judiciário comum. Em julho e agosto, o Presidente Morsi indultou aproximadamente 700 pessoas com base nas recomendações da comissão e, em outubro, decretou uma anistia geral para delitos cometidos em "apoio à revolução" em 2011 e 2012. O decreto, porém, não previa julgamentos justos para os cerca de mil civis encarcerados por tribunais militares por outros delitos penais.

Embora o estado de emergência tenha expirado no fim de maio, alguns casos continuaram sendo julgados por tribunais de emergência, como os delitos relacionados ao terrorismo e os casos de violência ocorridos durante protestos ou entre comunidades.

■ No dia 4 de maio, o exército prendeu Mahmoud Mohamed Amin, junto com aproximadamente 300 manifestantes que protestavam contra o regime militar, em Abbaseya, no Cairo. Eles foram submetidos a processos e julgamentos militares, por acusações como "atacar membros do exército" e "perturbar a ordem pública". No dia 20 de maio, Mahmoud Mohamed Amin e outros detentos entraram em greve de fome para protestar contra seu julgamento por tribunais militares. Ele foi solto no dia 19 de junho para aguardar o julgamento em liberdade; porém, as acusações contra ele foram anuladas com a anistia presidencial de outubro.

Uso excessivo da força

No início de 2012, a maioria dos protestos era contra o regime militar. Após a eleição do Presidente Morsi, as manifestações passaram a ser realizadas por apoiadores ou por adversários do Presidente. As forças de segurança estiveram ausentes na maior parte do tempo, principalmente durante os maiores protestos na Praça Tahrir; no entanto, ocorreram alguns casos de embate com manifestantes. Não houve qualquer iniciativa de reforma da polícia, e as autoridades empregaram táticas reminiscentes da era Mubarak, com as forças de segurança usando força excessiva contra manifestantes. A polícia de choque empregou força excessiva e desnecessária, inclusive com armas de fogo e gás lacrimogênio fabricado nos EUA.

■ As forças de segurança usaram força letal sem aviso prévio para dispersar os manifestantes, matando 16 participantes entre os dias 2 e 6 de fevereiro, no Cairo e em Suez. Os protestos foram uma reação à morte de aproximadamente 70 torcedores do time de futebol Al Ahly, por homens à paisana durante uma partida disputada na cidade de Porto Said, situação testemunhada pelas forças de segurança, que não impediram a violência.

■ Entre 28 de abril e 4 de maio, pelo menos 12 pessoas foram mortas por homens vestidos à paisana durante um protesto sentado, realizado na Praça Abbaseya, no Cairo, contra o processo de eleição presidencial. As forças de segurança não intervieram, indicando que os homens estavam agindo a mando do exército ou com seu consentimento.

■ No dia 20 de novembro, o manifestante adolescente Gaber Salah Gaber teria sido morto a tiros pelas forças de segurança próximo ao Ministério do Interior, no Cairo.

Impunidade

Em junho, um passo histórico foi dado no combate à impunidade, quando o ex-presidente Mubarak e o ex-ministro do Interior Habib El Adly foram considerados responsáveis pelas mortes e ferimentos de manifestantes durante a rebelião de 2011, sendo sentenciados à prisão perpétua. Porém, seis autoridades do alto escalão de segurança foram absolvidas. A promotoria argumentou que a falta de provas contra elas devia-se à falta de cooperação por parte da Inteligência Geral e do Ministério do Interior.

A maioria dos policiais processados pelas mortes

de manifestantes durante a rebelião de 2011 foi absolvida. Os tribunais quase sempre decidiram que a polícia usou força letal justificada ou que as provas eram insuficientes. Para as centenas de vítimas da insurreição e para suas famílias, a verdade e a justiça continuaram distantes.

Em outubro, todos os réus no julgamento da "Batalha dos Camelos", referente aos combates entre manifestantes favoráveis e contrários a Mubarak, na Praça Tahrir, em fevereiro de 2011, foram absolvidos. Posteriormente, integrantes da promotoria sugeriram que o caso poderia ser reaberto.

Nenhum militar foi levado à Justiça para responder pelos homicídios ou pelas torturas praticadas nos protestos da Rua Mohamed Mahmoud e dos Ministérios, em novembro e dezembro de 2011.

Juizes de instrução, ao invés disso, determinaram que os manifestantes é que deveriam ser julgados por suposta violência. Embora os acusados nos protestos da Rua Mohamed Mahmoud tenham sido anistiados, o julgamento dos Ministérios prosseguiu. Somente um policial da tropa de choque foi processado por abusos cometidos durante os protestos da Rua Mohamed Mahmoud. Seu julgamento ainda não fora concluído no fim do ano.

Em setembro, um tribunal militar sentenciou dois soldados do exército a dois anos de prisão para cada um, e um terceiro soldado a três anos de prisão por "homicídio involuntário". Em outubro de 2011, na área de Maspero, no Cairo, eles atropelaram 14 manifestantes cristãos coptas com seus veículos militares blindados. Investigações conduzidas por juizes civis sobre a morte de outras 13 pessoas não identificaram os responsáveis. Nenhum integrante do Conselho Supremo das Forças Armadas foi levado à Justiça para responder pela morte de manifestantes durante os 17 meses de seu regime.

Em julho, o Presidente Morsi criou um comitê de inquérito composto por autoridades, ativistas sociais e familiares de vítimas para identificar os responsáveis pelas mortes e ferimentos de manifestantes durante a rebelião de 2011 e o regime do Conselho Supremo das Forças Armadas.

Nenhuma medida foi tomada para proporcionar justiça, verdade e reparação às vítimas de graves violações dos direitos humanos, tais como torturas, cometidas durante os 30 anos de governo Mubarak.

Liberdade de expressão e de associação

Estavam em andamento diversas investigações e ações judiciais por blasfêmia e ofensa a autoridades públicas. Novos dispositivos constitucionais restringiram a liberdade de expressão, proibindo ofensas contra indivíduos ou profetas religiosos. Projetos de lei restringiam a liberdade de associação e impunham regras repressivas para o registro e o financiamento externo de ONGs.

■ O prisioneiro de consciência Maikel Nabil Sanad foi libertado, em 24 de janeiro, como parte de um indulto concedido pelo Conselho Supremo das Forças Armadas. O blogueiro havia sido preso em abril de 2011, após um julgamento injusto, por um tribunal militar, por ele ter criticado o exército e ter se oposto ao serviço militar.

■ Em agosto, Islam Affifi, editor do jornal *El-Dostor*, foi processado por publicar informações falsas "ofendendo o Presidente". O julgamento ainda prosseguia no fim do ano.

■ Em outubro, o apresentador de televisão Tawfiq Okasha foi multado e sentenciado a quatro meses de prisão por "ofender o Presidente". Ele aguardava em liberdade o julgamento de um recurso.

■ O prisioneiro de consciência Alber Saber Ayad foi preso em 13 de setembro depois que um grupo de pessoas cercou sua residência acusando-o de promover o polêmico filme "A Inocência dos Muçulmanos". Em dezembro, ele foi sentenciado a três anos de prisão por "difamação da religião", com base em vídeos e postagens na internet; porém, foi posto em liberdade provisória enquanto aguardava um recurso.

■ Em fevereiro, teve início o julgamento de 43 funcionários de cinco organizações internacionais por supostamente aceitarem fundos estrangeiros sem permissão do governo e por operações ilegais. A maioria foi julgada à revelia, e o julgamento prosseguia no fim do ano.

Direitos das mulheres

A nova Constituição proibiu a discriminação entre cidadãos egípcios, mas não proibiu de maneira explícita a discriminação contra as mulheres, referindo-se, em vez disso, a suas funções como donas de casa. As mulheres foram marginalizadas nas novas instituições políticas. Elas ocuparam somente 12 das 508 cadeiras da Assembleia Popular, antes que essa fosse dissolvida. Apenas sete mulheres foram incluídas na segunda Assembleia

Constituinte. As mulheres foram praticamente excluídas dos novos postos ministeriais designados pelo Presidente Morsi, e nenhuma foi indicada para assumir um governadorado. As mulheres também continuaram a ser excluídas de funções no Judiciário. Leis e práticas discriminatórias relativas a casamento, divórcio, custódia dos filhos e herança sequer foram tratadas.

Há relatos de várias mulheres que foram assediadas e agredidas sexualmente durante as grandes manifestações na Praça Tahrir. Em junho, uma passeata que estava sendo realizada no Cairo contra o assédio sexual foi atacada por homens que assediaram e agrediram sexualmente as participantes. Em setembro, um homem matou a tiros uma mulher em uma rua de Asyut porque ela teria resistido a suas investidas sexuais. Em outubro, após o feriado de Eid, as autoridades anunciaram ter recebido mais de mil denúncias de assédio sexual. Nenhum integrante das forças de segurança teve que prestar contas pela violência sexual ou de gênero cometida contra as mulheres detidas após os protestos contra o Conselho Supremo das Forças Armadas em 2011.

■ Em março, um tribunal militar absolveu um médico do exército com relação aos "testes de virgindade" forçados impostos às mulheres manifestantes em março de 2011.

Discriminação

A nova Constituição não proibiu explicitamente a discriminação por motivo racial, o que pode afetar minorias como os núbios.

A Constituição garantiu a liberdade religiosa, mas limitou-a a religiões reconhecidas oficialmente como "divinas", potencialmente afetando os bahá'ís e os muçulmanos xiitas. A Carta previa leis de condição pessoal distintas para cristãos e para judeus, bem como o direito de regular suas questões religiosas e sua liderança, disposições inexistentes para outras minorias religiosas.

O Direito egípcio dificulta construções e reformas de igrejas cristãs coptas, pois requer, para isso, autorizações oficiais de difícil obtenção. Algumas obras de construção de igrejas foram obstruídas por vizinhanças muçulmanas, às vezes provocando violência entre as comunidades. Nesses casos, as forças de segurança geralmente não protegem os coptas contra os ataques.

■ No fim de janeiro, três famílias coptas do vilarejo de Sharbat, em Alexandria, foram expulsas de suas casas por muçulmanos que suspeitavam que um homem copta possuísse imagens "indecentes" de uma mulher muçulmana. Casas e empresas coptas foram atacadas por multidões. "Reuniões de reconciliação" no vilarejo decidiram que o homem copta e seus familiares, assim como cinco famílias coptas vizinhas, deveriam abandonar o vilarejo e deixar seus pertences para que fossem vendidos em seu nome. A polícia não interveio para proteger os coptas dos ataques ou da expulsão de suas casas. Após a visita de uma delegação parlamentar, apenas as cinco famílias coptas não relacionadas à disputa original puderam retornar.

Direito à moradia – remoções forçadas

A Constituição manteve o direito à moradia adequada, mas não proibiu explicitamente as remoções forçadas. Garantias contra tais remoções permaneceram ausentes das leis e políticas egípcias. A Unidade de Desenvolvimento dos Assentamentos Informais, um órgão governamental, estimou que cerca de 11.500 casas, a maioria no Cairo, localizavam-se em "áreas inseguras" e apresentavam ameaça iminente à vida, requerendo desocupação imediata. O órgão também marcou outras 120 mil casas localizadas em "áreas inseguras" e que deveriam ser desocupadas antes de 2007. Segundo informações, o órgão estaria estudando a possibilidade de reurbanizar algumas favelas e providenciar moradias alternativas próximo aos atuais locais de residência.

Funcionários do Ministério da Habitação afirmaram que o Plano Cairo 2050 foi revisto, e que alguns projetos, que implicariam remoções em massa, foram descartados. Um novo plano diretor urbano denominado Egito 2052 estava sendo elaborado; porém, as comunidades que vivem em assentamentos informais não foram consultadas.

■ Em agosto, a polícia entrou em choque com moradores da favela Ramlet Bulaq, no centro do Cairo, depois que um policial supostamente matou um homem. A polícia então efetuou várias incursões em Ramlet Bulaq, prendendo vários homens e obrigando muitos residentes homens a fugir do local. Os moradores disseram que a polícia ameaçou prosseguir com as intimidações até que eles desocupassem a área. Ramlet Bulaq está marcada para demolição.

Refugiados e migrantes

As forças de segurança egípcias continuaram a atirar contra migrantes estrangeiros, refugiados e requerentes de asilo que tentavam cruzar a fronteira do Egito, no Sinai, em direção a Israel, matando pelo menos oito pessoas. Traficantes de pessoas estariam extorquindo e agredindo refugiados, requerentes de asilo e migrantes que atravessam a Península do Sinai para entrar em Israel.

Pena de morte

Pelo menos 91 pessoas foram sentenciadas à morte, inclusive após julgamentos injustos por tribunais de emergência. Não se sabe se houve alguma execução.

■ Em setembro, um tribunal de emergência sentenciou 14 homens à morte, oito deles à revelia, devido a um atentado que causou a morte de seis pessoas. Eles também foram condenados por participação em grupo jihadista.

Visitas/relatórios da AI

🗉 Representantes da Anistia Internacional visitaram o Egito várias vezes em 2012 para realizar pesquisas.

📄 Brutality unpunished and unchecked: Egypt's military kill and torture protesters with impunity (MDE 12/017/2012)

📄 Agents of repression: Egypt's police and the case for reform (MDE 12/029/2012)

📄 Egypt: New President must restore rule of law, govern for all (PRE01/316/2012)

📄 Egypt's new Constitution limits fundamental freedoms and ignores the rights of women (PRE01/590/2012)

ESPAÑA

REINO DA ESPANHA

Chefe de Estado:

Rei Juan Carlos I de Borbón

Chefe de governo:

Mariano Rajoy

Houve constantes denúncias de uso excessivo da força pela polícia durante manifestações.

Organismos de direitos humanos condenaram a Espanha pela falta de investigações adequadas sobre denúncias de tortura.

Informações gerais

Durante todo o ano, foram realizadas manifestações para pedir mudanças no sistema político que permitissem maior participação pública nas questões políticas e para protestar contra as medidas de austeridade adotadas para combater a crise financeira e econômica.

Em junho, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU recomendou que a Espanha revisasse as reformas aprovadas com relação à crise financeira a fim de assegurar-se de que todas as medidas de austeridade respeitassem os direitos econômicos, sociais e culturais e de que fossem temporárias, proporcionais e não prejudiciais a tais direitos. O Comitê também recomendou a adoção de medidas legislativas para garantir que os direitos econômicos, sociais e culturais recebam a mesma proteção que os direitos políticos.

Em 2012, não foi documentado qualquer atentado do grupo armado basco Euskadi Ta Askatasuna (ETA), que, em outubro de 2011, havia anunciado o fim da luta armada.

Em novembro, o Tribunal Constitucional decidiu que o casamento entre pessoas do mesmo sexo era compatível com as disposições da Constituição espanhola, em resposta a um recurso impetrado em 2005 pelo Partido Popular contra a legislação que permitia esse matrimônio.

Tortura e outros maus-tratos

Em todo o ano, ocorreram manifestações em diversas cidades espanholas, como Madri, Barcelona e Valencia. Houve frequentes denúncias de uso excessivo da força e de maus-tratos cometidos por agentes da lei quando dispersavam as manifestações. Em geral, as investigações sobre as denúncias não foram nem exaustivas nem eficazes; algumas foram impossibilitadas porque os policiais supostamente implicados não estavam usando crachás de identificação nos uniformes.

■ Em março, um tribunal de Barcelona encerrou a investigação sobre o suposto uso excessivo da força por agentes do corpo de polícia da Catalunha (*Mossos d'Esquadra*) ao dispersar manifestações ocorridas em Barcelona no dia 27 de maio. O tribunal considerou que a ação da polícia fora proporcional. Entretanto, no dia 29 de outubro, um tribunal superior ordenou a reabertura do caso.

■ Também em março, um tribunal de Madri decidiu

não aceitar uma denúncia apresentada em 2011 por Angela Jaramillo, uma vez que não fora possível identificar a policial que a havia agredido. Angela Jaramillo era uma das pessoas que, apesar de ter agido de modo pacífico durante uma manifestação realizada em Madri no dia 4 de agosto de 2011, foi golpeada diversas vezes com cassetetes pela polícia e precisou de tratamento médico. Angela Jaramillo morreu em junho de 2012 após sofrer um ataque cardíaco.

■ Em 11 de julho, Paloma Aznar, uma jornalista independente, foi atingida por uma bala de borracha no quadril enquanto cobria os protestos de mineiros em Madri. Ela estava identificada com sua credencial de jornalista e com sua câmara fotográfica. Paloma contou que os policiais não estavam usando qualquer identificação visível e que começaram a disparar com balas de borracha diretamente contra a multidão depois que alguns manifestantes agiram de modo violento. Gravações em vídeo mostram a polícia agredindo com cassetetes pessoas que estavam deitadas no chão e atirando com balas de borracha a curta distância.

■ Em 25 de setembro, durante uma manifestação em Madri, policiais sem identificação espancaram manifestantes pacíficos com cassetetes, atiraram contra eles com balas de borracha e ameaçaram os jornalistas que estavam cobrindo os acontecimentos – inclusive dentro da estação de trem de Atocha. Segundo consta, teria sido aberta uma investigação interna sobre a operação policial. No fim do ano, seus resultados não haviam sido divulgados.

As investigações sobre denúncias de tortura e de outros maus-tratos costumavam ser inadequadas, tal como reconhecido por tribunais e organismos de direitos humanos em decisões tomadas no decorrer do ano.

■ Em abril, dois policiais acusados de causar a morte de Osamuyia Akpitaye enquanto ele estava sendo deportado à força, em junho de 2007, foram condenados por um tribunal penal pela infração de negligência. Nenhuma pena de prisão foi imposta.

■ Em maio, o Comitê da ONU contra a Tortura concluiu que a Espanha não havia investigado adequadamente as denúncias de tortura apresentadas no caso *Orkatz Gallastegi v. Espanha*. Orkatz Gallastegi fora condenado em 2005 com base em declarações autoincriminatórias supostamente obtidas mediante coação durante o período em que ele ficou detido incomunicável em 2002.

■ Em julho, o Tribunal Constitucional declinou de revisar uma sentença de 2011 do Tribunal Supremo que absolvía quatro agentes da Guarda Civil que, em dezembro de 2010, haviam sido condenados pelo Tribunal Provincial de Guipúzcoa por torturar Igor Portu e Mattin Sarasola em 6 de janeiro de 2008 quando eles estavam em custódia da polícia.

Segurança e combate ao terrorismo

Proseguiram as investigações dos crimes cometidos por membros do grupo armado ETA.

A Espanha continuou desacatando as recomendações de organismos internacionais de direitos humanos para que deixasse de manter em detenção incomunicável as pessoas suspeitas de delitos relacionados ao terrorismo. Essa prática permite que os suspeitos permaneçam detidos por até 13 dias sem acesso a um médico ou a um advogado de sua escolha, e sem poder consultar de modo privado o advogado público designado pelo Estado, nem informar sua família de seu paradeiro.

■ Em dezembro, o Tribunal Supremo espanhol rejeitou um recurso apresentado pelos advogados no caso dos "seis de Bush" para processar seis indivíduos na Espanha, uma vez que o caso não havia avançado nos tribunais dos Estados Unidos. Eles haviam sido acusados de cumplicidade na criação do marco jurídico que resultou na tortura de pessoas suspeitas de terrorismo em centros de detenção administrados pelos EUA. Apesar das evidências em contrário, o Tribunal Supremo decidiu que os Estados Unidos estavam conduzindo investigações. Esperava-se que um recurso contra a decisão fosse apresentado ao Tribunal Constitucional.

Racismo e discriminação

Muçulmanos e outras minorias religiosas continuaram a enfrentar obstáculos para conseguir permissões para abrir locais de culto em alguns municípios da Catalunha, depois que várias localidades suspenderam a concessão de licenças para novos locais de culto. Algumas autoridades locais, partidos políticos e associações de moradores continuaram manifestando sua oposição à abertura de salas de oração muçulmanas.

Restrições ao uso de roupas e símbolos religiosos foram mantidas em algumas escolas e seguiram afetando de maneira desproporcional as alunas muçulmanas.

■ Em 25 de janeiro, um tribunal de Madri ratificou a decisão tomada por uma escola estadual de ensino médio de Pozuelo de Alarcón, em Madri, de excluir uma aluna das aulas regulares porque ela cobria a cabeça com um lenço.

■ Em 21 de maio, a Diretoria-Geral da Polícia emitiu uma circular em que proibia o uso de quotas e de batidas policiais para deter estrangeiros em situação irregular. No entanto, as medidas não proibiram os controles de identidade baseados em características raciais ou étnicas. As ONGs locais continuaram denunciando que a polícia estava agindo de maneira seletiva contra pessoas de minorias étnicas na hora de efetuar os controles.

■ Em julho, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos concluiu que a Espanha não havia investigado efetivamente denúncias de maus-tratos policiais e possíveis preconceitos racistas no caso da nigeriana Beauty Solomon. Ela havia denunciado os policiais que a teriam espancado e agredido verbalmente em Palma de Mallorca em julho de 2005.

Violência contra a mulher

Segundo o Ministério da Saúde, Serviços Sociais e Igualdade, 46 mulheres foram mortas por seus parceiros ou ex-parceiros em 2012. De acordo com um estudo realizado pelo governo espanhol, calculava-se que mais de dois milhões de mulheres haviam sofrido violência de gênero nas mãos de parceiros ou ex-parceiros pelo menos uma vez. Sete anos após a adoção de uma lei de combate à violência de gênero, as mulheres continuavam sem ter acesso a reparações jurídicas efetivas. Desde 2005, quando foram criados tribunais especiais para a violência contra a mulher, não foi feita qualquer avaliação sobre que dificuldades as mulheres poderiam enfrentar para receber proteção efetiva durante procedimentos judiciais.

■ Maria (nome fictício) sobreviveu à violência sexual, psicológica e física exercida contra ela por seu parceiro, que a deixou sem conseguir andar por seis meses. Ela continuou recebendo graves ameaças nos quatro anos que duraram a investigação judicial e, até mesmo, depois do julgamento. Embora Maria tenha denunciado a situação às autoridades, ela não recebeu qualquer proteção e teve que sair de sua casa. Seu ex-parceiro foi absolvido. No fim de 2012, ela continuava recebendo sérias ameaças e vivia escondida.

Refugiados e migrantes

Em abril, a adoção do Real Decreto-lei N° 16/2012, que reformava a Lei de Estrangeiros, limitou o acesso dos imigrantes irregulares ao serviço público de saúde.

No dia 4 de setembro, a Espanha expulsou coletivamente 70 imigrantes da ilha espanhola de Isla de Tierra para o Marrocos. Nenhum deles teve acesso a procedimento individual de concessão de asilo.

■ Em agosto, o Grupo de Trabalho da ONU sobre Detenções Arbitrárias concluiu que a Espanha era responsável por detenção arbitrária, discriminação e maus-tratos constitutivos de tortura contra um cidadão marroquino detido em um centro de detenção para imigrantes em Madri. Adnam el Hadj foi abordado na rua para uma verificação de identidade e, então, foi conduzido ao centro de detenção. Ao chegarem, os policiais o teriam espancado várias vezes e o teriam submetido a ofensas racistas. O departamento médico do centro de detenção constatou múltiplos hematomas em seu corpo e recomendou que ele fosse levado a um hospital. Além de ele não ter sido levado ao hospital, nenhum laudo médico foi elaborado.

Crimes contra o direito internacional

A definição de desaparecimento forçado como crime contra a humanidade na legislação nacional continuou descumprindo obrigações contraídas em virtude do direito internacional, apesar de a Espanha ter ratificado a Convenção Internacional contra Desaparecimentos Forçados.

■ Em 27 de fevereiro de 2012, o Tribunal Supremo absolveu o ex-juiz Baltasar Garzón de abuso de autoridade. Baltasar Garzón estava sendo processado por, entre outras coisas, violar a Lei de Anistia de 1977 ao iniciar uma investigação, em 2008, sobre o desaparecimento forçado de 114.266 pessoas entre julho de 1936 e dezembro de 1951. Apesar da absolvição, o Tribunal concluiu que Baltasar Garzón havia interpretado a lei erroneamente ao considerar que os fatos investigados eram crimes contra a humanidade. Segundo o Tribunal, na época em que foram cometidos, tais crimes não estavam definidos como crimes contra a humanidade no direito nacional. A sentença do Tribunal Supremo poderia eliminar a possibilidade de investigação de crimes contra o direito internacional cometidos na Espanha.

Direito à moradia

O governo implementou reformas legislativas relativas à crise econômica sem avaliar suas consequências sobre os direitos dos setores mais vulneráveis da população.

■ Em Madri, remoções forçadas continuaram sendo executadas em Cañada Real, apesar de a Lei 2/2011, de 15 de maio de 2011, instar as autoridades locais competentes a consultar os moradores afetados e a esforçar-se para chegar a um acordo que evite a remoção. Também em Madri, no assentamento informal de Puerta de Hierro, habitado por ciganos, 300 pessoas foram despejadas sem que lhes fossem disponibilizadas moradias alternativas adequadas.

■ Em junho, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU manifestou preocupação com o fato de remoções forçadas continuarem sendo executadas em violação às garantias jurídicas internacionais, tais como um processo genuíno de consulta prévia, indenização e moradia alternativa adequada. O Comitê recomendou a adoção de um marco jurídico que estabeleça diretrizes a serem observadas antes de uma remoção.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Chefe de Estado e de governo:

Barack H. Obama

Quarenta e três homens foram executados durante o ano. As condições cruéis das prisões continuaram preocupantes. Um grande número de indivíduos permaneceu sob detenção militar indefinida em Guantánamo. Prosseguiram os procedimentos judiciais preliminares em seis casos nos quais o governo tentou impor a pena de morte após julgamentos por comissões militares. O uso de força letal em contextos de combate ao terrorismo continuou causando sérias preocupações, assim como as constantes denúncias sobre o uso de força excessiva em ações de aplicação da lei dentro do país.

Segurança e combate ao terrorismo

Detenções em Guantánamo

Ao fim de 2012, quase três anos após o prazo limite anunciado pelo Presidente Obama para o fechamento da unidade de detenção da base de Guantánamo, 166 indivíduos ainda eram mantidos no local, a grande maioria sem acusação nem julgamento.

No decorrer do ano, quatro homens foram transferidos da base, dois dos quais haviam sido condenados por comissões militares. Dois detentos uigures mantidos em Guantánamo, sem acusação nem julgamento, desde 2002, foram transferidos em abril para El Salvador, a fim de serem reassentados no país.

Adnan Farhan Abdul Latif, cidadão iemenita que manifestou repetidamente sua angústia por encontrar-se detido por tempo indefinido, sem ser acusado nem julgado, morreu em 2012, elevando para nove o número de detentos que se sabe terem morrido em Guantánamo desde janeiro de 2002.

Durante o ano, a Suprema Corte dos EUA recusou-se a reavaliar as petições de vários detentos de Guantánamo cujas detenções haviam sido mantidas pela Corte de Apelações. Entre outras coisas, as petições solicitavam que a Suprema Corte examinasse se a decisão que tomou em 2008 no caso *Boumediene v. Bush* – de que os detentos tinham direito de contestar a legalidade de sua detenção em tribunais federais – estava sendo aplicada de tal maneira que os privasse da prometida reavaliação "significativa".

Julgamentos dos detentos de Guantánamo

Em maio, cinco detentos de Guantánamo acusados de liderar a participação nos ataques de 11 de setembro de 2001 aos EUA – Khalid Sheikh Mohammed, Walid bin Attash, Ramzi bin al Shibh, Ali Abd al Aziz e Mustafa al Hawsawi – foram convocados a julgamento por comissão militar, sujeitos à pena de morte. Os julgamentos dos cinco homens e o de Abd al Rahim al Nashiri, convocado em 2011 para julgamento sujeito à pena capital, não haviam começado no fim de 2012. Antes de sua transferência para Guantánamo em 2006, os seis foram mantidos incomunicáveis por até quatro anos sob custódia secreta dos EUA, período em que pelo menos dois deles foram torturados.

Em agosto, foram formuladas as acusações contra o cidadão saudita Ahmed Mohammed al Darbi. Após ser preso por autoridades civis no Azerbaijão em

junho de 2002, ele foi transferido para a custódia dos EUA em agosto de 2002 e para Guantánamo em março de 2003. No fim de 2012, as acusações contra ele não haviam sido remetidas para julgamento por comissão militar.

Em fevereiro, perante um juiz militar em Guantánamo, o cidadão paquistanês Majid Khan declarou-se culpado de delitos tipificados na Lei de Comissões Militares de 2009. Segundo os termos do acordo pré-julgamento, ele seria sentenciado até fevereiro de 2016, depois de ter cooperado com as autoridades estadunidenses. Antes de ser levado para Guantánamo em 2006, ele havia sido mantido sob custódia secreta dos EUA, quando teria sido torturado e sofrido maus-tratos.

Com esse caso, subiu para sete o número de pessoas condenadas por comissão militar em Guantánamo. Cinco delas declararam-se culpadas em troca da possibilidade de libertação antecipada da custódia dos EUA. Dos cinco indivíduos, dois foram repatriados em 2012: Ibrahim al Qosi para o Sudão em julho, e Omar Khadr, sob custódia dos EUA desde os 15 anos, para o Canadá em setembro.

Em outubro, um tribunal federal nos EUA revogou a condenação de Salim Hamdan, em 2008, por "apoio material ao terrorismo". A Corte de Apelações dos EUA decidiu que "apoio material ao terrorismo" não constituía crime de guerra no Direito estadunidense antes de ser promulgada a Lei de Comissões Militares.

Detenções pelos EUA no Afeganistão

Em junho, o juiz de um tribunal federal de primeira instância nos EUA indeferiu uma petição de habeas corpus impetrada em nome de Zia-ur-Rahman, cidadão afegão detido sob custódia militar dos EUA no Afeganistão, em dezembro de 2008, onde, desde então, era mantido sem acusação nem julgamento. O juiz aceitou uma moção do governo estadunidense argumentando que o tribunal não tinha competência material sobre o caso.

Em 9 de setembro, com base em um acordo firmado seis meses antes, as autoridades afegãs assumiram o controle da gestão dos detentos mantidos na base aérea dos EUA em Bagram. Embora tenha sido informado que as autoridades afegãs assumiram a custódia de aproximadamente três mil cidadãos afegãos detidos em Bagram até 9 de março, mais de 600 detentos que teriam entrado na base desde essa data aparentemente

permaneciam sob jurisdição dos EUA, assim como cerca de 50 cidadãos não afegãos (veja a seção sobre o Afeganistão).

Em outubro, um juiz de um tribunal federal de primeira instância nos Estados Unidos indeferiu as petições de habeas corpus de três cidadãos não afegãos mantidos sob custódia dos EUA em Bagram. Segundo as petições, Amin al Bakri foi capturado em 2002 na Tailândia e Redha al Najar foi preso no Paquistão em 2002. Na petição de Fadi al Maqaleh, afirma-se que ele foi detido em 2003 fora do Afeganistão; porém, as autoridades estadunidenses afirmaram que ele fora preso no Afeganistão. Em maio de 2010, a Corte de Apelações dos EUA havia revogado uma decisão de 2009 do tribunal de primeira instância determinando que os três detentos poderiam impetrar petições para contestar a legalidade de sua detenção. Posteriormente, os advogados dos detentos protocolaram petições emendadas no tribunal de primeira instância, acrescentando novas informações que eles afirmaram ter comprometido a decisão da Corte de Apelações. Porém, o tribunal de primeira instância discordou.

Em novembro, o juiz de um tribunal federal de primeira instância indeferiu a petição de habeas corpus de outro detento que estava sob custódia dos EUA em Bagram. Amanatullah, um cidadão paquistanês, passara vários anos detido na base. Ele era um dos dois homens detidos pelas forças britânicas no Iraque em fevereiro de 2004 que foram transferidos para a custódia dos EUA e, depois, transferidos para o Afeganistão. No fim de 2012, os dois permaneciam detidos sob custódia dos EUA em Bagram, sem acusação nem julgamento.

Impunidade

A ausência de prestação de contas por crimes contra o direito internacional cometidos sob o governo do presidente George W. Bush referentes ao programa de detenções secretas da CIA consolidou-se ainda mais.

No dia 30 de agosto, o secretário da Justiça dos EUA anunciou o arquivamento das investigações criminais sobre a morte de dois indivíduos sob custódia estadunidense fora dos EUA. O secretário declarou que ninguém seria processado penalmente pelas mortes, que se acredita terem ocorrido no Afeganistão em 2002 e no Iraque em 2003. Antes desse, outro anúncio, de junho de 2011, informara que uma "revisão preliminar" sobre o programa de interrogatórios

da CIA estava prestes a ser concluída e que, com exceção dessas duas mortes, outras investigações não estavam asseguradas.

Uso de força letal

Os "homicídios seletivos" de pessoas suspeitas de terrorismo, efetuados pelos EUA em países como Paquistão, Somália e Iêmen, principalmente por meio de veículos aéreos não tripulados (vants), prosseguiram durante o ano. As informações disponíveis, limitadas por sigilo, indicavam que os Estados Unidos aplicavam políticas que permitiam execuções extrajudiciais, violando o direito internacional dos direitos humanos, com base na teoria estadunidense de uma "guerra global" contra a Al Qaeda e grupos associados.

Uso excessivo da força

Pelo menos 42 pessoas em 20 estados morreram depois de serem atingidas por armas de eletrochoque, elevando para 540 o número dessas mortes desde 2001. As armas de eletrochoque foram relacionadas como causa ou fator contribuinte de mais de 60 óbitos. A maioria das pessoas que morreram após serem atingidas por armas de choque não estava armada e não parecia oferecer uma séria ameaça quando a arma foi usada.

Em maio, a Associação Americana de Cardiologia publicou um relatório apresentando as primeiras evidências científicas, revisadas por especialistas, concluindo que as armas de eletrochoque podem provocar parada cardiorrespiratória e morte. O estudo analisou informações como laudos de autópsia, registros médicos e dados policiais relativos a oito casos em que indivíduos perderam a consciência após serem atingidos pela descarga elétrica de uma arma Taser X26.

■ Em 20 de junho, Macadam Mason, de 39 anos, morreu diante de sua casa em Thetford, estado de Vermont, após ser atingido por uma arma de eletrochoque usada por um policial. Em setembro, o Departamento de Medicina Forense de New Hampshire concluiu que Macadam Mason sofrera "uma parada cardiorrespiratória súbita causada pela descarga elétrica de uma arma".

Em outubro, a Inspeção Geral do Departamento de Segurança Interna informou que estava reavaliando as políticas da Patrulha de Fronteiras dos EUA com relação ao uso de força letal. A revisão, que

ainda não estava concluída no fim do ano, foi realizada depois de uma série de tiroteios fatais envolvendo agentes da Patrulha de Fronteiras na divisa dos EUA com o México.

■ Em outubro, José Antonio Elena Rodríguez, de 16 anos, foi morto a tiros. As autoridades estadunidenses disseram que um agente da Patrulha de Fronteiras, em Nogales, estado do Arizona, abriu fogo quando duas pessoas suspeitas de contrabando de drogas cruzaram a divisa e começaram a atirar pedras. No fim do ano, o caso estava sendo investigado pelo FBI (Departamento Federal de Investigação) e por agentes mexicanos.

■ Em abril, o Departamento de Justiça dos EUA anunciou que nenhuma ação judicial federal penal ou civil seria instaurada com relação à morte de Sergio Hernández Guereca, um adolescente de 15 anos morto com um tiro na cabeça disparado por um agente da Patrulha de Fronteiras em 2010.

Condições prisionais

O índice de encarceramento continuou sendo o mais alto da história.

Por todo o país, milhares de presos permaneceram isolados em penitenciárias de "segurança supermáxima". Eles eram confinados nas celas entre 22 e 24 horas diárias, sem acesso adequado à luz natural, exercícios ou programas de reabilitação. As condições nessas unidades violavam as normas internacionais e, em alguns casos, constituíam tratamento cruel, desumano ou degradante.

Em outubro, cinco homens foram extraditados do Reino Unido para os EUA a fim de serem julgados por acusações relacionadas ao terrorismo depois que o Tribunal Europeu de Direitos Humanos rejeitou sua alegação de que enfrentariam um risco real de sofrer tortura ou outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes caso fossem encarcerados na penitenciária de "segurança supermáxima" ADX, em Florence, no estado do Colorado. As autoridades estadunidenses negaram um pedido da Anistia Internacional para visitar a penitenciária ADX.

Direitos das crianças

Em junho, no caso *Miller v. Alabama*, a Suprema Corte dos EUA proibiu a prisão perpétua compulsória sem possibilidade de liberdade condicional para infratores que tinham menos de 18 anos quando cometeram o crime. A decisão foi proferida dois anos depois de a Corte ter proibido a prisão perpétua sem

condicional para crimes não homicidas cometidos por menores de 18 anos.

Em julho, Terry Bransted, governador do estado de Iowa, respondeu à decisão do caso *Miller v. Alabama* comutando 38 penas de prisão perpétua sem condicional, que estavam sendo cumpridas em Iowa por internos condenados por homicídio doloso cometido quando tinham menos de 18 anos, para pena de prisão perpétua sem possibilidade de condicional por 60 anos. Quaisquer evidências mitigantes que não foram levadas em consideração no momento do julgamento devido à imposição automática da prisão perpétua sem condicional foram descartadas na comutação coletiva do governador.

Direitos dos migrantes

Em junho, a Suprema Corte eliminou partes significativas de uma lei de imigração do estado do Arizona, como uma cláusula que tornava crime estadual o fato de um migrante irregular ter um emprego. Entretanto, a Corte manteve um artigo requerendo que agentes da lei estaduais verificassem a condição imigratória de pessoas que eles suspeitassem estar ilegalmente no país, mesmo diante das críticas de grupos de direitos humanos de que tal disposição incentivaria a "filtragem racial", ou seja, faria que alguns indivíduos fossem visados simplesmente por sua aparência ou por sua origem étnica ou racial. Após a decisão da Suprema Corte, tribunais federais mantiveram legislações semelhantes nos estados do Alabama e da Geórgia.

A proliferação de leis estaduais que visam os migrantes aumenta o risco de que eles sofram discriminação, além de impedir seu acesso à educação e a serviços de saúde essenciais.

O reforço do combate à imigração irregular em certos trechos na fronteira dos EUA com o México continuou forçando os migrantes a utilizarem rotas bastante perigosas através do deserto estadunidense, ocasionando centenas de mortes. A colaboração mais estreita entre agentes policiais locais e agentes da imigração fez que as comunidades que vivem ao longo da fronteira EUA–México corressem maiores riscos de sofrer filtragem racial de agentes da lei locais e estaduais. Migrantes irregulares que foram vítimas de crimes, tais como tráfico de pessoas e violência doméstica, enfrentaram uma série de obstáculos para acessar a Justiça.

Direito à saúde

Em junho, a Suprema Corte manteve uma lei de acessibilidade para o seguro-saúde (*Affordable Health Care Act*) aprovada em 2010, que, até 2014, estenderá a cobertura dos serviços médicos para mais de 30 milhões de pessoas nos Estados Unidos que não possuíam seguro-saúde. Apesar de a lei conter diversas disposições que tratam das barreiras que impedem o acesso a serviços de saúde materna de qualidade, como a que impede os planos de saúde de cobrar preços maiores para o seguro das mulheres, algumas barreiras e lacunas persistiram.

No fim do ano, tramitava no Congresso uma lei sobre prestação de contas em questões de saúde materna.

Direitos das mulheres

Em outubro, foi aprovada na Califórnia uma lei que proibia que mulheres fossem algemadas em qualquer etapa da gestação. Foi a primeira lei desse tipo a ser aprovada nos EUA.

Em junho, entrou em vigor no estado da Virgínia uma lei requerendo que as mulheres realizassem um exame de ultrassom antes de fazer um aborto.

O Congresso omitiu-se em reautorizar a Lei da Violência contra a Mulher, que continha disposições voltadas a lidar com os índices elevados de violência contra mulheres indígenas e que previa proteção e serviços para sobreviventes de violência doméstica.

A reautorização da Lei de Proteção às Vítimas de Tráfico, que protegeria milhares de pessoas que são traficadas para os EUA a cada ano, continuava paralisada no Congresso no fim de 2012.

Pena de morte

Quarenta e três presos – todos homens – foram executados nos Estados Unidos durante o ano, todos eles por injeção letal. Dessas execuções, 15 aconteceram no estado do Texas. Ao fim de 2012, o Texas havia sido responsável por 492 das 1.320 execuções realizadas nos EUA desde 1976, quando a Suprema Corte aprovou novas leis sobre a pena capital.

Em abril, Connecticut tornou-se o 17º estado abolicionista dos EUA.

Em novembro, em um referendo, o eleitorado do estado da Califórnia rejeitou, por 53 contra 47 por cento dos votos, a "Proposição 34", uma iniciativa que, se aprovada, teria abolido a pena de morte no

estado e comutado mais de 700 sentenças de morte para prisão perpétua sem a possibilidade de condicional.

Visitas/relatórios da AI

✈ No decorrer do ano, representantes da Anistia Internacional participaram como observadores nos procedimentos das comissões militares em Guantánamo.

📖 USA: "Congress has made no such decision": Three branches of government, zero remedy for counter-terrorism abuses (AMR 51/008/2012)

📖 In hostile terrain: Human rights violations in immigration enforcement in the US southwest (AMR 51/018/2012)

📖 USA: Cruel isolation – Amnesty International's concerns about conditions in Arizona maximum security prisons (AMR 51/023/2012)

📖 USA: Another brick from the wall (AMR 51/028/2012)

📖 USA: Wrong court, wrong place, wrong punishment (AMR 51/032/2012)

📖 USA: Human rights betrayed: 20 years after US ratification of ICCPR, human rights principles sidelined by "global war" theory (AMR 51/041/2012)

📖 USA: "Targeted killing" policies violate the right to life (AMR 51/047/2012)

📖 USA: Deadly formula – An international perspective on the 40th anniversary of *Furman v. Georgia* (AMR 51/050/2012)

📖 USA: The edge of endurance – Prison conditions in California's Security Housing Units (AMR 51/060/2012)

📖 USA: One-way accountability – Guantánamo detainee pleads guilty; details of government crimes against him remain classified top secret (AMR 51/063/2012)

📖 USA: Texas – Still, doing its worst; 250th execution under current Governor imminent (AMR 51/092/2012)

📖 USA: Truth, justice and the American way? Details of crimes under international law still classified Top Secret (AMR 51/099/2012)

FRANÇA

REPÚBLICA FRANCESA

Chefe de Estado:

François Hollande
(sucedeu Nicolas Sarkozy em maio)

Chefe de governo:

Jean-Marc Ayrault
(sucedeu François Fillon em maio)

As investigações sobre denúncias de mortes em custódia, torturas e outros maus-tratos cometidos pela polícia permaneceram ineficazes e inadequadas. Milhares de ciganos foram deixados sem teto depois

de serem removidos à força de assentamentos informais. Os procedimentos prioritários para exame de solicitações de asilo continuaram aquém das normas internacionais.

Mortes em custódia

Proseguiram as preocupações relativas à celeridade, à eficácia e à independência das investigações de casos de mortes ocorridas em custódia da polícia. Foram concluídas as investigações de quatro casos antigos de mortes sob custódia.

■ Em 26 de setembro, o juiz de instrução concluiu, no caso de Abou Bakari Tandia, "não haver qualquer elemento que permitisse responsabilizar um policial no processo que levou à morte da vítima". Abou Bakari Tandia entrou em coma na noite entre 5 e 6 de dezembro de 2004, quando se encontrava detido na delegacia de polícia de Courbevoie, vindo a falecer em 24 de janeiro de 2005. O policial que aplicou a técnica de contenção que se acredita ter levado Abou Bakari Tandia ao coma continuava em serviço em outra delegacia de polícia no fim do ano. O julgamento de um recurso era aguardado.

■ Em 15 de outubro, no caso de Ali Ziri, homem algeriano de 69 anos que morreu dois dias depois de ter sido detido na delegacia de polícia de Argenteuil, em junho de 2009, o juiz de Pontoise concluiu que "não se constatou qualquer ato de violência voluntária que possa ter, direta ou indiretamente, causado a morte do Sr. Ali Ziri". Entretanto, uma autópsia realizada em abril de 2011 havia confirmado que Ali Ziri morreria em consequência da técnica de contenção a que fora submetido e da constante emissão de vômitos enquanto esteve sob custódia. Os policiais envolvidos no ato de prisão e no transporte de Ali Ziri e de seu amigo Arezki Kerfali jamais foram interrogados pelo juiz. O julgamento de um recurso era aguardado.

■ Também em 15 de outubro, o caso de Mahamadou Maréga, um migrante irregular do Mali que morreu em 30 de novembro de 2012 depois de ser atingido duas vezes por descargas de um dispositivo de eletrochoque quando ele foi preso em Colombes de modo violento, foi encerrado pelo juiz de instrução. No dia 4 de maio, o Defensor dos Direitos demandou procedimentos disciplinares contra os agentes da lei envolvidos, os quais ele considerou terem usado seus dispositivos de eletrochoque de modo desproporcional. O julgamento de um recurso era aguardado.

Em dezembro, o processo sobre o caso de Mohamed Boukrourou, que morreu dentro de uma viatura policial em 12 de novembro de 2009, foi arquivado. Um recurso contra essa decisão ainda não havia sido julgado. No fim do ano, os quatro policiais que participaram de sua prisão em Valentigney ainda estariam em serviço, sem terem respondido a qualquer procedimento disciplinar.

Em outros casos, as investigações prosseguiram.

■ Em 24 de fevereiro, três dos sete policiais envolvidos na morte de Abdelhakim Ajimi durante sua prisão, em 9 de maio de 2008, receberam penas suspensas de prisão de 6, 18 e 24 meses, respectivamente, do Tribunal Penal de Grasse. A Anistia Internacional considerou preocupante que essas sentenças não correspondessem à gravidade do crime cometido. Os três policiais recorreram da decisão. Outros quatro policiais implicados no incidente foram absolvidos.

■ Pouco avançaram as investigações sobre a morte de Lamine Dieng durante sua prisão no dia 17 de junho de 2007, em Paris. Ela havia sido submetida à contenção dos policiais ainda quando estava na rua e, depois, novamente, na viatura policial, onde perdeu a consciência e morreu por asfixia mecânica.

Tortura e outros maus-tratos

O Código Penal ainda carecia de uma definição de tortura que se adequasse às normas internacionais. As investigações sobre denúncias de maus-tratos cometidos por agentes da lei não costumavam ser investigadas de modo pronto, independente e imparcial. No dia 19 de abril, o Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura pediu "tolerância zero" aos maus-tratos cometidos por policiais e limitação no uso de dispositivos de eletrochoque.

Discriminação

Minorias étnicas e religiosas, assim como pessoas LGBTI, continuaram sendo discriminadas.

Em dezembro, o ministro do Interior apresentou um novo código de ética para as forças de segurança, o qual, pela primeira vez, regulava as abordagens policiais para verificação de identidade e as revistas corporais. Em setembro, ele se opusera à ideia de registrar oficialmente todas as abordagens para verificação de identidade com o objetivo de combater a filtragem por raça. Diversas organizações de direitos humanos continuaram a documentar a ocorrência de verificações baseadas em filtragem racial.

Continuou em vigor uma lei que proíbe o encobrimento da face. Tais legislações indiretamente discriminam as mulheres muçulmanas que optam por livremente usar véus que cubram o rosto. Em janeiro, o Senado aprovou um projeto de lei que visa a proibir os funcionários de serviços que cuidam de crianças de usar vestimentas e símbolos religiosos e culturais. Continuava em vigor uma circular emitida em 2011 pelo ex-ministro da Educação, que já proibia as mulheres que usam essas roupas de participar de passeios escolares.

Em agosto, uma lei sobre assédio sexual incluiu a "identidade sexual" como motivo proibitivo em legislações penais de combate aos crimes de ódio e à discriminação em locais de trabalho.

No dia 5 de outubro, o Conselho Constitucional revogou diversas disposições de uma lei de 1969 relativa aos *pavees* (nômades irlandeses também conhecidos como *Irish Travellers*). Eliminou-se a exigência de três anos de registro em um município para eles poderem votar e de que *pavees* sem uma renda fixa tivessem que portar e renovar periodicamente um "carnê de circulação". Entretanto, os *pavees* que possuem renda fixa continuaram obrigados a portar um "livreto de circulação"; todo *pavee* ainda tinha que se registrar junto às autoridades municipais; e eles não podiam constituir mais de 3 por cento da população de uma cidade.

No dia 7 de novembro, o Conselho de Ministros aprovou um projeto de lei sobre o casamento de pessoas do mesmo sexo, o qual deveria começar a ser analisado pela Assembleia Nacional a partir de janeiro de 2013.

Remoções forçadas

No decorrer do ano, campos e habitações temporários ocupados por ciganos continuaram a ser desmontados em ações de remoção forçada. Segundo estimativas de ONGs, 9.040 ciganos foram despejados à força em toda a França nos três primeiros trimestres de 2012.

Em 26 de agosto, o governo emitiu uma circular interministerial com medidas de antecipação e de acompanhamento das operações de evacuação de acampamentos ilícitos, para que as prefeituras pudessem planejar e executar as remoções, assistindo as pessoas afetadas com vistas a sua reintegração. No entanto, salvaguardas internacionais contra remoções forçadas continuaram sendo desprezadas no âmbito local ao executar ordens de despejo.

Refugiados, requerentes de asilo e migrantes

O procedimento prioritário para requerentes de asilo permaneceu em vigor, apesar de não proteger adequadamente seus direitos. Ademais, eles continuaram sem ter direito a recurso suspensivo perante o Tribunal Nacional do Direito ao Asilo.

Em 26 de março, o Conselho de Estado anulou uma decisão da Agência Francesa para a Proteção de Refugiados e Pessoas Apátridas (OFPRA), de abril de 2011, que acrescentava a Albânia e Kosovo à lista de países de origem seguros para requerentes de asilo. No dia 3 de outubro, o Conselho de Estado condenou o fato de a OFPRA não apreciar individualmente as revisões dos requerimentos dos solicitantes de asilo cujas impressões digitais pareciam ter sido voluntariamente alteradas.

Em 7 de junho, o governo emitiu uma circular recomendando que as famílias de migrantes irregulares com crianças fossem colocadas sob rigorosa prisão domiciliar em vez de centros de detenção.

No dia 11 de julho, o Comitê da ONU contra a Tortura impediu a expulsão de uma mulher somali detida em uma "zona de espera" no aeroporto de Roissy-Charles de Gaulle. Seu pedido de asilo e seu recurso foram rejeitados na mesma semana, apesar de o ACNUR, a agência da ONU para os refugiados, ser contrário à deportação para certas partes da Somália.

Em dezembro, o Parlamento aprovou uma lei que emendou o Código de Entrada e Permanência de Estrangeiros e do Direito de Asilo, abolindo o chamado "delito de solidariedade". Segundo a nova lei, apoiar a permanência irregular de um estrangeiro deixa de ser um delito punível com multa ou prisão, contanto que a pessoa que prestou o auxílio tente oferecer ao estrangeiro condições de vida justas e decentes, e desde que não receba qualquer compensação direta ou indireta.

Mudanças legais, constitucionais ou institucionais

Em dezembro, a França assinou o Protocolo Facultativo ao PIDESC.

Visitas/relatórios da AI

🗺 Representantes da Anistia Internacional visitaram a França em fevereiro, maio, junho, agosto, setembro e novembro.

📄 Choice and prejudice: Discrimination against Muslims in Europe (EUR 01/001/2012)

📄 The European Committee for the Prevention of Torture calls for “zero tolerance” of ill-treatment (EUR 21/005/2012)

📄 Chased away: Forced evictions of Roma in the Ile-de-France (EUR 21/012/2012)

GRÉCIA

REPÚBLICA HELÊNICA

Chefe de Estado:

Karolos Papoulias

Chefe de governo:

Antonis Samaras (sucedeu Panagiotis Pikrammenos em junho, o qual sucedeu Loukas Papademos em maio)

Durante o ano, prosseguiram as denúncias de abusos dos direitos humanos cometidos pela polícia, como torturas e uso de força excessiva. Migrantes e requerentes de asilo enfrentaram impedimentos para registrar seus pedidos de asilo, sendo muitas vezes detidos em condições inadequadas. O número de crimes de ódio com base na raça ou na etnia das vítimas teve um aumento dramático.

Informações gerais

A economia do país estava em crise, e a taxa de desemprego chegou a 26,8 por cento em outubro. Novas medidas de austeridade foram votadas pelo Parlamento em fevereiro e em novembro, em meio a protestos em Atenas e outras cidades. Em maio, o Comitê Europeu dos Direitos Sociais constatou que as leis de austeridade para os trabalhadores do setor público violavam várias disposições da Carta Social Europeia.

O Aurora Dourada, um partido de extrema direita com uma agressiva retórica antimigração, conquistou 18 cadeiras nas eleições parlamentares de junho.

Uso excessivo da força

Persistiram as denúncias de uso de força excessiva pela polícia durante manifestações.

■ Em abril, vários jornalistas e fotógrafos foram agredidos pela polícia de choque durante os protestos realizados em Atenas em memória de um farmacêutico aposentado de 77 anos que cometera suicídio. Mário Lobos, um repórter fotográfico, teve o crânio gravemente fraturado quando um policial da tropa de

choque golpeou-o com um cassetete na parte de trás da cabeça. Ninguém foi preso ou acusado pela agressão.

■ No dia 5 de agosto, a polícia de choque empregou força excessiva e teria atirado com balas de borracha e outras munições de impacto diretamente contra manifestantes pacíficos que se opunham à mineração de ouro na região de Halkidiki.

Tortura e outros maus-tratos

Prosseguiram as denúncias de tortura e outros maus-tratos, inclusive contra membros de grupos vulneráveis, como migrantes e requerentes de asilo detidos em centros de imigração. Persistiram os problemas geradores de impunidade, como o fato de as autoridades geralmente não conduzirem investigações prontas, completas e imparciais, nem assegurarem o direito a reparações jurídicas efetivas. Em janeiro, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos confirmou que o estupro de um migrante irregular com um cassetete por um guarda costeiro em maio de 2001 constituía tortura (*Zontul v. Grécia*). Em agosto, o Comitê de Direitos Humanos da ONU concluiu que a Grécia havia falhado em investigar uma denúncia de maus-tratos e discriminação da polícia, feita por um cigano grego em 1999 (*Katsaris v. Grécia*).

■ Em março, um Tribunal de Recursos de júri misto absolveu dois policiais de causar lesões corporais (segundo cláusulas do Código Penal contra a tortura) a dois refugiados na delegacia de polícia de Aghios Panteleimon, em Atenas, em dezembro de 2004. Os policiais haviam sido condenados em primeira instância.

■ Em outubro, vieram à tona graves denúncias de que 15 manifestantes antifascistas foram torturados pela polícia nas dependências da Diretoria Geral da Polícia em Atenas em 30 de setembro. Apoiadores dos manifestantes que foram presos em 1º de outubro também denunciaram terem sido submetidos, no mesmo local, a tratamento que constitui tortura. As autoridades negaram as acusações; porém, um juiz de instrução requisitou que o Promotor propusesse ações penais contra os policiais envolvidos nas violações dos direitos humanos dos manifestantes.

Refugiados, requerentes de asilo e migrantes

Apesar de algumas melhorias terem sido relatadas no sistema de recursos relativo aos procedimentos para

determinação de asilo, a Grécia pouco avançou no sentido de criar um sistema eficaz. No fim do ano, devido a sérios problemas de recrutamento, o novo Serviço de Asilo ainda não havia começado a examinar solicitações de asilo. Os impedimentos enfrentados pelos requerentes ao tentar protocolar seus pedidos persistiram. Por exemplo, no Departamento de Polícia para Estrangeiros de Attika, em Atenas, somente cerca de 20 pedidos por semana eram protocolados pelas autoridades.

Pessoas que tentaram entrar na Grécia a partir da Turquia, através do Rio Evros, denunciaram ter sido forçadas pelas autoridades gregas a retornar à Turquia. Em dezembro, foi concluída a construção de uma cerca de 10,5 km ao longo da fronteira terrestre com a Turquia, na região do Evros. Temia-se que a cerca pudesse impedir que pessoas em busca de proteção internacional chegassem a um local seguro, e que as pessoas acabassem tentando cruzar por lugares perigosos.

Requerentes de asilo e migrantes irregulares, inclusive menores desacompanhados, foram detidos rotineiramente e por períodos prolongados. Em abril, foi adotado um novo dispositivo legal que permitia a detenção de migrantes irregulares e requerentes de asilo por motivos como a suspeita de que tivessem alguma doença contagiosa, como serem portadores do HIV. A onda de repressão policial contra migrantes, que começou em agosto, suscitou preocupações de que pessoas poderiam ser discriminadas pelo que se acreditasse ser sua origem étnica, e de que isso fomentaria a xenofobia.

Em outubro, uma emenda à legislação que rege os procedimentos para concessão de asilo permitiu que a polícia prorrogasse em até 12 meses o período máximo de detenção dos requerentes, que era de três ou seis meses. Em vários centros para detenção de imigrantes e em delegacias de polícia onde requerentes de asilo e migrantes irregulares são detidos, as condições continuaram impróprias. Nas unidades de detenção de Elliniko, em Atenas, as condições eram desumanas e degradantes. Entre agosto e o fim do ano, muitos requerentes de asilo e migrantes irregulares, inclusive muitos cidadãos sírios que fugiam do conflito em seu país, estariam sendo mantidos em condições extremamente precárias em delegacias de polícia ou desabrigados.

Discriminação

Crimes de ódio

O número de ataques com motivação racial teve um aumento acentuado durante o ano. Em outubro, a Rede de Registro da Violência Racista informou que mais da metade dos 87 incidentes registrados referiam-se a grupos extremistas de direita que atuavam de maneira organizada e planejada. Em dezembro, foi assinado um decreto presidencial prevendo a criação de unidades de polícia especializadas em Atenas e Thessaloniki para investigar os crimes de natureza racial. Entretanto, o decreto não previa salvaguardas para que vítimas sem documentos não fossem presas e deportadas enquanto o processo penal estivesse em andamento.

■ Em agosto, uma série de ataques violentos foi registrada contra migrantes e requerentes de asilo, bem como contra locais de culto não oficiais em Atenas e outras cidades. Em 13 de agosto, um cidadão iraquiano foi morto a facadas. Uma investigação criminal foi aberta, mas nenhum responsável foi identificado.

■ No dia 24 de setembro, um tribunal de Atenas adiou, pela 17ª vez, o julgamento de três cidadãos gregos, entre os quais um candidato a deputado pelo Aurora Dourada. Eles foram acusados de espancar três requerentes de asilo afegãos e de esfaquear um deles em 2011. Foi um dos raros casos de violência racial a chegar a um tribunal.

■ Em outubro, o Parlamento suspendeu a imunidade de dois deputados do Aurora Dourada envolvidos com dois ataques a bancas de comércio pertencentes a migrantes nas cidades de Rafina e Messolongi no dia 9 de setembro. Em novembro, o deputado envolvido com o incidente de Messolongi foi formalmente acusado.

■ No dia 3 de novembro, migrantes e requerentes de asilo, bem como suas lojas e casas no bairro de Aghios Panteleimon, em Atenas, foram atacados, segundo informações, por grupos de extrema direita.

Pessoas vivendo com HIV

Em maio, as autoridades prenderam e teriam submetido a testes forçados de HIV mais de 100 pessoas que, supostamente, eram trabalhadoras do sexo. Causou grande preocupação que 29 das pessoas presas tenham sido estigmatizadas quando seus dados pessoais foram publicados pela polícia, inclusive suas fotos e condição de portadores do HIV, e que elas tenham sido processadas por causar danos corporais graves de modo intencional. No fim

do ano, 12 pessoas permaneciam presas aguardando julgamento.

Ciganos

Segundo a ONG grega *Monitor de Helsinki*, crianças ciganas continuaram sendo segregadas ou excluídas do sistema educacional, enquanto famílias ciganas eram despejadas ou ameaçadas de despejo de seus assentamentos, sem que lhes fosse oferecida qualquer acomodação alternativa adequada.

■ Em dezembro, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos concluiu que o fato de as autoridades gregas não terem integrado as crianças ciganas de Aspropyrgos ao sistema de ensino regular constituía discriminação (*Sampani e outros v. Grécia*). Foi a segunda vez que se chegou à conclusão de que a Grécia havia violado a Convenção Europeia de Direitos Humanos ao segregar as crianças ciganas no ensino primário em Aspropyrgos.

Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais

Em novembro, ativistas LGBTI informaram que houve um aumento dos incidentes de violência homofóbica em Atenas. As vítimas relataram que seus agressores eram membros de grupos de extrema direita, inclusive alguns que supostamente pertenciam ao partido Aurora Dourada.

Objetores de consciência

Objetores de consciência continuaram sendo processados repetidamente.

■ Em fevereiro, o Tribunal Militar de Atenas condenou Avraam Pouliasis, de 49 anos, um dos primeiros objetores de consciência gregos, a uma pena de seis meses de prisão, suspensa por três anos. Avraam Pouliasis não tinha mais a obrigação legal de servir o exército por ter mais de 45 anos.

Condições prisionais

No decorrer do ano, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos constatou que a Grécia havia violado a Convenção Europeia de Direitos Humanos em três casos, devido às condições precárias dos presídios de Ioannina e de Korydallos, e da unidade de detenção do quartel da polícia de Thessaloniki.

Liberdade de expressão

A liberdade de expressão foi ameaçada em diversas ocasiões.

■ Em novembro, Kostas Vaxevanis, jornalista e editor de revista, foi a julgamento em Atenas por invasão de privacidade depois que ele publicou os nomes de dois mil gregos que supostamente possuíam contas em bancos privados suíços, pedindo que fossem investigados por possível sonegação de impostos. Após um dia de audiência, ele foi absolvido. A Promotoria dos Tribunais de Primeira Instância de Atenas recorreu, e Kostas Vaxevanis foi remetido para julgamento perante o Tribunal de Pequenas Causas de Atenas.

■ Em outubro, membros de grupos cristãos extremistas e do partido de extrema direita Aurora Dourada, inclusive alguns deputados, tentaram impedir a estreia da peça *Corpus Christi*, agredindo verbalmente e ameaçando os atores e o público. Em novembro, as pessoas que encenaram a peça foram acusadas de blasfêmia.

Visitas/relatórios da AI

🗉 Representantes da Anistia Internacional visitaram a Grécia em janeiro, julho e outubro.

📄 [Police violence in Greece: Not just 'isolated incidents'](#) (EUR 25/005/2012)

📄 [Greece: The end of the road for refugees, asylum-seekers and migrants](#) (EUR 25/011/2012)

GUINÉ-BISSAU

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

Chefe de Estado:

Manuel Serifo Nhamadjo
(sucedeu Raimundo Pereira em maio, o qual sucedera Malam Bacai Sanhá em janeiro)

Chefe de governo:

Rui Duarte de Barros
(sucedeu Carlos Gomes Júnior em maio)

A situação política deteriorou rapidamente após a morte do presidente Malam Bacai Sanhá em janeiro, culminando com um golpe de Estado em abril. Em outubro, a situação deteriorou ainda mais depois que um ataque teria sido lançado contra uma base militar, exacerbando a já delicada situação humanitária e de direitos humanos. As forças armadas cometeram impunemente várias violações dos direitos humanos, como prisões e detenções

arbitrárias, espancamentos e execuções extrajudiciais. As liberdades de reunião, de expressão e de imprensa foram severamente limitadas. Assassinatos de personalidades políticas e da área de segurança, cometidos desde 2009, permaneceram impunes.

Informações gerais

Em janeiro, o presidente Malam Bacai Sanhá faleceu após uma longa convalescença. As eleições presidenciais realizadas em março foram vencidas pelo ex-primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior. Uma vez que ele não atingiu a maioria absoluta dos votos, um segundo turno foi marcado para o fim de abril. Dez dias antes do segundo turno, os militares deram um golpe de Estado, tomaram controle da capital, Bissau, e prenderam o ex-primeiro-ministro e o presidente interino. Duas semanas depois, os dois foram libertados da custódia militar e mandados para o exílio.

Medidas repressoras foram impostas para sufocar as críticas ao autoproclamado Comando Militar que assumiu o controle. Todas as manifestações foram proibidas, e os soldados usaram a força para dispersar manifestações espontâneas pacíficas. Os militares alegaram que suas ações deviam-se à presença de tropas angolanas no país, de acordo com um acordo bilateral de assistência ao treinamento e à reforma do setor de segurança. No começo de maio, o Comando Militar e seus aliados civis chegaram a um acordo com a CEDEAO para um plano de transição de um ano e para o envio de tropas da CEDEAO para Bissau. Duas semanas depois, um presidente e um governo interinos foram nomeados; porém, não foram reconhecidos pela comunidade internacional.

Em outubro, as autoridades alegaram que um grupo de soldados e de civis havia lançado um ataque contra uma base militar nos arredores de Bissau, e que seis dos responsáveis haviam sido mortos. As autoridades acusaram o ex-primeiro-ministro de envolvimento no episódio. Na perseguição aos supostos autores do atentado, os militares cometeram graves violações dos direitos humanos.

Liberdade de expressão – jornalistas

Estações de rádio privadas foram fechadas quando aconteceu o golpe militar e ficaram dois dias fora do ar. Elas tiveram permissão para voltar a transmitir sob

rigorosa censura. Pelo menos uma rádio decidiu permanecer fechada. Jornalistas também foram impedidos de realizar seu trabalho, tendo sido hostilizados e presos. O correspondente da Radio Televisão Portuguesa (RTP), uma emissora pública, foi expulso do país em outubro por causa de suas reportagens críticas ao governo e às autoridades militares.

Homicídios ilegais e execuções extrajudiciais

Surgiram informações indicando que seis pessoas supostamente mortas durante o ataque à base militar em outubro, quatro civis e dois militares, haviam sido executadas extrajudicialmente. Soldados também teriam executado extrajudicialmente cinco pessoas na ilha de Bolama, no Arquipélago dos Bijagós, as quais eles acusaram de serem cúmplices de Pansau Ntchama, o suposto líder do atentado de outubro. Outras pessoas foram executadas de modo ilegítimo devido a suas ligações com personalidades governamentais depostas.

Luís Ocante da Silva, amigo próximo do ex-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, José Zamora Induta, morreu em consequência do espancamento sofrido por parte de soldados. No dia 6 de novembro, ele foi levado de sua casa por um grupo de soldados, espancado e conduzido a um local desconhecido. Dois dias depois, os soldados entregaram seu corpo no necrotério do hospital central. Sua família só teve permissão de ver o seu rosto, sem poder levar o corpo para sepultamento.

Nenhuma investigação foi realizada sobre essas mortes, nem sobre outras violações dos direitos humanos cometidas pelos militares. Os assassinatos políticos cometidos desde 2009 também permaneceram impunes.

Tortura e outros maus-tratos

Após o golpe de abril, soldados que buscavam as autoridades governamentais depostas espancaram seus familiares, amigos e empregados, além de vandalizar suas casas. A maioria dos ministros teve de esconder-se e permanecer escondida por vários meses; alguns fugiram do país. Integrantes de organizações da sociedade civil também foram alvo de perseguição. Alguns deles, inclusive vários membros da Liga Guineense dos Direitos Humanos, receberam ameaças de morte e refugiaram-se em embaixadas.

No dia seguinte ao ataque à base militar, os soldados prenderam e espancaram Iancuba Indjai, presidente do Partido da Solidariedade e Trabalho, de oposição, e porta-voz da Frente Nacional AntiGolpe (FRENAGOLPE), um agrupamento de partidos políticos e grupos da sociedade civil que se opunham ao golpe de abril. Iancuba Indjai foi abandonado à beira de uma estrada a cerca de 50 quilômetros de Bissau. Moradores locais encontraram-no gravemente ferido e avisaram sua família. Posteriormente, ele foi levado a um hospital no exterior.

No mesmo dia em que Iancuba Indjai foi preso, soldados adentraram o escritório de Silvestre Alves, advogado e presidente do partido Movimento Democrático, espancando-o e levando-o do local. Mais tarde, ele foi encontrado inconsciente em uma estrada a 40 quilômetros da cidade por moradores locais que o levaram para o hospital. Ele foi levado ao exterior para tratamento médico.

Visitas/relatórios da AI

Guinea-Bissau: Amnesty International's concerns following the coup in April 2012 (AFR 30/001/2012)

H

HAITI

REPÚBLICA DO HAITI

Chefe de Estado:

Michel Joseph Martelly

Chefe de governo:

Laurent Lamothe

(sucedeu Garry Conille em maio)

Mais de 320 mil pessoas que ficaram desabrigadas em consequência do terremoto de janeiro de 2010 continuaram desalojadas em 2012. Milhares de desalojados internos sofreram remoções forçadas por autoridades locais e por proprietários privados. Mulheres que denunciaram violência baseada em gênero tiveram pouca reparação. Nenhuma medida foi tomada para tratar da impunidade por violações dos direitos humanos cometidas no passado.

Informações gerais

Crescentes tensões políticas entre o Parlamento e a Presidência levaram à renúncia do primeiro-ministro Garry Conille em fevereiro, após quatro meses no

cargo. Laurent Lamothe, o premiê escolhido pelo Presidente, tomou posse em maio. No último trimestre do ano, em diversas partes do país ocorreram manifestações contra o aparente fracasso do governo em responder aos problemas socioeconômicos. Os manifestantes exigiam a renúncia do Presidente Martelly.

Em agosto, o Presidente criou um Conselho Eleitoral Permanente. Apenas seis de seus nove integrantes foram designados, pois o Parlamento não conseguiu chegar a um consenso sobre seus três representantes. Três indicações feitas pelo Conselho Superior do Judiciário foram contestadas por não respeitarem os procedimentos seletivos e, em outubro, o Conselho indicou três novos representantes. A criação de um Conselho Eleitoral Permanente, uma instituição crucial para a organização de eleições gerais e locais, era aguardada desde que a nova Constituição foi adotada em 1987.

Em outubro, o Conselho de Segurança da ONU renovou, pelo nono ano, o mandato da Missão de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH), recomendando a redução gradual de seus componentes militares e policiais. Havia uma crescente insatisfação popular com a MINUSTAH, principalmente porque um batalhão nepalês supostamente seria responsável por uma eclosão de cólera no país e porque soldados da MINUSTAH estariam envolvidos em vários casos de violência sexual.

As tempestades tropicais Isaac e Sandy, que devastaram o Haiti, respectivamente, no fim de agosto e no fim de setembro, exacerbaram o surto de cólera, intensificaram a insegurança alimentar e aumentaram o número de famílias desabrigadas. As tempestades afetaram mais de 15 mil famílias que viviam em campos temporários para pessoas desalojadas dentro do país.

A situação humanitária pós-terremoto no Haiti continuou causando preocupação em diversos aspectos relativos à proteção, abrigo, assistência médica, água e saneamento. A epidemia de cólera, que matou cerca de 900 pessoas durante o ano, agravou ainda mais a situação, enquanto a carência de fundos dificultou a resposta humanitária. As iniciativas para reconstruir o país após o terremoto prosseguiram vagarosamente, em parte devido à instabilidade política, à debilidade das instituições

públicas e aos atrasos na liberação dos fundos prometidos pela comunidade internacional. Até setembro, apenas 2,7 bilhões dos 5,53 bilhões de dólares prometidos pelos EUA haviam sido liberados.

Em maio, foi aprovada uma lei ratificando o PIDESC. Entretanto, até o fim do ano, o Presidente não a havia promulgado.

Pessoas desalojadas dentro do país

Mais de 320 mil pessoas desabrigadas pelo terremoto de janeiro de 2010 ainda viviam em campos improvisados no fim de 2012. O governo, com assistência da Organização Internacional para as Migrações e de seus parceiros, continuou a pôr em prática programas de retorno e reassentamento para os desalojados internos que viviam nos campos com maiores riscos de serem afetados por desastres naturais. No decorrer de 2012, cerca de 134 mil famílias tiveram assistência para deixar os campos por meio de auxílio-moradia ou de ofertas de abrigos temporários.

As condições de vida nos campos continuaram péssimas. Embora o saneamento tenha melhorado em alguns deles, a qualidade da água ainda era preocupante e poderia estar relacionada ao aumento dos casos de cólera registrados na estação de chuvas e furacões (de abril a novembro).

Direito à moradia – remoções forçadas

As remoções forçadas de pessoas desalojadas dentro do país prosseguiram em Porto Príncipe e em outras áreas afetadas pelo terremoto. Milhares de pessoas ficaram novamente sem teto quando seus abrigos temporários foram destruídos durante a remoção. Esses despejos foram executados sem respeitar o devido processo, sem notificação adequada e sem consulta. As pessoas que perderam suas moradias não receberam proposta de habitação alternativa. As remoções forçadas envolveram coerção, hostilidades e violências.

Tais remoções contribuíram para diminuir o número de pessoas que viviam nos campos temporários e para o fechamento de muitos deles. Entre janeiro e junho, mais de 30 campos foram fechados após remoções forçadas, afetando mais de 2.140 pessoas. Mais de 75 mil pessoas estavam sob constante ameaça de despejo.

■ Em maio, funcionários municipais acompanhados de agentes armados da Brigada de Controle de Ruas e

da polícia nacional removeram à força 131 famílias de Campo Mozayik, em Porto Príncipe. Ex-moradores do campo contaram que os funcionários demoliram suas casas e destruíram seus pertences. Ninguém recebeu acomodação alternativa nem aviso adequado.

■ Em julho, as autoridades tentaram remover à força 142 famílias de uma comunidade estabelecida na década de 1980 em Parc La Visite, uma reserva natural no departamento Sudeste. Segundo testemunhas, 30 policiais e 20 civis armados chegaram para executar a remoção. Membros da comunidade atiraram pedras contra os policiais quando eles começaram a destruir suas casas. Os policiais atiraram contra as pessoas, matando quatro homens. As autoridades negaram qualquer envolvimento com o incidente e, até o fim do ano, nenhuma investigação havia sido realizada sobre os disparos.

Em abril, o governo apresentou o primeiro projeto formulado no país para uma Política Nacional de Habitação. Causou preocupação a ausência de uma perspectiva de direitos humanos e o fato de o projeto não tratar da questão das remoções forçadas.

Violência contra mulheres e meninas

Mulheres e meninas continuaram a sofrer discriminação com base em seu gênero. Segundo relatórios de ONGs que trabalham pelos direitos da mulher, as mulheres que viviam nos campos para desalojados internos ainda corriam maior risco de serem submetidas à violência de gênero e à exploração sexual. Compelidas pela pobreza, mulheres e meninas continuaram a envolver-se em relações sexuais mercantilizadas a fim de garantir seu sustento. A polícia e o sistema de justiça do Haiti fizeram alguns avanços em sua resposta à violência de gênero, mas ofereceram às mulheres poucas oportunidades de justiça e reparação.

Impunidade

Indivíduos responsáveis por graves violações dos direitos humanos, como desaparecimentos forçados, tortura, estupro e execuções extrajudiciais nas últimas quatro décadas continuaram a evadir-se da Justiça.

Em janeiro, um juiz de instrução indeferiu as ações judiciais por crimes contra a humanidade impetradas por 22 vítimas contra o ex-presidente Jean-Claude Duvalier. O juiz concluiu que Jean-Claude Duvalier deveria ser julgado somente por corrupção e apropriação indevida de fundos públicos. Em seu

relatório, contrariando as obrigações de direito internacional do Haiti, o juiz afirmou que os tribunais haitianos não tinham competência para investigar e julgar crimes contra a humanidade. Um recurso das vítimas e de seus familiares estava pendente no fim do ano.

Sistema de justiça

Em julho, o Conselho Superior do Judiciário finalmente foi criado. Porém, seu funcionamento foi prejudicado por divisões internas que resultaram na retirada temporária de dois de seus integrantes, inclusive do representante do setor de direitos humanos. O Conselho é uma instituição crucial para a reforma e a independência do sistema de justiça. Uma de suas principais funções é confirmar a indicação de novos juízes. No entanto, de acordo com organizações de direitos humanos locais, os juízes continuavam sendo indicados sem a concordância do Conselho.

Em 28 de setembro, o procurador-chefe de Porto Príncipe, Jean Renel Sénatus, foi destituído. Ao ser entrevistado por uma rádio local, ele afirmou ter sido destituído do cargo por ter se recusado a executar uma ordem ministerial para prender 36 opositores políticos, entre os quais o advogado de direitos humanos Mario Joseph e os advogados Newton St-Juste e André Michel, que atuam no combate à corrupção. Em outubro, Lucman Delille tornou-se o oitavo procurador-chefe de Porto Príncipe a ser indicado desde a posse do Presidente Martelly.

As autoridades não adotaram medidas efetivas para lidar com o problema das detenções provisórias prolongadas.

Visitas/relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram o Haiti em maio e julho de 2012.

IÊMEN

REPÚBLICA DO IÊMEN

Chefe de Estado: **Abd Rabbu Mansour Hadi**
(sucedeu Ali Abdullah Saleh em fevereiro)

Chefe de governo: **Mohammed Salim Basindwa**

A situação dos direitos humanos melhorou durante o período de transição após a rebelião de 2011 que depôs o Presidente Saleh. No entanto, ainda não havia informações sobre o destino das pessoas presas ou desaparecidas em 2011. A impunidade pelas violações dos direitos humanos cometidas no governo do Presidente Saleh foi reforçada por uma nova lei de imunidade, e a maioria das mortes de manifestantes e outras violações de direitos humanos cometidas em 2011 e 2012 não foram investigadas. A justiça também foi negada às vítimas de violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário cometidas durante os conflitos armados que ocorreram em diversas partes do país. Mais de 20 pessoas que haviam sido presas durante a rebelião de 2011 e nos protestos subsequentes permaneceram encarceradas ou foram vítimas de desaparecimentos forçados. Tortura e outros maus-tratos continuaram sendo registrados. Em resposta à instabilidade no Sul, as forças de segurança e grupos aliados usaram a força de modo excessivo, matando pelo menos uma dúzia de pessoas e detendo arbitrariamente outras dezenas que participaram de protestos ou que apoiaram a secessão do Sul. O Ansar al Sharia (Partidários da Sharia), um grupo armado ligado à Al Qaeda da Península Arábica (AQPA), que, até junho, controlava partes do governadorado de Abyan, cometeu abusos dos direitos humanos, como execuções sumárias e amputações. Uma ofensiva militar do governo, com a finalidade de repelir o Ansar al Sharia das cidades sob seu controle, foi marcada por violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário por ambos os lados, com a consequente morte de civis. Mulheres e meninas continuaram sendo discriminadas na lei e na prática, além de sofrerem violência doméstica. Houve denúncias de escravidão em algumas partes do país. A situação humanitária chegou ao ponto de crise. Pelo menos sete pessoas foram sentenciadas à

morte, e pelo menos 28 foram executadas, entre elas ao menos dois menores infratores.

Informações gerais

Em 25 de fevereiro, o ex-vice-presidente Abd Rabbu Mansour Hadi assumiu a Presidência depois de uma eleição em que ele foi o único candidato. A eleição era exigência de um acordo sobre a transferência de poder no país, intermediado pelo Conselho de Cooperação do Golfo e assinado pelo ex-Presidente Saleh em 23 de novembro de 2011. O novo Presidente, junto com o "governo de reconciliação nacional" formado em dezembro de 2011, foi incumbido de implementar uma transição de dois anos, durante os quais deveria pôr em prática um diálogo nacional, realizar um referendo sobre uma nova Constituição, reformar o sistema eleitoral, reestruturar as forças armadas e os serviços de segurança, além de adotar medidas de justiça transicional. Depois disso, eleições gerais deveriam ser realizadas de acordo com a nova Constituição.

Em maio, um comitê de articulação foi criado para estabelecer contato com os diferentes partidos a fim de que participassem do diálogo nacional. No dia 14 de julho, formou-se uma comissão preparatória que, posteriormente, entregou ao Presidente Hadi uma lista com 20 recomendações para um diálogo exitoso. As recomendações incluíam um pedido de desculpas à população sulista e à população da província nortista de Sadah, por violações cometidas no passado, e a libertação de todos os prisioneiros detidos em função do Movimento Sulista, do conflito de Sadah e dos eventos relacionados à rebelião de 2011. No fim do ano, as recomendações ainda não haviam sido implementadas. Em dezembro, como parte das iniciativas de reestruturação militar, o Presidente Hadi anunciou que o chefe da Guarda Republicana (filho do ex-presidente), o ministro chefe da Segurança Central (sobrinho do ex-presidente) e o comandante da Primeira Divisão Blindada seriam destituídos de seus cargos.

Apesar dos efeitos estabilizadores da transição, a situação de insegurança persistia, inclusive com vários sequestros. O assassinato do advogado Hassan al Dawlah, em dezembro, suscitou temores de que o crime tenha sido motivado por seu trabalho.

A crise humanitária aprofundou-se ainda mais, sendo marcada pela escassez de comida, de água e de outros produtos de primeira necessidade, pelo

aumento do desemprego e do custo de vida, por cortes de energia e do fornecimento de combustível. Os doadores internacionais prometeram mais de 7 bilhões de dólares em ajuda ao Iêmen durante o período de transição. Porém, as agências assistenciais internacionais e iemenitas pediram um aumento dos fundos emergenciais seletivos para evitar uma crise de inanição.

Cerca de 28 pessoas foram acusadas de participar de um atentado contra o palácio presidencial, no dia 3 de junho de 2011, que feriu o então Presidente Saleh, deixando outros mortos e feridos. Até o fim do ano, elas não haviam sido julgadas. Segundo informações, muitas dessas pessoas foram torturadas ou submetidas a maus-tratos.

Impunidade

Em 21 de janeiro, o governo promulgou uma lei de imunidade, a Lei nº 1 de 2012, conforme o acordo de transferência de poder. A lei concedia ao ex-Presidente Saleh e a todos que foram funcionários de seu governo imunidade processual criminal por "ações politicamente motivadas" realizadas no curso de suas funções. Consequentemente, a lei impediu que muitas vítimas de detenções arbitrárias, torturas, execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados e outras violações praticadas sob o prolongado regime do Presidente Saleh obtivessem justiça, verdade e reparação. Sendo assim, a lei de imunidade violou as obrigações legais internacionais do Iêmen de investigar e processar crimes contra o direito internacional e outras violações dos direitos humanos.

O projeto de uma Lei de Justiça Transicional e Reconciliação Nacional estava sendo debatido. Caso entre em vigor, a lei deverá proporcionar alguma forma de reparação às vítimas e sobreviventes. No entanto, o projeto dava ênfase ao perdão como elemento de reconciliação, e não previa justiça para as vítimas de violações dos direitos humanos cometidas no passado.

Ao que parece, não foram conduzidas quaisquer investigações judiciais sobre as dezenas de incidentes em que manifestantes foram mortos ou em que direitos humanos foram violados no contexto da rebelião de 2011. Tampouco houve qualquer investigação sobre supostas violações de direitos humanos e do direito internacional humanitário cometidas durante os conflitos armados internos em Taizz e outras áreas, como os ataques aparentemente

indiscriminados e desproporcionais que mataram civis durante os combates entre forças do governo e apoiadores armados de Sadeq al Ahmar, um xeique tribal da região de Hasaba, em Sanaa, no segundo semestre de 2011.

Entretanto, um decreto presidencial emitido em 22 de setembro criou uma comissão de inquérito sobre as violações de direitos humanos e do direito internacional humanitário cometidas durante a rebelião de 2011. Essa comissão ainda não havia iniciado suas atividades no fim do ano.

Prisões e detenções arbitrárias

A maioria das pessoas detidas por envolvimento com protestos contra o governo em 2011 foram libertadas no começo de 2012. Muitas haviam sido detidas arbitrariamente por diferentes forças de segurança, geralmente em centros de detenção não registrados, por semanas ou meses, sem acusação nem julgamento. Algumas teriam sido torturadas ou sofrido maus-tratos. Acredita-se que pelo menos 20 pessoas ainda se encontrem detidas arbitrariamente ou tenham desaparecido no contexto dos protestos de 2011 ou após serem presas em 2012.

■ Al Nahari Mohammed Ali al Nahari, com aproximadamente 13 anos, foi libertado sem acusação em julho de 2012. Ele havia desaparecido em maio de 2011 depois de participar dos protestos em Sanaa, quando se acredita que tenha sido detido secretamente pela Segurança Nacional. Ele perdeu a audiência em um ouvido após ser repetidamente golpeado enquanto esteve detido.

Acampamentos de protesto continuaram sendo mantidos tanto em Taizz quanto em Sanaa, onde a cidade de Iona erguida na Praça da Mudança continuou vigiada pela Primeira Divisão Blindada do exército, que havia apoiado os protestos, mas que, segundo informações, estava prendendo e detendo manifestantes sem acusação nem julgamento.

Direitos das mulheres

Mulheres e meninas continuaram sendo discriminadas tanto na lei quanto na prática, sobretudo com relação a casamento, divórcio, guarda dos filhos e herança. Além disso, sofriam uma alta incidência de violência doméstica e outros tipos de violência baseada em gênero.

As mulheres tornaram-se menos visíveis nos acampamentos de protesto depois que algumas

foram intimidadas ou surradas, em 2011, por outras mulheres aparentemente ligadas ao partido Islah, o principal partido de oposição, que se opunha a que mulheres participassem das passeatas com os homens ou que protestassem contra o comandante da Primeira Divisão Blindada.

Uso excessivo da força

Com impunidade, as forças de segurança continuaram a usar força excessiva contra manifestantes, principalmente em Aden e em outras cidades sulistas. Somente duas investigações judiciais sobre mortes de manifestantes durante a rebelião de 2011 resultaram em processos.

■ Em junho, três homens aparentemente ligados às autoridades locais foram sentenciados à pena de morte, à revelia, por envolvimento em um ataque com granada, em 17 de fevereiro de 2011, que matou um manifestante e feriu outros 15 na Praça Liberdade em Taizz.

■ Ações judiciais foram movidas contra 79 homens por envolvimento na morte de dezenas de manifestantes no dia 18 de março de 2011 em Sanaa. Em junho, o procurador-geral afirmou que apenas 14 dos acusados estavam sob custódia; outros haviam sido libertados mediante fiança ou jamais foram intimados. O julgamento perante o Tribunal Penal Especial foi suspenso enquanto o juiz buscava esclarecimentos do Supremo Tribunal sobre a lei de imunidade, em meio a questionamentos sobre se os reais perpetradores estariam entre os acusados.

■ Uma investigação oficial iniciada em 2011 sobre a morte de manifestantes na Praça da Liberdade em Taizz, no dia 29 de maio de 2011, parecia não ter avançado em 2012.

Em novembro, um tribunal administrativo decidiu que as autoridades tinham a obrigação de prover tratamento médico às pessoas feridas nos protestos de 2011 ou de enviá-las para tratamento no exterior, conforme um decreto presidencial emitido no final de 2011.

Repressão à dissidência – protestos no sul do Iêmen

Forças de segurança e partidários do governo continuaram a usar força excessiva, inclusive força letal, contra manifestantes em Aden e em outras cidades sulistas, matando ao menos uma dúzia de pessoas e ferindo muitas outras. Ademais, prenderam

e detiveram brevemente dezenas de pessoas, a maioria apoiadores do Movimento Sulista, que defende a secessão do Sul.

■ No dia 7 de julho, as forças de Segurança Central, equipadas com veículos militares blindados e apoiadas por atiradores de elite, dispararam contra uma manifestação pacífica em Aden, matando quatro pessoas e ferindo 18. Quando os manifestantes chegaram a uma rotatória, as forças de segurança, que estavam em três blindados, abriram fogo. Os atiradores de elite começaram então a atirar contra as pessoas que fugiam.

■ O estudante Abdul Raouf Hassan Zain al Saqqaf, ativista do Movimento Sulista, foi detido com outras quatro pessoas pelas forças de segurança em Aden no dia 10 de agosto. Eles foram levados a uma delegacia de polícia e espancados com paus e coronhas de fuzil. Enquanto os outros quatro foram soltos, Abdul Raouf al Saqqaf foi transferido para o Presídio Central de Mansura, onde foi espancado novamente e confinado em uma cela solitária infestada de baratas, sem luz nem ar fresco. No dia 13 de agosto, ele foi libertado e ameaçado de ser preso novamente. Em novembro, ele foi brutalmente espancado por homens não identificados aparentemente ligados ao partido Islah. Posteriormente, ele foi ferido com um tiro quando homens encapuzados tentaram sequestrá-lo.

As forças de segurança fizeram buscas em hospitais para prender manifestantes feridos. Em outubro, a organização *Médicos Sem Fronteiras* fechou seu hospital em Aden depois de constantes incursões nas quais seus funcionários eram ameaçados pelas forças de segurança.

■ No dia 27 de setembro, dois seguranças contratados pela *Médicos Sem Fronteiras* teriam sido espancados e ameaçados com arma de fogo por homens não identificados em Aden.

Conflito armado em Abyan

O grupo Ansar al Sharia continuou a cometer graves abusos de direitos humanos na cidade de Jaar, no governadorado de Abyan, que foi dominado pelo grupo em fevereiro de 2011, bem como em outras cidades no governadorado de Shabwa, que também caiu em controle do grupo. Os 'Partidários da Sharia' executaram sumariamente e impuseram punições cruéis, desumanas e degradantes, tais como amputação de mãos às pessoas que eles acusaram de cometer "crimes". Ademais, tentaram obrigar a

população a cumprir exigências sociais e religiosas discriminatórias e repressoras por meio de violência ou de ameaça de violência. Eles também sequestraram e hostilizaram ativistas comunitários.

O ano foi marcado por constantes confrontos entre forças do governo e o Ansar al Sharia, em que ambos os lados violaram o direito internacional humanitário. O Ansar al Sharia, irresponsavelmente, expôs a população civil ao perigo, armazenando munições e explosivos em áreas residenciais de alta densidade demográfica, lançando ataques a pouca distância de residências civis, detendo civis e submetendo-os a maus-tratos, restringindo o acesso a cuidados médicos e fazendo uso extensivo de minas terrestres antipessoais e de armadilhas explosivas. As forças do governo empregaram ataques aéreos, tanques, artilharia e morteiros, geralmente de modo indiscriminado ou desproporcional, matando e ferindo civis, até que, no fim de junho, conseguiram expulsar o Ansar al Sharia de Abyan e das áreas vizinhas. As forças governamentais também impediram o acesso de feridos a cuidados médicos e submeteram indivíduos suspeitos de serem combatentes do Ansar al Sharia a desaparecimentos forçados.

No fim do ano, o Ansar al Sharia prosseguia com ataques a bomba e de outro tipo contra oficiais e instalações do governo e das forças de segurança.

Ataques com veículos aéreos não tripulados

As forças estadunidenses usaram veículos aéreos não tripulados (vants) para atacar supostos apoiadores da Al Qaeda na província de Abyan e em outros lugares, aparentemente com consentimento do governo iemenita. Há informações de que alguns civis foram mortos, mas não estava claro se haviam morrido em ataques dos vants estadunidenses ou das forças iemenitas. Não houve qualquer investigação sobre as mortes.

Pessoas desalojadas dentro do país

A maioria das pessoas desalojadas à força devido ao conflito armado em Abyan e nas áreas vizinhas havia conseguido retornar para casa no fim do ano, apesar do perigo das minas terrestres antipessoais e de outros dispositivos bélicos deixados pelo Ansar al Sharia. Entretanto, outras dezenas de milhares de pessoas continuaram desalojadas dentro do país, a maioria em Aden.

Escravidão

Surgiram denúncias de que gerações inteiras de famílias haviam sido mantidas escravas e continuavam sendo escravizadas em certas partes do país. Ao que parece, essa prática ainda sobrevivia por falta de vigilância do Estado.

Pena de morte

Pelo menos sete pessoas foram sentenciadas à morte e pelo menos 28 foram executadas. Acreditava-se que o número real era muito maior. Ao menos dois menores infratores foram executados por crimes supostamente cometidos quando eles tinham menos de 18 anos. Centenas de pessoas estariam condenadas à morte, entre elas, pelo menos 25 supostos menores infratores.

■ Fuad Ahmed Ali Abdulla foi executado na prisão de Taizz no dia 18 de janeiro. Ele foi condenado por um homicídio cometido em 2004, quando tinha menos de 18 anos.

■ Hind al Barati foi executada no Presídio Central de Sanaa no dia 3 de dezembro. Ela foi condenada por um homicídio cometido quando teria 15 anos.

Visitas/relatórios da AI

🚗 Representantes da Anistia Internacional visitaram o Iêmen em junho/julho e dezembro. Desde janeiro de 2011 eles não tinham permissão de entrar no país.

📄 Yemen's immunity law: Breach of international obligations (MDE 31/007/2012)

📄 Conflict in Yemen: Abyan's darkest hour (MDE 31/010/2012)

📄 Yemen: Human rights agenda for change (MDE 31/012/2012)

ÍNDIA

REPÚBLICA DA ÍNDIA

Chefe de Estado: **Pranab Kumar Mukherjee**
(sucedeu Pratibha Patil em julho)

Chefe de governo: **Manmohan Singh**

A tortura e outros maus-tratos, as execuções extrajudiciais, as mortes em custódia e as detenções arbitrárias persistiram. As vítimas de violações e abusos dos direitos humanos viram-se frustradas em sua busca por justiça, em grande parte pela

ineficiência das instituições e por falta de vontade política. A primeira execução a ser levada a cabo na Índia desde 2004 aconteceu em novembro. Pelo menos 78 pessoas foram sentenciadas à pena de morte. As autoridades fracassaram constantemente em conter a violência contra mulheres e meninas, e um caso de estupro de grande repercussão em dezembro suscitou protestos em todo o país, pedindo reformas legais e de outra natureza. Pelo menos 340 pessoas, inclusive civis, foram mortas nos confrontos entre maoístas armados e forças de segurança. A prestação de contas por crimes contra o direito internacional continuou excluída do escopo das atuais iniciativas de paz para Nagaland e Assam. Pelo menos 65 pessoas foram mortas em confrontos entre diferentes etnias e comunidades em Assam, provocando o desalojamento temporário de 400 mil pessoas. Adivasis (aborígenes), pescadores e outras comunidades marginalizadas seguiram protestando contra a remoção forçada de suas terras e de seus habitats. Enquanto isso, prosseguiram as investigações oficiais sobre a alocação de terras para empreendimentos de mineração. Defensores dos direitos humanos foram ameaçados e hostilizados por atores estatais e não estatais, sendo sentenciados a longas penas de prisão. O governo tentou censurar alguns sites e sufocar a manifestação de opiniões divergentes nas redes sociais, gerando protestos contra as restrições na internet.

Informações gerais

O governo enfrentou denúncias de corrupção por não ter conseguido assegurar um crescimento inclusivo no contexto de uma recessão global que prejudicou fortemente a economia indiana. Comunidades já empobrecidas e marginalizadas, que constituem entre 30 e 50 por cento da população, foram duramente atingidas pela alta dos preços.

O diálogo com o vizinho Paquistão prosseguiu, inclusive sobre a Caxemira. Em março, a Índia apoiou a Resolução 19/2 do Conselho de Direitos Humanos da ONU exortando o governo do Sri Lanka a tratar de supostas violações do direito internacional, mas foi relutante a falar de outras preocupações de direitos humanos. O relator especial da ONU sobre execuções sumárias, arbitrárias ou extrajudiciais visitou a Índia em março. A situação dos direitos humanos no país foi avaliada em maio de acordo com a Revisão Periódica Universal da ONU. O Estado não aceitou as

recomendações de facilitar uma visita do relator especial da ONU sobre a tortura e do Grupo de Trabalho da ONU sobre Detenções Arbitrárias, nem de cobrar responsabilidade de suas forças de segurança por violações dos direitos humanos. O Parlamento emendou a Lei de Prevenção de Atividades Ilícitas relativa ao financiamento do terrorismo, mas não a adequou às normas internacionais de direitos humanos.

Violência entre forças de segurança, milícias e maoístas

Os choques entre maoístas armados e forças de segurança prosseguiram nas regiões central e leste da Índia. Ambos os lados rotineiramente atacaram civis, e as mortes, incêndios e sequestros estenderam-se para o distrito de Gadchiroli, no estado de Maharashtra, onde os maoístas mataram 19 civis, entre os quais, oito atuais ou ex-integrantes do governo local.

Em Chhattisgarh, o número de pessoas mortas desde 2005, incluindo membros das forças de segurança e maoístas armados, subiu para 3.200. Cerca de 25 mil pessoas permaneceram desalojadas – 5 mil em campos e 20 mil dispersas nos estados vizinhos de Andhra Pradesh e Orissa. Centenas de membros da milícia Salwa Judum, patrocinada pelo estado de Chhattisgarh, continuaram sendo integrados a uma força policial auxiliar de seis mil homens, apesar das preocupações com seu envolvimento em violações dos direitos humanos.

■ Em março e abril, maoístas sequestraram dois turistas italianos em Orissa, libertando-os em troca de seis maoístas que haviam sido capturados pelas forças de segurança. Os maoístas libertaram um parlamentar de Orissa após 33 dias de cativeiro.

■ Em abril e maio, os maoístas mataram a tiros dois seguranças e sequestraram o chefe do governo distrital de Sukma, em Chhattisgarh. Ele foi libertado após 13 dias, quando as autoridades prometeram analisar a possibilidade de libertar provisoriamente outros 300 indivíduos suspeitos de serem maoístas.

■ Em junho, as forças paramilitares centrais de Chhattisgarh alegaram ter matado 17 maoístas em "combate"; porém, ativistas de direitos humanos descobriram que as vítimas eram moradores adivasis locais desarmados, três deles adolescentes. Um inquérito judicial sobre as mortes foi aberto cinco meses depois.

Prestação de contas corporativa

Em agosto, a Suprema Corte da Índia ordenou que o lixo tóxico armazenado dentro e no entorno da unidade da Union Carbide em Bhopal fosse descartado num prazo de seis meses pelos governos central e estadual. O tribunal também determinou o aprimoramento dos sistemas de vigilância, de monitoramento e de encaminhamento médico, a fim de melhorar a assistência à saúde das vítimas. A Corte decidiu que o governo estadual deveria fornecer água potável à população que vive nas proximidades da fábrica.

A empresa Vedanta Resources, com sede no Reino Unido, continuou sem proporcionar reparação às comunidades indígenas e a outras comunidades locais pelos efeitos causados por sua refinaria de alumínio em Lanjigarh; tampouco as consultou sobre seus planos para um empreendimento conjunto de mineração com a estatal indiana Orissa Mining Corporation (OMC) nas colinas de Niyamgiri. A recusa do governo central em conceder a licença de desmatamento para o projeto de mineração levou a OMC a contestar judicialmente a decisão na Suprema Corte, que ainda não chegou a uma conclusão.

■ Os adivasis que vivem nas áreas de Mahan e Chhatrasal, no estado de Madhya Pradesh, e na área de Saranda, no estado de Jharkand, protestaram contra as tentativas de destinar a projetos de mineração as terras que eles reivindicam com base na Lei dos Direitos Florestais.

Pena de morte

No dia 21 de novembro, a Índia retomou as execuções, após uma interrupção de oito anos, ao enforcar Ajmal Kasab, um cidadão paquistanês, por participação nos atentados terroristas de Mumbai em 2008. No decorrer do ano, os tribunais sentenciaram pelo menos 78 pessoas à pena capital, elevando para mais de 400 o número de presos no corredor da morte. Até 31 de dezembro, um pedido de clemência aguardava decisão do Presidente. Dez sentenças de morte foram comutadas por ordem presidencial. Outros cinco presos que tiveram seus pedidos de clemência recusados pelo Presidente contestaram a decisão e aguardavam o veredicto da Suprema Corte.

Em julho, 14 ex-juízes apelaram para que o Presidente comutasse as sentenças de morte de 13 prisioneiros, as quais os juízes alegavam estarem sendo equivocadamente mantidas pela Suprema

Corte. Em novembro, devido a inconsistências na aplicação da pena de morte, a Suprema Corte pediu que os princípios de sentenciamento fossem revistos. O tribunal decidiu contra a aplicação compulsória da pena de morte para casos de uso de armas de fogo proibidas que resultem em morte. Em dezembro, a Índia votou contra a Resolução 67.176 da Assembleia Geral da ONU, que requeria uma moratória mundial das execuções, com vistas a abolir a pena de morte.

Violência contra mulheres e meninas

As autoridades não conseguiram conter a alta incidência de violência sexual e de outras violências contra mulheres e meninas, mesmo com o aumento dessas ocorrências.

■ Em dezembro, 11 homens foram condenados por agredir sexualmente uma mulher na cidade de Guwahati, no estado de Assam.

■ Cinco homens e um adolescente foram presos em dezembro pelo estupro coletivo e a morte posterior de uma mulher em Déli. A agressão provocou uma onda de protestos por todo o país, pedindo a revisão das leis que tratam da violência contra a mulher.

Impunidade

A impunidade por violações dos direitos humanos continuou extremamente comum, sendo que nem a Lei sobre os Poderes Especiais das Forças Armadas nem a Lei das Áreas Tumultuadas foram revogadas. Ambas conferiam poderes excessivos às forças de segurança em áreas específicas, beneficiando-as com impunidade de *facto* por seus supostos crimes.

Protestos contra essas leis foram realizados em Jammu e Caxemira e na região Nordeste. Além disso, tanto o relator especial da ONU sobre execuções sumárias, arbitrárias ou extrajudiciais, durante sua visita à Índia em março, quanto o Conselho de Direitos Humanos, em setembro, manifestaram sua preocupação com tais leis. Supostos perpetradores de desaparecimentos forçados e de execuções extrajudiciais em Assam (em 1998 e 2001), Manipur, Hagaland, Punjab (entre 1984-1994) e outros estados continuaram em liberdade.

■ Em janeiro, a Suprema Corte ordenou a abertura de novas investigações sobre 22 supostas execuções extrajudiciais ocorridas em Gujarat, a maioria de jovens muçulmanos, entre 2003 e 2006.

■ Em abril, a Comissão Nacional de Direitos Humanos encerrou seu inquérito sobre os supostos homicídios

ilegais e as cremações em massa praticados pela polícia durante o conflito no Punjab, sem recomendar investigações criminais. A Comissão determinou que 279,4 milhões de rupias indianas (5,78 milhões de dólares) em indenização fossem pagos às famílias de 1.513 dos 2.097 mortos. As conclusões de uma sindicância do Escritório Central de Investigações sobre as mortes permaneceram não divulgadas.

■ Entre 2007 e 2012, a Comissão distribuiu indenizações em dinheiro às famílias de 191 das 1.671 pessoas assassinadas no país, após determinar que elas haviam sido executadas extrajudicialmente. As investigações criminais sobre a maioria dessas mortes não fizeram qualquer progresso significativo.

Jammu e Caxemira

Prevaleceu a impunidade generalizada para as violações do direito internacional na Caxemira, como os homicídios ilegais, as execuções extrajudiciais, as torturas e os desaparecimentos forçados de milhares de pessoas desde 1989. A maioria dos casos de 100 jovens mortos a tiros pela polícia e por outras forças de segurança durante manifestações realizadas no verão de 2010 não foi totalmente investigada.

■ Em maio, a Suprema Corte permitiu que oito membros das forças armadas suspeitos de participarem das execuções extrajudiciais de cinco camponeses do vilarejo de Pathribal, em 2000, efetivamente se esquivassem dos tribunais civis. Em vez disso, eles foram levados a julgamento em tribunais militares, que depois foram boicotados pelos familiares das vítimas.

■ Em julho, a Corte Superior de Jammu e Caxemira citou o veredicto de Pathribal ao julgar um caso semelhante relativo à execução extrajudicial de três camponeses em Machil em 2010.

■ Em agosto, autoridades estaduais rejeitaram a recomendação da comissão estadual de direitos humanos para que empregassem técnicas forenses modernas na identificação dos corpos encontrados em mais de 2.700 covas não identificadas ao norte da Caxemira.

■ Em dezembro, um relatório elaborado por duas organizações de direitos humanos de Srinagar sobre 214 casos de desaparecimentos forçados, torturas, execuções extrajudiciais e outras violações cometidas desde 1989, afirmava que as autoridades não tinham vontade de investigar as graves acusações que estavam sendo feitas contra 470 agentes de segurança

e 30 integrantes de milícias patrocinadas pelo estado. As limitadas emendas que foram feitas em abril à Lei de Segurança Pública, após pressões para que fosse revogada, não adequaram a lei às obrigações internacionais de direitos humanos da Índia. As detenções administrativas efetuadas com base nessa lei prosseguiram com lideranças políticas e ativistas separatistas sendo detidos sem acusação nem julgamento.

■ Em dezembro, as autoridades admitiram que 219 pessoas foram detidas com base na Lei de Segurança Pública, entre elas, 120 cidadãos estrangeiros e outras sete pessoas cujas ordens de detenção já haviam sido anuladas em tribunais. Os adolescentes Mushtaq Saleem Beigh, Mohammed Mubarak Bhat e Danish Farooq foram libertados da detenção administrativa.

As propostas de emenda à lei de menores estadual, que aumentava a maioria de 16 para 18 anos, ainda tramitava na Assembleia Legislativa do estado.

Violência étnica e intercomunitária

Em julho e agosto, 75 camponeses foram mortos nos confrontos entre comunidades bodo e muçulmanas em Assam. Um total de 400 mil pessoas foram desalojadas temporariamente em 270 campos. O envolvimento de grupos armados exacerbou a tensão e a violência. As autoridades foram criticadas por sua resposta inadequada.

Dez anos após os episódios de violência em Gujarat – que, em 2002, mataram mais de duas mil pessoas, na maioria muçulmanas –, a maior parte das vítimas e seus familiares ainda não obtiveram justiça. Pelo menos 78 suspeitos foram condenados, inclusive a ex-ministra Maya Kodnani, e cerca de 90 foram absolvidos em três dos casos monitorados pela Suprema Corte.

■ Em fevereiro, uma equipe especial criada pela Suprema Corte para investigar 10 casos de Gujarat não encontrou evidências para processar o governador Narendra Modi e outros 62 políticos e funcionários de alto escalão. Zakia Jaffri, que acusou o governador e outros indivíduos de não salvarem a vida de seu marido, Ehsan Jaffri, e de outras 68 pessoas, peticionou a Corte para questionar os fundamentos das conclusões da equipe.

Membros de comunidades dalit continuaram a sofrer discriminação e ataques. As leis especiais para processar os suspeitos raramente foram usadas.

■ Em novembro, 268 casas dalit da Colônia Natham, no estado de Tamil Nadu, foram saqueadas e avariadas por indivíduos da casta hindu enfurecidos com o suicídio de um homem cuja filha casara-se com um dalit.

Uso excessivo da força

Em várias ocasiões, a polícia usou força excessiva ou desnecessária para suprimir protestos, e as autoridades não conduziram investigações prontas, eficazes e imparciais sobre a maioria dos incidentes.

■ Em março e abril, pelo menos 10 pessoas ficaram feridas quando a polícia usou força excessiva para remover moradores de favelas da área de Nonadonga, em Calcutá, numa tentativa de adquirir aquela área para projetos de infraestrutura urbana.

■ Em setembro, um manifestante foi morto pela polícia e mais de 60 ficaram feridos quando os policiais dispersaram uma manifestação contra a usina nuclear de Kudankulam, em Tamil Nadu.

■ Em novembro, uma pessoa foi morta e cinco foram feridas pela polícia durante os protestos sobre o valor das indenizações pelas terras do vilarejo de Loba, em Bengala Ocidental, que foram adquiridas para a instalação de minas de carvão.

Leis de sedição

Intensificaram-se os protestos contra as arcaicas leis de sedição usadas para encarcerar manifestantes pacíficos.

■ Mais de 50 pessoas que protestavam pacificamente contra a usina nuclear de Kudankulam, entre eles o Dr. Udayakumar e Pushparayan, foram acusadas de sedição e de "guerrear contra o Estado".

■ Em agosto, os ativistas sociais Seema Azad e Vishwa Vijay foram libertados mediante fiança pela Corte Superior de Allahabad, enquanto recorriam de sua condenação por sedição referente à colaboração com maoístas armados.

Defensoras e defensores dos direitos humanos

As pessoas que defendem os direitos de comunidades marginalizadas continuaram sendo atacadas por atores estatais e não estatais – como salientado pelo relator especial da ONU sobre defensores dos direitos humanos em fevereiro.

■ Em julho, o ativista ambiental Ramesh Agrawal, que buscou denunciar violações de direitos ambientais e

ativadas relacionadas a projetos de mineração, foi ferido a tiros no distrito de Raigarh, em Chhattisgarh.

■ Em setembro, a Suprema Corte rejeitou a petição de fiança do prisioneiro de consciência e líder adivasi Kartam Joga, preso desde setembro de 2010.

■ Em setembro, a Suprema Corte concordou em analisar o laudo médico da professora adivasi Soni Sori, depois de ela ter se queixado de tortura, inclusive de violência sexual, por policiais do estado de Chhattisgarh quando ficou sob sua custódia em outubro de 2011.

■ Em outubro, Dayamani Barla, ativista pelos direitos dos adivasis, passou dois meses presa por um incidente acontecido em 2008. Houve denúncias de que ela estava sendo perseguida pelas autoridades de Jharkhand por ter protestado contra a remoção forçada de agricultores em Nagri.

Liberdade de expressão

As autoridades recorreram a leis demasiado abrangentes e imprecisas para prender ao menos sete pessoas por postarem comentários na internet criticando o governo.

■ Em abril, a polícia de Calcutá prendeu o acadêmico Ambikesh Mahapatra por ele ter postado uma charge criticando a governadora de Bengala Ocidental, Mamata Banerjee.

■ Em setembro, a polícia de Mumbai prendeu Aseem Trivedi por ele ter publicado uma série de charges parodiando símbolos nacionais indianos como parte de um protesto anticorrupção.

■ Em outubro, a polícia de Puducherry prendeu Ravi Srinivasan por ele ter feito comentários no Twitter sobre denúncias de corrupção envolvendo o filho do ministro das Finanças da União.

■ Em novembro, a polícia de Mumbai prendeu duas mulheres, Shaheen Dhada e Renu Srinivasan, por postarem comentários no Facebook questionando uma manifestação pública que havia sido convocada por apoiadores de uma conhecida figura política recém-falecida.

Visitas/relatórios da AI

📄 Human rights defenders in India need effective protection: Amnesty International's written statement to the 19th session of the UN Human Rights Council (ASA 20/005/2012)

📄 India: Vedanta's perspective uncovered – policies cannot mask practices in Orissa (ASA 20/029/2012)

📄 Amnesty International urges India to promptly ratify the Convention

against Torture and invite the Special Rapporteur on torture to visit India (ASA 20/034/2012)

📄 India: Still a "lawless law" – detentions under the Jammu and Kashmir Public Safety Act (ASA 20/035/2012)

IRÃ

REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ

Chefe de Estado:

Aiatolá Sayed Ali Khamenei

(Guia da República Islâmica do Irã)

Chefe de governo:

Mahmoud Ahmadinejad (Presidente)

As autoridades mantiveram severas restrições à liberdade de expressão, de associação e de reunião.

Dissidentes e defensores dos direitos humanos, inclusive ativistas pelos direitos das mulheres e das minorias, foram presos de modo arbitrário, detidos incomunicáveis, encarcerados após julgamentos injustos e proibidos de viajar ao exterior. Havia no país um grande número de prisioneiros de consciência e de presos políticos. Tortura e outros maus-tratos eram corriqueiros e cometidos com impunidade. Mulheres, minorias étnicas e religiosas, assim como pessoas LGBTI, foram submetidas à discriminação na lei e na prática. Punições judiciais cruéis, como açoitamentos e amputações, continuaram sendo usadas. Fontes oficiais reconheceram 314 execuções; porém, houve registro de 554. É provável que o número verdadeiro seja bem maior.

Informações gerais

O programa nuclear iraniano continuou a causar tensões internacionais. A ONU, a UE e alguns governos, como o dos EUA, mantiveram e, em alguns casos, impuseram sanções adicionais, como a proibição de viagens, a pessoas suspeitas de violar os direitos humanos. A insegurança alimentar e as dificuldades econômicas aumentaram.

Milhares de pessoas que pretendiam candidatar-se nas eleições parlamentares de março foram rejeitadas.

Também em março, o mandato do relator especial da ONU que investiga a situação dos direitos humanos no Irã foi renovado por um ano. O relator e

o secretário-geral da ONU publicaram relatórios identificando violações generalizadas dos direitos humanos, como a não aderência ao Estado de direito e a impunidade.

As emendas ao Código Penal aprovadas em fevereiro pelo Parlamento continuaram permitindo a aplicação de punições cruéis, desumanas e degradantes, bem como punições não especificadas em lei, além de propiciarem impunidade para estupros em certas circunstâncias. As emendas não proibiram a pena de morte para menores infratores, nem as execuções por apedrejamento. O Código Penal reformado ainda não estava em vigor no fim do ano.

Em dezembro, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma resolução exortando o governo a melhorar os direitos humanos no Irã.

Liberdade de expressão, de associação e de reunião

As autoridades mantiveram rigorosas restrições às liberdades de expressão, de associação e de reunião. Tomaram medidas para criar uma internet controlada e nacional, monitoraram rotineiramente as ligações telefônicas, bloquearam sites na internet, interferiram com os sinais de transmissão de canais estrangeiros e tomaram medidas severas contra pessoas que fizeram denúncias. Profissionais da imprensa e blogueiros foram hostilizados e detidos. Ativistas estudantis e membros de grupos minoritários foram presos ou ameaçados, sendo que alguns foram impedidos de cursar o ensino superior. Muitos prisioneiros de consciência presos em anos anteriores permaneceram encarcerados, enquanto muitos outros foram condenados à prisão em 2012.

■ Shiva Nazar Ahari, jornalista, ativista de direitos humanos e integrante do Comitê de Repórteres de Direitos Humanos, começou a cumprir uma pena de quatro anos de prisão em setembro. Em outubro, ela e outras oito mulheres prisioneiras de consciência entraram em greve de fome em protesto contra supostos abusos dos guardas da Prisão Evin, em Teerã.

■ Abbas Khosravi Farsani, estudante da Universidade de Isfahan, foi preso em 21 de junho por ter criticado as autoridades em um livro e em seu blog. Ele foi forçado a "confessar-se" culpado das acusações de "atuar contra a segurança nacional ao publicar mentiras e perturbar a ordem pública", de "ofender o Guia Supremo" e de "participar de um grupo de oposição ligado a Israel".

Ele foi libertado após 20 dias, mas foi impedido de continuar seus estudos universitários. No fim do ano, ele aguardava julgamento.

Dezenas de sindicalistas independentes continuaram presos por causa de suas atividades sindicais independentes.

■ Reza Shahabi, tesoureiro de um sindicato de trabalhadores de uma empresa de ônibus, que havia sido detido em 2010, soube, em fevereiro, que ele fora sentenciado a uma pena de seis anos de prisão por "reunir-se para conspirar" contra a "segurança do Estado" e por "difundir propaganda contra o sistema". Segundo informações, seu estado de saúde era precário após ele ter sido torturado e privado de cuidados médicos em tempo.

Prisões e detenções arbitrárias

Pessoas que criticaram e se opuseram ao governo foram presas e detidas de modo arbitrário pelas forças de segurança. Elas foram mantidas incomunicáveis por períodos prolongados e privadas de tratamento médico. Muitas foram torturadas ou sofreram maus-tratos. Dezenas foram sentenciadas a penas de prisão após julgamentos injustos.

Outras dezenas de críticos pacíficos do governo detidos por motivos relacionados aos protestos em massa ocorridos em 2009-2011 permaneceram presos ou sob prisão domiciliar durante o ano. Muitos eram prisioneiros de consciência.

■ Os líderes opositores Mehdi Karroubi e Mir Hossein Mousavi, bem como a esposa desse, Zahra Rahnavard, permaneceram em prisão domiciliar, imposta sem mandado em fevereiro de 2011.

■ Mansoureh Behkish, integrante da ONG de direitos humanos *Mães do Parque Laleh*, foi sentenciada, em julho, em recurso, a seis meses de prisão após ser condenada por ameaçar a segurança nacional ao "criar o grupo das Mães em Luto" e "difundir propaganda contra o sistema". Foi-lhe imposta, também, uma pena de prisão suspensa de 42 meses. No fim do ano, ela continuava em liberdade.

■ O blogueiro Hossein Ronaghi Maleki estava entre as dezenas de trabalhadores humanitários e de ativistas de direitos humanos presos, em agosto, em um campo para vítimas de terremoto na província de Azerbaijão Oriental. Ex-prisioneiro de consciência que cumpria uma pena de 15 anos de prisão imposta em 2010, ele havia sido libertado por motivos médicos algumas semanas antes, após pagar uma fiança de valor

significativo. Ele afirmou ter sido torturado ao ser preso novamente, em uma unidade do Ministério da Inteligência em Tabriz. Em novembro, ele foi libertado.

Defensoras e defensores dos direitos humanos

Defensoras e defensores dos direitos humanos, entre os quais, advogados, sindicalistas e ativistas pelos direitos das minorias e das mulheres, continuaram a sofrer hostilidades, prisões e detenções arbitrárias e encarceramento após julgamentos injustos. Muitos deles, inclusive pessoas sentenciadas em julgamentos injustos ocorridos em anos anteriores, eram prisioneiros de consciência. As autoridades hostilizaram persistentemente os familiares dos ativistas.

■ Mohammad Sadiq Kabudvand, jornalista e fundador da Organização de Direitos Humanos do Curdistão, continuou cumprindo uma pena de 10 anos e meio de prisão por causa de suas atividades jornalísticas e de direitos humanos. Em maio e julho, ele entrou em greve de fome para protestar contra a recusa das autoridades em permitir que ele visse seu filho gravemente doente, o que prejudicou sua própria saúde. Ele foi, então, privado de tratamento médico apropriado.

■ Nasrin Sotoudeh, advogada que representava a vencedora do Prêmio Nobel da Paz, Shirin Ebadi, continuou a cumprir uma pena de seis anos de prisão imposta em 2011 por "difundir propaganda contra o sistema" e por "participar de um grupo ilegal com a intenção de prejudicar a segurança nacional". Prisioneira de consciência desde 2010, ela encerrou uma greve de fome de 49 dias em dezembro, quando as autoridades concordaram em suspender as restrições impostas a sua filha de 13 anos.

■ Os advogados Mohammad Ali Dadkhah, Abdolfattah Soltani e Mohammad Seyfzadeh, cofundadores do Centro para os Defensores dos Direitos Humanos, que foi forçado a fechar no fim de 2008, permaneciam detidos como prisioneiros de consciência no fim do ano. Em julho, a diretora executiva do Centro, Narges Mohammadi, recebeu uma licença médica temporária para deixar a prisão. Em novembro, a esposa de Abdolfattah Soltani recebeu uma sentença com pena suspensa de um ano de prisão e foi proibida de sair do Irã por cinco anos, por ela ter recebido um prêmio de direitos humanos em nome de seu marido.

Julgamentos injustos

Políticos e pessoas suspeitas de cometer diversos tipos de delitos continuaram sendo submetidas a julgamentos injustos perante tribunais penais e revolucionários. Eles costumavam ter que enfrentar acusações formuladas de modo vago, que não correspondiam a delitos penais tipificados, sendo, às vezes, condenados na ausência de advogados de defesa e com base em "confissões" ou outros tipos de informações extraídas mediante tortura. Os tribunais aceitavam tais "confissões" como provas, sem investigar como foram obtidas.

■ Mohammad Ali Amouri e outros quatro integrantes da minoria árabe ahwazi foram condenados à morte em julho, com base em acusações vagas passíveis de pena capital, tais como "animosidade contra Deus e corrupção na Terra". Eles já haviam passado quase um ano detidos por causa de seu ativismo em favor da comunidade árabe ahwazi. Pelo menos quatro deles afirmaram terem sido torturados e privados de acesso a advogado. No fim do ano, seu recurso ainda não havia sido julgado.

Tortura e outros maus-tratos

As forças de segurança continuaram a torturar e a praticar maus-tratos contra detentos, com impunidade. Os métodos mais comumente relatados incluíam espancamentos, simulação de execução, ameaças, confinamento em espaços apertados e privação de tratamento médico adequado.

■ Saeed Sedeghi, um comerciante condenado à morte por delitos relacionados ao uso de drogas, foi torturado na Prisão Evin depois que sua execução, que já estava marcada, foi adiada em função de protestos internacionais. Ele foi enforcado no dia 22 de outubro. Pelo menos oito mortes em custódia podem ter decorrido de tortura, mas nenhuma foi investigada de modo independente.

■ Sattar Beheshti, um blogueiro, morreu em custódia da Polícia Cibernética depois que ele formalizou uma queixa de que havia sido torturado. Afirmações contraditórias das autoridades colocaram em dúvida a imparcialidade da investigação judicial. As forças de segurança pressionaram a família para manter silêncio.

Discriminação contra as mulheres

As mulheres sofreram discriminação na lei e na prática, com relação a casamento e divórcio, herança, custódia dos filhos, nacionalidade e viagens

internacionais. Mulheres que infringiram o código de vestuário obrigatório foram expulsas da universidade. Alguns centros de educação superior adotaram a segregação por gênero e restringiram o estudo ou impediram as mulheres de estudar determinados assuntos.

Uma Lei de Proteção à Família, que aumentaria a discriminação, estava sendo debatida. O projeto do Código Penal não tratava das discriminações atuais, sustentando, por exemplo, que o testemunho da mulher vale a metade do que o do homem.

■ Bahareh Hedayat, Mahsa Amrabadi e outras sete mulheres detidas na Prisão Evin entraram em greve de fome em outubro para protestar contra revistas corporais humilhantes e contra a remoção de seus pertences pelos carcereiros. Posteriormente, 33 presas políticas assinaram uma carta aberta afirmando que as revistas feitas em cavidades corporais eram uma forma de abuso sexual, exigindo um pedido de desculpa dos agentes penitenciários e o compromisso de que elas não seriam mais submetidas a novos abusos.

Direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais

Pessoas LGBTI continuaram sofrendo discriminação na lei e na prática.

Discriminação – minorias étnicas

Integrantes de minorias étnicas, tais como árabes ahwazis, azerbaijanos, balúquios, curdos e turcomanos, foram discriminados na lei e na prática, sendo privados de acesso igualitário a emprego, a educação e a outros direitos econômicos, sociais e culturais, que outros cidadãos iranianos possuem. O uso de línguas minoritárias em órgãos públicos e no ensino escolar continuou proibido. Ativistas pelos direitos das minorias enfrentaram ameaças oficiais, prisões e encarceramentos.

■ Jabbar Yabbari e pelo menos outros 24 árabes ahwazis foram presos, em abril, durante manifestações que comemoravam outra manifestação ocorrida em 2005 contra a discriminação.

As autoridades não protegeram adequadamente os refugiados afegãos contra ataques, forçando alguns deles a deixar o Irã. Em Isfahan, as autoridades locais proibiram os cidadãos afegãos de entrar em um parque.

Ativistas azerbaijanos criticaram a resposta das autoridades iranianas ao terremoto de 11 de agosto

em Qaradagh, na província de Azerbaijão Oriental, considerando-a demorada e inadequada. Eles também acusaram as autoridades de minimizar tanto a destruição causada quanto o número de mortes, e de deter algumas das pessoas que ajudaram no socorro às vítimas. Em setembro, 16 ativistas pelos direitos das minorias receberam penas suspensas de seis meses de prisão depois de condenados por questões de segurança relacionadas à ajuda humanitária que prestaram.

Liberdade de religião

As autoridades discriminaram as minorias não xiitas, inclusive outras comunidades muçulmanas, clérigos xiitas dissidentes, integrantes de ordens religiosas sufis e Ahl-e haq, bem como de outras minorias religiosas e associações filosóficas, além de pessoas convertidas do islamismo ao cristianismo. A perseguição aos bahá'ís intensificou-se. Eles foram publicamente demonizados pelas autoridades e pelos meios de comunicação sob controle estatal.

■ Sayed Hossein Kazemeyni Boroujerdi, um clérigo muçulmano dissidente, continuou a cumprir uma pena de 11 anos de prisão imposta em 2007. Em abril, maio e dezembro as autoridades intimaram 10 de seus seguidores para interrogatório; embora não se saiba que alguém tenha sido acusado.

■ Em agosto, as autoridades prenderam pelo menos 19 muçulmanos sunitas na província de Cuzistão e 13 na de Azerbaijão Ocidental, aparentemente por causa de suas crenças. Outros oito foram presos na província de Curdistão em outubro. Não se sabe se alguém foi acusado ou intimado para novos interrogatórios.

■ O pastor Yousef Naderkhani, preso em 2009, foi sentenciado à pena de morte depois que um tribunal condenou-o por apostasia em 2010. O Supremo Tribunal manteve a sentença; porém, sua condenação foi anulada quando o caso foi encaminhado para apreciação do Guia Supremo. Ele foi libertado em setembro, após cumprir uma pena de três anos de prisão por evangelizar muçulmanos.

■ Pelo menos 177 bahá'ís – que foram privados do direito de praticar sua fé – foram detidos devido a suas crenças. Sete líderes comunitários presos em 2009 continuaram a cumprir sentenças de 20 anos impostas por "espionagem para Israel" e "ofensa a santidades religiosas".

Punições cruéis, desumanas e degradantes

Sentenças de açoitação e amputação continuaram a ser impostas e executadas.

■ Siamak Ghaderi, jornalista e blogueiro, teria sido açoitado, junto com outros 13 presos políticos, na Prisão Evin, em agosto. Ele fora sentenciado a quatro anos de prisão e 60 chibatadas por, supostamente, "ofender o Presidente" e "difundir mentiras", em parte por ter postado entrevistas com pessoas LGBTI em seu blog em 2007.

Pena de morte

Centenas de pessoas foram sentenciadas à pena de morte. Fontes oficiais admitiram ter havido 314 execuções. Fontes confiáveis não oficiais indicaram que pelo menos outras 230 execuções foram levadas a cabo, muitas delas em segredo, elevando para 544 o número total de execuções. O número real deve ser bem mais alto, chegando a mais de 600.

Das execuções admitidas oficialmente, 71 por cento relacionavam-se a drogas e foram impostas após julgamentos injustos. Muitas das pessoas condenadas pertenciam a comunidades pobres e marginalizadas, entre elas, vários cidadãos afegãos. A pena de morte continuou sendo aplicada em casos de homicídio, estupro, uso de arma de fogo para cometer crime, espionagem, apostasia, relações extraconjugais e relações com pessoas do mesmo sexo.

Aconteceram, pelo menos, 63 execuções públicas. Não há informações sobre qualquer execução por apedrejamento; porém, pelo menos 10 pessoas continuavam sentenciadas à morte por esse método.

■ Allahverdi Ahmadpourazer, muçulmano sunita da minoria azerbaijana, foi executado em março por supostos delitos relacionados a drogas. É possível que seu julgamento tenha sido injusto.

■ Amir Hekmati, cidadão iraniano-estadunidense, foi sentenciado à morte em janeiro após ser condenado por espionagem. Sua suposta "confissão" foi transmitida pela televisão. Em março, o Supremo Tribunal revogou a sentença. Ele permanece preso aguardando novo julgamento.

■ A família de Hamid Ghassemi-Shall, que possui dupla cidadania, canadense-iraniana, foi informada em abril que sua execução era iminente; porém, no fim do ano, ele continuava no corredor da morte. Ele foi mantido em confinamento solitário por 18 meses, sem

acesso a advogado, sendo sentenciado à morte em dezembro de 2008 após um julgamento injusto no qual foi acusado de "animosidade contra Deus", "espionagem" e "cooperação com um grupo de oposição ilegal".

■ Três integrantes da minoria curda foram executados em 20 de setembro, na Penitenciária Central de Oroumieh, devido a suas atividades políticas.

■ As autoridades suspenderam a pena de morte imposta ao residente canadense Saeed Malekpour por "ofender e profanar o Islã" depois que o programa que ele criara para subir fotografias para a internet foi utilizado por outras pessoas, sem o seu conhecimento, para postar imagens pornográficas. Saeed Malekpour encontra-se encarcerado desde que foi preso em outubro de 2008. As denúncias de que ele foi torturado jamais foram investigadas.

Visitas/relatórios da AI

🗉 A Anistia Internacional não tem permissão para realizar visitas de pesquisa ao Irã desde 1979. As autoridades raramente responderam às comunicações da organização.

📄 "We are ordered to crush you": Expanding repression of dissent in Iran (MDE 13/002/2012)

IRAQUE

REPÚBLICA DO IRAQUE

Chefe de Estado:

Jalal Talabani

Chefe de governo:

Nuri al Maliki

Milhares de pessoas foram detidas; centenas foram sentenciadas à morte ou a penas de prisão, muitas após julgamentos injustos, por acusações relacionadas ao terrorismo. A tortura e outros maus-tratos contra detentos predominavam e eram cometidos com impunidade. Centenas de presos estavam no corredor da morte. Pelo menos 129 pessoas foram executadas, incluindo ao menos três mulheres. Grupos armados que se opunham ao governo continuaram a cometer graves abusos dos direitos humanos, matando centenas de civis em atentados suicidas e outros tipos de atentados a bomba. Hostilidades, intimidações e violências contra jornalistas e profissionais da imprensa

continuaram sendo registrados. Mais de 67 mil refugiados da Síria buscam segurança no Iraque.

Informações gerais

O impasse político no Parlamento continuou a sufocar os avanços legislativos, impedindo, entre outras coisas, a adoção de uma lei de anistia. As tensões políticas foram exacerbadas com a prisão de pessoas ligadas ao vice-presidente, Tareq al-Hashemi, que fugiu de Bagdá após ser acusado de organizar grupos de extermínio. Em dezembro de 2011, a televisão iraquiana divulgou "confissões" de detentos que teriam trabalhado para ele como guarda-costas afirmando terem sido pagos pelo vice-presidente para cometer assassinatos. Apesar de não ter sido capturado, o vice-presidente foi indiciado, julgado e sentenciado à revelia à pena de morte, no mês de setembro, junto com seu genro, Ahmad Qahtan, por envolvimento no assassinato de uma advogada funcionária do governo. Em novembro e dezembro, após novos julgamentos, eles receberam novas sentenças de morte.

As relações entre as autoridades de Bagdá e o Governo Regional do Curdistão (GRC) permaneceram tensas devido às divergências sobre a distribuição das receitas do petróleo e à contínua disputa sobre fronteiras internas.

Os jovens, principalmente aqueles cujo comportamento parecia não se conformar aos padrões locais, foram submetidos a uma campanha de intimidação quando panfletos e cartazes apareceram, em fevereiro, nos bairros de Sadr City, Al Hababiya e Hay Al Amal em Bagdá. Entre os indivíduos visados estavam jovens suspeitos de homossexualidade ou que aparentavam buscar um modo de vida alternativo por meio do corte de cabelo, das roupas e do gosto musical.

Em março, pela primeira vez desde a queda de Saddam Hussein, em 2003, a Liga dos Países Árabes realizou sua reunião de cúpula em Bagdá. Antes do encontro, as forças de segurança efetuaram prisões em massa na capital, aparentemente como medida preventiva.

Em abril, o Parlamento aprovou a criação de um Alto Comitê Independente para os Direitos Humanos.

Em dezembro, dezenas de milhares de iraquianos, na maioria sunitas, começaram a realizar manifestações diárias contra o governo para protestar pelos abusos cometidos contra detentos. A insatisfação foi provocada pela detenção de vários guarda-costas do ministro das Finanças, Rafie al

Issawi, um destacado líder político sunita, e pelas denúncias de abusos sexuais e de outra natureza contra mulheres detidas. As comissões parlamentares encarregadas de examinar as denúncias chegaram a conclusões conflitantes.

Abusos cometidos por grupos armados

Grupos armados que se opõem ao governo continuaram a cometer graves abusos dos direitos humanos, inclusive a morte indiscriminada de civis.

■ No dia 5 de janeiro, pelo menos 55 civis, entre os quais estavam peregrinos xiitas a caminho de Karbala, foram mortos e dezenas ficaram feridos em atentados suicidas e de outro tipo. Os ataques visaram os distritos predominantemente xiitas de Bagdá, como Sadr City e Khadimiya, além de um posto de controle policial próximo a Nassíria, onde os peregrinos aguardavam para seguir viagem para o sul.

■ Pelo menos 100 pessoas, tanto civis quanto membros das forças de segurança, foram mortas no dia 23 de julho em uma onda de atentados a bomba e tiroteios em Bagdá e outras cidades, como Kirkuk e Taji.

■ Pelo menos 81 pessoas, inclusive muitos civis, foram mortas no dia 9 de setembro em uma onda de atentados a bomba coordenados em Bagdá, Baquba, Samarra, Basra e outras cidades.

Tortura e outros maus-tratos

A tortura e outros maus-tratos eram comuns e amplamente praticados em prisões e centros de detenção, principalmente naqueles controlados pelos Ministérios do Interior e da Defesa. Esses atos eram cometidos com impunidade. Os métodos relatados incluíam suspensão prolongada pelos membros, espancamento com cabos e mangueiras, aplicação de choques elétricos, quebra de membros, asfixia parcial com sacos plásticos e abuso sexual, inclusive ameaças de estupro. A tortura foi usada para extrair informações de detentos e "confissões" que poderiam ser usadas contra eles nos tribunais.

■ Nabhan Adel Hamid, Muad Muhammad Abed, Amer Ahmad Kassar e Shakir Mahmoud Anad foram presos em Ramadi e em Fallujah entre o fim de março e o começo de abril. Eles teriam sido torturados no período em que foram mantidos incomunicáveis por várias semanas no Departamento de Combate ao Crime de Ramadi. Suas "confissões" foram mostradas pela televisão local. Quando foram levados a

juízo, eles afirmaram perante o Tribunal Penal de Anbar que haviam sido obrigados a "confessar", mediante tortura, seu envolvimento com assassinatos. Testemunhos de outros detentos corroboraram suas denúncias de tortura. O exame médico realizado em um dos réus registrou queimaduras e outras lesões compatíveis com tortura. Mesmo assim, os quatro foram sentenciados à pena de morte no dia 3 de dezembro. Não se tem conhecimento de qualquer investigação independente sobre suas denúncias de tortura.

Mortes em custódia

Vários detentos morreram sob custódia em circunstâncias indicativas de que a tortura ou outros maus-tratos foram fatores que contribuíram para sua morte.

■ Amer Sarbut Zaidan al Battawi, ex-guarda-costas do vice-presidente, morreu em março enquanto detido. Sua família afirmou que as marcas encontradas no corpo haviam sido provocadas por tortura. As autoridades negaram que sua morte tivesse sido causada por tortura e anunciaram maiores investigações.

■ Samir Najj Awda al Bilawi, farmacêutico, e seu filho de 13 anos, Mundhir, foram detidos pelas forças de segurança em um posto de controle de veículos de Ramadi em setembro. Três dias depois, sua família tomou conhecimento de que Samir havia morrido sob custódia. As imagens que a família disponibilizou para os meios de comunicação iraquianos mostravam lesões na cabeça e em ambas as mãos. Ao ser libertado, Mundhir disse que ele e seu pai foram agredidos fisicamente em uma delegacia de polícia e, depois, levados para o Departamento de Combate ao Crime em Ramadi, onde foram torturados, inclusive com choques elétricos. O menino afirmou ter recebido ordens para contar ao juiz de instrução que seu pai mantinha ligações com uma organização terrorista. Os advogados da família tiveram permissão para ler, mas não para copiar, um laudo oficial da autópsia que, segundo afirmam, declarava que Samir Najj Awda al Bilawi havia morrido por causa de tortura, inclusive choques elétricos. Ao que se sabe, até o fim do ano nenhuma ação havia sido tomada contra os responsáveis.

Segurança e combate ao terrorismo

As autoridades prenderam e detiveram centenas de pessoas por acusações de terrorismo devido a sua

suposta participação em atentados a bomba e de outro tipo contra as forças de segurança e contra civis. Muitos denunciaram ter sido torturados ou sofrido maus-tratos durante a detenção provisória, tendo sido condenados e sentenciados após julgamentos injustos. Em alguns casos, as autoridades permitiram que televisões iraquianas mostrassem gravações em que os detentos fazem declarações autoincriminatórias antes de serem levados a julgamento, comprometendo seriamente seu direito a um julgamento justo. Posteriormente, alguns deles foram condenados à morte. O Ministério do Interior fez que os detentos fossem exibidos em coletivas de imprensa nas quais eles fizeram "confissões". Além disso, o Ministério regularmente divulgava "confissões" dos detentos em seu canal no YouTube.

■ Em fins de maio, o Ministério do Interior exibiu, em uma coletiva de imprensa, pelo menos 16 detentos acusados de participar de um grupo armado ligado à Al Qaeda e deu às emissoras de televisão gravações em que alguns dos detentos se autoincriminavam. Durante a coletiva, um dos detentos, Laith Mustafa al Dulaimi, legislador da província de Bagdá, fez um protesto e gritou que ele e outros detentos haviam sofrido abusos.

■ Ramzi Shihab Ahmad, cidadão de 70 anos com dupla nacionalidade, iraquiana e britânica, foi sentenciado a 15 anos de prisão, no dia 20 de junho, pelo Tribunal Penal de Resafa, por ajudar no financiamento de grupos terroristas e por emitir *fatwas* religiosas. O tribunal aceitou como prova a "confissão" que ele havia feito durante a detenção provisória, apesar das fortes indicações de que tivesse sido obtida mediante tortura.

Pena de morte

Assim como em anos anteriores, muitas pessoas, provavelmente centenas, foram sentenciadas à morte, elevando consideravelmente o número de pessoas à espera de execução. A maioria foi condenada por acusações relacionadas ao terrorismo. No primeiro semestre do ano, a Penitenciária Tasfirat de Ramadi mantinha 33 presos sentenciados à morte, 27 dos quais haviam sido condenados por acusações de terrorismo. Os julgamentos realizados no país costumavam descumprir as normas internacionais de justiça; muitos detentos afirmaram ter sido torturados durante os interrogatórios no período de detenção provisória e obrigados a "confessar".

■ Muhammad Hussain e Sohail Akram, dois correligionários do vice-presidente Al Hashemi, foram sentenciados à morte em outubro, quando o Tribunal Penal Central condenou-os pelo assassinato de seguranças.

Pelo menos 129 presos foram executados, mais do que em qualquer ano desde que as execuções recomeçaram. Às vezes, as autoridades realizavam execuções em massa; 34 presos foram executados em um dia em janeiro; outros 21, inclusive três mulheres, foram executados em um dia de agosto. Em setembro, segundo informações, pelo menos 18 mulheres aguardavam execução em uma penitenciária no distrito de Kadhemiyah em Bagdá.

■ Abid Hamid Mahmoud, ex-secretário presidencial e guarda-costas de Saddam Hussein, foi executado em junho. Ele havia sido sentenciado à morte em outubro de 2010 pelo Supremo Tribunal Penal Iraquiano.

Refugiados e requerentes de asilo

O processo de realojamento gradual de aproximadamente 3.200 exilados políticos iranianos do Campo Novo Iraque (antigo "Campo Ashraf") para o Centro de Passagem de Hurriyah ("Campo Liberdade"), na zona nordeste de Bagdá, começou em fevereiro e estava quase concluído no fim do ano. Os exilados residiam havia muito tempo no Iraque, e a maioria apoiava ou fazia parte da Organização dos Mujahedin do Povo Iraniano. Eles acusaram as forças de segurança iraquianas de ter agredido alguns deles durante o realojamento e criticaram as condições de vida no Campo Liberdade. Em julho, o ACNUR, a agência da ONU para os refugiados, exortou publicamente a comunidade internacional a oferecer locais de reassentamento ou outras formas de admissão humanitária para os moradores do Campo Liberdade.

A intensificação do conflito na vizinha Síria teve forte impacto no Iraque. Mais de 67 mil refugiados atravessaram a fronteira da Síria para o Iraque, principalmente após 18 de julho, quase sempre pela região do Curdistão. Milhares de refugiados iraquianos retornaram da Síria. Em outubro, as autoridades iraquianas violaram o direito internacional ao fechar a passagem fronteiriça de Al Qaem para os refugiados vindos da Síria, exceto em casos de emergência. Após um fechamento anterior em agosto, o acesso restrito era permitido.

Região do Curdistão iraquiano

A tensão entre o Governo Regional do Curdistão (GRC) e o governo central de Bagdá permaneceu alta. Em junho, o parlamento do Curdistão adotou uma lei geral de anistia aplicável à região do Curdistão. A lei excluía os presos condenados pelos crimes de homicídio "em nome da honra", estupro, terrorismo e tráfico de drogas.

As autoridades do GRC continuaram a perseguir quem reclamasse da corrupção oficial ou manifestasse divergência. Incidentes de tortura e outros maus-tratos continuaram sendo registrados.

■ Hussein Hama Ali Tawfiq, um empresário, foi preso no dia 27 de março. Ele foi levado para a Segurança Geral (Asayish) em Suleimania, onde teria sido vendado, esmurrado e espancado com um objeto, tendo as mãos algemadas às costas em sentido diagonal. Pediram-lhe que testemunhasse contra outros indivíduos em processo por corrupção; porém, ele negou-se a fazê-lo. Depois disso, ele foi acusado de suborno e permaneceu detido até sua absolvição em novembro. Não se tem conhecimento de qualquer investigação sobre suas denúncias de tortura.

Visitas/relatórios da AI

🚗 Representantes da Anistia Internacional visitaram o Iraque em setembro.

📄 [Iraqi women held without charge \(MDE 14/003/2012\)](#)

📄 [Iraqi men detained incommunicado \(MDE 14/005/2012\)](#)

📄 [Iraq: Amnesty International condemns killings of civilians and calls for investigation \(MDE 14/009/2012\)](#)

📄 [Iraq must halt executions \(MDE 14/011/2012\)](#)

ISRAEL E TERRITÓRIOS PALESTINOS OCUPADOS

ESTADO DE ISRAEL

Chefe de Estado:
Chefe de governo:

Shimon Peres
Benjamin Netanyahu

No fim de 2012, as autoridades israelenses mantinham mais de 4.500 palestinos presos. Desses, 178 estavam detidos administrativamente, número que foi mais alto antes de ocorrer uma série de protestos palestinos e internacionais. Houve denúncias de tortura e outros maus-tratos contra detentos no momento da prisão e durante interrogatórios. O bloqueio israelense à Faixa de Gaza continuou a prejudicar severamente os 1,6 milhão de moradores de Gaza. Em novembro, Israel lançou uma ofensiva militar de oito dias contra grupos armados palestinos, os quais dispararam foguetes de modo indiscriminado de Gaza contra Israel; mais de 160 palestinos, bem como seis israelenses, foram mortos – entre eles, muitos civis. Durante o conflito, ambos os lados violaram o direito internacional humanitário. As autoridades israelenses continuaram a restringir a circulação dos palestinos na Cisjordânia, inclusive em Jerusalém Oriental. As autoridades prosseguiram com a construção da cerca-muro e com a expansão dos assentamentos israelenses ilegais, não protegendo os palestinos ou suas propriedades da violência dos colonos. Ademais, continuaram a demolir residências palestinas e a executar despejos forçados. Os militares israelenses continuaram a usar força excessiva contra manifestantes nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO). Além dos mais de 100 civis que foram mortos durante o conflito de novembro em Gaza, as forças israelenses mataram pelo menos 35 civis nos TPO durante o ano. Cidadãos palestinos que vivem em Israel sofreram discriminação em seus direitos à moradia e à residência, além de contínuas demolições de casas,

principalmente na região de Negev/Naqab. Milhares de pessoas que buscaram proteção internacional foram detidas administrativamente com base em uma nova lei implementada a partir de junho. Forças israelenses responsáveis por matar e ferir civis palestinos, bem como por torturar e maltratar detentos, continuaram sem ter que prestar contas.

Informações gerais

As negociações entre Israel e a Autoridade Palestina (AP) não foram retomadas. O relacionamento piorou depois que a Palestina foi reconhecida como Estado observador não membro pela Assembleia Geral da ONU em novembro. Em resposta, Israel anunciou planos de expandir os assentamentos e suspendeu o pagamento de tributos devidos à Autoridade Palestina. Em março, Israel terminou sua cooperação com o Conselho de Direitos Humanos da ONU depois que o Conselho criou um comitê de inquérito para "investigar as implicações" dos assentamentos israelenses para os palestinos nos TPO.

Em julho, um comitê estabelecido pelo governo concluiu que os assentamentos israelenses na Cisjordânia ocupada não violavam o direito internacional, mesmo diante das incisivas constatações internacionais em contrário. Além disso, o comitê recomendou que o governo formalizasse os postos avançados de colonização não autorizados. Pela primeira vez em sete anos, 14 novos assentamentos e postos avançados foram criados com o apoio das autoridades israelenses.

No decorrer do ano, as forças militares israelenses realizaram ataques aéreos periódicos contra Gaza, enquanto os grupos armados palestinos lançavam ataques com foguetes contra Israel. Israel continuou a utilizar munição real para impor "zonas de exclusão" terrestre e marítima dentro do perímetro e das águas territoriais de Gaza, matando pelo menos seis civis e ferindo outros. Líderes israelenses defenderam publicamente o bombardeio de instalações nucleares iranianas.

Em junho, um civil israelense foi morto por militantes do Egito.

Liberdade de circulação – bloqueio a Gaza e restrições na Cisjordânia

As múltiplas restrições impostas pelas autoridades israelenses à circulação dos palestinos constituiu uma punição coletiva da população de Gaza e da

Cisjordânia, em violação ao direito internacional. Mais de 500 postos de controle e barreiras israelenses na Cisjordânia, além da cerca-muro, restringiram a circulação dos palestinos, sobretudo em Jerusalém Oriental, em partes de Hebron, no Vale do Jordão e nas áreas próximo às colônias. Os palestinos eram obrigados a obter autorizações das autoridades israelenses, ao passo que os israelenses, inclusive os colonos, podiam movimentar-se livremente nessas áreas. Houve constantes denúncias de hostilidades e abusos contra palestinos nos postos de controle pelos agentes israelenses. As restrições de movimento também impediram que os palestinos tivessem acesso a tratamento médico, água e terras cultiváveis.

O bloqueio militar israelense à Faixa de Gaza entrou em seu sexto ano, prejudicando severamente a infraestrutura básica local, inclusive o fornecimento de água, de energia e o saneamento. Israel continuou a limitar severamente as exportações e as importações em Gaza, sufocando a economia local e fomentando um perigoso comércio de mercadorias contrabandeadas do Egito por passagens subterrâneas, que continuaram a tirar a vida das pessoas que utilizam esses túneis. Apesar das constantes restrições, um número maior de pessoas conseguiu cruzar a passagem de Rafah, na divisa com o Egito. Porém, permissões para deslocamentos até a Cisjordânia eram raras e difíceis de obter, mesmo para pacientes que necessitavam de tratamento médico urgente. Em setembro, o Tribunal Superior de Justiça de Israel sustentou sua política de separar Gaza da Cisjordânia, rejeitando uma petição de mulheres moradoras de Gaza que queriam estudar em universidades da Cisjordânia.

Despejos forçados e demolições

Em mais de 60 por cento da Cisjordânia, na parte denominada Área C, o exército israelense continuou a controlar o planejamento, o zoneamento e a segurança locais, demolindo casas palestinas com regularidade. Cerca de 604 estruturas foram destruídas – um terço das quais eram casas e 36 eram cisternas de água –, resultando na expulsão forçada de aproximadamente 870 palestinos de suas moradias e afetando, pelo menos, outras 1.600 pessoas. Os colonos israelenses continuaram a atacar os moradores palestinos e suas propriedades de modo praticamente impune. Os cidadãos palestinos de Israel, principalmente os que vivem em vilarejos

“não reconhecidos” oficialmente na região de Negev, foram rotineiramente submetidos à demolição de suas casas pela Administração Territorial de Israel e por órgãos municipais.

■ Na Cisjordânia, o exército repetidamente demoliu casas, cisternas de água e abrigos para animais no vilarejo de Umm al Kheir e em outras localidades nas colinas ao sul de Hebron, enquanto vilarejos como Al Aqaba, Khirbet Tana, Humsa e Hadidiya foram ameaçados de demolição total.

■ A Administração Territorial de Israel demoliu tendas e outras estruturas em Al Araqib, um vilarejo “não reconhecido” no Negev, por 13 vezes em 2012, depois de já ter realizado outras dezenas de demolições desde julho de 2010.

Impunidade

As autoridades continuaram a omitir-se de conduzir uma investigação independente sobre os homicídios de civis palestinos por soldados israelenses na Cisjordânia e em Gaza, bem como de processar os responsáveis. Persistiu a impunidade pelos crimes de guerra cometidos pelas forças israelenses durante a Operação "Chumbo Fundido" em 2008-2009, e não havia qualquer indicação de que investigações independentes seriam conduzidas sobre as violações cometidas durante o conflito de novembro de 2012 entre Gaza e Israel. Investigações policiais sobre as violências praticadas por colonos israelenses contra os palestinos raramente chegaram ao sistema judicial.

■ Em maio, as autoridades militares encerraram sua investigação sobre a morte de 21 membros da família Samouni, inclusive crianças, durante a Operação "Chumbo Fundido". A família estava abrigada em uma casa na qual os soldados israelenses ordenaram que eles entrassem, quando então foram mortos, aparentemente por bombardeio. As autoridades concluíram que as mortes não foram causadas por negligência dos soldados israelenses.

■ Em agosto, um soldado que, durante a Operação "Chumbo Fundido", matou a tiros duas mulheres palestinas que empunhavam uma bandeira branca, recebeu, em consequência de negociação de culpa, uma sentença de prisão de 45 dias "por uso ilegal de arma".

■ Em 28 de agosto, um tribunal de Haifa absolveu as autoridades israelenses de responsabilidade pela morte da ativista estadunidense Rachel Corrie, que morreu esmagada por uma escavadeira quando

protestava contra as demolições de casas em Rafah, Gaza.

Operação Pilar de Defesa

No dia 14 de novembro, as forças israelenses lançaram uma grande ofensiva militar em Gaza, iniciada com um ataque aéreo que matou o líder do braço militar do Hamas. Nos oito dias seguintes, antes que um cessar-fogo fosse acordado, com mediação egípcia, em 21 de novembro, mais de 160 palestinos, entre os quais mais de 30 crianças e aproximadamente outros 70 civis, além de seis israelenses, quatro deles civis, foram mortos. Ambos os lados cometeram crimes de guerra e outras violações do direito internacional humanitário. A força aérea israelense efetuou ataques com bombas e mísseis sobre áreas residenciais, alguns dos quais foram desproporcionais e causaram alto número de baixas civis. Outros ataques avariaram ou destruíram propriedades civis, instalações de imprensa, edifícios governamentais e delegacias de polícia. Na maioria dos casos, Israel não apresentou provas de que esses locais específicos estavam sendo usados com propósitos militares. A marinha israelense bombardeou áreas litorâneas densamente povoadas em ataques indiscriminados com artilharia. O braço militar do Hamas e outros grupos armados palestinos dispararam foguetes e outras armas contra Israel, matando civis e danificando propriedades civis.

■ Em 18 de novembro, 10 membros da família Al Dalu, entre eles quatro crianças menores de oito anos, uma menina adolescente e quatro mulheres, além de dois de seus vizinhos, foram mortos quando sua casa foi atingida por um ataque aéreo sobre a cidade de Gaza. Porta-vozes dos militares israelenses deram diferentes declarações de que o ataque havia sido acidental ou que visara a um militante, dando ainda diferentes nomes para o alvo, sem jamais mostrar evidências que apoiassem suas alegações.

■ Em 19 de novembro, o menino Mohammed Abu Zur, de cinco anos, e suas duas tias foram mortos, enquanto dezenas de pessoas ficaram feridas quando a casa de um vizinho foi atingida por um ataque aéreo israelense.

Detenção sem julgamento

Mais de 320 palestinos dos TPO encontravam-se encarcerados, sem acusação nem julgamento, sob detenção administrativa durante o ano; porém, esse número diminuiu significativamente depois de uma

greve de fome em massa (veja abaixo o subtítulo "Condições prisionais"). Vários palestinos que haviam sido libertados em 2011 por ocasião de uma troca de prisioneiros foram presos novamente por ordem de uma comissão militar, ficando detidos por períodos prolongados, sem serem acusados e sem terem suas sentenças anteriores formalmente reinvoçadas.

■ Hana Shalabi, moradora da Cisjordânia, foi transferida para Gaza em abril, provavelmente contra sua vontade, por pelo menos três anos, após uma greve de fome de 43 dias contra sua detenção administrativa, que iniciara em fevereiro de 2012.

Condições prisionais

Em 17 de abril, cerca de dois mil prisioneiros e detentos palestinos entraram em greve de fome para protestar contra suas condições, inclusive contra o uso de confinamento solitário, contra as detenções sem acusação nem julgamento e contra a privação de visitas familiares. Sua greve de fome foi encerrada no dia 14 de maio, depois que o Egito conseguiu mediar um acordo com as autoridades israelenses, segundo o qual as autoridades concordaram em acabar com o confinamento solitário de 19 presos e em suspender a proibição de visitas familiares aos presos de Gaza. No fim de 2012, dois prisioneiros palestinos ainda eram mantidos em isolamento prolongado, enquanto que o isolamento por períodos mais curtos continuou sendo usado como forma de castigo.

■ Hassan Shuka, sob detenção administrativa desde 17 de setembro de 2010, sem acusação nem julgamento, teve permissão para receber visitas familiares somente de suas irmãs, de 14 e 8 anos, na penitenciária Ketziot, ao sul de Israel; outros membros da família foram impedidos de entrar em Israel.

Tortura e outros maus-tratos

Detentos palestinos denunciaram ter sido torturados ou submetidos a maus-tratos durante os interrogatórios da Agência de Segurança de Israel. Eles teriam sido forçados a ficar algemados em posições dolorosas ou com os membros torcidos, imobilizados em posições estressantes, privados de sono, ameaçados e agredidos verbalmente. Enquanto eram interrogados por vários dias ou até semanas, os detentos não podiam contactar advogados. Aqueles que entraram em greve de fome prolongada eram privados de acesso a médicos independentes e

sofriam maus-tratos dos agentes do Serviço Penitenciário de Israel.

As autoridades não realizaram investigações independentes sobre as denúncias de torturas de detentos pela Agência de Segurança de Israel, o que fomentou um ambiente de impunidade. As investigações cabiam ao Controlador das Denúncias dos Interrogados, que pertencia à Agência de Segurança de Israel, apesar de uma decisão do procurador-geral, de novembro de 2010, determinar que o controlador devesse estar subordinado ao Ministério da Justiça. Uma lei que eximia a polícia israelense e a Agência de Segurança de gravar os interrogatórios de detentos de "segurança", a maioria dos quais eram palestinos, foi prorrogada, ajudando a perpetuar a impunidade pela prática de tortura e outros maus-tratos. Embora tenham sido protocoladas mais de 700 denúncias relativas ao período 2001-2012, no fim do ano somente uma investigação criminal havia sido aberta.

■ Samer al Barq entrou em greve de fome por três vezes desde abril de 2012 a fim de protestar contra sua detenção administrativa, desde julho de 2010, e pelas cruéis condições do centro médico penitenciário de Ramla. Ele foi privado de tratamento médico especializado e sofreu maus-tratos dos agentes prisionais, que o espancaram e agrediram verbalmente.

■ Dirar Abu Sisi, um engenheiro de Gaza que foi transferido à força da Ucrânia para Israel em fevereiro de 2011, entrou em seu segundo ano de confinamento solitário, sem visitas familiares, na prisão Shikma, próximo a Ashkelon. Segundo informações, sua saúde estava debilitada e ele não estava recebendo tratamento médico adequado. Seu advogado e sua família afirmaram que ele fora coagido, sob tortura, a "confessar" que havia projetado foguetes para serem usados pelo braço militar do Hamas.

Liberdade de expressão e de reunião

Soldados israelenses abriram fogo com munição real contra manifestantes palestinos em diversas ocasiões em áreas do perímetro de Gaza, além de rotineiramente usarem força excessiva contra manifestantes na Cisjordânia, matando pelo menos quatro pessoas. Como foi documentado por grupos de direitos humanos, os soldados israelenses também lançaram bombas de gás lacrimogênio diretamente contra manifestantes pacíficos, ferindo-os

gravemente. Ademais, as autoridades usaram força excessiva contra manifestantes dentro de Israel.

■ Mahmoud Zaqout foi morto e dezenas de manifestantes ficaram feridos no dia 30 de março, quando soldados israelenses dispararam com munição real contra manifestantes pelo "Dia da Terra", próximo à passagem de Erez, em Gaza, e usaram força excessiva contra várias manifestações na Cisjordânia, inclusive em Jerusalém Oriental.

■ As forças de segurança prenderam mais de 100 pessoas e usaram força excessiva para dispersar centenas de manifestantes israelenses que se reuniram em Tel Aviv, nos dias 22 e 23 de junho, para pedir a redução dos custos habitacionais e melhorias na área de saúde e educação.

■ Em outubro, o ativista Bassem Tamimi foi encarcerado, pela segunda vez em 2012, por sua participação em manifestações não violentas contra as colônias israelenses. Em um julgamento injusto, realizado em novembro, ele foi sentenciado a quatro meses de prisão.

Objetores de consciência

Pelo menos seis cidadãos israelenses foram mandados para a prisão por se recusarem a servir o exército por razões de consciência. Um deles, Natan Blanc, continuava detido no fim do ano.

■ A jovem Noam Gur foi presa no dia 17 de abril por se recusar a prestar o serviço militar. Ela cumpriu duas penas de 10 dias de prisão – uma em abril, outra em maio.

Refugiados e requerentes de asilo

Pessoas em busca de proteção internacional continuaram sem poder ter acesso a procedimentos justos para determinação de seu status de refugiados, sendo presas e detidas. Milhares de requerentes de asilo foram encarcerados com base na Lei Anti-infiltração, que foi aprovada em janeiro e posta em prática a partir de junho. Em violação ao direito internacional dos refugiados, a lei concede poderes para que as autoridades detenham automaticamente os requerentes de asilo, junto com outros indivíduos que entram de modo irregular em Israel, por um período mínimo de três anos, permitindo, em alguns casos, sua detenção por tempo indeterminado. No fim do ano, as autoridades estavam ampliando a capacidade de detenção no deserto do Negev para acomodar mais de 11 mil pessoas. Pelo menos 2.400 requerentes de asilo encontravam-se detidos, a maioria em tendas.

■ Centenas de requerentes de asilo foram deportados para o Sudão do Sul, sem permissão de acesso a procedimentos de asilo individuais, justos, coerentes e transparentes.

Visitas/relatórios da AI

📄 Representantes da Anistia Internacional visitaram Israel e os TPO em junho/julho e novembro-dezembro.

📄 Israel and the Occupied Palestinian Territories: Stop the transfer: Israel about to expel Bedouin to expand settlements (MDE 15/001/2012)

📄 Israel and the Occupied Palestinian Territories: Starved of justice: Palestinians detained without trial by Israel (MDE 15/026/2012)

📄 Israel/OPT: Letter to UN Committee against Torture regarding adoption of list of issues by the Committee (MDE 15/029/2012)

📄 Israel/OPT: International pressure mounts over Gaza blockade (MDE 15/033/2012)

📄 Israel: Amnesty International urges government to respect the right to freedom of peaceful assembly (MDE 15/037/2012)

ITÁLIA

REPÚBLICA ITALIANA

Chefe de Estado:

Chefe de governo:

Giorgio Napolitano

Mario Monti

Os ciganos continuaram a ser discriminados, segregados em campos, despejados à força e deixados sem teto. Era comum que as autoridades não protegessem os direitos dos refugiados, dos requerentes e dos migrantes. Fracassaram novamente as tentativas de criminalizar a tortura e de criar uma instituição nacional de direitos humanos. Nenhuma medida sistêmica foi tomada para impedir que a polícia cometa violações de direitos humanos e para garantir a prestação de contas. A violência contra a mulher, inclusive assassinato, continuou disseminada.

Discriminação

Ciganos

O governo não lidou de modo adequado com as contínuas violações dos direitos humanos da população cigana, principalmente com relação ao acesso à moradia. Centenas de ciganos foram removidos à força e muitos deles ficaram

desabrigados. Campos autorizados ou "tolerados" continuaram sendo fechados sem observar as devidas garantias e procedimentos legais. As autoridades não melhoraram as péssimas condições de vida na maioria dos campos autorizados. As condições nos campos informais eram ainda piores, com acesso precário à água, saneamento e energia. As autoridades locais continuaram a excluir muitos ciganos dos programas de moradia social, preferindo, em vez disso, perpetuar políticas de segregação étnica dessa população em campos.

A Estratégia Nacional para a Inclusão dos Ciganos, apresentada em fevereiro, continuou praticamente não implementada. O Comitê da ONU para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD), em março, e o Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa, em setembro, reiteraram suas críticas ao fato de as autoridades não assegurarem os direitos da população cigana. O governo não proporcionou reparações para os ciganos cujos direitos foram violados durante o estado de emergência declarado em 2008 com relação aos assentamentos "nômades" em cinco regiões italianas. O estado de emergência vigorou até novembro de 2011, quando foi declarado ilegal pelo Conselho de Estado. Ao invés de prover reparações, em fevereiro o governo recorreu da decisão do Conselho de Estado, alegando que a corte havia excedido seus poderes de escrutínio. No fim do ano, o caso estava pendente perante o Supremo Tribunal da Itália. Em maio, o Conselho de Estado declarou que – até a decisão do tribunal – certas atividades começadas durante a emergência poderiam ser concluídas.

■ As autoridades romanas continuaram a executar seu "Plano Nômade", que resultou em várias remoções forçadas de campos informais, "tolerados" e autorizados, bem como no reassentamento de muitos ciganos em campos autorizados segregados. Os moradores do campo Tor de' Cenci foram removidos à força em duas operações executadas nos dias 25 de julho e 28 de setembro, sem consulta prévia adequada e apesar da oposição de ONGs, da Igreja Católica e do governo nacional. Em junho, as autoridades municipais abriram um novo campo segregado em um local isolado de La Barbuta, próximo ao aeroporto Ciampino. Em março, organizações não governamentais iniciaram ações judiciais junto ao tribunal civil de Roma para que a realocação dos ciganos em La Barbuta fosse considerada

discriminatória. Aproximadamente 200 moradores do campo Tor de' Cenci foram transferidos para La Barbuta.

■ Ameaças racistas, intimidações e incitamento à violência contra os ciganos ocorreram na cidade de Pescara em maio, depois que o torcedor de um time de futebol teria sido morto, supostamente, por um cigano. Famílias ciganas relataram ter medo de sair de casa e de levar as crianças à escola. Logo que os conflitos iniciaram, o prefeito de Pescara fez declarações discriminatórias contra os ciganos, citando a necessidade de rever seu acesso às moradias sociais.

Direitos de lésbicas, gays, bissexuais e intersexuais

O Supremo Tribunal confirmou que casais do mesmo sexo têm direito à vida familiar, o que inclui, em certas circunstâncias, tratamento correspondente ao dispensado a casais heterossexuais casados. O tribunal, porém, decidiu que o matrimônio contraído por casais de mesmo sexo no exterior não têm validade no sistema jurídico italiano.

Refugiados, requerentes de asilo e migrantes

Muitos refugiados e requerentes de asilo, inclusive menores, continuaram suportando dificuldades econômicas e privações, o que levou alguns tribunais europeus em países da UE a suspender as devoluções de pessoas para a Itália com base no Regulamento de Dublin. As autoridades geralmente não atendiam suas necessidades nem protegiam seus direitos.

As condições nos centros de detenção para imigrantes irregulares estavam muito abaixo dos padrões internacionais. As salvaguardas legais para o retorno dos migrantes irregulares a seus países de origem teriam sido infringidas em muitas ocasiões. Os trabalhadores migrantes costumavam ser explorados e estavam vulneráveis a abusos, enquanto seu acesso à Justiça continuava inadequado. As políticas migratórias da Itália não respeitavam o direito dos migrantes ao trabalho, a condições de trabalho justas e favoráveis e à Justiça. Em setembro, o Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa criticou o tratamento recebido por refugiados, requerentes de asilo e migrantes. Ele mencionou a ausência de medidas para a integração dos migrantes e as privações a que são submetidos, bem como as condições de detenção degradantes dos migrantes

irregulares. Citou ainda o risco de abusos dos direitos humanos resultante de acordos com países como Líbia, Egito e Tunísia.

■ Em fevereiro, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos concluiu que, ao forçar migrantes e requerentes de asilo africanos a voltar para o alto-mar, a Itália havia violado obrigações internacionais de direitos humanos que proíbem devolver pessoas para países nos quais possam sofrer abusos. Entre as mais de 200 pessoas interceptadas no mar pelas autoridades italianas em 2009 e forçadas a retornar para a Líbia, o Tribunal apreciou, no caso *Hirsi Jamaa e Outros v. Itália*, a difícil situação de 24 pessoas provenientes da Somália e da Eritreia. Em setembro, o Conselho da Europa iniciou os procedimentos para examinar como a Itália estava progredindo no cumprimento da sentença.

No dia 3 de abril, a Itália assinou com a Líbia um novo acordo sobre controle migratório. As autoridades buscaram o apoio líbio para impedir os fluxos migratórios, ignorando o fato de que migrantes e requerentes de asilo correm perigo de sofrer sérios abusos de direitos humanos naquele país. A Líbia comprometeu-se a reforçar o controle das fronteiras para impedir a saída de migrantes de seu território, sendo que a Itália proveria treinamento e equipamentos para intensificar a vigilância das fronteiras. O acordo não contemplou salvaguardas de direitos humanos efetivas, nem considerou as necessidades de proteção internacional dos migrantes.

Segurança e combate ao terrorismo

Em 19 de setembro, o Supremo Tribunal confirmou, em recurso, as condenações de 22 agentes da CIA, de um militar estadunidense e de dois agentes dos serviços secretos italianos pelo sequestro ocorrido em Milão, no mês de fevereiro, de Usama Mostafa Hassan Nasr (conhecido como Abu Omar). Depois de sequestrado, ele foi transferido pela CIA para o Egito, onde teria sido torturado. Todos os cidadãos estadunidenses foram julgados à revelia. O Supremo Tribunal também ordenou um novo julgamento de dois oficiais do mais alto escalão do órgão italiano de inteligência e de três outros agentes graduados desse órgão por seu envolvimento no sequestro. As acusações contra eles haviam sido indeferidas pelo Tribunal de Recursos de Milão, em dezembro de 2010, porque o governo alegou que evidências

cruciais não poderiam ser reveladas por serem "segredos de Estado". Requereu-se que o Tribunal de Recursos de Milão reconsiderasse o escopo e os limites dos "segredos de Estado", bem como sua aplicação em um novo julgamento.

Também em setembro, o Parlamento da UE requereu que a Itália e outros Estados-membros da UE revelassem todas as informações necessárias sobre todos os voos secretos de aeronaves ligados ao programa de transferências extrajudiciais e detenções secretas da CIA; que investigassem de modo efetivo o papel de seus governos nas operações da CIA; e que respeitassem o direito à liberdade de informação respondendo adequadamente às requisições de acesso a informações.

Tortura e outros maus-tratos

Em outubro, a Itália ratificou o Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a Tortura, mas não tipificou a tortura como crime no Código Penal, como requer a Convenção. Nenhuma medida de caráter sistêmico foi tomada para prevenir violações de direitos humanos pela polícia, nem para assegurar que a instituição preste contas dessas violações. Em muitas penitenciárias e em outros centros de detenção, as condições e o tratamento dos reclusos eram desumanos e violavam direitos dos detentos, tais como o direito à saúde. Em abril, o Senado publicou um relatório sobre a situação das prisões e dos centros de detenção para imigrantes, documentando superlotação severa e desrespeito pela dignidade humana e por outras obrigações internacionais.

Julgamentos da Cúpula do G8 em Gênova

No dia 5 de julho, o Supremo Tribunal confirmou todas as 25 sentenças proferidas em recurso contra funcionários graduados e policiais responsáveis pela tortura e pelos maus-tratos de manifestantes no dia 21 de julho de 2001. Funcionários graduados foram condenados por falsificarem documentos de prisão. As sentenças foram de cinco anos a três anos e oito meses de detenção. Entretanto, por causa de uma lei destinada a reduzir o número de presos, a qual permite diminuir as sentenças em até três anos, ninguém acabou sendo encarcerado, apesar de todos terem sido suspensos de suas funções por cinco anos. As sentenças condenatórias proferidas em recurso contra nove funcionários por lesões corporais graves prescreveram antes que o Supremo Tribunal

julgasse o recurso, o que também implicou que esses funcionários não fossem afastados de suas funções. Todos os funcionários condenados, inclusive aqueles cujos crimes prescreveram, seriam submetidos a procedimentos disciplinares.

Homicídios ilegais

Falhas na investigação de várias mortes ocorridas em custódia fizeram que policiais e agentes prisionais não tivessem que prestar contas dos acontecimentos. Havia preocupação com o fato de as forças policiais municipais utilizarem armas de fogo sem as devidas salvaguardas e de as usarem de modo incompatível com o direito internacional.

■ Em 13 de fevereiro, Marcelo Valentino Gómez Cortés, um cidadão chileno de 28 anos, estando desarmado, foi morto a tiros por um agente da polícia municipal de Milão. Em outubro, o agente foi condenado em primeira instância pelo crime de homicídio e sentenciado a 10 anos de prisão. Ele apelou da sentença. Após o incidente, ele foi designado a cumprir funções internas, e sua licença para uso de armas foi revogada.

■ Em março, um agente prisional foi condenado por omissão de socorro a Aldo Bianzino, que morreu na penitenciária de Perugia em 2007, dois dias depois de ser preso, e por falsificação de documentos. O agente recebeu uma sentença privativa de liberdade de 18 meses com pena suspensa. O julgamento revelou que houve falhas na investigação original do incidente de morte. A família segue lutando para que o caso seja reaberto.

■ Em abril, um juiz de primeira instância absolveu um médico acusado de homicídio culposo por ter aplicado um tratamento errado a Giuseppe Uva, que, em 2008, morreu logo após ter sido abordado pela polícia em Varese. O juiz ordenou a abertura de uma nova investigação concentrada no período transcorrido entre a abordagem de Giuseppe e sua chegada ao hospital. Exames forenses realizados em dezembro de 2011 revelaram que a vítima pode ter sido abusada sexualmente ou sofrido maus-tratos.

Violência contra a mulher

A violência contra as mulheres continuou ocorrendo de forma disseminada, com cerca de 122 homicídios registrados em 2012. A relatora especial da ONU sobre a violência contra a mulher observou em junho que, apesar de melhoras nas leis e políticas públicas,

o número de homicídios não diminuiu. Suas recomendações incluíam: uma instituição nacional de direitos humanos independente, com uma seção dedicada aos direitos das mulheres; uma lei sobre a violência contra a mulher; e uma emenda relativa ao crime de migração clandestina a fim de garantir o acesso à Justiça de mulheres migrantes em situação irregular.

Mudanças legais, constitucionais ou institucionais

Em dezembro, o Parlamento aprovou, com atraso, a legislação requerida para cumprir com o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, ratificado pela Itália em 1999. Foram introduzidas medidas para regulamentar a cooperação judicial com o Tribunal.

Também em dezembro, um comitê parlamentar que examinava um projeto de lei sobre a criação de uma instituição nacional de direitos humanos concluiu que, devido à iminência das eleições parlamentares, seria impossível aprovar a lei na atual legislatura. O projeto de lei já havia sido longamente debatido pelos parlamentares na câmara alta. Organismos internacionais, como o Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, em diversas ocasiões haviam criticado a Itália pelo fato de o país não ter criado uma instituição nacional de direitos humanos em cumprimento às normas internacionais.

Visitas/relatórios da AI

🗺 Representantes da Anistia Internacional visitaram a Itália em março, abril, junho, setembro, novembro e dezembro.

📖 S.O.S. Europe: Human rights and migration control (EUR 01/013/2012)

📖 Italy: Briefing to the UN Committee on the Elimination of Racial Discrimination: 80th session (EUR 30/001/2012)

📖 On the edge: Roma, forced evictions and segregation in Italy (EUR 30/010/2012)

📖 Exploited labour: Migrant workers in Italy's agricultural sector (EUR 30/020/2012)

JAPÃO

JAPÃO

Chefe de governo:

Shinzo Abe (sucedeu
Yoshihiko Noda em dezembro)

Irregularidades e abusos policiais durante interrogatórios ocorreram no sistema de justiça criminal do Japão. As autoridades continuaram a rejeitar os pedidos de justiça para as sobreviventes do sistema de escravidão sexual japoneses. O Japão retomou as execuções após um intervalo de 20 meses. O número de pessoas que receberam status de refugiado permaneceu extremamente baixo.

Informações gerais

O Partido Liberal Democrata, comandado por Shinzo Abe, venceu as eleições parlamentares de 16 de dezembro. Embora seja um Estado-parte do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional desde 2007, o Japão ainda não havia implementado suas obrigações referentes a esse tratado. Em consequência do terremoto de 2011 na região de Tohoku, no leste do país, aproximadamente 160 mil pessoas continuavam a viver em moradias temporárias ou ao redor da Prefeitura de Fukushima. Em outubro, o Greenpeace afirmou que vários postos governamentais de monitoramento da radiação naquela área estavam registrando níveis radioativos abaixo dos reais, inclusive monitorando locais já descontaminados. Protestos contrários à retomada das usinas nucleares atraíram dezenas de milhares de pessoas e estenderam-se por vários meses em todo o país.

Sistema de justiça

O sistema *daiyo kangoku*, que permite à polícia deter suspeitos por até 23 dias, continuou facilitando a prática de tortura e de outros maus-tratos para extrair confissões durante interrogatórios. O Comitê Especial do Conselho Legislativo, subordinado ao Ministério da Justiça, continuou a discutir possíveis reformas no sistema de justiça criminal.

■ Govinda Prasad Mainali, um cidadão nepalês, foi absolvido da acusação de homicídio, no dia 7 de novembro, depois de passar 15 anos na prisão. No tempo em que esteve detido com base no sistema

daiyo kangoku, ele sofreu maus-tratos e não teve permissão de contatar um advogado. Em julho de 2012, a promotoria apresentou evidências que, posteriormente, comprovaram sua inocência.

Violência contra mulheres e meninas

Quando a situação dos direitos humanos no Japão foi avaliada de acordo com a Revisão Periódica Universal da ONU em outubro, autoridades governamentais alegaram que as indenizações para as pessoas usadas como "mulheres de conforto" já haviam sido resolvidas por meio do Tratado de Paz de São Francisco e de outros tratados e acordos bilaterais. Em 4 de novembro, o então líder opositor Shinzo Abe estava entre os signatários de um anúncio publicado num jornal dos Estados Unidos negando que o Exército Imperial Japonês tivesse obrigado mulheres a servirem de escravas sexuais para os militares durante a II Guerra Mundial.

Pena de morte

Sete pessoas foram executadas no Japão; entre elas, a primeira mulher a ser executada em mais de 15 anos. Havia 133 pessoas no corredor da morte. O grupo de trabalho criado dentro do Ministério da Justiça pelo ex-ministro Keiko Chiba, em julho de 2010, para estudar a pena capital foi extinto em março pelo ministro da Justiça, Toshio Ogawa, sem que o grupo fizesse qualquer recomendação clara.

■ Junya Hattori foi executado no dia 13 de agosto. O Tribunal Distrital de Shizuoka sentenciou-o à prisão perpétua; porém, o Tribunal Superior de Tóquio condenou-o à pena de morte após um recurso da promotoria. Em fevereiro de 2008, o Supremo Tribunal confirmou sua sentença de morte.

Refugiados e requerentes de asilo

As solicitações de asilo subiram de 1.867, em 2011, para mais de 2.000 em 2012. Entretanto, o número de pessoas cuja condição de refugiado foi reconhecida permaneceu baixo. A maioria dos requerentes era de Mianmar. Um projeto piloto iniciado pelo Japão, em 2010, para reassentar 30 refugiados de Mianmar que estavam sendo processados na Tailândia foi estendido, em março, por mais dois meses. Ninguém mais foi aceito com base nesse sistema em 2012 depois que três famílias retiraram seu pedido.

LÍBIA

LÍBIA

Chefe de Estado:

Mohammed Magarief (sucedeu Mostafa Abdeljalil em agosto)

Chefe de governo:

Ali Zeidan (sucedeu Abdurrahim al Keib em novembro)

Milícias armadas continuaram a cometer impunemente graves abusos de direitos humanos, tais como prisões e detenções arbitrárias, torturas e homicídios ilegais. Milhares de pessoas suspeitas de terem sido apoiadoras ou de terem lutado para defender o governo de Muammar Kadafi, deposto em 2011, permaneceram detidas sem acusação ou julgamento, e sem possibilidade de buscar reparações jurídicas. A maioria foi espancada ou sofreu maus-tratos sob custódia; dezenas morreram depois de serem torturadas. Dezenas de milhares de pessoas obrigadas a abandonar suas casas em áreas onde se acreditava que, em 2011, a população apoiasse Kadafi permaneceram desalojadas dentro do país e corriam perigo de sofrer ataques de vingança ou outros abusos. Cidadãos estrangeiros sem os devidos documentos foram submetidos a prisões arbitrárias, detenções indefinidas, exploração, torturas e outros maus-tratos. Confrontos armados esporádicos entre milícias em diversas partes do país provocaram centenas de mortes; dentre as vítimas, estavam crianças e outros civis não envolvidos nos combates. A impunidade, tanto pelas graves violações de direitos humanos cometidas no passado quanto pelos atuais abusos cometidos pelas milícias armadas, continuou arraigada. As mulheres continuaram a sofrer discriminação na lei e na prática. A pena de morte permaneceu em vigor; não houve execuções.

Informações gerais

No dia 7 de julho, a Líbia elegeu um Congresso Nacional Geral de 200 cadeiras, incumbido de aprovar leis, de preparar as próximas eleições parlamentares, de apontar um novo governo e, possivelmente, de supervisionar o processo de redação da primeira Constituição do país em mais de 40 anos. O Conselho Nacional de Transição, que foi criado em 2 de março de 2011 e liderou a oposição a

Muammar Kadafi, transferiu oficialmente o poder ao Congresso Nacional em 8 de agosto de 2012.

Sucessivos governos falharam em refrear as centenas de milícias armadas que preencheram o vácuo de segurança deixado após a queda do governo Kadafi em 2011. Muitas milícias continuaram agindo acima da lei, recusando-se a desarmarem-se ou a serem absorvidas pela polícia ou pelo exército. As iniciativas tomadas para integrar combatentes anti-Kadafi ao Comitê Supremo de Segurança, ligado ao Ministério do Interior, por exemplo, não tiveram qualquer apuração sistemática de antecedentes para eliminar de seus quadros perpetradores de torturas ou de outros crimes contra o direito internacional, abrindo a possibilidade de que novos abusos fossem cometidos.

Em março, perante o Conselho de Direitos Humanos (CDH), a Comissão de Inquérito da ONU na Líbia informou que tanto as forças favoráveis quanto as contrárias a Kadafi haviam cometido crimes de guerra, crimes contra a humanidade e abusos dos direitos humanos durante o conflito de 2011. O CDH também informou que as milícias armadas haviam cometido graves abusos dos direitos humanos, tais como detenções arbitrárias e torturas, depois de encerradas as hostilidades. No entanto, em uma resolução do CDH sobre "Assistência à Líbia na área de direitos humanos", o governo líbio rejeitou a inclusão de um monitoramento dos direitos humanos e de qualquer referência à continuidade das violações.

Em agosto, milícias armadas destruíram locais de prática religiosa sufi em Trípoli e Zliten; não se tem conhecimento de qualquer prisão ou processo relacionados a esses ataques. atentados a bomba e outros ataques, principalmente em Benghazi, tiveram como alvo edifícios públicos, como tribunais e delegacias de polícia, bem como missões diplomáticas e organizações internacionais.

No dia 11 de setembro, o embaixador dos Estados Unidos, J. Christopher Stevens, e outros três cidadãos estadunidenses foram mortos em um atentado contra o posto diplomático dos EUA em Benghazi. O governo líbio condenou o ataque e anunciou algumas prisões; porém, até o fim do ano, ninguém havia sido levado à Justiça.

Prisões e detenções arbitrárias

Em maio, o Conselho Nacional de Transição aprovou a Lei nº 38 sobre os procedimentos relativos ao

período de transição, dando aos ministérios do Interior e da Defesa não mais que 60 dias para que remetessem os casos de detentos em poder das milícias armadas a promotores civis ou militares. Apesar disso, milhares de pessoas que supostamente apoiaram ou lutaram a favor do governo de Kadafi permaneceram sob custódia de milícias e de órgãos de segurança semioficiais. Apesar de mais de 30 prisões terem sido oficialmente transferidas ao controle de Departamento de Polícia Judicial e de, em dezembro, o Ministério da Justiça ter delineado uma estratégia para retomar o controle efetivo dos presídios, milicianos continuaram trabalhando como guardas ou administradores em muitas prisões. A maior parte das pessoas que se encontravam detidas por envolvimento no conflito armado de 2011 não havia sido nem acusada nem julgada no fim de 2012. Alguns detentos não puderam receber visitas familiares, e pouquíssimos tiveram acesso a advogados.

Milícias armadas seguiram capturando ou sequestrando indivíduos que suspeitassem ter apoiado ou lutado pelo governo de Kadafi, apreendendo-os em suas casas, locais de trabalho, nas ruas ou em postos de controle. Muitos eram imediatamente espancados e tinham suas casas saqueadas e danificadas. Integrantes de comunidades consideradas apoiadoras de Kadafi, como os tawarghas, eram os mais vulneráveis. Os detidos costumavam ser levados de um local de detenção improvisado para outro antes de serem transferidos para presídios ou centros de detenção oficiais ou semioficiais, quando então seus familiares tomavam conhecimento de seu paradeiro. O destino e o paradeiro de algumas pessoas sequestradas pelas milícias continuava desconhecido.

■ Bashir Abdallah Badaoui, ex-chefe do Departamento de Investigações Criminais de Trípoli, e seu filho, Hossam Bashir Abdallah, de 19 anos, foram sequestrados por milicianos armados, no dia 13 de abril, nas proximidades de sua casa em Trípoli. Hossam Bashir Abdallah foi solto depois de cinco dias, mas o paradeiro de seu pai continuava desconhecido apesar dos esforços da família para encontrá-lo.

Tortura e outros maus-tratos

A tortura e outros maus-tratos continuaram sendo extensamente praticados, sobretudo nos locais de detenção controlados pelas milícias, além de serem

usados para punir os detentos e extrair "confissões". As pessoas detidas eram mais vulneráveis no momento da prisão, nos primeiros dias de detenção e durante os interrogatórios. Muitas assinaram "confissões" mediante tortura ou coação. O artigo 2º da Lei nº 38 de 2012 deixava a cargo dos juízes conferir valor legal aos registros de interrogatórios feitos por milícias.

Muitos detentos foram submetidos a prolongados espancamentos com mangueiras, coronhas de fuzil, cabos elétricos, canos de água ou cintos, geralmente enquanto ficavam suspensos em posições contorcidas. Alguns foram torturados com choques elétricos, queimados com cigarros e metais quentes, escaldados com água fervente, ameaçados de morte ou estupro e submetidos à simulação de execução. Dezenas de detentos morreram sob custódia das milícias, do Comitê Supremo de Segurança e em prisões oficiais, em circunstâncias indicativas de que a tortura havia sido um fator contribuinte ou causador de suas mortes.

■ Tarek Milad Youssef al Rifai, ex-policia de Tawargha, morreu no dia 19 de agosto depois de ser levado da penitenciária Wehda para o Comitê Supremo de Segurança em Misratah a fim de ser interrogado. Ele havia sido capturado em sua casa, em Trípoli, em outubro de 2011, por milicianos armados de Misratah. Seus familiares encontraram o corpo marcado por ferimentos em um necrotério de Misratah; o laudo da perícia indicou que sua morte foi causada por espancamento. A família protocolou uma denúncia junto às autoridades, mas nenhuma investigação efetiva sobre sua morte foi iniciada.

■ A família de Ahmed Ali Juma encontrou seu corpo em um necrotério de Trípoli, dias depois de ele ter sido intimado para interrogatório no Conselho Militar de Abu Salim em julho. O laudo da autópsia identificou "lesões múltiplas pelo corpo, na cabeça, no torso, nos membros e nos genitais", concluindo que ele fora "espancado até morrer". Ninguém foi responsabilizado por sua morte.

Confrontos armados

Embates esporádicos entre milícias armadas resultaram em morte e ferimentos de transeuntes e moradores, bem como de combatentes. Tais confrontos eram bastante comuns, tendo ocorrido em Kufra em fevereiro, abril e junho, em Sabha em março, nas Montanhas de Nafusa em junho, em

Barak al Shat em setembro, e em Bani Walid em outubro. Combatentes milicianos dispararam armas tais como foguetes Grad, mísseis e metralhadoras antiaéreas sobre áreas residenciais, provocando mortes e avariando ou destruindo propriedades. Em junho, milícias armadas teriam usado fósforo branco em Sgeiga, apesar da ameaça que essa substância apresentava aos moradores.

Após semanas de cerco e de uma ofensiva armada do exército e de milícias em Bani Walid, que terminou em 24 de outubro, autoridades informaram que 22 pessoas haviam sido mortas, embora se acredite que o número total seja muito mais alto. Entre os mortos estavam moradores de Bani Walid sem qualquer envolvimento com o combate, inclusive crianças. Mohamed Mustafa Mohamed Fathallah, por exemplo, de nove anos, morreu em consequência dos ferimentos causados por estilhaços quando sua casa foi bombardeada no dia 10 de outubro. No dia 30 de outubro, o então ministro da Defesa, Ossama Jweili, disse que o exército não tinha controle da situação e alegou que as milícias estavam cometendo abusos generalizados.

As autoridades apontaram comitês de inquérito para investigar alguns dos choques armados; porém, até o fim do ano, nenhum resultado havia sido divulgado, nenhum perpetrador havia sido levado à Justiça e nenhuma vítima havia recebido reparação.

Refugiados, requerentes de asilo e migrantes

Apesar das garantias contidas da Declaração Constitucional da Líbia, promulgada em agosto de 2011, sobre o reconhecimento do direito de buscar e desfrutar de asilo, o governo não ratificou a Convenção sobre Refugiados da ONU, nem assinou um memorando de entendimento com o ACNUR, a agência da ONU para os refugiados, tampouco adotou leis sobre asilo.

As milícias armadas e a polícia continuaram a deter arbitrariamente cidadãos estrangeiros sem documentos, inclusive pessoas que necessitavam de proteção internacional, por supostos "delitos" de imigração, como entrar no país de modo "irregular". No fim do ano, milhares de pessoas encontravam-se detidas por tempo indefinido, aguardando serem deportadas, em centros de detenção superlotados e com péssimas condições de higiene. Elas não tinham quaisquer meios para contestar a legalidade de sua

detenção, ou o tratamento e as condições a que estavam sendo submetidas. Pessoas detidas por suspeita de imigração irregular sofriam as costumeiras agressões verbais, espancamentos e outros maus-tratos, em alguns casos constituindo tortura. Pelo menos dois cidadãos estrangeiros morreram sob custódia nas mãos das milícias.

■ No dia 13 de setembro, um grupo de mulheres nigerianas aprisionadas no centro de detenção de Tweisha, em Trípoli, foram brutalmente espancadas com mangueiras e outros objetos por 11 homens vestidos à paisana. Algumas receberam choques elétricos. As autoridades não tomaram qualquer providência contra os responsáveis.

Pessoas desalojadas dentro do país

As autoridades não tomaram qualquer medida real para facilitar o retorno seguro para suas casas de comunidades inteiras que foram desalojadas à força durante o conflito de 2011, como os moradores de Tawargha, Mashashiya, Gawalish e outras áreas onde se presume que a população apoiasse Muammar Kadafi. As milícias armadas provocaram ainda mais destruição nessas áreas de modo a torná-las inabitáveis, detendo arbitrariamente e submetendo a abusos os membros dessas comunidades, sobretudo os tawarghas.

■ Quatro homens de Tawargha foram presos no aeroporto de Trípoli no dia 6 de maio, quando chegaram em um voo de Benghazi. Um parente que os acompanhava foi informado de que eles logo seriam soltos; porém, no fim do ano, eles continuavam detidos sem julgamento em Misratah.

Aproximadamente 58 mil pessoas estariam desalojadas dentro do país no fim do ano; milhares haviam sido acomodadas em acampamentos precários em Trípoli e Benghazi.

Impunidade

As autoridades prometeram investigar as graves violações de direitos humanos cometidas sob o regime de Muammar Kadafi, e começaram a investigar diversos oficiais graduados e supostos seguidores leais de Kadafi. No entanto, não tomaram qualquer medida para investigar as atuais violações cometidas pelas milícias armadas ou para levar os responsáveis à Justiça.

Em maio, o Conselho Nacional de Transição aprovou a Lei nº 17, que cria uma Comissão de

Inquérito e Reconciliação. Não estava claro se o mandato da Comissão cobriria apenas crimes cometidos pelo antigo governo ou se incluiria os crimes cometidos por outros. Até o fim do ano, não se tinha conhecimento de qualquer investigação efetiva conduzida pela Comissão.

A Lei nº 35 sobre anistia, aprovada em maio pelo Conselho Nacional de Transição, não estava de acordo com as obrigações da Líbia sob o direito internacional de investigar supostos crimes contra a humanidade, crimes de guerra, desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais, além de processar os supostos perpetradores.

A Lei nº 38 de 2012 previa total imunidade para os milicianos por ações que se considerasse terem sido praticadas com o intuito de "proteger a Revolução de 17 de Fevereiro".

Nenhuma investigação significativa foi realizada pelas autoridades sobre os supostos crimes de guerra e os graves abusos dos direitos humanos, como tortura e homicídios ilegais, cometidos pelas milícias armadas durante e após o conflito armado. Nenhuma conclusão oficial foi divulgada com relação à aparente execução extrajudicial de Muammar Kadafi, de seu filho Mutassim e de outros supostos soldados e partidários de Kadafi após sua captura em 2011.

As autoridades líbias recusaram-se a entregar Saif al Islam al Kadafi e Abdallah al Senussi, extraditados da Maurítânia para a Líbia em 5 de setembro, para o Tribunal Penal Internacional (TPI) a fim de serem julgados por duas acusações de crimes contra a humanidade. Em junho, quatro funcionários do TPI foram detidos por mais de três semanas por milícias de Zintan, que os acusaram de violar a segurança nacional. No fim do ano, o Juízo de Instrução do TPI ainda não havia se manifestado sobre a admissibilidade de uma ação impetrada pelo governo líbio, em 1º de maio, requerendo que Saif al Islam al Kadafi fosse julgado com base na jurisdição líbia, e não na do TPI.

Liberdade de expressão e de reunião

A quantidade de veículos de comunicação e de grupos da sociedade civil aumentou exponencialmente. Críticos das milícias armadas, inclusive jornalistas líbios e estrangeiros, enfrentaram ameaças, intimidações, hostilidades e detenções, o que acabou resultando em autocensura.

■ Em 25 de agosto, Nabil Shebani, diretor da TV

Assema, foi interrogado por várias horas pelo Comitê Supremo de Segurança em Trípoli sobre a cobertura que a emissora havia feito da destruição de locais religiosos sufis em Trípoli. Ele foi libertado sem acusações.

■ Em 19 de julho, a jornalista autônoma britânica Sharron Ward foi detida por milicianos armados em Trípoli depois de ter feito gravações em um acampamento na Academia Naval de Janzour, onde moradores desalojados de Tawargha estavam abrigados. Em 21 de julho, ela foi presa novamente e obrigada a deixar o país em 24 de julho. Parte de seu equipamento foi confiscada.

Em junho, o Supremo Tribunal decidiu que a Lei nº 37 de 2012, que criminalizava a "glorificação de Kadafi" e impunha restrições indevidas à liberdade de expressão, era inconstitucional.

Em novembro, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 65 de 2012 sobre o regulamento de manifestações, restringindo indevidamente o direito de reunião pacífica.

Direitos das mulheres

As mulheres continuaram a sofrer discriminação na lei e na prática.

Dois mulheres foram indicadas para o governo interino de Ali Zeidan. Trinta e três mulheres foram eleitas para as 200 cadeiras do Congresso Nacional, 32 de listas partidárias e uma candidata independente de Bani Walid. Durante a cerimônia de posse no Congresso Nacional, em 8 de agosto, uma apresentadora foi forçada a deixar o palco por não estar vestindo véu.

Em fevereiro, alguns pequenos protestos realizados em Trípoli e Benghazi, pedindo igualdade e condenando o assédio sexual e a violência contra as mulheres, foram criticados publicamente por poderosos líderes milicianos e por outros indivíduos. Vários organizadores foram ameaçados e interromperam suas atividades públicas.

Sistema de justiça

O sistema de justiça permaneceu virtualmente paralisado e incapaz de processar milhares de casos pendentes, pois delegacias de polícia e tribunais continuavam fechados em partes do país. Algumas audiências de casos de maior repercussão, como o de Abuzeid Dorda, ex-chefe do órgão de inteligência, a Agência de Segurança Externa, foram iniciadas e

depois suspensas, pois se temia que não estivessem respeitando as garantias para julgamentos justos.

Promotores, investigadores criminais, agentes da polícia judiciária e advogados que defendiam pessoas acusadas de ter apoiado ou lutado a favor de Muammar Kadafi enfrentaram intimidações, ameaças e violências das milícias armadas.

■ Em agosto de 2012, um cartaz foi afixado por toda Misratah, nomeando e denunciando 34 advogados que representavam supostos partidários de Kadafi. O cartaz acusava os advogados de "tentar ganhar dinheiro para conseguir a libertação da escória (como eram chamados os partidários de Kadafi) à custa do sangue dos mártires, dos feridos e dos desaparecidos". O cartaz foi removido após protestos do Sindicato dos Advogados e de outras entidades, mas alguns dos advogados mencionados receberam ameaças anônimas.

Não foram tomadas quaisquer medidas para reformar o Judiciário e implementar um mecanismo sistemático de apuração de antecedentes para remoção de juízes envolvidos com julgamentos injustos, detenções arbitrárias e outros abusos dos direitos humanos cometidos na era Kadafi.

Pena de morte

A pena de morte continuou em vigor para uma ampla gama de crimes. Em novembro, pelo menos quatro pessoas foram sentenciadas à revelia à pena de morte. Nenhuma execução foi levada a cabo em 2012.

Homicídios ilegais

Dezenas de agentes da área de segurança, inclusive do antigo governo Kadafi, foram executados a tiros ou com artefatos explosivos na região leste da Líbia, principalmente em Benghazi e Derna, no que pareciam ser homicídios politicamente motivados. Não se tem conhecimento de qualquer investigação significativa sobre esses fatos.

■ Em 30 de outubro, Khaled al Safi al Adli, membro do Comitê Revolucionário de Kadafi, foi morto a tiros em Derna por atiradores não identificados.

OTAN

Nenhuma conclusão foi divulgada com relação às mortes de civis resultantes da ofensiva aérea da OTAN contra as forças de Kadafi em 2011. A OTAN argumentou que a reparação às vítimas era responsabilidade das autoridades líbias.

Visitas/relatórios da AI

📄 Representantes da Anistia Internacional visitaram a Líbia em janeiro/fevereiro, maio/junho e agosto/setembro.

📄 Libya: The forgotten victims of NATO strikes (MDE 19/003/2012)

📄 Libya: Rule of law or rule of militias? (MDE 19/012/2012)

📄 Libya: 10 steps for human rights: Amnesty International's human rights manifesto for Libya (MDE 19/017/2012)

MALI

REPÚBLICA DO MALI

Chefe de Estado interino: **Dioucondou Traoré**
(sucedeu Amadou Toumani Touré em abril)

Chefe de governo interino: **Diango Cissoko** (sucedeu
Cheick Modibo Diarra em dezembro, que
sucedeu **Mariam Kaïdama Cissé Sidibé** em abril)

O conflito armado no norte do país e o subsequente golpe militar resultaram em graves violações dos direitos humanos cometidas pelas forças de segurança, tais como execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados e torturas. Grupos armados no norte do país cometeram abusos que incluíam violência sexual, homicídios deliberados e arbitrários e castigos corporais. Ambos os lados recrutaram crianças soldados.

Informações gerais

Em janeiro, grupos armados tuaregues e islamitas iniciaram uma rebelião que, em março, resultou em um golpe militar na capital, Bamako, que depôs o presidente democraticamente eleito, Amadou Toumani Touré. Em consequência, no mês de abril, o país foi dividido. Embora um chefe de Estado e um primeiro-ministro interino tenham sido nomeados nesse mesmo mês, os militares que lideraram o golpe, sob o comando do capitão Amadou Haya Sanogo, mantiveram-se influentes politicamente.

O conflito no norte resultou em baixas civis e militares, provocando o deslocamento em massa de mais de 400 mil pessoas, que buscaram refúgio no sul de Mali ou em países vizinhos, como Argélia, Burkina Faso, Mauritânia e Níger.

Desde abril, o norte do país estava sob total controle de vários grupos armados, como o grupo

tuaregue Movimento Nacional de Libertação de Azawad (MNLA) e três grupos islamitas: o Ansar Eddin, o Movimento pela Unidade e pela Jihad na África Ocidental (MUJAO) e a AI Qaeda do Magreb Islâmico (AQMI).

Em julho, o governo submeteu a situação de crise do país à apreciação do Tribunal Penal Internacional (TPI), uma vez que as autoridades nacionais não estavam em condições de investigar e processar tais crimes. Em julho e agosto, o TPI enviou uma missão de investigação preliminar para determinar se uma investigação deveria ser iniciada. No fim do ano, suas conclusões ainda eram desconhecidas.

Em outubro, líderes africanos da CEDEAO decidiram elaborar um plano de intervenção militar para retomar o controle do norte do país, com a aprovação da ONU e de vários outros governos, como os da França e dos Estados Unidos.

Em dezembro, o Conselho de Segurança da ONU autorizou que uma força sob comando africano empregasse "todos os meios necessários" para retomar o norte do Mali das mãos dos grupos armados.

Violações cometidas por forças do governo

Em sua luta contra o MNLA, o exército lançou vários ataques indiscriminados contra alvos civis na região de Kidal.

■ Em fevereiro, um helicóptero do exército atacou o campo de Kel Essouck, próximo a Kidal, ferindo pelo menos 12 pessoas e matando uma menina de quatro anos, Fata Walette Ahmedou, fatalmente ferida por um explosivo.

Execuções extrajudiciais, torturas e outros maus-tratos

Pessoas suspeitas de apoiar os grupos armados ou visadas por serem tuaregues foram vítimas de tortura e outros maus-tratos, ou de execuções extrajudiciais pelas forças de segurança.

■ Em janeiro, soldados prenderam dois tuaregues acusados de fornecer gasolina aos grupos armados em Ménaka. Eles foram espancados com coronhas de fuzis.

■ Em abril, soldados prenderam três homens desarmados, dois deles tuaregues, acusados de espionar para o MNLA em Sévaré. Eles foram golpeados com coronhas de fuzis antes de serem executados extrajudicialmente.

■ Em setembro, os militares prenderam 16 cidadãos malineses e mauritanos em Diabaly, antes de executá-los extrajudicialmente por suspeita de que apoiassem grupos armados islamitas. Os 16 faziam parte de um movimento formado por pregadores muçulmanos, o Dawa, e haviam vindo da Mauritânia para participar de um encontro anual de seu movimento em Bamako. Um inquérito foi aberto, mas, até o fim do ano, seus resultados não haviam sido divulgados.

Prisões e detenções arbitrárias

Pessoas suspeitas de apoiar o MNLA foram presas e detidas sem acusação.

■ Em fevereiro, quatro pessoas, entre elas a presidente e a vice-presidente da Assembleia de Mulheres de Azawad, foram presas na região de Kidal e transferidas a Bamako. Todas elas foram libertadas em abril em troca de 13 pessoas que estavam sob poder do MNLA.

Abusos cometidos pela junta militar

Execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados e tortura

Em maio, após uma tentativa de contragolpe, soldados e policiais leais ao ex-presidente Touré foram torturados e executados extrajudicialmente, ou foram vítimas de desaparecimentos forçados. Dois soldados foram mortos a facadas no campo militar de Kati, próximo a Bamako, por militares leais à junta. Mais de 20 pessoas foram vítimas de desaparecimentos forçados depois de serem sequestradas de suas celas. No fim do ano, seu destino ainda era desconhecido. Alguns dos soldados e policiais foram submetidos a abusos sexuais e detidos em condições brutais durante o interrogatório e a detenção.

Detenções arbitrárias

A junta militar prendeu e deteve arbitrariamente adversários políticos que protestaram contra o golpe.

■ Em março, a junta prendeu diversos políticos, como o ministro das Relações Exteriores, Soumeylou Boubèye Maïga, e o ministro da Administração Territorial, Kafougouna Koné. Eles ficaram detidos, alguns por 20 dias, sem acusações, em um campo militar de Kati.

■ Em abril, vários adversários da junta militar, como o ex-primeiro-ministro Modibo Sidibé e o ex-ministro das Finanças Soumaila Cissé, foram presos e levados ao campo militar de Kati. Eles foram soltos sem acusações após dois dias.

Liberdade de imprensa

Desde março, a junta militar passou a perseguir jornalistas a fim de impedi-los de relatar os acontecimentos.

■ Em março, cinco jornalistas foram presos por soldados em Bamako e levados ao campo militar de Kati, sendo soltos poucos dias depois. Outro jornalista, Omar Ouahmane, cidadão francês que trabalhava para a Rádio France Culture, foi preso, submetido a maus-tratos e ameaçado de morte por soldados leais à junta militar.

■ Em junho, uma estação de televisão privada, a Africable TV, foi censurada quando estava prestes a transmitir uma entrevista com um oficial do MNLA.

Abusos cometidos por grupos armados

Execuções arbitrárias e torturas

Grupos armados violaram gravemente o direito internacional humanitário ao torturar e executar soldados malineses capturados.

■ Em janeiro, soldados malineses que haviam sido capturados durante uma emboscada em Tilemci foram amarrados e espancados com coronhas de fuzis.

■ Em janeiro, dezenas de soldados malineses que haviam sido capturados em Aguelhoc foram mortos a tiros ou degolados por membros do Ansar Eddin.

Violência contra mulheres e meninas

Durante e após a conquista do norte por grupos armados, muitas mulheres e meninas foram estupradas por integrantes desses grupos, às vezes por vários homens. A maioria das mulheres foi raptada quando estava em casa ou nas ruas, sendo depois levada para campos militares.

■ Entre o fim de março e o começo de abril, várias mulheres foram agredidas e estupradas em Gao quando buscavam alimentos no órgão de Segurança Alimentar do Mali (OPAM).

■ Em abril, em Ménaka, mulheres do grupo étnico bambara teriam sido perseguidas e estupradas por integrantes do MNLA.

■ Entre o fim de julho e o início de agosto, seis mulheres foram atacadas em Gossi por vários membros de um grupo armado que usava motocicletas. As mulheres foram roubadas e três delas foram raptadas e estupradas.

Punições corporais

Grupos armados islamitas infligiram punições corporais, bem como mataram de modo deliberado e

arbitrário pessoas que se recusavam a acatar as novas regras e comportamentos que eles impuseram de acordo com sua interpretação da lei islâmica.

■ Em junho, membros do MUJAO açoitaram pessoas encontradas fumando em Bourem.

■ Em julho, em Timbuktu, um homem foi acusado de consumir bebida alcoólica e foi submetido a 40 golpes de vara por membros do Ansar Eddin.

■ Em julho, membros do Ansar Eddin em Aguelhoc apedrejaram em público até a morte um casal que havia tido um filho sem ser casado.

Várias pessoas acusadas de furtos e roubos tiveram os membros amputados após simulações de julgamento.

■ Em agosto, um criador de animais tuaregue, acusado de roubar gado, teve sua mão direita amputada.

■ Em setembro, cinco pessoas acusadas de roubo tiveram seus pés direitos e mãos esquerdas amputados.

Crianças soldados

Ambas as partes no conflito recrutaram crianças soldados.

Nas áreas do país controladas pelo governo, milícias de autodefesa recrutaram e treinaram crianças, com apoio das autoridades, antes de realizarem uma ofensiva planejada para reconquistar a região norte.

Crianças também foram recrutadas pelos grupos armados que tomaram o controle do norte do país. Elas costumavam ser usadas para revistar pessoas em posto de controle.

Direito à educação e à cultura

No norte do país, o direito à educação foi solapado pela AQMI, que proibiu o ensino de francês nas escolas e a convivência entre meninos e meninas.

■ Em março, todas as escolas e bibliotecas de Kidal foram queimadas e saqueadas, com exceção de duas *madrassas* (escolas islâmicas).

■ O direito à cultura foi abalado quando os grupos armados islamitas destruíram mausoléus históricos. Eles alegaram que a destruição visava a acabar com o culto a santos.

■ Em maio, membros da AQMI, apoiados pelo Ansar Eddin, deram início a uma série de destruições, como a profanação do mausoléu do santo muçulmano Sidi (Mahmoud Ben) Amar em Timbuktu.

Ações terroristas e sequestros

No fim do ano, havia 14 reféns sob poder de grupos armados, como a AQMI, no norte do país.

■ Em abril, sete cidadãos argelinos, inclusive o cônsul da Argélia em Gao, foram sequestrados por membros do MUJAO. Três deles foram libertados em julho.

■ Em julho, dois espanhóis e um italiano que haviam sido sequestrados por membros do MUJAO na Argélia, em outubro de 2011, foram libertados próximo a Gao, supostamente em troca da libertação de três islamitas em países vizinhos.

■ Em 20 de novembro, o cidadão francês Gilberto Rodriguez Leal foi sequestrado no oeste do Mali. O MUJAO assumiu a responsabilidade.

Pena de morte

O Tribunal de Assizes, em Bamako, sentenciou 10 pessoas à morte durante o ano. Quatro foram condenadas por associação para o crime, roubo, conspiração e posse ilegal de armas de fogo, e duas foram condenadas por cumplicidade em homicídios.

Visitas/relatórios da AI

🚗 Representantes da Anistia Internacional visitaram o Mali em abril, julho e agosto-setembro.

📄 Mali: Five month of crisis. Armed rebellion and military coup (AFR 37/001/2012)

📄 Mali: "We haven't seen our cellmates since." Enforced disappearances and torture of soldiers and police officers opposed to the junta (AFR 37/004/2012)

📄 Mali: Civilians bear the brunt of the conflict (AFR 37/007/2012)

MÉXICO

ESTADOS UNIDOS MEXICANOS

Chefe de Estado e de governo:

Enrique Peña Nieto

(sucedeu Felipe Calderón Hinojosa em dezembro)

O governo do Presidente Calderón continuou a ignorar as evidências de extensivas violações dos direitos humanos, como detenções arbitrárias, torturas, desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais cometidas pelas forças policiais e de segurança. Durante seu mandato de seis anos, concluído em dezembro de 2012, mais de 60 mil pessoas foram mortas e 150 mil desalojadas em consequência da violência relacionada às drogas. Cartéis de drogas e outras gangues criminosas foram responsáveis pela grande maioria das mortes e sequestros, e com frequência agiam em conluio com agentes públicos. O sistema de justiça criminal permaneceu gravemente problemático, com 98 por cento de todos os crimes ficando impunes. Os povos indígenas eram especialmente vulneráveis a sofrer processos criminais injustos. Migrantes em trânsito foram vítimas de ataques, inclusive de sequestros, de estupro e de tráfico de pessoas. Vários jornalistas e ativistas de direitos humanos foram mortos, atacados ou ameaçados. Um mecanismo de proteção para defensores dos direitos humanos e jornalistas foi criado por lei. A violência contra mulheres e meninas era generalizada. Persistiu a impunidade pelas graves violações de direitos humanos cometidas nas décadas de 1960, 1970 e 1980. A Suprema Corte de Justiça da Nação (SCJN) incorporou obrigações de direitos humanos em decisões inovadoras, inclusive restringindo a competência de tribunais militares. O novo governo do presidente Enrique Peña Nieto firmou um pacto com outros partidos políticos, que incluía compromissos de direitos humanos, e prometeu combater os níveis persistentemente altos de pobreza.

Informações gerais

Em junho, Enrique Peña Nieto, do Partido Revolucionário Institucional (PRI), foi eleito Presidente e tomou posse em dezembro. O PRI também conquistou o governo de vários estados e

aumentou sua representação no Congresso Federal. A acrimoniosa campanha eleitoral foi marcada pela emergência de um movimento jovem de protesto, o *YoSoy132#* (EuSou132#), com críticas ao processo eleitoral e ao candidato do PRI.

A insegurança e a violência resultantes da resposta militarizada do Presidente Calderón ao crime organizado dominaram o debate político. Em maio, um cartel de drogas teria sido responsável por deixar 49 corpos esquartejados em Caldereyta, no estado de Nuevo León, cujas identidades ainda não haviam sido estabelecidas no fim do ano. O Movimento pela Paz com Justiça e Dignidade continuou a pedir o fim da violência e a responsabilização de todos os culpados. O governo do Presidente Calderón vetou a Lei Geral sobre Vítimas, promovida pelo Movimento pela Paz com Justiça e Dignidade e aprovada pelo Congresso, que fortalecia os direitos das vítimas de violência, como o direito à reparação. Em dezembro, o novo governo do presidente Enrique Peña anunciou que o veto à lei havia sido retirado.

Em agosto, apesar de as autoridades mexicanas não terem conseguido cumprir as condições estipuladas pelo Congresso dos Estados Unidos como parte da Iniciativa Mérida – um acordo de cooperação regional em segurança –, o Departamento de Estado dos EUA recomendou que o Congresso liberasse os 15 por cento dos fundos condicionados ao cumprimento das condições.

No decorrer do ano, comitês temáticos da ONU sobre discriminação racial, discriminação contra a mulher e tortura avaliaram o cumprimento, por parte do México, de obrigações assumidas em tratados e emitiram recomendações. O México adotou algumas medidas para dar cumprimento às sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos nos casos de Rosendo Radilla, Inés Fernández, Valentina Rosendo, Rodolfo Montiel e Teodoro Cabrera. As vítimas, porém, continuaram demandando o pleno cumprimento das sentenças.

Segurança pública

Membros do exército, da marinha e das polícias federal, estadual e municipal foram responsáveis por violações de direitos humanos graves e extensivas nas operações de combate ao crime e em conluio com gangues criminosas. O governo recusou-se insistentemente a reconhecer a dimensão e a gravidade dos abusos e a falta de credibilidade das

investigações oficiais. A impunidade era generalizada, e as vítimas tiveram pouca ou nenhuma reparação pelas violações que sofreram.

A Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) recebeu 1.921 denúncias contra as forças armadas e 802 contra a polícia federal. Durante o ano, foram emitidas 21 recomendações contra o exército e a marinha e nove contra a polícia federal. Não havia informações publicamente disponíveis sobre policiais processados ou condenados por violações dos direitos humanos. Somente oito militares foram condenados no sistema de justiça militar em 2012.

Detenções arbitrárias, torturas e outros maus-tratos

Detenções arbitrárias, torturas e outros maus-tratos foram usados extensivamente para obter informações e confissões de suspeitos interrogados. A CNDH informou ter recebido 1.662 denúncias de tortura e maus-tratos durante o ano. Não houve registro de que alguém tenha sido condenado por tortura em 2012.

A detenção judicial provisória (*arraigo*) continuou sendo rotineiramente empregada por promotores federais e estaduais para manter suspeitos detidos por até 80 dias enquanto as investigações não são concluídas. Essa forma de detenção compromete seriamente os direitos dos detentos, cujo acesso a advogados, familiares e cuidados médicos fica severamente restringido, fomentando um ambiente em que são comuns as denúncias de tortura e maus-tratos. Em novembro, o Comitê contra a Tortura da ONU requereu que o *arraigo* fosse abolido. No entanto, somente os estados de Chiapas, Oaxaca e Yucatán eliminaram seu uso.

■ Em 18 de janeiro, três irmãos – Juan Antonio, Jesús Iván e Luis Adrián Figueroa Gómez, esse último com 14 anos – foram abordados pela polícia judicial em Ciudad Juárez, no estado de Chihuahua. Eles teriam sido espancados, ameaçados e submetidos a choques elétricos para obrigá-los a confessar a extorsão de pequenos empresários locais. Seus depoimentos foram gravados em vídeo e relacionados como prova. Porém, sinais de tortura foram ignorados pelos agentes quando os três foram colocados em detenção provisória. Embora eles tenham protocolado uma denúncia de tortura, até o fim do ano não havia qualquer informação de investigações sobre sua queixa.

■ Em 1º de dezembro, na Cidade do México, violentos protestos contra a posse do novo Presidente resultaram em 97 detenções. A maioria dos detidos foi solta nos dias seguintes. A Comissão de Direitos Humanos do Distrito Federal documentou ocorrências de maus-tratos e tortura, bem como de detenções arbitrárias. No dia 27 de dezembro, as 14 pessoas que ainda estavam detidas foram libertadas mediante o pagamento de fiança. Não havia informações disponíveis sobre investigações a respeito dos supostos abusos cometidos pela polícia.

Uso excessivo da força e execuções extrajudiciais

A CNDH registrou a morte de pelo menos 25 transeuntes em meio aos enfrentamentos entre gangues criminosas e forças de segurança. A não realização de investigações completas sobre a vasta maioria das mortes impediu a identificação de muitas vítimas, o esclarecimento das circunstâncias em que foram mortas e a instauração de processos contra os autores.

■ No dia 3 de fevereiro, o indígena Carmen Puerta Carrillo foi morto a tiros quando passava de carro por uma base militar na comunidade de Baborigame, município de Guadalupe y Calvo, no estado de Chihuahua. Testemunhas afirmaram que os soldados abriram fogo sem aviso prévio e sem que ele tivesse feito qualquer provocação. Sua família teria sido advertida pelos militares para que não movesse qualquer ação judicial.

■ Em março, a CNDH emitiu um relatório condenatório sobre a morte de dois alunos do curso de magistério da Escola Normal Rural de Ayotzinapa, no estado de Guerrero, durante protestos ocorridos em dezembro de 2011, e sobre a prática de tortura e maus-tratos contra outros estudantes. O relatório implicou agentes federais e estaduais nos abusos. Três agentes estaduais foram presos, mas muitos não foram levados à Justiça durante o ano. Em maio, Vidulfo Rosales, um advogado de direitos humanos que trabalhava no caso recebeu uma ameaça de morte.

Desaparecimentos forçados

Em dezembro, vazou um relatório da Procuradoria-Geral da República que indicava ter havido, durante o governo do Presidente Calderón, pelo menos 25 mil denúncias de sequestros, desaparecimentos e sumiços de pessoas em todo o país. Grupos criminosos foram

responsáveis pela maioria dos sequestros, mas agentes públicos também estiveram implicados em alguns casos. A CNDH estava investigando 2.126 denúncias de desaparecimentos forçados.

Na maioria das ocasiões, o destino das vítimas permanecia desconhecido. As autoridades com frequência relutavam em investigar os casos, principalmente os de desaparecimentos forçados, levando os familiares a realizarem suas próprias investigações – quase sempre com forte risco de sofrerem represálias dos autores – caso quisessem saber o destino de seus entes queridos. Em alguns estados, familiares das vítimas foram tratados com desprezo quando os agentes fizeram alegações infundadas sobre supostas associações criminosas das vítimas. Nos estados de Coahuila e Nuevo León, vítimas e organizações de direitos humanos obtiveram o compromisso de autoridades locais de rever os casos e de instituir um sistema rápido de busca e investigação para denúncias de desaparecimento. O compromisso assumido pelo governo federal de criar um banco de dados nacional sobre pessoas desaparecidas continua descumprido.

Segundo a CNDH, havia no país pelo menos 15.921 corpos não identificados, e mais de 1.400 restos mortais haviam sido exumados depois de encontrados em covas coletivas. Em março, o grupo de trabalho da ONU sobre desaparecimentos forçados e involuntários publicou um relatório em que chamou atenção para a incidência alarmante de desaparecimentos forçados e para a impunidade prevalente no México.

Em novembro, foi aprovada uma lei no estado de Nuevo León criminalizando os desaparecimentos forçados. Em praticamente todos os outros estados, bem como no âmbito federal, desaparecimentos forçados não eram criminalizados conforme as normas de direitos humanos. O novo governo não se comprometeu a corrigir a situação.

■ Em maio, Moisés Orozco Medina teria sido detido por membros da polícia municipal do município de Uruapan, no estado de Michoacán. As autoridades negaram ter conhecimento de sua detenção e, no fim do ano, ainda não estava claro o que havia acontecido com ele. Seu irmão e seu pai haviam sido sequestrados por homens armados em 2009 e 2008. O paradeiro de ambos permanecia desconhecido e, até o fim do ano, as autoridades estaduais não haviam fornecido informações sobre as investigações de seus casos.

Direitos dos migrantes

Os migrantes em trânsito pelo México continuaram sendo sequestrados, assassinados e recrutados à força por gangues criminosas. Mulheres e crianças migrantes corriam alto risco de sofrer abusos. Autoridades públicas foram muitas vezes suspeitas de conivência com grupos criminosos e de cometer outros abusos contra migrantes, como extorsões e detenções arbitrárias.

Apesar dos compromissos do governo de combater todos os abusos cometidos contra os migrantes, as medidas adotadas continuaram ineficazes, e os governos estaduais não impediram nem puniram esses delitos. Em novembro, entrou em vigor o regulamento para a aplicação da nova Lei de Migração. Em outubro, mães de migrantes centro-americanos desaparecidos percorreram o México em busca de seus familiares. Um banco de dados de migrantes desaparecidos ainda não havia sido criado no fim do ano, e a identificação de restos mortais que se acredita serem de migrantes não avançou. Pessoas que defendem os direitos dos migrantes continuaram sendo ameaçadas em represália ao seu trabalho.

■ Em julho, um abrigo para migrantes em Lechería, no estado do México, foi fechado após repetidas ameaças de grupos criminosos contra os migrantes e os funcionários dos abrigos. As autoridades estaduais não garantiram sua proteção efetiva, e alguns moradores locais protestaram contra a presença do albergue. Migrantes e defensores dos direitos humanos continuaram enfrentando ameaças e insegurança em Huehuetoca, onde foram abertos abrigos alternativos temporários.

■ Em outubro, testemunhas relataram que pelo menos 40 migrantes foram sequestrados de um trem de carga em Medias Aguas, no estado de Veracruz. Uma investigação oficial não foi capaz de determinar o destino dos migrantes e negou que tivesse havido sequestro.

Defensoras e defensores dos direitos humanos e jornalistas

Jornalistas e defensores dos direitos humanos continuaram sendo atacados e ameaçados em consequência de seu trabalho. Pelo menos seis jornalistas foram mortos. A Promotoria Especial para os Delitos Cometidos contra Jornalistas não fez avanços na maioria dos casos de jornalistas assassinados. A grande maioria das investigações de

ataques e ameaças contra defensoras e defensores dos direitos humanos continuava inconclusa. Uma lei que previa o estabelecimento de um mecanismo de proteção para defensores dos direitos humanos e jornalistas foi promovida pela sociedade civil e aprovada pelo Congresso em abril. O novo governo comprometeu-se a criar tal mecanismo e a priorizar a proteção a defensores e jornalistas.

■ Em abril e maio, quatro jornalistas foram mortos no estado de Veracruz: Regina Martinez, correspondente da revista investigativa *Proceso*, e os repórteres fotográficos locais Gabriel Hüge, Guillermo Luna e Esteban Rodríguez. No fim do ano, apesar das investigações no âmbito federal e estadual, os responsáveis ainda não tinham sido levados à Justiça.

■ Em fevereiro, Lucila Bettina Cruz foi presa de modo arbitrário em Santa María Xadani, estado de Oaxaca, quando saía de uma reunião com membros da Comissão Federal de Eletricidade. Ela fora acusada de cárcere ilegal de funcionário público; porém, posteriormente, foi libertada mediante o pagamento de fiança. Ela havia participado dos protestos pacíficos de povos indígenas locais cujas terras foram prejudicadas pela construção de um parque eólico.

Direitos dos povos indígenas

Povos indígenas de diferentes regiões do país continuaram sendo amplamente excluídos e discriminados, com acesso limitado a muitos serviços essenciais. Com frequência, foram privados do direito ao consentimento livre, prévio e informado sobre obras e projetos de desenvolvimento que afetavam suas terras tradicionais. O sistema de justiça criminal rotineiramente negava aos índios garantias de julgamentos justos e reparações efetivas.

Uma área em que houve progresso foi na revisão de casos emblemáticos pela Suprema Corte de Justiça da Nação (SCJN).

■ Em outubro, a SCJN revogou a condenação e determinou a libertação de Hugo Sánchez Ramírez, um jovem indígena motorista de táxi do estado do México, que havia sido preso erroneamente por um sequestro ocorrido em 2007, depois que policiais e promotores estaduais forjaram provas contra ele.

■ Em novembro, a SCJN anulou as condenações de José Ramón Aniceto Gómez e Pascual Agustín Cruz e ordenou sua libertação. Os dois defensores dos direitos humanos e prisioneiros de consciência indígenas da localidade de Alta, no estado de Guerrero, haviam sido

falsamente acusados de roubar um carro em 2009, tendo sido privados de um julgamento justo. Eles foram condenados em julho de 2010 por acusações criminais forjadas, em represália a sua atuação em favor da ampliação do acesso à água em sua comunidade.

■ Alberto Patishtan, um índio condenado por matar sete policiais no estado de Chiapas em 2000, permaneceu preso enquanto aguardava o resultado de uma petição judicial à SCJN contra sua condenação. A Anistia Internacional manifestou preocupação junto à corte de que ele havia sido privado de um julgamento justo e condenado de modo incerto.

■ Os índios Wixárika prosseguiram com sua campanha para acabar com as licenças de exploração de minérios em seus locais sagrados de peregrinação em Wirikuta, no estado de San Luis Potos. O governo prometeu criar um parque biológico para proteção da biodiversidade em uma parte da terra; porém, no fim do ano, os Wixárika ainda não haviam sido consultados adequadamente sobre o projeto.

Discriminação e violência contra a mulher

A violência contra mulheres e meninas, como espancamentos, estupros, sequestros e assassinatos, foi amplamente praticada em muitos estados. As leis de prevenção e punição da violência não foram aplicadas de modo efetivo, e o treinamento dos agentes da lei sobre como lidar com crimes de gênero não foi supervisionado adequadamente para garantir que as leis fossem cumpridas. Apesar da promessa de aprimorar as investigações sobre violência de gênero, novos protocolos de investigação policial não foram adotados durante o ano, e os perpetradores geralmente se evadiam da Justiça. Ordens de proteção permaneceram inoperantes em muitos estados, enquanto as vítimas continuaram recebendo ameaças. As políticas governamentais de segurança pública e os altos índices de violência criminal teriam levado algumas autoridades a dedicar menos atenção à violência baseada em gênero. Alguns estados introduziram o crime de "feminicídio" (assassinato de mulheres por causa de seu gênero); porém, grande parte das legislações estaduais continuou incompatível com as obrigações internacionais de direitos humanos do país.

■ Nos primeiros três meses de 2012, pelo menos 13 corpos de jovens e meninas foram descobertos no distrito de Valle de Juárez, na periferia de Ciudad

Juárez. Sete corpos teriam sido identificados como sendo de meninas entre 15 e 17 anos que foram raptadas na área central de Ciudad Juárez.

Competência militar

Em agosto, a SCJN revisou uma série de casos com o fim de estabelecer os limites do sistema de justiça militar. As revisões aconteceram após quatro sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos serem proferidas sobre essa questão, e após reformas constitucionais no campo dos direitos humanos, em junho de 2011, determinarem a obrigatoriedade da aplicação dos tratados internacionais de direitos humanos. A SCJN decidiu que casos nos quais militares sejam implicados em crimes comuns, como violações de direitos humanos, não relacionados especificamente à disciplina militar, devem ser de competência do sistema de justiça civil federal. No caso de Bonfilio Rubio Villegas, um professor indígena morto pelo exército durante um bloqueio de estrada no estado de Guerrero em 2009, a Corte determinou que os parentes tinham direito de contestar a competência militar sobre o caso. No fim do ano, a Corte ainda não havia criado a jurisprudência necessária para reger as decisões dos tribunais de primeira instância em casos similares, fazendo que persistisse a incerteza sobre a aplicação da competência militar.

Em abril, foram obstruídas as propostas de reforma do Código de Justiça Militar voltadas a excluir as violações de direitos humanos. No fim do ano, o novo Congresso não havia adotado as propostas legislativas para adaptar o Código às sentenças da Corte Interamericana ou da SCJN. O governo federal não instruiu os promotores a certificarem-se de que todas as investigações preliminares fossem conduzidas somente por autoridades civis.

Visitas/relatórios da AI

🚗 Representantes da Anistia Internacional visitaram o México em março e novembro.

📄 México: Documentation of the case of José Ramón Aniceto Gómez and Pascual Agustín Cruz – prisoners of conscience (AMR 41/035/2012)

📄 México: Carta abierta a la y los candidatos a la Presidencia de la República (AMR 41/038/2012)

📄 México: Briefing to the UN Committee on the Elimination of Discrimination against Women (AMR 41/041/2012)

📄 Known abusers, but victims ignored: Torture and ill-treatment in Mexico (AMR 41/063/2012)

MIANMAR

REPÚBLICA DA UNIÃO DE MIANMAR

Chefe de Estado e de governo:

Thein Sein

Em meio a reformas políticas, jurídicas e econômicas, as autoridades libertaram centenas de prisioneiros de consciência; porém, muitos permaneceram encarcerados. As forças de segurança e outros agentes do Estado continuaram a cometer violações de direitos humanos, tais como homicídios ilegais, uso de força excessiva, prisões arbitrárias, tortura e outros maus-tratos, confisco ou destruição ilegal de propriedades e fontes de subsistência. Persistiu a impunidade por crimes cometidos no passado, inclusive por crimes contra a humanidade.

Informações gerais

Em abril, Mianmar realizou eleições parciais, que os observadores internacionais consideraram basicamente livres e pacíficas. O partido opositor, a Liga Nacional pela Democracia (LND), conquistou 43 das 44 cadeiras que disputava e teve permissão de ocupá-las no Parlamento. Em agosto, a ex-prisioneira de consciência Daw Aung San Suu Kyi foi designada presidente do recém-criado Comitê Parlamentar para o Estado de Direito e a Tranquilidade. Em setembro, a Comissão Nacional de Direitos Humanos de Mianmar foi aceita como membro do Fórum das Instituições Nacionais de Direitos Humanos do Sudeste Asiático e, em novembro, foi admitida como membro associado do Fórum da Ásia e do Pacífico, embora persistissem os temores sobre sua capacidade de atuar como observadora de direitos humanos independente.

Em novembro, Mianmar adotou a Declaração de Direitos Humanos da ASEAN, apesar das fortes preocupações de que esse instrumento não satisfizesse as normas internacionais. Também em novembro, o presidente Thein Sein autorizou o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) a retomar as visitas a estabelecimentos prisionais e anunciou que o governo planejava elaborar um mecanismo intergovernamental para rever os casos de prisioneiros.

A União Europeia, a Austrália, o Canadá, a Suíça e

os Estados Unidos suspenderam a maior parte das sanções contra Mianmar no primeiro semestre. No entanto, o embargo de armas foi mantido.

Conflito armado interno

O governo assinou acordos iniciais de paz ou de cessar-fogo com os braços políticos de cerca de oito grupos de oposição de minorias étnicas, como o Partido de Libertação Arakan, a União Nacional Karen, o Exército do Estado de Shan-Norte e o Exército do Estado de Shan-Sul. Entretanto, confrontos ocasionais continuaram sendo relatados no leste de Mianmar. O conflito armado no estado de Kachin e no norte do estado de Shan intensificou-se no fim do ano, com as forças armadas usando ataques aéreos para atingir postos avançados do Exército de Independência de Kachin (EIK). O atual conflito teve início depois que o exército de Mianmar rompeu seu cessar-fogo com o EIK em junho de 2011. Tentativas de diálogo entre o governo e o EIK durante o ano não tiveram resultados positivos. Um Plano de Ação da OIT sobre recrutamento de menores e um Plano de Ação Conjunto sobre crianças em conflitos armados, com base na Resolução 1612 do Conselho de Segurança da ONU, foram assinados em junho. Em setembro, as autoridades fizeram uma libertação pública de 42 crianças-soldados.

Os camponeses das áreas sob conflito armado, principalmente em Kachin e no norte de Shan, continuaram sendo submetidos a uma série de abusos de direitos humanos, tais como prisões arbitrárias, homicídios ilegais, violência sexual, tortura, desaparecimentos forçados e destruição de fontes de subsistência.

■ Em janeiro, os advogados que representavam a família de Sumlut Roi Ja, uma mulher kachin desaparecida, entraram com uma ação judicial na Suprema Corte em Nay Pyi Taw. Sumlut Roi Ja teria desaparecido depois de ter sido detida pelas forças armadas em outubro de 2011. Seu marido, que afirma ter presenciado seu sequestro, foi proibido de prestar depoimento. Em março, a Suprema Corte indeferiu o caso alegando falta de provas.

■ Em junho, o exército prendeu quatro homens kachins tratadores de gado, por suspeita de ligações com a Organização pela Independência de Kachin (OIK) e o EIK. Há relatos confiáveis de que os homens foram torturados.

■ Em 1º de julho, soldados prenderam 27 camponeses kachins por sua suposta ligação com o EIK. A maior parte deles foi solta em seguida, mas Galau Bawm Yaw continuou preso. Em 22 de julho, seu corpo teria sido encontrado com sinais de tortura.

Pessoas desalojadas dentro do país

O número de pessoas desalojadas em consequência do permanente conflito no estado de Kachin chegou a mais de 75 mil no fim do ano. Muitas estavam vivendo em acampamentos improvisados em áreas controladas pelo EIK próximo à fronteira da China, onde sofriam com a falta de acesso a alimentos, cuidados médicos e saneamento. As organizações humanitárias não conseguiam manter os trabalhos de assistência nas áreas controladas pelo EIK e pela OIK devido às restrições impostas pelo governo.

Mais de 400 mil pessoas permaneceram desalojadas no leste de Mianmar. Outros 115 mil muçulmanos rohingyas e de outras etnias permaneceram desalojados no estado de Arracão, devido aos abusos e à violência entre as comunidades. As agências humanitárias tiveram dificuldade para prestar assistência às pessoas que não estavam em campos para desalojados oficiais, sobretudo no fim de outubro e começo de novembro. Os campos estavam superlotados e eram insalubres.

Violência entre comunidades

No início de junho, confrontos violentos eclodiram entre a comunidade arracanesa budista e a comunidade muçulmana rohingya e outras comunidades muçulmanas. Os confrontos ocorreram após o suposto estupro e assassinato de uma mulher arracanesa budista por três homens muçulmanos, em 28 de maio, no estado de Arracão, e o subsequente assassinato de 10 homens muçulmanos em um ataque de retaliação. No dia 10 de junho, o Presidente declarou estado de emergência. Episódios esporádicos de violência prosseguiram em julho e agosto. Entre os dias 21 e 30 de outubro, houve uma nova explosão de violência intercomunitária quando outras comunidades muçulmanas, como a comunidade de etnia kaman, também foram afetadas. Os números oficiais indicaram pelo menos 160 pessoas mortas, mas a quantidade verdadeira pode ter sido muito maior.

Uma comissão designada pelo governo foi criada em 17 de agosto para investigar o que causou a

violência no estado de Arração. A comissão era formada por diversas partes interessadas, inclusive ex-presos políticos e seis representantes muçulmanos, mas não tinha representante da comunidade rohingya. Em novembro, dois representantes muçulmanos foram dispensados de sua função. No fim do ano, a comissão ainda não havia divulgado seu relatório final.

Disputas por terra

Durante o ano, ocorreram protestos contra remoções e apropriações de terras. Um comitê parlamentar foi criado para investigar disputas por terras. Esse comitê teria examinado centenas de casos no último trimestre do ano – dentre aproximadamente quatro mil denúncias de confisco de terras recebidas –, devendo apresentar suas conclusões ao Parlamento no início de 2013.

■ Na madrugada de 29 de novembro, a polícia dispersou à força manifestantes pacíficos que estavam acampados na mina de cobre de Letpadaung, na cidade de Monywa, divisão de Sagaing, ferindo gravemente alguns dos manifestantes, inclusive alguns monges. Os manifestantes protestavam contra a expansão da mina, associada ao confisco de terras, e contra o impacto ambiental que já teria sido causado pela mina. Em dezembro, Daw Aung San Suu Kyi foi designada para presidir uma comissão que investigaria a expansão da mina e a repressão aos manifestantes. A Lei de Terras Cultiváveis e a Lei de Gestão de Terras Virgens, Ociosas e Não Cultivadas, ambas promulgadas em 2012, não previam proteções adequadas aos agricultores que tinham suas terras requisitadas pelas autoridades.

Em março, a Lei de Administração das Áreas Distritais ou de Vilarejos recebeu emendas que criminalizaram o trabalho forçado. Em julho, o governo aprovou um plano de ação para acabar com todas as formas de trabalho forçado até 2015. Não obstante, essa prática seguia ocorrendo, principalmente nas áreas habitadas por minorias étnicas.

Liberdade de reunião

Em julho, o governo promulgou a Lei de Reuniões e Passeatas Pacíficas de 2011. A lei requeria que os manifestantes solicitassem permissão para realizar protestos com pelo menos cinco dias de antecedência e estipulava que: "A solicitação não

deveria ser negada a menos que atentasse contra a segurança do Estado, o Estado de direito, a tranquilidade pública e as atuais leis de proteção à população".

Algumas das pessoas que organizaram ou participaram de manifestações pacíficas sem autorização foram processadas com base no artigo 18 da lei. Essas pessoas estavam sujeitas a até um ano de prisão por cada distrito percorrido sem autorização.

■ Várias pessoas foram processadas com base na Lei de Reuniões e Passeatas Pacíficas por organizarem, em setembro, uma marcha pacífica sem autorização. A passeata percorreu diversos distritos, e os manifestantes foram processados em cada distrito que cruzaram.

■ Em dezembro, pelo menos seis ativistas foram processados com base no artigo 18 da Lei de Reuniões e Passeatas Pacíficas por realizarem uma manifestação sem autorização, no dia 1º de dezembro, em Yangun. Eles protestavam pela violenta repressão ocorrida em novembro contra os manifestantes da mina de Monywa, na região de Sagaing.

Liberdade de expressão

Em 20 de agosto, o Ministério da Informação anunciou o fim de todos os procedimentos de censura prévia e, no mesmo dia, emitiu uma série de rigorosas diretrizes para a publicação de conteúdos que proibiam, entre outras coisas, fazer críticas negativas às polícias estaduais. O Ministério ainda exigia que artigos fossem submetidos à Divisão de Registros e Escrutínio da Imprensa após sua publicação.

No começo de agosto, o governo criou o Conselho Central de Imprensa de Mianmar, que atuaria como órgão provisório para monitorar e resolver assuntos relativos aos meios de comunicação, até que uma nova lei de mídia fosse promulgada. Os jornalistas opuseram-se fortemente à falta de independência, à composição e à autoridade do Conselho. Em meados de setembro, foi criado um novo Conselho de Imprensa provisório, sendo mais da metade de seus membros jornalistas.

Prisões e detenções arbitrárias

Centenas de pessoas, inclusive crianças, foram detidas de modo arbitrário, mantidas incomunicáveis e submetidas a tratamentos cruéis, desumanos e

degradantes em locais de detenção sem acesso a cuidados médicos adequados. Continuou a haver denúncias de tortura e outros maus-tratos, às vezes levando à morte em custódia.

■ O prisioneiro de consciência Tun Aung, médico e presidente do Conselho Islâmico de Assuntos Religiosos de Maungdaw no estado de Arragão, permaneceu encarcerado. No dia 11 de junho, ele foi preso por provocar rebeliões comunitárias em Maungdaw, sendo sentenciado, no segundo semestre, a 11 anos de prisão. Acredita-se que ele tenha sido processado por sua função como líder comunitário muçulmano em Maungdaw.

■ Myo Myint Swe morreu em uma delegacia de polícia de Yangun, no mês de julho, depois de ter sido acusado de participação em um assassinato. Seu corpo apresentava sinais de tortura.

Anistias de prisioneiros

As autoridades libertaram mais de 8.500 presos, inclusive centenas de prisioneiros de consciência. A maioria foi posta em liberdade condicional com base no artigo 401 do Código de Processo Penal, que, caso infringido, poderia levar novamente à prisão para cumprimento do restante da sentença.

Pena de morte

No começo de janeiro, o Presidente comutou para prisão perpétua as sentenças de morte de todos os presos que aguardavam execução. Entretanto, pelo menos 17 indivíduos foram sentenciados à pena de morte durante o ano.

Impunidade

A Comissão Nacional de Direitos Humanos não estava autorizada a receber ou investigar denúncias de violações de direitos humanos que tivessem acontecido antes de sua criação em 5 de setembro de 2011. Não existia um mecanismo abrangente e independente para investigar possíveis crimes de guerra e crimes contra a humanidade, o que deixava as vítimas e seus familiares sem acesso adequado a medidas que lhes possibilitassem obter a verdade, justiça e reparação. Muitas das pessoas envolvidas em graves violações dos direitos humanos não haviam sido levadas à Justiça.

Visitas/relatórios da AI

🗉 Representantes da Anistia Internacional visitaram Mianmar em maio, novembro e dezembro.

📄 Revisiting human rights in Myanmar (ASA 16/003/2012)

📄 Myanmar: Meet immediate humanitarian needs and address systemic discrimination (ASA 16/008/2012)

📄 Myanmar: Open letter to the Minister of Home Affairs (ASA 16/016/2012)

MOÇAMBIQUE

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Chefe de Estado:

Armando Emílio Guebuza

Chefe de governo:

Alberto Vaquina (sucedeu

Aires Bonifácio Baptista Ali em outubro)

A polícia submeteu pessoas a prisões e detenções arbitrárias, bem como a períodos prolongados de detenção sem julgamento. Registrou-se o uso excessivo da força pela polícia. As péssimas condições prisionais provocaram rebeliões.

Informações gerais

No dia 8 de março, uma troca de tiros entre a polícia da cidade de Nampula e cerca de 300 integrantes do partido oposicionista Renamo (Resistência Nacional Moçambicana) resultou na morte de um policial e de um membro da Renamo, bem como em diversas pessoas feridas, tanto da polícia quanto da Renamo. A polícia invadiu a sede do partido, onde as pessoas estavam acampadas desde dezembro de 2011 aparentemente aguardando ordens do presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, para realizar um protesto contra o governo. Ao fim de outubro, Afonso Dhlakama transferiu-se com aproximadamente 800 homens para uma antiga base da Renamo em Gorongosa, na província de Sofala, ameaçando voltar à guerra se o governo não concordasse em reunir-se com eles. Em novembro, uma comissão governamental foi criada com o propósito de iniciar um diálogo com a Renamo. Em dezembro, quatro membros da Renamo foram condenados e sentenciados a nove meses e 11 dias de prisão por envolvimento com o tiroteio de março. Eles foram libertados imediatamente, uma vez que já haviam

passado esse tempo em detenção provisória.

No dia 11 de maio, o Parlamento elegeu o ex-ministro da Justiça José Abudo como o primeiro Ouvidor da Justiça. Em 5 de setembro, foram empossados os 11 integrantes da nova Comissão Nacional de Direitos Humanos.

Ainda em setembro, o Presidente Guebuza foi reeleito presidente da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) no 10º congresso do partido.

Forças policiais e de segurança

Entre fevereiro e novembro, mais de 20 empresários asiáticos e membros de suas famílias foram sequestrados na capital, Maputo, em troca de resgate. A comunidade de empresários asiáticos afirmou que a polícia estava envolvida nos sequestros. Em setembro, indivíduos suspeitos de participação nos crimes foram presos e libertados, aparentemente por falta de provas. Outros suspeitos foram presos em novembro. Até o fim do ano, não havia mais informações disponíveis.

Em abril, o comandante geral da Polícia da República de Moçambique (PRM) desafiou uma decisão judicial quando teria afirmado que não se submeteria a uma decisão do Judiciário com relação à disciplina policial.

■ Em março, cinco policiais de Nacala, na província de Nampula, entre eles o comandante da polícia de Nacala, foram presos por envolvimento em uma suposta armazenagem ilegal de armas. Um juiz ordenou que eles fossem libertados condicionalmente até a conclusão das investigações; porém, eles foram novamente presos e detidos pela polícia para, depois, mais uma vez, serem soltos após a intervenção de advogados. O comandante-geral da PRM afirmou que a polícia estava agindo de acordo com o Regulamento Disciplinar da Polícia de 1987, e que ele não se submeteria à decisão da corte. Em setembro, o Tribunal Constitucional determinou que a cláusula do Regulamento na qual o comandante se baseara já havia sido revogada.

Prisões e detenções arbitrárias

A polícia efetuou prisões e detenções arbitrárias, muitas por motivos políticos. Alguns dos detidos foram libertados sem acusações. Ao que parece, nenhum deles recebeu qualquer indenização compensatória, nem os policiais foram responsabilizados criminalmente.

■ A polícia prendeu integrantes do Fórum dos Desmobilizados de Guerra, entre os quais seu porta-voz, Jossias Alfredo Matsena, que foi preso em três ocasiões distintas. No dia 10 de janeiro, ele foi preso e libertado sem acusações após algumas horas. No dia 19 de janeiro, ele foi preso novamente, sendo acusado de fraude e de ameaçar um representante distrital da Frelimo. Em março, ele foi julgado e absolvido da acusação de fraude; as acusações referentes à ameaça foram descartadas em junho. No dia 14 de fevereiro, ele foi preso, sem o devido mandado, quando se dirigia ao escritório da Liga Moçambicana dos Direitos Humanos. Ele foi mantido por algumas horas na Delegacia de Polícia de Machava, na província de Maputo, e depois transferido para a 1ª Delegacia de Polícia de Inhambane, onde permaneceu por dois dias antes de ser transferido para a penitenciária de segurança máxima de Inhambane. O porta-voz foi acusado de ocultar armamentos e de incitar a violência, tendo sido detido por quatro meses antes de ser solto para aguardar o julgamento em liberdade.

■ No dia 18 de abril, 38 integrantes do Movimento Democrático de Moçambique (MDM) foram presos durante as eleições parciais para prefeito na província de Inhambane. Inicialmente, eles foram libertados sem acusação; porém, em agosto, foram acusados de fazer campanha ilegalmente nas seções de votação. Os detidos disseram que estavam distribuindo água e alimentos para os apoiadores do MDM que monitoravam as seções. No dia 5 de outubro, eles foram condenados por supostos delitos eleitorais, sendo sentenciados a dois meses de prisão, sem possibilidade de fiança. Sete deles foram julgados à revelia.

Uso excessivo da força e homicídios ilegais

Em julho, o Tribunal Administrativo de Maputo ordenou que o Estado pagasse 500 mil meticais (cerca de 17 mil dólares) em indenização à mãe de um menino de 11 anos morto por uma bala perdida disparada pela polícia durante um protesto violento ocorrido em Maputo em setembro de 2010. Nenhum policial foi responsabilizado pelo incidente. No decorrer do ano, aconteceram novos casos de uso excessiva da força pela polícia.

■ Em julho, na cidade de Nampula, a polícia matou a tiros um jovem de 19 anos conhecido como António. Ele e um amigo teriam batido com o carro em uma

viatura policial que estava estacionada diante da 2ª Delegacia de Polícia de Nampula, não parando após a colisão. A polícia saiu em perseguição aos dois jovens e atirou contra eles, atingindo António, que veio a falecer. Em novembro, autoridades policiais disseram aos representantes da Anistia Internacional que uma investigação sobre o caso estava sendo realizada. No fim do ano, não havia novas informações disponíveis.

■ Em agosto, o comandante distrital da polícia da Ilha de Moçambique, na província de Nampula, espancou uma mulher grávida, que precisou ser hospitalizada. Autoridades policiais disseram que o comandante havia agredido a mulher por sua própria conta durante uma desavença privada. Elas afirmaram que um procedimento disciplinar havia sido instaurado, e que uma investigação estava sendo conduzida. No fim do ano, não havia novas informações disponíveis.

Detenção sem julgamento

Em pelo menos três prisões de Maputo e duas de Nampula, centenas de pessoas encontravam-se detidas sem julgamento por tempo superior do que o permitido por lei – algumas até mesmo sem acusações. Por todo o país, milhares de pessoas permaneceram detidas em condições semelhantes.

■ Em 16 de fevereiro, uma delegação conjunta da Anistia Internacional e da Liga Moçambicana dos Direitos Humanos encontrou José Capitine Cossa (também conhecido como Zeca Capetinho Cossa) detido sem acusação nem julgamento na Penitenciária de Segurança Máxima de Machava. Ele estava encarcerado havia mais de 12 anos; as autoridades alegaram não saber o motivo. Em setembro, o procurador-geral informou à Anistia Internacional que José Capitine Cossa havia sido libertado no dia 4 de setembro, que sua detenção fora ilegal e que uma investigação estava sendo conduzida. No fim do ano, ninguém havia sido responsabilizado, e José não havia recebido indenização por ter sido preso e detido ilegalmente.

Condições prisionais

Os internos do Presídio Central de Nampula e do Presídio Central de Beira rebelaram-se em março e setembro, respectivamente, por causa da superlotação e da precariedade das refeições e das condições de saúde. A Força de Intervenção Rápida usou força excessiva durante a rebelião no Presídio Central de Nampula, fato condenado pelo ministro da

Justiça. A situação no presídio era brutal, com superlotação extrema, condições insalubres, alimentação nutricionalmente inadequada e instalações médicas impróprias. Condições similares foram verificadas em outras prisões.

Visitas/relatórios da AI

🚗 Representantes da Anistia Internacional visitaram Moçambique em fevereiro e novembro.

📄 Locking up my rights: arbitrary arrest, detention and treatment of detainees in Mozambique (AFR 41/001/2012)

PALESTINA

AUTORIDADE PALESTINA

Chefe da Autoridade Palestina:

Mahmoud Abbas

Chefe do governo:

Salam Fayyad

Prosseguiram as prisões e detenções arbitrárias, tanto pela Autoridade Palestina (AP) na Cisjordânia, quanto pela administração *de facto* do Hamas na Faixa de Gaza, principalmente de seus respectivos adversários políticos. Em ambas as áreas, as forças de segurança torturaram ou infligiram maus-tratos aos detentos com impunidade. Quatro detentos morreram sob custódia em circunstâncias suspeitas; dois em Gaza e dois na Cisjordânia. Em Gaza, grupos armados palestinos continuaram a cometer crimes de guerra ao atirar foguetes contra Israel de modo indiscriminado, sobretudo nos oito dias de conflito armado com Israel no mês de novembro. Durante o conflito, o braço armado do Hamas executou sumariamente sete homens acusados de "colaborar" com Israel. Tanto a AP quanto o Hamas restringiram arbitrariamente os direitos à liberdade de expressão, de reunião e de associação, e suas forças de segurança usaram força excessiva contra manifestantes. Em ambas as áreas, as mulheres continuaram sofrendo violências e discriminações; pelo menos seis mulheres teriam sido assassinadas em nome da "honra". Em Gaza, pelo menos cinco pessoas foram sentenciadas à morte e seis foram executadas. Na Cisjordânia, um homem foi sentenciado à morte e não ocorreram execuções. Os 1,6 milhão de pessoas que vivem na Faixa de Gaza

continuaram a enfrentar uma situação de grave penúria devido ao contínuo bloqueio militar de Israel e às sanções impostas ao Hamas por outros Estados. Contudo, em comparação com anos anteriores, tais condições amenizaram.

Informações gerais

Em 29 de novembro, a Assembleia Geral da ONU reconheceu a Palestina como Estado observador não membro. A Cisjordânia, inclusive Jerusalém Oriental, e a Faixa de Gaza permaneceram sob ocupação israelense, com duas autoridades palestinas distintas operando com poderes limitados – o governo da AP comandado pelo Fatah na Cisjordânia e a administração *de facto* do Hamas em Gaza.

Prosseguiram as iniciativas de reconciliação entre o Fatah e o Hamas para formar um governo palestino unificado, com mediação do Egito e do Qatar.

Em outubro, a AP realizou eleições locais na Cisjordânia, mas os partidos ligados ao Hamas e ao Jihad Islâmica não participaram; as autoridades do Hamas em Gaza impediram o registro de eleitores naquela área. O Judiciário na Cisjordânia suspendeu brevemente seu trabalho em outubro para protestar contra uma suposta interferência do governo.

Israel manteve seu bloqueio à Faixa de Gaza, que vigora desde 2007, controlando suas fronteiras terrestres e marítimas, além do espaço aéreo. Embora mais pessoas tenham conseguido atravessar a passagem de Rafah, entre Gaza e o Egito, do que em anos anteriores, o bloqueio continuou a afetar severamente a vida dos civis, inclusive das crianças, dos idosos e dos doentes. Aproximadamente 20 palestinos morreram em acidentes ao atravessarem os túneis usados para contrabandear mercadorias entre o Egito e Gaza.

Na Cisjordânia, Israel manteve amplas restrições à circulação dos palestinos e continuou a construir e a expandir os assentamentos israelenses em terras palestinas, violando o direito internacional.

Regularmente, no decorrer de todo o ano e durante a ofensiva militar de oito dias em novembro, as forças israelenses realizaram ataques aéreos e de artilharia contra a Faixa de Gaza, matando muitos civis e destruindo casas e outros imóveis civis. Grupos armados palestinos periodicamente lançaram foguetes de Gaza contra Israel de modo indiscriminado, tendo disparado mais de 1.500 foguetes durante o conflito de novembro.

Abusos cometidos por grupos armados

Tanto antes quanto durante o conflito de novembro, grupos armados palestinos ligados ao Hamas, ao Fatah, ao Jihad Islâmica, à Frente Popular para a Libertação da Palestina e a outros grupos salafistas associados cometeram crimes de guerra ao dispararem foguetes e morteiros contra Israel de modo indiscriminado. Algumas dessas peças não chegaram até Israel e caíram em Gaza, matando pelo menos dois palestinos. Outras atingiram casas e edifícios em Israel, matando quatro civis israelenses – no confronto de novembro –, bem como ferindo muitas pessoas e danificando imóveis civis. As autoridades do Hamas não fizeram que os responsáveis prestassem contas dessas ações.

■ A menina Hadeel Ahmad Haddad, de dois anos, foi morta, e seu primo, de oito anos, foi gravemente ferido quando um foguete disparado por um grupo armado palestino atingiu sua casa no bairro Zeitoun, na cidade de Gaza, em 19 de junho.

■ Em 15 de novembro, três civis israelenses, Mirah Scharf, Itzik Amsalem e Aharon Smadja, foram mortos, e outros civis ficaram feridos quando um foguete lançado de modo indiscriminado por um grupo armado palestino em Gaza atingiu sua casa em Kiryat Malachi.

Prisões e detenções arbitrárias

Na Cisjordânia, as forças de segurança da AP prenderam e detiveram arbitrariamente centenas de pessoas, inclusive membros do Fatah; a maioria foi privada do devido processo legal. Quando o Presidente Abbas visitou a ONU em setembro, centenas de apoiadores do Hamas foram detidos, a maior parte por até dois dias. Em Gaza, as forças de segurança do Hamas prenderam e detiveram arbitrariamente centenas de pessoas suspeitas de apoiar o Fatah, geralmente sem que elas pudessem ter acesso a advogado. Detentos costumavam ser espancados ou submetidos a maus-tratos impunemente, tanto pelas forças de segurança da AP quanto do Hamas.

A Comissão Independente de Direitos Humanos (CIDH), um órgão de monitoramento criado pela AP, afirmou ter recebido denúncias de mais de 685 prisões arbitrárias na Cisjordânia e de mais de 470 na Faixa de Gaza em 2012.

Condições prisionais

Na Cisjordânia, a AP negou o acesso da CIDH a centros de detenção administrados pela Segurança Preventiva, enquanto os internos entravam em greve de fome para protestar contra as péssimas condições dos locais e contra sua contínua detenção apesar das ordens judiciais para que fossem libertados. Em Gaza, o Hamas permitiu que a CIDH retomasse as visitas aos centros de detenção administrados pela Segurança Interna em outubro. Foi a primeira vez que isso ocorreu em cinco anos.

Tortura e outros maus-tratos

Detentos foram torturados ou maltratados com impunidade, sobretudo pelo Departamento de Investigação Criminal da Polícia e pela Segurança Preventiva na Cisjordânia, bem como pela Polícia e pela Segurança Interna em Gaza. A CIDH informou ter recebido 142 denúncias de tortura ou de maus-tratos na Cisjordânia e 129 em Gaza. Os métodos usados incluíam espancamentos, suspensão pelos punhos ou tornozelos e imposição de posições dolorosas, em pé ou sentadas, por períodos prolongados.

■ Mohammad Said al Zaqzouq morreu em circunstâncias suspeitas em Gaza, no mês de outubro, quando estava detido na delegacia de polícia de Khan Younes. Anunciou-se a abertura de uma investigação, mas nenhum resultado foi divulgado até o fim do ano.

■ Tareq Khriesheh afirma ter sido forçado a ficar em pé por mais de oito horas com uma mão amarrada à parede, sendo espancado enquanto era interrogado por agentes do Departamento de Investigações Criminais em Ramallah em janeiro.

Sistema de justiça

As forças de segurança da AP continuaram a deter pessoas sem acusação ou julgamento por períodos prolongados, bem como a atrasar ou a não cumprir ordens judiciais de libertação. Os tribunais militares da AP continuaram a julgar civis cujos processos foram iniciados antes de uma decisão de janeiro de 2011 determinando que civis não fossem mais encaminhados a tribunais militares. Em Gaza, o Hamas manteve pessoas detidas sem acusação ou julgamento, tendo processado civis em tribunais militares.

Tanto na Cisjordânia quanto em Gaza, promotores civis e militares não agiram com imparcialidade nem

impediram a polícia e os serviços de segurança de prender pessoas sem o devido mandado, de cometer abusos contra as pessoas e de mover ações judiciais contra elas por motivos políticos.

■ Embora um tribunal tenha ordenado a libertação de Abd al Fatah al Hassan em 2010, ele continuou detido pela Segurança Preventiva em Ramallah durante todo o ano de 2012. Em setembro de 2009, ele fora sentenciado por um tribunal militar a 12 anos de prisão. Em outubro, o Tribunal Constitucional palestino recusou-se a julgar um recurso impetrado por seu advogado requerendo sua libertação.

■ Ismail Abd al Rahman foi levado de sua casa, na cidade de Gaza, em setembro, por agentes da Segurança Interna, tendo sido detido sem acusação nem julgamento e sendo privado de acesso a um advogado. Ele foi libertado em dezembro.

Liberdade de expressão, de associação e de reunião

Tanto a AP quanto o Hamas impuseram rigorosas restrições às liberdades de expressão, de associação e de reunião, hostilizando e processando jornalistas, blogueiros e outros críticos. Tanto na Cisjordânia quanto na Faixa de Gaza, as forças de segurança usaram força excessiva contra manifestantes, muitos dos quais foram presos e detidos arbitrariamente.

■ O jornalista Mohammad Qunayta foi detido e submetido a maus-tratos depois de preso por agentes da Segurança Interna em sua residência, em Gaza, no mês de junho. Em agosto, ele foi libertado mediante o pagamento de fiança.

■ Policiais da AP, em uniforme e à paisana, usaram força excessiva contra manifestantes e jornalistas em Ramallah nos dias 30 de junho e 1º de julho. Dezenas de manifestantes ficaram feridos e outros foram detidos.

■ O jornalista Mohammad Jaradat foi torturado sob detenção da polícia; ele foi segurado e espancado por todo o corpo com um cassetete.

■ As autoridades do Hamas impediram mulheres de participar de uma manifestação em Gaza, no mês de outubro, a favor da unidade palestina. Cinco mulheres foram brevemente detidas.

Defensoras e defensores dos direitos humanos

Defensoras e defensores dos direitos humanos foram hostilizados e, em alguns casos, agredidos pelas

autoridades da AP e do Hamas, bem como por seus apoiadores.

■ Mahmoud Abu Rahma, diretor do Centro de Direitos Humanos Al Mezan, foi ferido e esfaqueado em janeiro por agressores não identificados na cidade de Gaza, depois que ele publicou um artigo criticando a administração do Hamas.

Violência contra mulheres e meninas

Mulheres e meninas continuaram a sofrer discriminação na lei e na prática, bem como a sofrer violência baseada em gênero, como homicídios cometidos por parentes homens. Um decreto presidencial suprimiu a defesa da "preservação da honra familiar" como evidência atenuante em casos de homicídio julgados por tribunais da Cisjordânia. Entretanto, a polícia não proporcionou proteção a mulheres que denunciaram violência doméstica e ameaças contra sua vida. Em Gaza, o pretexto da "honra" continuou permitindo que sentenças extremamente brandas – menos de 24 meses de pena – fossem proferidas nos raros casos em que alguém era condenado por esses crimes.

■ Randa al Mahareq, de Samu, na Cisjordânia, passou meses tentando buscar proteção da polícia e de outras autoridades até que seu pai e seu irmão fossem presos, em julho, acusados de espancá-la. Quatro dias depois, eles foram soltos e, em seguida, a mataram, aparentemente por desaprovarem seu divórcio.

■ Uma mulher de 22 anos foi morta a tiros no dia 23 de março no hospital Al Nasser em Khan Younis. Seu tio e seu irmão foram detidos. A polícia afirmou que o crime fora cometido em nome da "honra".

Execuções sumárias

Em novembro, sete homens acusados de "colaborar" com Israel, que estavam em custódia da Segurança Interna na Faixa de Gaza, foram levados por integrantes do braço armado do Hamas e executados sumariamente. As autoridades do Hamas prometeram investigar as mortes; porém, não se sabe de providências que tenham sido tomadas contra os responsáveis.

Impunidade

As autoridades do Hamas não investigaram denúncias de crimes de guerra e de possíveis crimes contra a humanidade cometidos pelas forças do Hamas e por outros grupos armados palestinos em

Gaza durante a operação militar israelense denominada "Chumbo Fundido" em 2008-2009 e durante os oito dias de conflito em novembro de 2012. Nem a AP nem o Hamas investigaram de modo confiável as denúncias de tortura e de outros abusos cometidos por suas forças de segurança, tampouco cobraram responsabilidade dos perpetradores.

Pena de morte

Em Gaza, tribunais militares e penais sentenciaram pelo menos cinco pessoas à pena de morte após condená-las por "colaboracionismo com Israel" ou por outros delitos. Seis pessoas foram executadas. Um homem foi sentenciado à morte na Cisjordânia, onde não foram registradas execuções.

Visitas/relatórios da AI

🇺🇸 A Anistia Internacional visitou a Cisjordânia e Gaza em junho/julho, e Gaza em novembro/dezembro.

🇵🇸 Palestinian Authority: Three men hanged; more facing execution (MDE 21/004/2012)

🇵🇸 Palestinian Authority: Deliver justice for victims of Ramallah police violence (4 July 2012)

PAQUISTÃO

REPÚBLICA ISLÂMICA DO PAQUISTÃO

Chefe de Estado:

Asif Ali Zardari

Chefe de governo:

Raja Pervaiz Ashraf

(sucedeu Yousuf Raza Gilani em junho)

A tentativa de assassinato de uma adolescente ativista de direitos humanos pelo Talibã paquistanês em outubro chamou a atenção para a seriedade dos riscos enfrentados por defensores dos direitos humanos e por jornalistas no país. Minorias religiosas foram perseguidas e atacadas, foram alvo de assassinato seletivo dos grupos armados e foram vítimas da violência incitada por líderes religiosos. As Forças Armadas e grupos armados continuaram a cometer abusos nas áreas tribais e na província do Baluquistão, tais como desaparecimentos forçados, sequestros, torturas e homicídios ilegais. Os tribunais conseguiram fazer que as autoridades levassem à sua

presença várias vítimas de desaparecimentos forçados, mas não conseguiram julgar os perpetradores em julgamentos justos. Em novembro, autoridades militares realizaram a primeira execução no Paquistão desde 2008. Ataques contra trabalhadores da saúde prejudicaram significativamente o acesso à assistência médica nas regiões remotas e dominadas por conflito. O Parlamento aprovou leis que criaram distintas comissões nacionais sobre a condição da mulher e sobre direitos humanos, em fevereiro e março, respectivamente.

Informações gerais

O Paquistão passou por várias crises políticas quando os militares, os tribunais e o governo eleito entraram em conflito sobre uma série de questões, como investigações de corrupção. Em 19 de junho, a Suprema Corte forçou o então primeiro-ministro Gilani a renunciar após considerar que ele havia desacatado a Justiça, evidenciando o crescente poder do Judiciário. No dia 23 de setembro, em uma decisão histórica, a Suprema Corte decidiu que pessoas transgênero devem ter os mesmos direitos sob a Constituição paquistanesa que os demais cidadãos. Centenas de presos foram transferidos entre a Índia e o Paquistão como parte de um acordo mais amplo sobre relações consulares firmado em maio, o que sinalizou uma melhora na relação entre os dois países. Um número não revelado de civis, inclusive crianças, foram mortos ou feridos em consequência de "ataques seletivos" conduzidos por veículos aéreos não tripulados (vants) dos Estados Unidos nas áreas tribais (veja a seção sobre os EUA). No fim do ano, as relações entre o Paquistão e os Estados Unidos, seu principal aliado, haviam melhorado.

Em janeiro, Paquistão iniciou seu mandato de dois anos como membro temporário do Conselho de Segurança da ONU. Diversos peritos de direitos humanos da ONU visitaram o país pela primeira vez em 13 anos: a relatora especial sobre a independência de magistrados e advogados em maio, a alta comissária para os direitos humanos em junho, e o grupo de trabalho sobre desaparecimentos forçados ou involuntários em setembro. Em outubro, a situação dos direitos humanos no Paquistão foi avaliada de acordo com a Revisão Periódica Universal da ONU; os Estados-membros levantaram uma série de questões de direitos humanos, como a reforma das leis de

blasfêmia, os avanços no sentido de abolir a pena de morte e o fim dos desaparecimentos forçados. No dia 12 de novembro, o Paquistão foi eleito, pela terceira vez, para o Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Violações cometidas pelas forças de segurança

As forças de segurança continuaram a agir com impunidade e foram acusadas de cometer violações generalizadas dos direitos humanos, como prisões arbitrárias, desaparecimentos forçados, torturas, mortes sob custódia e execuções extrajudiciais de ativistas políticos, jornalistas e pessoas suspeitas de pertencer a grupos armados. Nas áreas tribais do noroeste, as forças armadas aproveitaram-se de leis novas e antigas para dar cobertura a essas violações e tirá-las do alcance dos tribunais.

■ Depois que um suposto plano para assassinar a advogada de direitos humanos Asma Jahangir foi revelado em junho, as autoridades providenciaram segurança extra para ela. No entanto, pareceram não ser capazes ou não querer investigar as denúncias de que militares "dos mais altos escalões" autorizaram o plano.

Homicídios ilegais

Centenas de homicídios ilegais, como execuções extrajudiciais e mortes em custódia, foram denunciados. Eles eram mais comuns nas áreas tribais do noroeste e nas províncias de Sind e Baluquistão.

■ Várias vezes durante o ano, a Corte Superior de Peshawar ordenou investigações sobre os mais de 100 corpos encontrados abandonados por toda Peshawar, a capital da província de Khyber Pakhtunkhwa (antiga Província da Fronteira Noroeste).

■ Muzaffar Bhutto, líder de um partido étnico sindi, foi encontrado morto no dia 22 de maio, no vilarejo de Bukhari, próximo a Hyderabad, na província de Sind, depois de ele ter sido sequestrado 15 meses antes por homens à paisana acompanhados pela polícia. Segundo informações, seu corpo apresentava marcas de tortura e ferimentos de bala; porém, ninguém foi levado à Justiça para responder por seu sequestro ou sua morte.

Desaparecimentos forçados

A Suprema Corte conseguiu acesso inédito a algumas vítimas de desaparecimentos forçados, como sete sobreviventes dos "11 de Adiala", em fevereiro, e

vários outros do Baluqistão no decorrer do ano. O presidente da Suprema Corte ameaçou ordenar a prisão de agentes da lei por eles não apresentarem uma base legal para as prisões e detenções no Baluquistão, e a Corte Superior de Peshawar continuou a pressionar as autoridades para que forneçam os dados de todos os indivíduos detidos por razões de segurança na região noroeste. Enquanto isso, denúncias de desaparecimentos forçados prosseguiram por todo o país, sobretudo no Baluquistão e nas áreas tribais do noroeste. Nenhum agente de segurança, na ativa ou na reserva, foi levado à Justiça para responder por seu suposto envolvimento nessas e em outras violações. O grupo de trabalho da ONU sobre desaparecimentos forçados ou involuntários fez sua primeira visita ao país em setembro. Porém, importantes autoridades, como o presidente da Comissão de Inquérito sobre Desaparecimentos Forçados, os presidentes da Suprema Corte e da maioria dos tribunais, e representantes do setor de segurança e militares graduados recusaram-se a encontrá-los.

■ O corpo do líder do Partido Republicano Balúqui, Sangat Sana, foi encontrado abandonado nos arredores de Turbat, no Baluqistão, em 13 de fevereiro. Há mais de dois anos, ele foi visto sendo levado por vários homens à paisana quando passou por uma barreira policial na rodovia Quetta-Sind, na altura do passo de Bolan.

Abusos cometidos por grupos armados

O Talibã paquistanês, o Lashkar-e-Jhangvi, o Exército de Libertação do Baluqistão e outros grupos armados atacaram as forças de segurança e os civis, tais como membros de minorias religiosas, trabalhadores humanitários, ativistas e jornalistas. Esses grupos efetuaram ataques indiscriminados com artefatos explosivos improvisados e homens-bomba.

■ O Talibã paquistanês anunciou a proibição de trabalhadores humanitários nas áreas tribais até que os EUA encerrassem seu programa de "homicídios seletivos" naquela área. Em abril, uma enfermeira do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) foi assassinada. Nove trabalhadores humanitários, a maioria mulheres, que faziam vacinação contra a poliomielite, foram mortos em ataques coordenados ocorridos em três dias no mês de dezembro nas cidades de Peshawar, Nowshera e Charsadda, no noroeste, e em Karachi, no sul.

■ O Lashkar-e-Jhangvi assumiu responsabilidade pela execução de pelo menos 14 pessoas durante o ataque a um ônibus que levava peregrinos muçulmanos xiitas de Quetta ao Irã em 28 de junho. O grupo foi responsável por pelo menos oito ataques em todo o Paquistão. Esses ataques mataram 49 pessoas.

■ Um conhecido integrante do Partido Nacional Awami, Ahmed Bilour, e outras oito pessoas foram mortas em um atentado suicida do Talibã paquistanês na cidade de Peshawar, no dia 22 de dezembro, quando deixavam um comício partidário.

Liberdade de expressão

Jornalistas continuaram sob grave ameaça das forças de segurança estatais, dos grupos de oposição armados e de outros grupos, principalmente nas províncias de Sind e Baluqistão e nas áreas tribais do noroeste. Pelo menos oito jornalistas foram mortos durante o ano. Vários jornalistas afirmaram ter sido ameaçados por fazerem reportagens sobre militares, partidos políticos ou grupos armados.

■ O jornalista Mukarram Aatif foi morto a tiros durante as preces noturnas em uma mesquita na cidade de Charsadda em 17 de janeiro. Ele havia se estabelecido na cidade após deixar sua terra natal na agência tribal de Mohmand, onde, devido a suas reportagens, fora ameaçado de morte pelo Talibã paquistanês, que assumiu responsabilidade por matá-lo.

■ No dia 19 de maio, o corpo do correspondente da TV Express News foi encontrado crivado de balas nos arredores de Turbat, no Baluqistão. Ele havia sido sequestrado um dia antes. As autoridades não levaram os responsáveis à Justiça.

■ O conhecido apresentador Hamid Mir escapou de uma tentativa de assassinato em novembro, quando uma bomba colocada embaixo de seu carro não detonou. O Talibã paquistanês assumiu responsabilidade pelo atentado.

O governo por vezes bloqueou alguns sites na internet, como o YouTube e o Facebook, sem explicar os motivos ou por causa de conteúdos considerados ofensivos aos sentimentos religiosos. Tribunais ameaçaram processar criminalmente alguns jornalistas com base em leis de desrespeito à Justiça devido a matérias que criticavam o Judiciário.

Discriminação – minorias religiosas

Ahmadis, hindus e cristãos continuaram correndo perigo de sofrer violências e intimidações devido a

suas crenças religiosas. Aconteceram pelo menos 79 ataques contra muçulmanos xiitas – o maior número de ataques contra grupos religiosos no país. As minorias religiosas foram representadas desproporcionalmente nos incidentes em que alguns indivíduos tentaram invocar as vagamente formuladas leis de blasfêmia do Paquistão.

■ A região de Gilgit-Baltistan, no norte do país, foi marcada por episódios de violência sectária sem precedentes. Choques entre muçulmanos sunitas e xiitas deixaram mais de 70 mortos em abril, e as autoridades não conseguiram levar os responsáveis à Justiça.

■ No dia 4 de julho, uma multidão linchou um morador de rua que estava detido em uma delegacia de polícia e, depois, queimou seu corpo, por ele ter supostamente queimado uma cópia do Corão na cidade de Channigoth, na província do Punjab.

■ No dia 20 de novembro, a Corte Superior de Islamabad absolveu Rimsha Masih, uma menina cristã acusada de blasfêmia em agosto pela polícia. A polícia agiu sob pressão popular porque a menina supostamente teria queimado páginas do Corão. Em setembro, o clérigo que a havia acusado foi então acusado, com base nas mesmas leis, de ter forjado as evidências contra ela. A libertação da garota foi uma ocasião rara de absolvição judicial célere, em que a acusação de blasfêmia contra ela foi criticada publicamente no tribunal.

■ As autoridades permitiram que grupos religiosos impedissem ahmadis de entrar em locais de culto. Em 3 de dezembro, as sepulturas de mais de 100 ahmadis foram vandalizadas em um cemitério de Lahore.

■ O Estado não protegeu a comunidade xiita hazara do Baluquistão contra ataques de grupos armados, apesar da forte presença militar na província, o que resultou em pelo menos 84 mortes durante o ano.

Violência contra mulheres e meninas

Mulheres e meninas, assim como as pessoas que defendiam os direitos delas, sofreram discriminação e violência dentro de casa e em público. Grupos de direitos humanos documentaram milhares de casos de violência contra mulheres e meninas por todo o país, a maioria na província do Punjab, a mais populosa. Foram casos de homicídio, estupro e violência doméstica, entre outros. Porém, é provável que esses casos representem apenas uma fração do total de incidentes, uma vez que as denúncias desse

tipo de abusos são bastante reduzidas.

■ Em maio, anciãos tribais locais teriam ordenado o assassinato de quatro mulheres que, durante uma festa de casamento no distrito de Kohistan, na província de Khyber Pakhtunkhwa, teriam cantado e batido palmas, supostamente na companhia de dois homens. Em junho, a Suprema Corte ordenou uma investigação sobre o incidente e concluiu ser provável que as mulheres ainda estivessem vivas. Contudo, a investigação da Suprema Corte pareceu ter sido demasiado precária.

■ No dia 4 de julho, Fareeda Afridia, uma ativista pelos direitos das mulheres, foi morta a tiros. Os disparos partiram de um carro que passou em frente a sua casa, em Peshawar, quando ela saía para o trabalho na agência tribal de Khyber. Grupos da sociedade civil local afirmaram que ela fora visada por promover os direitos humanos das mulheres. As autoridades não levaram os responsáveis à Justiça.

■ O Talibã paquistanês reivindicou responsabilidade pela tentativa de assassinato da adolescente Malala Yousafzai, de 15 anos, no dia 9 de outubro. O grupo afirmou que continuará tentando matá-la por ela defender o direito de mulheres e meninas à educação. Em resposta, o Presidente promulgou uma nova lei, no dia 20 de dezembro, garantindo o ensino gratuito e compulsório para meninos e meninas entre 5 e 16 anos.

Pena de morte

Mais de 8.300 pessoas permaneceram no corredor da morte, algumas por 20 ou 30 anos, sendo que 242 foram sentenciadas à pena capital durante o ano. Em novembro, autoridades militares executaram Muhammad Hussain por ele ter matado um oficial superior e dois outros no distrito de Okara, na província do Punjab, depois que os pedidos de clemência feitos pelo comandante do exército e pelo Presidente foram rejeitados. Foi a primeira sentença de morte a ser executada no Paquistão desde 2008. O governo distanciou-se da decisão de proceder com a execução, pois foram as autoridades militares que a levaram a cabo. Porém, ativistas temiam que esse ato pudesse ter aberto o caminho para uma retomada das execuções.

Em julho, o governo iniciou um processo de consulta sobre um projeto de lei que previa comutar todas as sentenças de morte em sentenças de prisão perpétua.

Visitas/relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram o Paquistão em fevereiro-março, julho-agosto e dezembro. Consultores da Anistia Internacional mantiveram presença constante no país.

Pakistan: Human rights and justice – the key to lasting security: Amnesty International submission to the UN Universal Periodic Review (ASA 33/003/2012)

Open Letter: Pakistan must resolve the crisis of enforced disappearances (ASA 33/012/2012)

“The hands of cruelty”: Abuses by Armed Forces and Taliban in Pakistan’s tribal areas (ASA 33/019/2012)

PARAGUAI

REPÚBLICA DO PARAGUAI

Chefe de Estado e de governo:

Federico Franco

(sucedeu Fernando Lugo Méndez em junho)

Houve alguns avanços na realização dos direitos dos povos indígenas. Entretanto, comunidades continuaram sendo privadas do acesso a suas terras tradicionais. No decorrer do ano, aconteceram diversos protestos pelo direito à terra. Persistiam as preocupações com a falta de imparcialidade e de independência do Judiciário.

Informações gerais

Em junho, o ex-presidente Fernando Lugo sofreu um processo de impugnação de mandato após os confrontos ocorridos no departamento de Canindeyú, no leste do país, onde 11 *campesinos* e seis policiais foram mortos.

Em outubro, um Órgão Seletor foi criado para designar os integrantes do Mecanismo Nacional para a Prevenção da Tortura. No entanto, até o fim do ano seus integrantes não haviam sido indicados.

Um projeto de lei para prevenir a discriminação ainda tramitava no Congresso no final do ano. A legislação, que incorporaria normas internacionais ao direito interno, vem sendo debatida desde 2007. Havia temores de que o Congresso pudesse tentar excluir a orientação sexual como causa proibida de discriminação.

Em novembro, um projeto de lei para prevenir, erradicar e punir a violência contra a mulher foi

apresentado para votação no Congresso. No entanto, não havia sido aprovado até o fim do ano.

Direitos dos povos indígenas

Enquanto algumas comunidades indígenas obtiveram progresso na resolução de suas reivindicações de terras, outras permaneceram privadas de suas terras tradicionais.

Os Sawhoyamaya continuam vivendo em péssimas condições à beira de uma rodovia, pois suas terras tradicionais não lhes foram devolvidas, apesar de uma decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos a seu favor em 2006. Em novembro, as negociações entre as autoridades e o proprietário da terra recomeçaram depois de a comunidade organizar protestos e o bloqueio de uma estrada. No fim do ano, ainda não se havia chegado a um acordo sobre a terra.

Em fevereiro, um acordo entre as autoridades e um proprietário assegurou as terras reivindicadas pelos Yakye Axa. No fim do ano, os índios aguardavam para poder transferir-se para a área. O fundo para o desenvolvimento da comunidade, que a Corte Interamericana de Direitos Humanos requereu que fosse criado, em sua decisão de 2005, não havia sido estabelecido até o fim do ano.

Em agosto, a polícia tentou despejar mais de 30 famílias de uma comunidade Ava Guaraní no distrito de Itakyry. Membros da comunidade afirmaram que a polícia incendiou diversas cabanas. A terra na qual a comunidade vivia há mais de 70 anos foi reivindicada por uma empresa privada. Porém, a comunidade afirma possuir o título da terra.

Sistema de justiça

Houve denúncias de que o sistema de justiça carecia de imparcialidade e independência, assim como de recursos suficientes. Registraram-se atrasos na administração da justiça.

Disputas por terras no distrito de Curuguaty, departamento de Canindeyú, acabaram em confronto entre manifestantes e policiais no mês de junho. Morreram 17 pessoas: 11 *campesinos* e 6 policiais. Em dezembro, 14 *campesinos* foram indiciados por delitos tais como invasão de imóvel e associação criminosa; 10 também foram indiciados pelas mortes dos seis policiais. Causou preocupação a falta de imparcialidade na investigação dos confrontos, que teria se concentrado apenas nas ações dos manifestantes. O processo judicial contra os 14

campesinos prosseguia no fim do ano.

Algumas das pessoas detidas em razão dos conflitos entraram em greve de fome para protestar por sua inocência. Elas afirmaram que não estiveram presentes ou que não se envolveram nos confrontos.

Houve denúncias de que alguns dos detidos no contexto do conflito de Curuguaty foram torturados. Não se tem conhecimento de que alguma investigação sobre tais denúncias tenha sido iniciada até o fim do ano.

Em anos anteriores, a mesma terra de Curuguaty fora objeto de diversas ocupações. Processos judiciais para determinar a propriedade da terra estavam em andamento no fim ano.

Defensoras e defensores dos direitos humanos

Quatro integrantes da *Iniciativa Amotocodie*, uma ONG que trabalha com a proteção dos direitos dos índios Ayoreo que vivem em isolamento na região do Chaco paraguaio, continuaram a enfrentar processos judiciais por acusações tais como ‘abuso de confiança’.

A organização começou a ser investigada depois de declarar publicamente sua oposição a uma expedição científica denominada *Dry Chaco 2010*, argumentando que a expedição poderia prejudicar os direitos de tribos indígenas isoladas. A expedição foi posteriormente cancelada. Durante dois anos de investigações, os promotores do caso foram trocados várias vezes e as audiências foram suspensas em diversas ocasiões. Em agosto de 2012, o promotor não logrou fundamentar as acusações e requereu a suspensão temporária dos procedimentos, argumentando ser necessário colher maiores informações. O juiz atendeu ao pedido do promotor.

Visitas/relatórios da AI

🚗 Representantes da Anistia Internacional visitaram o Paraguai em novembro.

PERU

REPÚBLICA DO PERU

Chefe de Estado e de governo:

Ollanta Humala Tasso

Diversos protestos contra a exploração de minérios resultaram em choques com as forças de segurança. Manifestantes foram mortos e defensores dos direitos humanos foram detidos de modo arbitrário e submetidos a maus-tratos. Houve pouco progresso nos casos de direitos humanos relacionados ao conflito armado interno do período 1980-2000. A ausência de consultas adequadas com os povos indígenas continuou sendo motivo de preocupação.

Informações gerais

Grandes manifestações ocorreram durante o ano para demandar direitos trabalhistas e contestar projetos da indústria extrativista.

Pelo menos 30 membros das forças de segurança foram mortos e dezenas ficaram feridos em combates com remanescentes do grupo armado de oposição Sendero Luminoso. Em fevereiro, o chefe do grupo, Florindo Eleuterio Flores Hala (conhecido como camarada Artemio), foi preso.

Em setembro, o Peru ratificou a Convenção Internacional contra Desaparecimentos Forçados. No entanto, até o fim do ano, o país não havia reconhecido a competência do Comitê para Desaparecimentos Forçados para lidar com queixas individuais.

Em novembro, a situação dos direitos humanos no Peru foi avaliada de acordo com a Revisão Periódica Universal da ONU. O país aceitou a maioria das recomendações apresentadas. Entre elas: impedir a prática de tortura e outros maus-tratos contra detentos e prisioneiros; assegurar justiça e reparação às vítimas de violações dos direitos humanos; adotar um protocolo nacional para abortos e rever a descriminalização do aborto em casos de estupro; assegurar que os povos indígenas sejam consultados sobre medidas que possam afetar seus direitos e meios de vida.

Forças policiais e de segurança

Denúncias de detenções arbitrárias, torturas e outros maus-tratos, bem como de uso excessivo da força

pelas forças de segurança, foram registradas durante manifestações contrárias a projetos de extração de minérios.

■ Seis pessoas, uma delas com 17 anos, foram mortas a tiros, supostamente pelas forças de segurança, durante um conflito na província de Espinar, departamento de Cusco, e em Celendín, departamento de Cajamarca, em maio e julho, respectivamente.

■ Em setembro, Nemesio Poma Ascate foi morto a tiros e dezenas de pessoas ficaram feridas durante uma manifestação em Huaraz, no departamento de Áncash. Nemesio e outros membros da comunidade de Mareniyoc protestavam contra uma empresa mineradora que não cumprira o compromisso de fornecer água potável para a comunidade.

Defensoras e defensores dos direitos humanos

Defensoras e defensores dos direitos humanos foram ameaçados, detidos de modo arbitrário e submetidos a maus-tratos.

■ Em maio, Jaime Cesar Borda Pari e Romualdo Tito Pinto, integrantes da organização de direitos humanos *Vicaria de Solidaridad de Sicuani*, e o líder comunitário Sergio Huamani foram presos nas proximidades de uma mina e acusados de possuir munições em seu carro. Eles disseram que os projéteis foram plantados pela polícia durante uma busca no automóvel quando nenhum deles estava presente. Os três homens, acompanhados de um promotor público, haviam estado naquela área para examinar a situação de pessoas detidas após um violento conflito ocorrido durante um protesto. Depois de dois dias, os três foram libertados mediante fiança; porém, no fim do ano, continuavam sob investigação.

■ Em junho, policiais do departamento de Cajamarca teriam espancado a defensora dos direitos humanos Amparo Abanto – advogada de uma ONG local, o Grupo de Formação e Intervenção para o Desenvolvimento Sustentável (GRUFIDES), e da Coordenadoria Nacional de Direitos Humanos (CNDDHH), uma organização guarda-chuva de direitos humanos – e Genoveva Gómez, funcionária da ouvidoria peruana (*Defensoría del Pueblo*). Elas estavam tentando contatar pessoas detidas durante os protestos contra um projeto de mineração. As comunidades temiam que o projeto prejudicasse seu direito à água. No fim do ano, uma investigação sobre as denúncias de maus-tratos ainda não havia sido concluída.

■ Em julho, policiais detiveram e submeteram a maus-tratos Marco Arana, também integrante do GRUFIDES, quando ele protestava contra esse mesmo projeto. Ele foi posto em liberdade condicional um dia depois.

Marco ajuizou ações penais por maus-tratos e tortura. No fim do ano, ele estava recorrendo de uma decisão que determinara o arquivamento de sua denúncia.

Marco Arana foi indiciado por "perturbação da ordem pública" e "resistência à prisão". Ele aguardava julgamento no fim do ano. Uma investigação sobre suas denúncias de abuso de autoridade não haviam sido concluídas no fim do ano.

Direitos dos povos indígenas

Em abril, o Ministério da Cultura publicou o Regulamento da Lei do Direito à Consulta Prévia dos Povos Originários. Essa legislação gerou questionamentos, entre outras coisas, de que o processo de consulta com os povos indígenas para formular a lei havia sido insuficiente.

Em agosto, o governo anunciou o primeiro processo de consulta com base no novo regulamento. Consultas sobre um projeto de exploração de petróleo em Loreto, no norte do Peru, deveriam ser realizadas em 2013 com os índios Achuar, Quechua e Kichwa.

Impunidade

Os avanços no sentido de assegurar justiça e reparação para as vítimas de violações dos direitos humanos cometidas no passado foram lentos e sofreram reveses. A falta de cooperação plena do Ministério da Defesa em disponibilizar as informações necessárias continuou causando preocupação.

Uma legislação que garantia o acesso a reparações para todas as vítimas de violência sexual foi aprovada pelo Congresso em maio, embora ainda não vigorasse no fim do ano. Em consequência, as vítimas de violências sexuais, excluindo o estupro, cometidas durante o conflito armado interno, continuaram privadas de reparação.

Direitos sexuais e reprodutivos

Mulheres e meninas enfrentaram obstáculos para ter acesso a seus direitos sexuais e reprodutivos. Os serviços públicos de saúde não disponibilizavam contracepção de emergência, e as autoridades não criaram as tão esperadas diretrizes nacionais para regulamentar o acesso a abortos terapêuticos.

Em novembro, o Comitê da ONU contra a Tortura manifestou preocupação com a criminalização do aborto em casos de estupro, bem como com uma decisão de 2009 do Tribunal Constitucional que proíbe o Estado de distribuir contracepção de emergência.

PORTUGAL

REPÚBLICA PORTUGUESA

Chefe de Estado: **Aníbal António Cavaco Silva**

Chefe de governo: **Pedro Manuel Mamede Passos Coelho**

Houve relatos de uso excessivo da força por parte da polícia contra manifestantes e pessoas de etnia cigana. A violência doméstica continuou a ser motivo de grave preocupação.

Tortura e outros maus-tratos

Não houve progressos na investigação criminal sobre o uso de uma arma de eletrochoque contra um detento no Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira em 2010, apesar de um inquérito realizado pelos Serviços de Auditoria e Inspeção da Direção-Geral de Serviços Prisionais ter concluído que dois membros do Grupo de Intervenção e Segurança Prisional haviam utilizado a arma de forma desproporcional. O resultado dos processos disciplinares movidos contra os dois guardas prisionais permanecia pendente no final do ano.

■ Houve poucos progressos no julgamento, iniciado em novembro de 2011, de três policiais acusados de terem torturado Virgolino Borges, em março de 2000, quando ele se encontrava em custódia policial.

Uso excessivo da força

Em março, a polícia teria usado força excessiva contra manifestantes pacíficos durante os protestos contra as medidas de austeridade. No dia 22 de março, dois jornalistas receberam tratamento médico depois de, supostamente, terem sido espancados pela polícia numa manifestação em Lisboa.

■ Em setembro, segundo informações, membros da Guarda Nacional Republicana usaram força excessiva quando tentavam prender um homem numa

comunidade cigana, em Regalde, na localidade de Vila Verde. Pelo menos nove ciganos, incluindo crianças, teriam sido espancados e agredidos verbal e fisicamente por cerca de 30 policiais. Três das vítimas necessitaram de cuidados médicos.

■ No dia 14 de novembro, durante uma greve geral, a polícia teria agredido manifestantes pacíficos com cassetetes. Segundo informações, alguns dos manifestantes detidos não foram informados dos motivos da detenção e foram privados de acesso oportuno à representação legal. Os meios de comunicação relataram que 48 pessoas ficaram feridas.

Violência contra mulheres e meninas

A violência doméstica continuou a ser motivo de grave preocupação. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e o Provedor de Justiça relataram um aumento do número de queixas de idosos vítimas de violência doméstica. Segundo a APAV, o número total de queixas apresentadas por vítimas de violência doméstica aumentou para 16.970 em 2012, comparado com 15.724 em 2011. Segundo a ONG *União de Mulheres Alternativa Resposta* (UMAR), o número de mortes resultantes de violência doméstica foi de 36, até 21 de novembro de 2012, comparado com 27 durante o ano de 2011.

Escrutínio internacional

No dia 31 de outubro, o Comitê de Direitos Humanos da ONU divulgou suas observações finais no quarto relatório periódico sobre Portugal. As recomendações centravam-se nos direitos das pessoas detidas em custódia policial, nas condições prisionais, na violência doméstica e na discriminação contra migrantes e minorias étnicas, incluindo os ciganos.

Após sua visita a Portugal, em maio, o Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa manifestou preocupação com a discriminação prolongada contra os ciganos e com o impacto da crise econômica e das medidas de austeridade financeira sobre os direitos das crianças e dos idosos.

REINO UNIDO

REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E
IRLANDA DO NORTE

Chefe de Estado:
Chefe de governo:

Rainha Elizabeth II
David Cameron

Investigações criminais foram anunciadas em dois casos de extradições extrajudiciais. Em consequência das novas investigações, o Inquérito de Detentos foi encerrado antecipadamente. Foi publicado um anteprojeto de lei que permitiria ao governo basear-se no uso de provas secretas em quaisquer casos no sistema de justiça civil relacionados à segurança nacional. A moratória da transferência de detentos para autoridades afegãs foi mantida.

Tortura e outros maus-tratos

No dia 12 de janeiro, a Polícia Metropolitana de Londres e o Procurador-geral anunciaram que, após uma investigação, não seriam ajuizadas ações penais em dois processos contra agentes dos serviços de inteligência britânicos supostamente envolvidos em maus-tratos a detentos no exterior. O primeiro caso referia-se à participação em atos de tortura e outros maus-tratos contra Binyam Mohamed. O segundo referia-se a um indivíduo de identidade não revelada que, em janeiro de 2002, esteve em custódia das autoridades estadunidenses na base aérea de Bagram, no Afeganistão. A Polícia Metropolitana, porém, afirmou que recebeu outras denúncias e que, por isso, estava considerando a abertura de novas investigações.

No entanto, foram anunciadas investigações criminais sobre o envolvimento do Reino Unido com a suposta transferência extrajudicial de Sami al Saadi e de Abdel Hakim Belhaj para a Líbia, em 2004, bem como com sua posterior tortura e maus-tratos. Em dezembro, Sami al Saadi e sua família aceitaram um acordo financeiro do governo. Uma ação civil por danos impetrada por Abdel Hakim Belhaj contra as autoridades britânicas permanecia pendente no fim do ano.

Em 18 de janeiro, o governo anunciou que, devido às novas investigações criminais sobre supostas extradições extrajudiciais para a Líbia, o Inquérito de

Detentos seria concluído antecipadamente. O inquérito havia sido aberto em 2010 para examinar denúncias de envolvimento do Reino Unido em violações dos direitos humanos de indivíduos detidos no exterior no contexto de operações de combate ao terrorismo. Contudo, o inquérito não seguiu as normas internacionais de direitos humanos para investigações efetivas, independentes e exaustivas. No dia 27 de junho, o Inquérito de Detentos forneceu ao governo um relatório sobre seu trabalho até aquela data, o qual ainda não havia sido publicado no fim do ano.

Em setembro, um relatório do Parlamento Europeu requereu que o Reino Unido e outros Estados revelassem todas as informações necessárias sobre todos os voos relacionados ao programa de extradições extrajudiciais da CIA em seu território.

Em outubro, a Suprema Corte rejeitou as tentativas do governo de invalidar as demandas judiciais de cidadãos quenianos que foram torturados pelas autoridades coloniais britânicas no Quênia durante a década de 1950. A Corte decidiu que, apesar do tempo transcorrido, as provas disponíveis eram tão abundantes que um julgamento justo ainda era possível.

Segurança e combate ao terrorismo

O governo continuou a confiar em garantias diplomáticas duvidosas e de cumprimento não obrigatório para tentar deportar indivíduos que supostamente apresentem ameaça à segurança nacional para países nos quais eles correriam risco de sofrer graves violações de direitos humanos, como tortura.

■ Em janeiro, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos proferiu sua sentença no caso de Omar Othman (também conhecido como Abu Qatada), cidadão jordaniano que o governo vinha tentando deportar com base em questões de segurança nacional. O Tribunal concluiu que, embora as garantias diplomáticas oferecidas pela Jordânia ao Reino Unido fossem suficientes para mitigar o risco de tortura ou outros maus-tratos caso Omar Othman retornasse ao país, ele correria o risco real de "flagrante negação da justiça" em função do uso de testemunhos de outras pessoas que foram torturadas. Em novembro, a Comissão Especial de Apelações sobre Imigração do Reino Unido decidiu que a deportação não poderia ser levada adiante porque ainda havia risco de que provas

extraídas mediante tortura fossem usadas no julgamento, apesar das tentativas do governo de obter novas garantias. No fim do ano, o governo tentava recorrer da decisão.

■ Em abril, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos concluiu que cinco indivíduos que seriam extraditados para os Estados Unidos por acusações relacionadas ao terrorismo não correriam risco de sofrer tortura ou outros maus-tratos caso fossem condenados e encarcerados em uma prisão de segurança "supermáxima" em Florence, no estado do Colorado. No dia 5 de outubro, os cinco foram extraditados para os EUA.

Em janeiro, o "regime de ordens de controle" foi substituído pelas Medidas de Prevenção e Investigação do Terrorismo (TPIM, na sigla em inglês). Embora de escopo mais limitado do que o regime de ordens de controle anterior, as TPIM podem restringir a liberdade, a circulação e as atividades de pessoas suspeitas de atividades relacionadas ao terrorismo, fundamentando-se em materiais secretos. Até 30 de novembro, 10 TPIMs estavam em vigor.

Mudanças legais e de políticas

Em maio, o governo publicou o projeto de Lei de Justiça e Segurança, que previa estender os "procedimentos baseados em materiais sigilosos" para as ações civis nas quais o governo alegasse haver preocupações de segurança nacional. Tais procedimentos permitem que o governo faça uso de provas secretas apresentadas aos tribunais a portas fechadas, em audiências nas quais os réus, seus advogados e o público são excluídos. O projeto de lei também continha disposições que retirariam dos tribunais a possibilidade de ordenar a revelação de informações "sensíveis" – tais como informações relativas a supostas violações de direitos humanos – que pudessem auxiliar indivíduos em processos contra terceiros. ONGs, advogados e meios de comunicação mostraram-se bastante preocupados com o fato de a lei contrariar princípios de imparcialidade e transparência da justiça, bem como prejudicar os esforços das vítimas de violações dos direitos humanos para assegurar perante os tribunais a revelação de elementos relativos a tais violações. O projeto de lei continha algumas disposições limitadas voltadas a melhorar a supervisão dos serviços de inteligência.

A sociedade civil e organizações não governamentais manifestaram preocupação com os efeitos da Lei de Assistência Jurídica Gratuita, Sentenciamento e Punição de Infratores que entrou em vigor no mês de maio. Temia-se que a lei pudesse restringir o acesso à Justiça, inclusive às vítimas de abusos cometidos por empresas multinacionais do Reino Unido no exterior.

Em dezembro, uma comissão formada para determinar se uma Carta de Direitos Britânica deveria ser formulada para substituir a Lei de Direitos Humanos não chegou a consenso em seu relatório.

Forças armadas

Em julho, 169 cidadãos iraquianos receberam permissão para solicitar uma revisão judicial na qual pudessem argumentar que a Equipe de Investigação Histórica sobre as Denúncias do Iraque – criada para investigar denúncias de tortura e outros maus-tratos contra cidadãos iraquianos pelas forças armadas britânicas – ainda não era suficientemente independente apesar das mudanças estruturais feitas pelo governo. Os advogados dos demandantes argumentaram que uma investigação pública seria necessária para investigar devidamente as denúncias de violações dos direitos humanos cometidas pelas forças armadas britânicas no Iraque.

No dia 29 de novembro, o Ministério da Defesa anunciou que manteria, até um futuro próximo, sua moratória sobre a transferência de detentos para as autoridades afegãs, uma vez que surgiram novas informações sobre detentos que sofreram "graves maus-tratos" no Afeganistão. O anúncio foi feito quando transcorriam, em uma Corte Superior, os procedimentos judiciais relativos ao caso de Serdar Mohammed, um cidadão afegão detido por forças britânicas em 2010 e depois entregue nas mãos dos serviços de inteligência afegãos. Serdar Mohammed afirma ter sido torturado sob custódia afegã, posteriormente sendo submetido a um julgamento flagrantemente injusto.

■ Em outubro, a Suprema Corte manteve a ordem de habeas corpus concedida no caso de Yunus Rahmatullah. Ele fora capturado pelas forças britânicas no Iraque, em fevereiro de 2004, e entregue às forças estadunidenses, que o transferiram para o Afeganistão, onde ele foi detido sem acusação. A Suprema Corte afirmou existirem provas de que sua detenção havia sido ilegal de

acordo com as Convenções de Genebra, e que o Reino Unido tinha a obrigação de requerer seu retorno. No entanto, a Suprema Corte concluiu que o fato de os EUA recusarem-se a transferir Yunus Rahmatullah para a custódia britânica era suficiente para demonstrar que o Reino Unido não poderia assegurar sua libertação.

Forças policiais e de segurança

Em janeiro, dois homens foram condenados pelo assassinato de Stephen Lawrence por motivos racistas em 1993. Em 1999, um inquérito sobre o caso constatou que a investigação policial havia sido comprometida "por uma mescla de incompetência profissional, racismo institucional e falha de liderança por parte de funcionários graduados".

Em julho, um policial foi absolvido de homicídio culposo no caso de Ian Tomlinson, que morreu em meio às manifestações realizadas durante a Cúpula do G20 em Londres, em abril de 2009. Em um inquérito de 2011, o júri decidiu que se tratava de homicídio ilegal, concluindo que Ian Tomlinson morreria por hemorragia interna depois de um policial golpeá-lo com um cassetete e derrubá-lo no chão. Em setembro, um comitê disciplinar da Polícia Metropolitana decidiu que a ação do policial constituía má conduta extremamente grave.

Irlanda do Norte

Prosseguiram os incidentes de violência paramilitar na Irlanda do Norte. No dia 1º de novembro, o agente penitenciário David Black foi morto a tiros; dissidentes republicanos reivindicaram responsabilidade. Vários parlamentares e jornalistas receberam ameaças ou sofreram violência de paramilitares unionistas ou de fontes anônimas. No decorrer do ano, episódios de desordem pública deixaram policiais e outras pessoas feridos.

Em outubro, iniciaram os trabalhos de uma comissão criada pelo Executivo da Irlanda do Norte para investigar abusos infantis cometidos por instituições no período de 1922 a 1995.

Em novembro, a Inspetoria Real das Polícias deu início a uma revisão do trabalho da Equipe de Investigações Históricas, criada para reexaminar todas as mortes atribuídas ao conflito na Irlanda do Norte. A revisão se concentrará em determinar se as investigações realizadas pela equipe sobre casos

envolvendo o exército estão de acordo com os direitos humanos e com as normas policiais.

■ Em dezembro, o Serviço de Polícia da Irlanda do Norte confirmou que começaria em 2013 uma investigação criminal sobre o massacre de 13 manifestantes em favor dos direitos civis, perpetrado por soldados britânicos em 30 de janeiro de 1972, dia que ficou conhecido como Domingo Sangrento (*Bloody Sunday*).

■ Em dezembro, a Corte Superior da Irlanda do Norte invalidou um relatório elaborado em 2011 pelo Ouvidor da Polícia da Irlanda do Norte sobre a morte de seis homens em um atentado paramilitar contra um bar na localidade de Loughinisland, County Down, em julho de 1994. Um novo Ouvidor da Polícia tomou posse em julho e começou uma série de reformas para assegurar a qualidade, a eficácia e a independência das investigações históricas sobre más condutas policiais.

■ Em dezembro, uma revisão do caso do homicídio do advogado Pat Finucane, em 1989, identificou níveis diversos e graves de convivência do Estado com sua morte, constatando, porém, que não houve "conspiração absoluta do Estado". O Primeiro-ministro pediu desculpas à família. A revisão, contudo, não se constituiu no inquérito independente, completo e efetivo que deveria ser e que foi prometido à família.

Violência contra mulheres e meninas

Em maio, o governo anunciou uma nova iniciativa voltada a prevenir a violência sexual em situações de conflito e pós-conflito, afirmando que esse seria um dos focos principais da presidência britânica do G8 em 2013.

Em junho, o Reino Unido assinou a Convenção do Conselho da Europa para prevenir e combater a violência contra a mulher e a violência doméstica.

Em novembro, novas leis foram adotadas na Inglaterra e no País de Gales para lidar com casos de assédio, criminalizando esse tipo de comportamento a fim de tentar melhorar a segurança da população.

Refugiados e requerentes de asilo

Em julho, a Procuradoria-Geral (*Crown Prosecution Service*) anunciou não haver provas suficientes para fundamentar acusações relacionadas com a morte de Jimmy Mubenga em 2010. Entretanto, depoimentos de testemunhas afirmavam que ele havia sido contido de maneira perigosa e indicavam que houve falhas no treinamento dos seguranças. Jimmy Mubenga, um

cidadão angolano, desmaiou e morreu depois de ser contido por seguranças privados durante uma tentativa de deportá-lo para Angola.

Em outubro, as autoridades tentaram repatriar à força um cidadão sírio para a Síria, contrariando uma recomendação do ACNUR, a agência da ONU para os refugiados. Sua expulsão somente foi suspensa após a ordem de uma Corte Superior. Em dezembro, o Tribunal de Alçada (Câmara de Imigração e Asilo) emitiu uma decisão normatizadora nacional, na qual determinava que, no contexto atual, nenhum requerente de asilo deveria ser devolvido à força para a Síria devido aos riscos que enfrentaria.

Cidadãos do Sri Lanka foram repatriados apesar das evidências confiáveis de que corriam um risco real de sofrer tortura ou outras graves violações de direitos humanos ao retornarem.

Visitas/relatórios da AI

🚗 Representantes da Anistia Internacional visitaram a Irlanda do Norte em março, setembro e dezembro, além de acompanharem procedimentos judiciais em tribunais da Inglaterra no decorrer de todo o ano.

📖 UK: Detainee Inquiry closure presents an opportunity for real accountability (EUR 45/005/2012)

📖 United Kingdom: Submission to the Joint Committee on Human Rights – The Justice and Security Green Paper (EUR 45/006/2012)

📖 UK: Abu Qatada still at risk of torture and unfair trial (EUR 45/010/2012)

📖 Left in the dark: the use of secret evidence in the United Kingdom (EUR 45/014/2012)

📖 USA must respect rights of individuals extradited from the UK (AMR 51/086/2012)

📖 UK ordered to continue moratorium on detainee transfers in Afghanistan (ASA 11/020/2012)

📖 Libyan rendition case shows it's time for UK to come clean (PRE01/206/2012)

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Chefe de Estado:

Joseph Kabila

Chefe de governo:

Augustin Matata Ponyo Mapon
(sucedeu Louis Koyagiolo em maio, o qual
sucedeu Adolphe Muzito em março)

A já precária situação de segurança ao leste da República Democrática do Congo (RDC) deteriorou gravemente devido à proliferação de grupos armados, como o recém-formado Março 23, à facilidade de acesso a munições e armamentos e às violações cometidas pelas forças armadas congoleesas. Tanto os grupos armados quanto as forças de segurança do governo ameaçaram, hostilizaram e prenderam de modo arbitrário defensores dos direitos humanos, jornalistas e opositores políticos.

Informações gerais

Em 28 de abril, o recém-reeleito presidente Joseph Kabila formou um novo governo após meses de disputas sobre o resultado das eleições.

O exército nacional, as Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC), prosseguiu com seu processo de reconfiguração, que envolvia, em parte, a integração de grupos armados ao exército. Por falta de coordenação, o reestruturamento acabou abrindo as portas para que grupos armados controlassem as áreas de onde as FARDC se retiraram.

Em abril de 2012, desertores das FARDC em Kivu-Norte e Kivu-Sul formaram o grupo armado Março 23 (M23), respondendo a um chamado à rebelião feito pelo general Bosco Ntaganda, que foi indiciado pelo Tribunal Penal Internacional por crimes contra a humanidade e crimes de guerra. O M23 afirmava lutar para que o governo congolês respeitasse plenamente o acordo de paz de 23 de março de 2009.

Os confrontos entre as FARDC e os grupos armados aumentaram a insegurança. Milhares de

pessoas foram forçadas a abandonar suas casas. Combates violentos entre soldados das FARDC e o M23 ocorreram entre abril e setembro, e novamente em novembro, quando a capital de Kivi-Norte, Goma, ficou sob o controle do M23 por 11 dias. Outros grupos armados também estariam envolvidos no conflito, e todas as partes cometeram abusos generalizados dos direitos humanos.

Intensificaram-se os ataques de grupos armados contra a população civil.

A força de manutenção da paz MONUSCO (Missão de Estabilização da ONU na RDC) adotou várias medidas para lidar com as lacunas da segurança e aumentou sua presença nas áreas abandonadas pelas FARDC. Porém, com seus recursos já sobrecarregados, sua capacidade de proteger adequadamente os civis foi seriamente limitada.

Em 2012, o Grupo de Peritos da ONU sobre a República Democrática do Congo, a Anistia Internacional e diversas ONGs internacionais documentaram o apoio ruandês ao M23, facilitando e assistindo os recrutamentos do grupo em Ruanda, bem como fornecendo armas e munições.

Depois que reiniciaram os combates entre o M23 e as FARDC em novembro, e que Goma foi temporariamente conquistada pelo M23, os países da região começaram, em 9 de dezembro, um processo de negociação sob a égide da Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos.

Abusos cometidos por grupos armados

O reposicionamento de tropas das FARDC para combater o M23 no leste da RDC acabou por criar vácuos na segurança de outros lugares. Essa situação permitiu que vários grupos armados, tais como Raia Mutomboki, Nyatura, Forças Democráticas de Libertação de Ruanda (FDLR), Forças Nacionais de Libertação Burundiana, Mayi Mayi Sheka e Aliança dos Patriotas por um Congo Livre e Soberano, cometessem graves abusos contra os direitos humanos enquanto expandiam suas operações militares sobre essas áreas.

Esses abusos incluíram homicídios ilegais, execuções sumárias, recrutamento forçado de crianças, estupro e violência sexual, pilhagens em grande escala e destruição de propriedades, caracterizando-se por uma violência extrema, por vezes com motivações étnicas. A situação foi alimentada pela alta disponibilidade de armas e munições.

■ Na noite de 13 de maio, em Bunyakiri, território Kalehe, na província de Kivu-Sul, pelo menos 20 civis foram mortos ilegalmente e vários ficaram feridos em um ataque que teria sido realizado pelas FDLR a poucos quilômetros de uma base da MONUSCO.

Outros grupos armados permaneceram ativos na região nordeste, como o Exército de Resistência do Senhor (LRA), o Mayi Mayi Lumumba e as Forças Democráticas Aliadas/Exército Nacional de Libertação de Uganda (ADF/NALU).

Violência contra mulheres e meninas

Mulheres e meninas sofreram as terríveis consequências da escalada das hostilidades e foram extensamente submetidas a estupro e a outras formas de violência sexual, cometidas tanto pelas FARDC quanto pelos grupos armados. Corriam maior perigo as mulheres que viviam em vilarejos que foram alvo de saques e ações de intimidação dos grupos armados e do exército nacional, e aquelas que viviam nos campos para desalojados, que costumavam ter de percorrer um longo trajeto para chegar a suas terras.

■ Entre abril e maio, combatentes do M23 teriam estuprado dezenas de mulheres e meninas na área de Jomba, no território Rutshuru, em Kivu-Norte, onde o M23 montou sua base. A maioria das mulheres atacadas havia sido desalojada pelo conflito.

A violência sexual era mais disseminada nos locais em que o exército nacional convivia próximo à população.

■ Ao fim de novembro, a ONU informou que as FARDC foram responsáveis por, pelo menos, 126 casos de estupro em um período de poucos dias na localidade de Minova, para onde o exército nacional havia se retirado após a queda de Goma em 20 de novembro.

Em outras partes do país, membros da polícia nacional e de outras forças de segurança continuaram a praticar estupro e outras violências sexuais.

As sobreviventes de estupro eram estigmatizadas em suas comunidades e não recebiam apoio ou assistência adequados.

Crianças soldados

Tanto os grupos armados quanto as FARDC recrutaram crianças. Muitas foram submetidas à violência sexual e a tratamento cruel e desumano, enquanto eram usadas como combatentes, carregadores, cozinheiros, guias, espiões e mensageiros.

■ Em março e abril, quando o grupo armado M23 estava sendo formado, crianças foram sequestradas e recrutadas à força por soldados desertores das FARDC, principalmente no território Masisi, em Kivu-Norte.

No dia 4 de outubro, o governo da RDC assinou um Plano de Ação, adotado no quadro das Resoluções 1612 (2005) e 1882 (2009) do Conselho de Segurança, para acabar com o recrutamento de crianças. O acordo traça medidas específicas para a libertação e a reintegração das crianças associadas às forças de segurança do governo, bem como para a prevenção de novos recrutamentos.

A MONUSCO prosseguiu com o processo de Desmobilização, Desarmamento, Repatriamento, Reassentamento e Reintegração dos soldados da FDLR, que incluía crianças soldados.

Pessoas desalojadas dentro do país

Devido, em parte, à escalada do conflito no leste da RDC desde o mês de abril, o número de desalojados dentro do país subiu nesse ano para mais de 2,4 milhões, a maior quantidade de desalojados internos desde 2009. Até 1º de novembro, havia cerca de 1,6 milhão de desalojados internos somente em Kivu-Norte e Kivu-Sul. Muitos que foram desalojados dentro do país eram civis que estavam fugindo para não serem recrutados à força pelos grupos armados.

■ Em julho, milhares de pessoas, a maioria mulheres, crianças e idosos, foram desalojados quando o M23 entrou em combate contra o exército nacional e tomou o controle da cidade de Bunagana, no território Rutshuru.

Tortura e outros maus-tratos

Tortura e outros maus-tratos ocorreram de forma endêmica por todo o país. Aconteceram, muitas vezes, em ações de prisão e em detenções ilegais efetuadas pelos serviços de segurança estatais.

Pena de morte

Tribunais militares continuaram a sentenciar pessoas à morte, inclusive civis. Não houve registro de execuções.

■ Em 30 de maio, um tribunal militar em Uvira sentenciou à revelia dois soldados à morte e vários oficiais à prisão perpétua, por participarem de um chamado à rebelião feito pelo general Bosco Ntaganda em abril.

Impunidade

A impunidade continuou a fomentar novos abusos dos direitos humanos. Os esforços das autoridades judiciárias para aumentar a capacidade de julgar os processos que chegam aos tribunais, inclusive por abusos dos direitos humanos, tiveram êxito limitado; muitos casos antigos não tiveram progresso. As iniciativas feitas em 2011 pelo Ministério da Justiça para lidar com a impunidade por crimes de direito internacional, atuais e do passado, estavam paralisadas e as vítimas continuaram privadas de verdade, justiça e reparação. Decisões judiciais não foram executadas, e casos importantes, como os dos estupros em massa de Walikale, em 2010, e de Bushani e Kalambahiro, em 2011, não avançaram.

Embora o Ministério da Justiça e Direitos Humanos tenha solicitado, em fevereiro, que as autoridades judiciais civis e militares abrissem investigações sobre as denúncias de violência eleitoral, não houve praticamente qualquer sinal de progresso nas investigações durante o ano.

Julgamentos injustos

Falta de independência dos tribunais, violações dos direitos dos réus, indisponibilidade de assistência jurídica e corrupção eram alguns dos fatores que impediam julgamentos justos.

O sistema de justiça militar congolês, essencialmente falho, mantinha competência exclusiva sobre crimes de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra – inclusive nos casos com réus civis.

Condições prisionais

O sistema penitenciário continuou padecendo com a falta de recursos, sem conseguir lidar com a decadência das unidades, com a superlotação e com a extrema precariedade das condições de higiene. Dezenas de internos morreram em prisões e hospitais devido à desnutrição e à falta de cuidados médicos adequados. A insegurança dos detentos era exacerbada com a não separação entre homens e mulheres, entre presos condenados e provisórios, e entre civis e militares.

Defensoras e defensores dos direitos humanos

A situação de segurança para os defensores dos direitos humanos no leste do país deteriorou durante

o ano. Eles enfrentaram intimidações cada vez piores, e muitas vezes foram submetidos a prisões arbitrárias ou ameaças de morte pelas forças de segurança estatais, pelo M23 e por homens armados não identificados, prejudicando seriamente seu trabalho.

Desde julho, quando o M23 tomou o controle da cidade de Rutshuru, em Kivu-Norte, os defensores dos direitos humanos tiveram que fechar seus escritórios. Muitos fugiram depois de receberem repetidas ameaças de morte por meio de mensagens de texto, de telefonemas anônimos e de visitas noturnas de homens armados. Similarmente, no fim de novembro, quando o M23 tomou o controle temporário de Goma, muitos defensores que viviam na cidade tiveram que fugir.

No dia 6 de dezembro, a Assembleia Nacional adotou uma lei para a criação de uma Comissão Nacional de Direitos Humanos. Caso seja criada, a Comissão deverá ajudar as autoridades a cumprir suas obrigações de direitos humanos.

Prisões e detenções arbitrárias

Prisões e detenções arbitrárias continuaram ocorrendo de modo sistemático por todo o país. Os serviços de segurança, sobretudo a polícia nacional, os serviços de inteligência, o exército nacional e a polícia de imigração, efetuaram prisões arbitrárias e, com frequência, extorquiram dinheiro e outros itens de valor dos civis durante operações de aplicação da lei em postos de controle. Principalmente nas províncias do oeste, as forças de segurança efetuaram prisões arbitrárias para satisfazer interesses privados ou para obter pagamentos ilegais.

Ativistas políticos de oposição foram submetidos a prisões arbitrárias no período pós-eleitoral. Um líder opositor foi preso pelos serviços de segurança em fevereiro, quando teria sido torturado e submetido a maus-tratos antes de ser libertado alguns dias depois.

■ O político opositor Eugène Diomi Ndongala desapareceu em 27 de junho quando estava a caminho de assinar uma carta de coalizão com outros partidos políticos. Ele foi libertado 100 dias depois, após ter sido detido incomunicável pelos serviços de inteligência (Agência Nacional de Informações) em Kinshasa, sem acesso a familiares, advogado ou médico, apesar de apresentar uma doença crônica.

Liberdade de expressão

A liberdade de expressão foi reduzida significativamente, sobretudo no período pós-eleitoral e depois de o M23 intensificar seu controle sobre a região leste. Os principais alvos foram adversários políticos e jornalistas, que foram ameaçados ou presos de forma arbitrária. Rádios, TVs e jornais sofreram suspensões arbitrárias de seu funcionamento por ordem das autoridades. Além disso, houve incêndios criminosos e outros danos a suas propriedades por autores não identificados.

■ No dia 30 de novembro, o Conselho Superior de Audiovisual e Comunicação suspendeu as transmissões da Rádio Okapi, em Kinshasa, sem qualquer notificação, depois que um porta-voz do M23 foi entrevistado em um de seus programas.

Justiça internacional

No dia 14 de março, o Tribunal Penal Internacional sentenciou Thomas Lubanga Dyilo, suposto fundador e presidente da União dos Patriotas Congolezes e comandante em chefe de seu braço armado, o FPLC, a 14 anos de prisão. Ele havia sido condenado pelos crimes de guerra de recrutar e alistar crianças menores de 15 anos e usá-las para participarem ativamente das hostilidades no distrito de Ituri.

Em 13 de julho, o TPI expediu um mandado de prisão contra Sylvestre Mudacumura, suposto comandante do braço armado das FDLR, por nove acusações de crimes de guerra supostamente cometidos entre janeiro de 2009 e setembro de 2010 no leste da RDC.

Em julho, um segundo mandado de prisão foi emitido contra Bosco Ntaganda por três acusações de crimes contra a humanidade e quatro de crimes de guerra. As autoridades congolêsas recusaram-se a prender e render Bosco Ntaganda antes que ele desertasse do exército congolês em abril.

No dia 18 de dezembro, o TPI absolveu Mathieu Ngujolo Chui, suposto ex-líder da Frente Nacionalista de Integração, de crimes perpetrados no vilarejo de Bogoro, distrito de Ituri, em fevereiro de 2003.

Visitas/relatórios da AI

🗉 Representantes da Anistia Internacional visitaram a RDC em fevereiro, maio e setembro.

📄 Democratic Republic of Congo: The Congolese government must arrest and surrender Bosco Ntaganda to the ICC (AFR 62/004/2012)

- 📄 “If you resist, we'll shoot you” The Democratic Republic of the Congo and the Case for an effective Arms Trade Treaty (AFR 62/007/2012)
- 📄 Petition containing 102,105 signatures delivered by Amnesty International to the Minister of Justice and Human Rights (AFR 62/008/2012)
- 📄 The Human Rights Council must act for better protection of civilians and an end to threats and intimidation against human rights defenders, journalists and political opponents (AFR 62/011/2012)
- 📄 Democratic Republic of Congo: Letter to the five permanent members of the Security Council (AFR 62/015/2012)
- 📄 Democratic Republic of Congo: ICC acquits Congolese armed group leader (AFR 62/017/2012)
- 📄 Canada: Court decision in Kilwa Massacre case denies right to remedy for victims of corporate human rights abuses (AMR 20/002/2012)
- 📄 DRC urged to stop violence as it plays host to Francophonie Summit in Kinshasa, (PRE01/475/2012)
- 📄 DRC must investigate assassination attempt on activist Dr Denis Mukwege, 26 October 2012 PRE01
- 📄 DRC: Civilian protection urged as tens of thousands flee escalation in fighting, 19 November 2012 PRE01

RÚSSIA

FEDERAÇÃO RUSSA

Chefe de Estado:

Vladimir Putin
(sucedeu Dmitry Medvedev em maio)

Chefe de governo:

Dmitry Medvedev
(sucedeu Vladimir Putin em maio)

Protestos políticos pacíficos foram respondidos com crescente repressão. Foram introduzidas novas leis que restringem os direitos à liberdade de expressão, de reunião e de associação. Defensores dos direitos humanos, jornalistas e advogados continuaram sendo hostilizados, e os violentos ataques contra eles não foram devidamente investigados. A tortura e outros maus-tratos continuaram sendo amplamente praticados, e raras vezes esses casos foram processados de modo efetivo. Os julgamentos não satisfaziam as normas internacionais de justiça, e o número de decisões judiciais que pareciam ser politicamente motivadas aumentou. A incerteza e a instabilidade persistiram no norte do Cáucaso, e as operações de segurança efetuadas para resolver a situação foram marcadas por violações sistemáticas

dos direitos humanos, com a quase total impunidade dos perpetradores.

Informações gerais

O retorno de Vladimir Putin à Presidência, em eleições amplamente criticadas, suscitou uma onda de protestos populares e demandas por mais liberdades civis e políticas, principalmente nos dias próximos a sua posse em maio. A resposta veio na forma de restrições ainda maiores. Protestos geralmente eram proibidos ou interrompidos. Novas leis foram adotadas, muitas vezes sem consulta pública e em meio a críticas generalizadas. Tais leis introduziam rigorosas punições administrativas e penais que poderiam ser usadas para restringir protestos legítimos e atividades políticas e da sociedade civil, bem como para limitar o financiamento exterior para o ativismo cidadão.

A Federação Russa respondeu de modo beligerante às críticas internacionais sobre a situação dos direitos humanos no país. Uma lei que restringia viagens e outras atividades de agentes supostamente envolvidos na morte sob custódia do advogado Sergei Magnitsky em 2009 foi aprovada nos EUA e proposta em vários outros países. As autoridades russas retaliaram com sanções recíprocas e com a proibição da adoção de crianças russas por cidadãos estadunidenses, bem como com a proibição de ONGs russas receberem financiamento dos EUA.

A Rússia continuou a apresentar crescimento econômico, embora num ritmo mais lento devido à queda no preço do petróleo, à recessão econômica global e à falta de reformas estruturais no país. Segundo pesquisas de opinião, no fim de 2012 os protestos públicos haviam diminuído, assim como diminuiu o apoio da população aos líderes políticos.

Liberdade de reunião

Por todo o país, protestos pacíficos, inclusive pequenos agrupamentos de pessoas que não apresentavam qualquer risco ou inconveniência, foram rotineiramente dispersados pela polícia, geralmente com força excessiva. As autoridades consideraram que quaisquer eventos desse tipo, por mais pacíficos e reduzidos que fossem, eram ilegais a menos que expressamente autorizados. Porém, as aglomerações de ativistas favoráveis ao governo e à Igreja Ortodoxa geralmente podiam prosseguir ininterruptas mesmo sem autorização. Ocorreram

frequentes denúncias de brutalidade policial contra manifestantes pacíficos e jornalistas, que, porém, não foram efetivamente investigadas.

■ Em 6 de maio, um dia antes da posse do Presidente Putin, uma marcha de protesto que percorria um itinerário autorizado até a Praça Bolotnaya, em Moscou, foi interrompida pela polícia, resultando em impasse e tumultos localizados. Posteriormente, 19 manifestantes foram processados criminalmente por envolvimento em eventos classificados pela polícia como "revoltas em massa". Um deles declarou-se culpado e foi sentenciado a quatro anos e meio de prisão; os demais ainda aguardavam julgamento no fim do ano. Diversos ativistas políticos importantes foram arrolados como testemunhas no caso e tiveram suas casas revistadas em operações policiais amplamente transmitidas pelos canais de televisão controlados pelo Estado. Nos dias 6 e 7 de maio, centenas de indivíduos pacíficos foram presos em vários locais de Moscou, alguns simplesmente por estarem usando fitas brancas como símbolo de protesto contra fraudes eleitorais. A legislação que rege eventos públicos foi emendada mais uma vez em junho. A reforma aumentou a lista de infrações, introduziu novas restrições e aumentou as punições.

Liberdade de expressão

O direito à liberdade de expressão foi cada vez mais restringido. A maioria dos meios de comunicação permaneceu sob controle efetivo do Estado, com exceção de alguns veículos de circulação limitada. O horário nobre das televisões foi regularmente utilizado para difamar os críticos do governo.

A difamação foi recriminalizada oito meses após sua descriminalização. Mudanças no Código Penal expandiram as definições de traição e de espionagem e as tornaram ainda mais vagas ao incluir o compartilhamento de informações ou a prestação de auxílios diversos para Estados e organizações estrangeiros cujas atividades atentem "diretamente contra a segurança da Federação Russa".

Uma nova legislação deu ao governo poderes para bloquear ou incluir em lista negra os sites que publicassem na internet materiais considerados "extremistas" ou prejudiciais à saúde pública, à moral ou à segurança. No fim do ano, essa legislação já estava sendo usada para fechar sites que publicaram conteúdo protegido pelo direito à liberdade de expressão.

■ Maria Alekhina, Ekaterina Samutsevich e Nadezhda Tolokonnikova, integrantes da banda punk Pussy Riot, foram presas em março depois de realizarem uma apresentação política breve e pacífica, embora provocadora, na Catedral de Cristo Salvador em Moscou. Em agosto, elas foram acusadas de "vandalismo motivado por ódio religioso" e foram sentenciadas, cada uma, a dois anos de prisão. Ekaterina Samutsevich, porém, recebeu mediante recurso uma sentença condicional, tendo sido libertada em 10 de outubro.

■ Em 29 de novembro, um tribunal de Moscou declarou que a performance que o grupo fizera na igreja era "extremista", tornando ilegal sua publicação na internet.

Discriminação

A discriminação com base em fatores como raça, etnia, gênero ou filiação política continuou ocorrendo de modo generalizado. Leis discriminatórias contra pessoas LGBTI foram adotadas em diversas regiões e foram propostas em nível federal. Uma lei proibindo a "propaganda de sodomia, lesbianismo, bissexualismo e transgeneridade entre menores" entrou em vigor em São Petersburgo no mês de abril. Leis similares também foram adotadas nas regiões de Bashkiria, Chukotka, Krasnodar, Magadan, Novosibirsk e Samara, tendo sido também colocadas na pauta da Duma, o parlamento federal. Vários eventos LGBTI foram proibidos, e seus participantes foram dispersos pela polícia.

Por toda a Rússia, pessoas LGBTI e membros de vários grupos minoritários continuaram a sofrer ataques. Tais agressões não foram efetivamente investigadas pelas autoridades, e seus autores geralmente não eram identificados.

■ Em 4 de agosto, quatro homens invadiram uma casa noturna LGBTI em Tyumen e agrediram física e verbalmente vários clientes. A polícia deteve os agressores. Quando as vítimas foram à delegacia de polícia para prestar queixa, elas foram colocadas na mesma sala que os agressores, que continuaram a ameaçá-las e que foram soltos sem acusação.

Defensoras e defensores dos direitos humanos

Proseguiram as denúncias de hostilidades contra defensoras e defensores dos direitos humanos. No norte do Cáucaso e em outras regiões, ativistas,

jornalistas e advogados que representavam vítimas de violações dos direitos humanos continuam a sofrer ameaças a sua integridade física, inclusive por parte de agentes da lei.

As investigações de ataques cometidos no passado contra defensores, como o que matou Natalia Estemirova, não tiveram progressos visíveis. Novas leis criaram ainda mais obstáculos administrativos para as ONGs. Além disso, introduziram a obrigação de que tivessem de registrar-se como "organizações que cumprem funções de agentes estrangeiros" (uma linguagem evocativa de espionagem) caso recebam financiamento do exterior e atuem no que foi definido de forma ampla como sendo "atividades políticas". A não observância dessas regras pode acarretar multas extremamente altas e a prisão dos líderes das ONGs.

Autoridades públicas tentaram rotineiramente manchar a reputação de alguns defensores dos direitos humanos e de algumas ONGs, assim como o trabalho das ONGs de direitos humanos de modo geral.

■ Em outubro, um agente graduado do Serviço Federal de Segurança teria declarado oficialmente que o órgão havia conseguido fechar 20 ONGs na Inguchétia por manterem ligações com serviços de inteligência estrangeiros. Ele não deu qualquer informação sobre algum caso específico de acusação de espionagem contra alguma ONG da Inguchétia, nem sobre que ONGs haviam sido supostamente fechadas por esse motivo. Entretanto, ele apontou apenas a conhecida ONG de direitos humanos ingushe *Mashr* como um "agente estrangeiro" ainda em funcionamento.

■ Em 20 de janeiro de 2002, o advogado Omar Saidmagomedov e seu primo foram mortos a tiros em Makhachkala, no Daguestão, por agentes de segurança. As autoridades registraram o incidente como a morte de dois membros de grupos armados durante um tiroteio. Os colegas de Omar Saidmagomedov rejeitaram essa versão e exigiram uma investigação sobre as denúncias de que eles foram executados extrajudicialmente por causa de suas atividades profissionais. O investigador intimou o advogado que representa a família de Omar Saidmagomedov para interrogá-lo como testemunha, numa aparente tentativa de desqualificá-lo como representante legal no processo.

■ Elena Milashina, jornalista do jornal independente *Novaya Gazeta*, estava junto com uma amiga quando

elas foram agredidas por dois homens em uma rua de Moscou, no dia 4 de abril, ficando gravemente feridas. O investigador identificou e indiciou dois homens que, inicialmente, assinaram confissões, mas recuaram delas depois que suas famílias contrataram advogados independentes. O investigador ignorou os protestos de Elena Milashina de que os dois homens não correspondiam à descrição dada por sua amiga para os agressores e de que os reais responsáveis não haviam sido identificados.

■ Igor Kalyapin, presidente da ONG *Comitê contra a Tortura*, foi ameaçado com uma ação criminal por seu trabalho no caso de Islam Umarpashaevev, uma vítima de tortura da Chechênia. No dia 7 de julho, Igor Kalyapin foi intimado a interrogatório, por um investigador criminal, sobre uma suposta disseminação de informações confidenciais. Em setembro, os jornalistas que entrevistaram Igor e as pessoas que escreveram cartas para demonstrar seu apoio foram intimadas a comparecer para interrogatório.

Tortura e outros maus-tratos

Continuaram havendo extensas denúncias de tortura e de outros maus-tratos, sendo rara alguma investigação efetiva. Segundo informações, os agentes da lei costumavam burlar as salvaguardas legais contra a tortura dos seguintes modos: uso de detenções secretas (principalmente no norte do Cáucaso); uso de força para supostamente conter a violência de detidos; negação de acesso por parte dos investigadores ao advogado escolhido por uma pessoa, para, em vez disso, favorecer advogados específicos, designados pelo Estado, conhecidos por ignorarem sinais de tortura; entre outros.

Em março, um caso de tortura em Kazan recebeu ampla divulgação na mídia depois que um homem morreu em um hospital devido às lesões internas que sofreu. Ele afirmou ter sido estuprado com uma garrafa dentro de uma delegacia de polícia. Diversos policiais foram presos e acusados de abuso de poder, sendo que dois deles foram mais tarde sentenciados, respectivamente, a dois anos e a dois anos e meio de prisão. Depois da divulgação do caso pela imprensa, começaram a surgir várias outras denúncias de torturas cometidas pela polícia em Kazan. Em resposta à iniciativa de uma ONG, o chefe do Comitê de Investigação da Procuradoria-Geral determinou a criação de departamentos especiais para investigar crimes cometidos por agentes da lei. A iniciativa,

porém, foi prejudicada pela falta de funcionários adequados nos departamentos.

■ Na noite de 19 de janeiro, Issa Khashagulgov, detido em um centro de detenção provisória de Vladikavkaz, na Ossétia do Norte, teria sido levado a um local desconhecido onde teria sido espancado e ameaçado com mais violência por recusar-se a cooperar com as investigações contra ele. Segundo informações, entre os dias 6 e 8 de fevereiro, ele foi transferido várias vezes do centro de detenção para um local diferente na Ossétia do Norte, onde passava várias horas toda vez que seus advogados tentavam vê-lo, e onde foi submetido a maus-tratos. Anteriormente, sob suspeita de pertencer a um grupo armado, Issa Khashagulgov já havia sido transferido várias vezes entre diferentes unidades de detenção, enquanto seus familiares e advogados não eram informados de seu paradeiro, às vezes por vários dias. Suas denúncias nunca foram investigadas.

■ O ativista de oposição russo Leonid Razvozhayev desapareceu no dia 19 de outubro, em Kiev, na Ucrânia, próximo à sede de uma organização parceira do ACNUR, a agência da ONU para os refugiados. Em 22 de outubro, o Comitê Investigativo de Moscou declarou que ele retornara voluntariamente para a Federação Russa, onde havia se entregado às autoridades. Por meio de seu advogado, Leonid Razvozhayev desmentiu a declaração, afirmando ter sido sequestrado e trazido ilegalmente para a Rússia, mantido em local secreto, submetido a maus-tratos e forçado a assinar uma declaração que o incriminava junto com outros ativistas políticos no planejamento de distúrbios em massa no país, obedecendo a ordens estrangeiras. As autoridades russas negaram suas acusações e recusaram-se a investigá-las.

R Sistema de justiça

A necessidade de uma reforma judicial era amplamente reconhecida, inclusive pelas mais altas autoridades. Ainda assim, nenhuma medida efetiva foi tomada para garantir a independência do Judiciário. As denúncias de julgamentos injustos foram numerosas e generalizadas. Uma série de decisões judiciais sobre questões como extremismo, crimes econômicos e drogas foram influenciadas por interesses políticos, enquanto um grande número de condenações, como a das integrantes da banda Pussy Riot (veja acima), aparentava motivações políticas.

Houve denúncias frequentes de que a conivência

de juízes, promotores, investigadores e outros agentes da lei resultou em condenações penais injustas ou em punições administrativas desproporcionais.

Advogados de todo o país reclamaram de violações processuais que comprometeram o direito de seus clientes a um julgamento justo. Foram casos de negação de acesso a clientes, de detenção de pessoas como suspeitas de crimes sem que seus advogados e familiares fossem prontamente comunicados, de indicação para defesa pública dos réus de advogados conhecidos por não se oporem a infrações processuais ou ao uso de maus-tratos.

■ O advogado Rustam Matsev queixou-se de que, no dia 31 de maio, um agente graduado da polícia em um centro de detenção provisória de Nalchik, em Kabardino-Balkaria, exigiu que ele parasse de "ensinar seu cliente a mentir" e o convencesse a retirar a queixa que havia feito sobre sequestro e maus-tratos da polícia. O agente teria dito a Rustam Matsev que advogados eram "neutralizados" do mesmo modo que membros de grupos armados, que eram "eliminados" durante operações de segurança. As autoridades recusaram-se a investigar as denúncias do advogado.

■ Em 27 de outubro, dezenas de manifestantes alinharam-se a uma distância de 50 metros da sede central do Serviço Federal de Segurança em Moscou (uma forma de piquete que não requeria autorização prévia). No momento em que vários ativistas políticos conhecidos tentavam deixar o local, cercados por repórteres, eles foram detidos pela polícia. Nos dias 30 de outubro e 4 de dezembro, respectivamente, os ativistas Alexey Navalny e Sergei Udaltsov receberam, cada um, uma multa no valor de quase mil dólares por organizarem e participarem de um comício não autorizado que perturbou a ordem pública. O juiz responsável pelo processo de Alexey Navalny teria recusado um pedido de seu advogado de defesa para contrainterrogar os policiais que o haviam detido, além de ter-se recusado a admitir como prova uma gravação do evento em vídeo.

Norte do Cáucaso

A região norte do Cáucaso permaneceu altamente instável. Violações de direitos humanos continuaram sendo cometidas de forma extensiva durante operações de segurança.

Grupos armados continuaram lançando ataques contra forças de segurança, autoridades locais e civis. Um duplo atentado a bomba, no dia 3 de maio em

Makhachkala, deixou 13 pessoas mortas (oito policiais) e mais de 80 trabalhadores dos serviços de resgate e emergência feridos. Em 28 de agosto, um influente clérigo muçulmano do Daguestão, o xeique Said Afandi, e cinco pessoas que o visitavam foram mortos num atentado suicida por uma mulher-bomba. Outros ataques de grupos armados também aconteceram no norte do Cáucaso.

Algumas repúblicas tentaram reagir de modo não repressivo às ameaças apresentadas pelos grupos armados. Comissões de Adaptação foram criadas no Daguestão e na Inguchétia com o intuito de estimular a rendição e a reintegração de ex-membros de grupos armados à sociedade. As autoridades daguestanesas adotaram uma atitude mais tolerante com os muçulmanos salafistas.

Entretanto, operações de segurança continuaram sendo conduzidas regularmente por toda a região. Durante essas operações, foram registradas inúmeras violações de direitos humanos cometidas por agentes da lei, tais como desaparecimentos forçados, detenções ilegais, torturas e outros maus-tratos e execuções extrajudiciais.

As autoridades falharam sistematicamente em conduzir investigações efetivas, imparciais e imediatas sobre as violações cometidas por esses agentes, em identificar os responsáveis e em levá-los à Justiça. Apesar de ações penais terem sido iniciadas em alguns casos, na maioria das vezes, as investigações subsequentes ou não apontavam os perpetradores ou não confirmavam o envolvimento dos agentes nos incidentes relevantes, ou, ainda, concluíam não ter havido qualquer violação por parte dos agentes da lei. Somente em casos excepcionais policiais foram processados por abuso de autoridade em incidentes de tortura ou outros maus-tratos. Sequer um caso de desaparecimento forçado ou de execução extrajudicial foi solucionado, e nenhum perpetrador de algum outro órgão de aplicação da lei foi levado à Justiça.

■ Rustam Aushev, de 23 anos, morador da Inguchétia, foi visto pela última vez em 17 de fevereiro na estação de trem de Mineralnye Vody, na região vizinha de Stavropol. No dia seguinte, um parente seu conversou com funcionários da estação, que relataram ter visto um jovem ser detido por homens à paisana e depois levado em uma minivan Gazelle – cenas gravadas pelas câmaras do circuito interno. Um segurança teria se dirigido ao motorista da van para pedir que ele

estacionasse no local apropriado, quando lhe foi mostrada uma carteira oficial do Serviço Federal de Segurança. A família de Rustan relatou esses fatos às autoridades e exigiu uma investigação; porém, até o fim do ano, seu destino e paradeiro continuavam desconhecidos.

■ Foi concluída na cidade de Karabulak a primeira investigação sobre dois ex-policiais a ser realizada na Inguchétia. Algumas das acusações referiam-se à detenção secreta e à tortura de Zelimkhan Chitigov, embora os policiais também tivessem sido acusados de outros delitos. O anúncio do veredicto foi adiado várias vezes por quase três meses, e, no dia 7 de novembro, o juiz sentenciou um dos réus a oito anos de prisão e absolveu totalmente o outro, que fora seu superior. Denúncias de intimidação das vítimas e testemunhas persistiram durante todo o julgamento, ao qual nenhum dos réus compareceu. Nenhum outro perpetrador foi identificado, apesar de Zelimkhan Chitigov ter identificado pelo nome pelo menos mais um oficial e de ele ter afirmado que muitos outros participaram das incessantes sessões de tortura durante os três dias que ele ficou detido secretamente.

Visitas/relatórios da AI

🚗 Representantes da Anistia Internacional visitaram a Federação Russa em maio e junho.

📄 Russian Federation: The circle of injustice – Security operations and human rights violations in Ingushetia (EUR 46/012/2012)

📄 Russian Federation: Briefing to the UN Committee against Torture (EUR 46/040/2012)

SÍRIA

REPÚBLICA ÁRABE DA SÍRIA

Chefe de Estado: **Bashar al Assad**
Chefe de governo: **Wael al Halqi (sucedeu Omar Ibrahim Ghalawanji em agosto, o qual sucedeu Riyad Farid Hijab em agosto, o qual sucedeu Adel Safar em junho)**

O conflito armado interno entre as forças governamentais e a oposição, formada pelo Exército Sírio Livre e por outros grupos armados, foi marcado por graves abusos dos direitos humanos, por crimes de guerra e por crimes contra a humanidade. As forças do governo, responsáveis pela grande maioria das violações, lançaram ataques indiscriminados contra áreas residenciais utilizando aviões de combate, projéteis de artilharia, morteiros, armas incendiárias e bombas de fragmentação. Com auxílio das milícias que as apoiavam, prenderam milhares de pessoas, inclusive crianças, muitas das quais foram vítimas de desaparecimentos forçados. A tortura e os maus-tratos das pessoas detidas eram corriqueiros; pelo menos 550 pessoas teriam morrido sob custódia, muitas depois de serem torturadas. Outras foram executadas extrajudicialmente. Os franco-atiradores das forças de segurança continuaram a disparar contra manifestantes pacíficos contrários ao governo e contra pessoas que participavam de funerais. Trabalhadores da saúde que tratavam dos feridos também foram alvos de ataques. Prevaleceu um clima de impunidade tanto para as graves violações de direitos humanos cometidas no passado quanto para as atuais. Grupos armados que lutavam contra o governo também cometeram graves abusos, inclusive crimes de guerra. Eles torturaram e executaram sumariamente soldados do governo e milicianos capturados, além de efetuarem bombardeios indiscriminados que mataram ou feriram civis. Centenas de milhares de pessoas foram obrigadas a fugir de suas casas. A ONU calculou que mais de dois milhões de pessoas estavam desalojadas e vivendo em condições deploráveis dentro do país e que, desde o início do conflito, quase 600 mil haviam se refugiado em países vizinhos, onde as condições costumavam ser precárias. Não foi possível confirmar se sentenças de

morte foram impostas ou se execuções foram realizadas.

Informações gerais

O conflito armado interno tomou conta da maioria do país e causou a morte de milhares de civis. Ofensivas aéreas indiscriminadas, ataques com morteiros e artilharia, bombardeios, execuções extrajudiciais e sumárias, ameaças, sequestros e tomada de reféns tornaram-se práticas comuns.

Em janeiro, a Liga Árabe suspendeu sua missão de monitorar o compromisso assumido pelo governo sírio de retirar as forças armadas das cidades, de deter a violência e de libertar os detidos. De modo similar, frente à persistência da violência armada, a Missão de Supervisão da ONU na Síria, estabelecida em abril para monitorar e apoiar a implementação de um plano proposto por Kofi Anan, enviado especial da ONU e da Liga Árabe, foi encerrada em 19 de agosto. Em duas ocasiões, a Federação Russa e a China vetaram resoluções do Conselho de Segurança da ONU relativas à situação da Síria. Em agosto, Kofi Anan foi substituído pelo veterano diplomata argelino Lakhdar Brahimi, que, até o fim do ano, não havia conseguido avançar na busca de uma solução política consensual para o conflito.

Em fevereiro, o governo promoveu um referendo sobre a nova Constituição, que terminava com o monopólio de poder do partido Baath. A nova Carta, porém, não satisfaz as demandas da oposição, que exigia reformas políticas abrangentes. Eleições legislativas foram realizadas 90 dias depois.

O governo continuou a atribuir muitas mortes de manifestantes a "gangues armadas" obscuras e adotou, em julho, uma nova lei antiterrorista. A legislação foi usada para deter ativistas políticos e outros por acusações vagas de "atos terroristas", bem como para julgá-los, sem garantias, perante o novo Tribunal Antiterrorista que começou a funcionar em setembro.

No dia 18 de julho, um atentado a bomba na capital, Damasco, reivindicado pelo Exército Sírio Livre, matou o ministro e o vice-ministro da Defesa, o vice-presidente adjunto e o chefe da agência de segurança nacional. Dois dias depois, grupos armados de oposição lançaram uma ofensiva que estendeu o conflito armado a Aleppo, Damasco e outros lugares.

Em setembro, o Conselho de Direitos Humanos da

ONU prorrogou o mandato da comissão de inquérito internacional independente estabelecida em 2011. Em fevereiro e agosto, a comissão apontou que as forças do governo haviam cometido crimes contra a humanidade, crimes de guerra e abusos graves contra os direitos humanos, e que as forças armadas da oposição também haviam perpetrado crimes de guerra, porém de "gravidade, frequência e escala" inferiores. As autoridades continuaram a negar a entrada no país tanto da comissão de investigação quanto do Conselho de Direitos Humanos. Além disso, limitaram o acesso dos meios de comunicação e das organizações independentes de direitos humanos, que, ainda assim, conseguiram chegar a diversas áreas do país, inclusive a algumas controladas pelas forças de oposição armadas.

Em janeiro e outubro, o governo anunciou anistias gerais, porém não ficou claro quantas das pessoas detidas foram libertadas.

Em novembro, vários grupos de oposição uniram-se para formar a Coalizão Nacional das Forças Revolucionárias e de Oposição Sírias, que obteve crescente reconhecimento internacional como o único e legítimo representante do povo sírio.

Os Estados Unidos e a Liga Árabe seguiram impondo sanções contra a Síria, ao mesmo tempo em que pediam reiteradamente que o Presidente Al Assad deixasse o poder. A União Europeia ampliou suas sanções específicas contra membros do regime sírio.

Crimes contra o direito internacional

As forças do governo e suas milícias associadas cometeram crimes de guerra ao arrasar cidades e vilarejos considerados redutos da oposição, principalmente nos governados de Homs, Idlib, Hama, Damasco e Aleppo. Foram realizados ataques indiscriminados que mataram ou feriram milhares de civis. Muitas das mortes se deviam ao uso abusivo de armas de guerra usadas em campos de batalha, mas pouco precisas em zonas civis densamente povoadas. Além de lançarem de avião bombas não guiadas de queda livre, as forças de segurança dispararam morteiros, artilharia, armas incendiárias e foguetes sobre áreas residenciais. Também utilizaram armas proibidas internacionalmente, como minas antipessoais e bombas de fragmentação, e ainda saquearam, destruíram e incendiaram sistematicamente os bens e, às vezes, os corpos de

suas vítimas.

■ Hassan e Rayan al Bajri, de 11 e 8 anos de idade, sua mãe Salha e seu pai Naasan, foram mortos, em junho, junto com dois vizinhos, quando sua casa em Maarat al Noman foi atingida por um projétil de morteiro disparado por forças do governo.

■ Em 28 de agosto, ataques aéreos do governo atingiram um mercado na localidade de Kafr Anbel, matando 22 civis e ferindo muitos outros. Entre as vítimas estavam Fathiya Fares Ali al Sheikh, mãe de nove filhos, e os adolescentes Mohamed e Jumaa al Sweid.

Abusos cometidos por grupos armados de oposição

Grupos armados que lutavam contra o governo, alguns deles vinculados ao Exército Sírio Livre, cometeram graves violações do direito internacional humanitário constitutivas de crimes de guerra. As vítimas, em sua maioria, eram membros conhecidos ou presumidos de forças do governo e de milícias aliadas, a quem esses grupos torturavam ou executavam sumariamente depois de capturá-los ou de submetê-los a 'julgamentos' injustos perante tribunais improvisados. Ademais, perseguiram jornalistas que trabalhavam para veículos de imprensa favoráveis ao governo e familiares de pessoas suspeitas de participar de milícias pró-governo. Os grupos armados ameaçaram e sequestraram civis, por vezes exigindo o pagamento de resgate, e tomaram pessoas como reféns, entre elas soldados capturados e cidadãos libaneses e iranianos. Também realizaram atentados suicidas e outros ataques com explosivos, além de dispararem armas de baixa precisão, como artilharia e morteiros, contra bairros densamente povoados, de utilizarem armas de efeitos inerentemente indiscriminados, como minas terrestres antipessoais, e de prepararem ou armazenarem munições e explosivos em prédios residenciais, pondo em risco a vida dos moradores civis. Crianças foram usadas em operações militares, principalmente em funções de apoio, não de combate. Segundo informações, ao final do ano, os grupos armados de oposição estavam intensificando as ameaças e os ataques contra comunidades minoritárias consideradas favoráveis ao governo.

■ Nove dos 11 muçulmanos xiitas libaneses que o grupo armado Brigada Asifat al Shimal tomou como reféns no dia 22 de maio, quando eles se dirigiam do

Libano para o Irã, permaneciam cativos no fim do ano.

■ Em 31 de julho, após intensos combates, o grupo armado Brigada Al Tawhid capturou 14 integrantes do clã sunita Al Berri, que era favorável ao governo. Gravações em vídeo mostraram os homens capturados sendo torturados antes de ao menos três deles, inclusive Ali Zein al Abdeen al Berri, um dos líderes do clã, serem mortos a tiros. O responsável pela comunicação do Exército Sírio Livre condenou os homicídios e anunciou uma investigação; porém, não há notícias de que tenha acontecido.

Liberdade de expressão – ataques contra jornalistas

Todas as partes no conflito atacaram jornalistas. As forças do governo sírio também atacaram pessoas que faziam jornalismo colaborativo. Pelo menos 11 jornalistas morreram em ataques que pareciam dirigidos especificamente contra eles, enquanto outros foram detidos ou tomados como reféns. Outros jornalistas foram mortos em consequência de bombardeios indiscriminados ou de fogo cruzado.

■ A jornalista estadunidense Marie Colvin e o fotógrafo francês Remi Ochlik foram mortos no dia 22 de fevereiro, quando forças do governo bombardearam um edifício em Homs. Outros jornalistas que sobreviveram ao ataque afirmaram que o prédio foi escolhido como alvo por estar sendo usado como centro de imprensa. Rami al Sayed, jornalista colaborativo que cobria os eventos a partir de Homs, foi morto nesse mesmo dia devido às lesões causadas por estilhaços de explosivo.

■ Maya Nasser, correspondente sírio da emissora de televisão pública iraniana Press TV, foi morto a tiros, aparentemente por franco-atiradores opositores, enquanto fazia a cobertura de um atentado a bomba contra o quartel general do exército sírio em Damasco, em 26 de setembro. Seu colega Hussein Mortada, da rede de notícias iraniana Al Alam, foi ferido no ataque. Ambos haviam sido ameaçados anteriormente pelas forças opositores.

■ Ali Mahmoud Othman, ativista do centro de imprensa de Homs, foi preso em sua casa no dia 24 de março. Ele foi mostrado na televisão pública em abril, mas, depois disso, sua família não teve mais qualquer informação das autoridades sobre seu paradeiro.

■ Mazen Darwish, diretor do Centro Sírio de Mídia e Liberdade de Expressão, e outros quatro integrantes do centro, Abd al Rahman Hamada, Hussein Gharir,

Mansour al Omari e Hani al Zitani, foram detidos e comunicáveis depois de serem presos, no dia 16 de fevereiro, em Damasco, por agentes dos serviços de inteligência da Força Aérea. No fim do ano, eles continuavam detidos. Outras 11 pessoas presas na mesma época foram libertadas, embora sete delas tenham sido posteriormente condenadas em tribunal militar por "posse de material proibido com intenção de difundi-lo".

Execuções extrajudiciais cometidas pelas forças do governo e por milícias aliadas

As forças do governo e as milícias que agiam com elas executaram de modo sumário civis e combatentes opositores capturados, às vezes em grande número, durante incursões militares em áreas consideradas favoráveis à oposição. Os corpos das vítimas geralmente eram encontrados com as mãos amarradas às costas e com múltiplos ferimentos de bala na parte superior do corpo. Alguns haviam sido queimados.

■ Em 23 de março, três irmãos, Yousef, Bilal e Talal Haj Hussein, trabalhadores da construção civil com idade entre 20 e 30 anos, foram tirados de sua casa, em Sarmin, na periferia de Idlib, por soldados do governo. Eles executaram os três irmãos de modo sumário na frente de sua mãe e suas irmãs, e então incendiaram os corpos.

■ Dezenas de pessoas, muitas delas civis não envolvidos nas hostilidades, foram executadas sumariamente durante uma incursão militar na localidade de Houla, próxima a Homs, no dia 25 de maio. Apesar das negativas do governo, a comissão de investigação internacional independente concluiu que "mais de 100 civis, quase a metade deles menor de idade", foram mortos nesse local nas mãos de soldados do governo e de milícias aliadas.

Uso excessivo da força por parte das forças do governo e de milícias aliadas

As forças e as milícias do governo rotineiramente empregaram força letal ou outros meios excessivos para reprimir protestos pacíficos que pediam a "queda do regime". Centenas de pessoas, inclusive crianças e transeuntes, que não apresentavam qualquer ameaça às forças de segurança ou a outros, foram mortas ou feridas por franco-atiradores do governo durante a realização de protestos ou funerais públicos de "mártires". As autoridades pressionaram

as famílias de algumas das vítimas para que assinassem declarações culpando grupos armados terroristas, em vez das forças de segurança, pelas mortes de seus parentes.

■ Mohammed Haffar, proprietário de uma confeitaria em Aleppo, foi morto a tiros no dia 17 de maio. Ele estava parado na porta de sua loja quando as forças do governo abriram fogo contra uma manifestação.

■ Moaz Lababidi, um estudante de 16 anos, foi uma das 10 pessoas mortas a tiros no dia 25 de maio pelas forças de segurança e por milicianos em trajes civis. Ele foi morto em frente a uma delegacia de polícia quando participava do cortejo funerário de quatro manifestantes que também haviam sido mortos a tiros naquele mesmo dia.

Pessoas feridas e profissionais da saúde como alvos

As forças e as milícias do governo perseguiram civis e combatentes de oposição feridos, alguns dos quais também foram submetidos a maus-tratos em hospitais públicos. As forças do governo também atacaram os centros médicos improvisados montados pela oposição para prestar assistência aos feridos, bem como os médicos, enfermeiras e paramédicos voluntários que trabalhavam nos centros.

■ Os corpos queimados e mutilados de Basel Aslan, Musab Barad and Hazem Batikh, três estudantes que faziam parte de uma rede médica que atendia manifestantes feridos, foram encontrados em Aleppo no dia 24 de junho, uma semana depois de serem presos por agentes dos serviços de inteligência da Força Aérea. Basel Aslan tinha as mãos amarradas às costas; ele fora torturado e morto com um tiro na cabeça.

■ Osama al-Habaly teria sido preso no dia 18 de agosto por agentes do Serviço de Inteligência Militar da Síria, na fronteira sírio-libanesa, quando voltava para casa depois de ter recebido tratamento médico no Líbano. Sua família soube depois que ele havia sido torturado, mas não recebeu qualquer informação oficial sobre seu destino.

Repressão à dissidência

O governo manteve rígidos controles sobre a liberdade de expressão, de associação e de reunião. As forças de segurança e as milícias do governo detiveram milhares de pessoas durante manifestações e em ações militares de repressão,

como revistas domiciliares e buscas de casa em casa. Centenas, ou mesmo milhares de pessoas foram detidas incomunicáveis em condições que correspondiam a desaparecimentos forçados, geralmente em centros de detenção secretos e, por vezes, improvisados, onde a tortura e outros abusos eram amplamente praticados com impunidade. Entre os detidos estavam ativistas políticos e de direitos humanos, jornalistas, blogueiros, trabalhadores humanitários e imãs. Alguns deles foram condenados e sentenciados em julgamentos injustos, realizados perante tribunais militares e especiais.

■ Khalil Matouq, um proeminente advogado de direitos humanos, e seu amigo Mohammed Thatha desapareceram no dia 2 de outubro quando se deslocavam em Damasco, passando por postos de controle das forças de segurança. Seus familiares foram informados de que eles se encontravam detidos incomunicáveis em uma unidade dos serviços de Segurança do Estado em Damasco.

■ Quatro mulheres – Rua Jafar, Rima Dali e as irmãs Kinda al Zaour e Lubna al Zaour – foram presas por membros das forças de segurança, em 21 de novembro, quando andavam por uma rua de Damasco vestidas de noiva e pedindo o fim da violência na Síria. Elas ficaram detidas por sete semanas.

Tortura e outros maus-tratos

A tortura e outros maus-tratos contra pessoas detidas, inclusive menores, eram práticas generalizadas e cometidas com impunidade pelas forças do governo e pelas milícias aliadas, com o fim de obter informações ou "confissões" e aterrorizar ou punir supostos adversários do governo. Entre os métodos utilizados estavam espancamentos brutais, suspensão pelos membros ou dentro de um pneu, choques elétricos, estupros e outros abusos sexuais. Os detidos geralmente eram mantidos em condições insalubres e superlotadas, sem acesso a tratamento médico ou submetidos a abusos por parte do pessoal da área médica.

■ Salameh Kaileh, jornalista palestino de nacionalidade jordaniana, foi torturado por membros dos serviços de inteligência da Força Aérea depois de ter sido preso em sua casa em Damasco, em 24 de abril, aparentemente por causa de uma conversa que ele teve no Facebook e por estar em posse de uma publicação de esquerda. Ele foi açoitado nas solas dos pés e insultado. No dia 3 de maio, foi transferido a um

hospital militar, onde ele e outros indivíduos foram surrados, insultados, impedidos de usar o toalete e privados de medicamentos. No dia 14 de maio, ele foi deportado para a Jordânia.

Grupos de oposição armados também torturaram ou submeteram a maus-tratos membros das forças de segurança ou apoiadores do governo capturados.

Mortes sob custódia

Pelo menos 550 pessoas, inclusive menores, teriam morrido sob custódia, a maioria, ao que parece, em consequência de tortura ou de outros maus-tratos.

Muitos eram supostos opositores do governo.

Ninguém foi levado à Justiça por essas mortes.

■ Os irmãos Ahmad e Yahia Kaake foram presos em um posto de controle do exército próximo a Aleppo em 29 de setembro. Alguns dias depois, um parente encontrou o corpo de Ahmad Kaake em um necrotério, com quatro ferimentos de bala. Yahia Kaake permanecia detido incomunicável.

Desaparecimentos forçados

As forças do governo não revelaram informações sobre o destino de centenas, possivelmente milhares, de pessoas detidas no contexto do conflito em condições que configuravam desaparecimentos forçados.

Ademais, as autoridades continuaram sem oferecer explicações sobre as cerca de 17 mil pessoas que desapareceram sob custódia síria desde o fim da década de 1970. Entre elas, estavam centenas de cidadãos palestinos e libaneses que haviam sido presos na Síria ou sequestrados no Líbano por forças sírias ou por milícias libanesas e palestinas.

Entretanto, a libertação do cidadão libanês Yacoub Chamoun, quase 27 anos depois de seu desaparecimento, renovou as esperanças de algumas famílias de que seus entes queridos ainda pudessem estar vivos.

■ A ativista Zilal Ibrahim al Salhani desapareceu após ser presa em sua casa em Aleppo, no dia 28 de julho, pelas forças de segurança. No fim do ano, seu paradeiro continuava desconhecido.

Impunidade

O Governo não tomou qualquer medida para investigar as numerosas denúncias contra suas forças, nem para levar à Justiça os supostos responsáveis por violações graves dos direitos humanos, por crimes contra a humanidade ou por crimes de guerra. Ao

contrário, manteve um regime de impunidade, com leis que conferiam aos membros das forças de segurança imunidade efetiva pelos homicídios ilegais, torturas, desaparecimentos forçados e outras violações dos direitos humanos. As autoridades tampouco tomaram qualquer medida para investigar e responsabilizar os autores de violações graves cometidas no passado, como os milhares de desaparecimentos forçados e os homicídios dos internos da prisão de Saydnaya, em 2008, e da prisão de Tadmur em junho de 1980. Em fevereiro, a comissão de investigação internacional independente entregou à alta comissária da ONU para os Direitos Humanos uma lista selada com os nomes de autoridades do alto escalão que deveriam ser investigadas por crimes contra a humanidade.

Os grupos de oposição armados também desrespeitaram o direito internacional humanitário, especialmente ao não impedir a prática de crimes como a tortura e a execução sumária de pessoas capturadas.

Refugiados e pessoas desalojadas dentro do país

As forças do governo lançaram frequentes ataques aéreos indiscriminados contra áreas controladas pela oposição, obrigando quase todos os moradores a fugir. Outras pessoas, principalmente de comunidades minoritárias, também abandonaram suas casas por temerem ataques dos grupos armados de oposição. Muitas acamparam em áreas rurais ou refugiaram-se em cavernas; outras foram morar com parentes ou deixaram o país. Refugiados procedentes de outros lugares que viviam na Síria, sobretudo palestinos, tiveram mais dificuldades para buscar segurança.

Em dezembro, a ONU calculou que havia dentro da Síria mais de dois milhões de pessoas desalojadas pelo conflito e que necessitavam de ajuda humanitária. Segundo o ACNUR, a agência da ONU para os refugiados, quase 600 mil sírios haviam se registrado ou aguardavam para registrarem-se como refugiados na Turquia, na Jordânia, no Líbano, no Iraque ou no norte da África. Acredita-se, contudo, que o número total de pessoas que deixaram a Síria seja mais alto. Os países vizinhos permitiram que milhares de refugiados da Síria entrassem em seu território em busca de segurança e de ajuda. No entanto, em meados de agosto, a Turquia e o Iraque restringiram sua entrada, em violação ao direito

internacional. Ao fim do ano, milhares de pessoas estavam vivendo em condições deploráveis em campos próximos à fronteira com a Turquia.

Pena de morte

A pena de morte permaneceu em vigor. Não foi possível verificar se sentenças de morte foram impostas ou se execuções foram realizadas.

Visitas/relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional realizaram várias visitas à Síria e a países vizinhos para investigar a situação dos direitos humanos na Síria.

“I wanted to die”: Syria’s torture survivors speak out (MDE 24/016/2012)

Deadly reprisals: Deliberate killings and other abuses by Syria’s armed forces (MDE 24/041/2012)

All-out repression: Purging dissent in Aleppo, Syria (MDE 24/061/2012)

Syria: Civilians bearing the brunt in the battle for Aleppo (MDE 24/073/2012)

Syria: Indiscriminate attacks terrorize and displace civilians (MDE 24/078/2012)

SOMÁLIA

REPÚBLICA SOMALI

Chefe de Estado: **Hassan Sheikh Mohamud (sucedeu Sheikh Sharif Sheikh Ahmed em setembro)**
Chefe de governo: **Abdi Farah Shirdon Saaid (sucedeu Abdiweli Mohamed Ali em outubro)**
Líder da República Somali: **Ahmed Mohamed Mahamoud Silanyo**

Proseguiu o conflito armado entre as forças pró-governo, a Missão da União Africana na Somália (AMISON) e o grupo armado islamita Al Shabab, nas regiões sul e central da Somália. Forças pró-governo tomaram o controle de diversas cidades importantes que estavam em poder do Al Shabab, como a cidade portuária de Kismayo. A transição política encerrou o mandato do governo federal de transição (GFT). Em agosto, foi escolhido um novo Parlamento. Um novo Presidente foi nomeado em setembro e um novo primeiro-ministro em outubro. Milhares de civis foram mortos, feridos ou deslocados em

consequência do conflito armado e da violência generalizada. O acesso das agências de assistência humanitária continuou limitado em consequência dos combates, da insegurança e das restrições impostas pelas partes em conflito. Dezoito jornalistas foram mortos, outros foram atacados, hostilizados e forçados a exilar-se. Trabalhadores humanitários e de direitos humanos também continuaram sendo alvos de abusos. Grupos armados seguiram recrutando pessoas à força, inclusive crianças, e sequestrando, torturando e assassinando pessoas. Graves abusos dos direitos humanos, como crimes de guerra, permaneceram impunes. Em Somaliland, a liberdade de expressão foi tolhida e um jornalista foi morto.

Informações gerais

O governo federal de transição e a AMISON mantiveram o controle da capital somali, Mogadíscio. Confrontos com o Al Shabab prosseguiram por todo o ano; porém, com menor registro de incidentes e de baixas civis. O Al Shabab perdeu o controle de diversas cidades importantes, como Baidoa, Afgoye, Merka e Kismayo, mas manteve o controle de grandes áreas do interior do país. A insegurança continuou intensa. Os civis corriam risco de serem atingidos por disparos indiscriminados, de serem atacados diretamente ou de serem vítimas de atentados suicidas.

Em julho, tropas quenianas foram formalmente incorporadas à AMISON após sua intervenção no país em outubro de 2011. O apoio internacional às forças de segurança do governo e às milícias aliadas continuou, apesar de essas forças não prestarem contas das graves e contínuas violações de direitos humanos que praticam.

Em julho, o Grupo de Monitoramento da ONU chamou atenção para as constantes violações ao embargo de armas para a Somália.

Em fevereiro, a ONU declarou o fim da fome na Somália, alertando, porém, que a crise humanitária persistia. Ao fim de 2012, 31 por cento da população permanecia em estado de crise alimentar e necessitava assistência.

Em agosto, expirou o mandato do governo federal de transição. O prazo de 20 de agosto estabelecido por esse governo para transferir o poder a um governo novo e mais representativo foi prorrogado várias vezes. O Parlamento foi escolhido em agosto e

um novo Presidente foi designado em setembro. Um grupo de 135 anciões foi escolhido para formar uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC), a qual escolheria 275 novos deputados e aprovaria a nova Constituição da Somália. Em 1º de agosto, a Constituição foi aprovada pela ANC. Embora não tenha proposto emendas à nova Carta, a ANC fez uma série de recomendações a serem consideradas pelo novo Parlamento. O referendo popular necessário para aprovar a nova Constituição ainda não havia acontecido no fim do ano. Um comitê técnico de seleção auxiliou a ANC na apuração dos antecedentes dos aspirantes a deputado. Os candidatos foram avaliados de acordo com uma variedade de critérios como, por exemplo, a análise de possíveis acusações de que violaram direitos humanos. A Corte Superior anulou a decisão do comitê de recusar 16 candidaturas de deputados por eles terem sido chefes de facções armadas. Em setembro, o Parlamento elegeu Hassan Sheikh Mohamud para a Presidência. Ele derrotou o presidente em exercício, o xeique Sharif Sheikh Ahmed, por 190 a 79 votos. Em outubro, o Presidente designou Abdi Farah Shirdon Saaid como primeiro-ministro. Em novembro, o Parlamento aprovou sua escolha de ministros para formar o gabinete. Entre eles, a primeira mulher somali a ser ministra das Relações Exteriores.

Em janeiro, foi criado o estado de Katumo, que reivindicava ser composto pelas regiões de Sool, Sabag e Ayn, bem como ser coligado ao governo de Mogadíscio. O controle dessas regiões era objeto de uma disputa entre as macrorregiões somalis de Somaliland e Puntland. Choques entre as forças armadas de Somaliland e as milícias aliadas ao estado de Katumo provocaram o deslocamento de milhares de pessoas.

S

Abusos cometidos pelas partes no conflito armado

Ataques indiscriminados

Centenas de civis foram mortos ou feridos em ataques indiscriminados por todas as partes no conflito. Apesar de os ataques com morteiros terem diminuído, alguns teriam causado a morte de civis. Tiroteios e brigas internas entre diferentes unidades do governo federal de transição e milícias, principalmente em Mogadíscio, mataram e feriram vários civis. Artefatos explosivos improvisados e

granadas, cada vez mais utilizados pelo Al Shabab ou seus seguidores, também causaram ferimentos e mortes de civis. O Al Shabab reivindicou a autoria de atentados suicidas que mataram ou feriram centenas de pessoas. Ofensivas aéreas – algumas conduzidas pelo Quênia – também mataram ou feriram civis nas regiões centro e sul da Somália.

■ Em 15 de janeiro, ataques aéreos em Jilib mataram pelo menos sete pessoas, cinco delas crianças. Ninguém reivindicou responsabilidade pelo ataque.

■ Em 28 de março, um morteiro que, segundo informações, deveria atingir milícias pró-governo, caiu sobre o campo de desalojados internos de Beerta Darawiishta, em Mogadíscio, matando três pessoas, inclusive uma criança de três anos. Outras oito pessoas teriam ficado gravemente feridas.

■ Em abril, atentados suicidas em Mogadíscio e Baidoa deixaram ao menos 22 mortos. Pelo menos 10 pessoas, inclusive os dois presidentes do Comitê Olímpico da Somália e de sua Associação de Futebol, foram mortas em um atentado no recém-reaberto Teatro Nacional, na capital. Em Baidoa, um atentado próximo a um movimentado mercado matou pelo menos 12 pessoas e feriu mais de 30, inclusive 10 jornalistas.

Ataques diretos contra civis

Civis corriam perigo de serem alvos diretos de ataques e assassinatos em Mogadíscio.

■ Em 9 de novembro, um dos anciãos responsáveis por selecionar os novos deputados foi morto a tiros diante de uma mesquita no distrito de Waberi em Mogadíscio.

Facções do Al Shabab continuaram a torturar e executar ilegalmente pessoas que acusavam de ser espíões ou de não obedecer à interpretação que o grupo fazia da lei islâmica. O grupo matou pessoas em público, inclusive por apedrejamento, e executou amputações e açoitamentos, além de impor códigos de comportamento restritivos a mulheres e homens.

■ Três homens teriam sido mortos a tiros em público por membros do Al Shabab em Merka no mês de julho. Eles foram acusados de espionar para a CIA e para o MI6, o serviço de inteligência britânico, e de ser responsáveis por ataques realizados a partir de veículos aéreos não tripulados (vants).

■ Uma mulher foi raptada e decapitada em agosto perto de Baidoa. Dias antes, o Al Shabab a teria ameaçado para que parasse de vender chá às forças do governo que se encontravam naquela área.

Execuções extrajudiciais, detenções arbitrárias, tortura e outros maus-tratos teriam sido praticados em Baidoa e Beletweyne por milícias aliadas ao governo, geralmente em resposta à permanente insegurança e aos ataques do Al Shabab na região.

■ Em agosto, um homem com deficiência auditiva teria sido morto a tiros por tropas etíopes em Baidoa por ele não ter parado quando os soldados ordenaram.

Crianças soldados

O Al Shabab continuou recrutando crianças à força antes e durante suas operações militares. A maioria era mandada para a linha de frente. Milícias ligadas ao governo também foram acusadas de continuar recrutando e usando crianças soldados.

Em julho, o governo federal de transição firmou um plano de ação com a ONU para acabar com o recrutamento e o uso de crianças em suas próprias forças armadas. No fim do ano, a implementação do plano ainda não havia começado, e as crianças continuavam nas forças armadas do governo.

Liberdade de expressão

Jornalistas e outros profissionais da imprensa somalis continuaram sendo atacados, hostilizados e intimidados pelas partes no conflito. Pelo menos 18 profissionais da imprensa foram mortos. Em novembro, o Presidente anunciou a criação de uma equipe especial para investigar as mortes de jornalistas e identificar os responsáveis. Contudo, no fim de 2012, ninguém havia sido indicado para compor a equipe e ninguém havia sido responsabilizado pelas mortes. Em Puntland, as autoridades também continuaram a restringir arbitrariamente a liberdade de imprensa.

■ No dia 28 de janeiro, Hassan Osman Abdi ("Fantástico"), diretor da Rede de Comunicação Shabelle, foi alvejado com tiros disparados por atiradores não identificados. Segundo informações, ele morreu a caminho do hospital.

■ No dia 20 de setembro, três jornalistas, Abdirahman Yasin Ali, diretor da Rádio Hamar, Abdisarar Daher Sabriye, diretor de jornalismo da Rádio Mogadishu, e Liban Ali Nur, diretor de jornalismo da TV Nacional da Somália, foram mortos em um atentado suicida em um conhecido restaurante de Mogadíscio. Pelo menos outras 12 pessoas foram mortas e dezenas ficaram feridas, entre as quais outros quatro jornalistas.

■ No dia 27 de setembro, o corpo de Abdirahman

Mohamed, que trabalhava para um site esportivo, foi encontrado decapitado próximo a um mercado de animais em Mogadíscio.

■ No dia 4 de março, Ali Ahmed Abdi, jornalista da Rádio Galkayo, foi morto a tiros por indivíduos não identificados. Farhan Jemiis Abdulle, repórter da Rádio Daljir, foi morto a caminho de casa, no dia 2 de maio de 2012, por dois atiradores não identificados. Ambos os jornalistas foram assassinados na zona norte da cidade de Galkayo, controlada pelas autoridades de Puntland.

■ Em outubro, o ministro do Interior de Puntland fechou a Rádio Horseed, acusando a emissora de difundir notícias falsas para desestabilizar Puntland. O grupo Horseed Media, proprietário da Rádio Horseed, também sofreu restrições de acesso ao seu site em certas áreas de Puntland.

Pessoas desalojadas dentro do país, refugiados e requerentes de asilo

Combates, insegurança e desnutrição aguda continuaram a desalojar centenas de milhares de pessoas. Segundo o ACNUR, a agência da ONU para os refugiados, quase 1,36 milhão de somalis estavam desalojados dentro da Somália em 2012, a maioria nas regiões centro e sul do país.

Em Mogadíscio, os campos para desalojados internos continuaram a crescer. Eram constantes as denúncias de que recursos assistenciais estavam sendo desviados por funcionários do governo e administradores de campos, inclusive do Grupo de Monitoramento da ONU. A precariedade da situação de segurança também prejudicou a prestação de serviços nos campos. Prosseguiram as denúncias de violência sexual contra mulheres e meninas. Pessoas desalojadas teriam sido removidas à força de edifícios públicos para dar lugar a projetos de renovação, e de campos próximos ao aeroporto por razões de segurança.

■ Em fevereiro, pelo menos 60 mil pessoas fugiram do corredor de Afgoye, uma estrada que liga Mogadíscio à cidade de Afgoye, para escapar de uma ofensiva militar do governo e da AMISOM que visava a retomar o controle de Afgoye das mãos do Al Shabab.

■ Em setembro, mais de 10 mil pessoas fugiram de Kismayo para escapar de uma ofensiva militar que reconquistou o porto de Kismayo, em poder do Al Shabab.

Havia mais de um milhão de refugiados somalis na região, principalmente na Etiópia e no Quênia. Em novembro, o complexo de refugiados Dollo Ado, na

Etiópia, tornou-se o segundo maior do mundo, depois do complexo de Dadaab, no Quênia – também para refugiados somalis.

Restrições à ajuda humanitária

As operações de assistência humanitária continuaram a ser dificultadas por combates, por restrições de acesso e pela insegurança generalizada.

■ Em janeiro, o Al Shabab anunciou que o CICV estava proibido de atuar nas áreas sob seu controle. O grupo alegou que o CICV havia distribuído comida imprópria e acusado o Al Shabab de obstruir as ações de assistência. O Al Shabab anunciou em março a proibição das atividades da Aliança Internacional *Save the Children*, acusando-a de distribuir comida com prazo de validade vencido, de corrupção e de desobedecer as regras impostas pelo grupo às agências assistenciais. No dia 8 de outubro, o Al Shabab anunciou por meio do Twitter que estava proibindo as atividades da organização *Islamic Relief Worldwide*.

■ Em maio, o trabalhador humanitário Ahmed Mohamed Noor foi morto por atiradores não identificados quando saía de uma mesquita após as orações noturnas em Mursil, próximo a Baidoa.

Pena de morte

Em Mogadíscio, as estatísticas oficiais do governo afirmam ter ocorrido quatro execuções. Porém, há indícios de que ocorreram no mínimo cinco. Pelo menos 51 sentenças de morte foram proferidas após julgamentos em tribunais militares que careciam das garantias de justiça.

Em Puntland, foram registradas sete sentenças de morte e pelo menos uma execução.

Somaliland

Milhares de pessoas foram desalojadas pelos combates no leste da Somália entre o Exército de Somaliland e as milícias afiliadas ao novo estado de Katumo.

A liberdade de expressão foi cada vez mais limitada. Dezenas de jornalistas foram presos e detidos arbitrariamente. Alguns relataram ter sido espancados em custódia. Um jornalista foi morto. Um eminente ancião local foi detido por quatro meses por fazer declarações criticando o governo.

■ Ahmed Saakin Farah Ilyas, jornalista da TV Universal, foi morto por atiradores não identificados, no

dia 25 de outubro, na cidade de Las Anod.

■ Boqor Osman Mohamoud Buurmadow foi preso em Hargeisa no dia 15 de março. Em 24 de abril, ele havia sido acusado de "atividade antinacional de um cidadão no exterior", de "propaganda subversiva ou antinacional" e de "delitos recorrentes" por comentários que fez nos Emirados Árabes Unidos criticando a visita do Presidente de Somaliland à China. No dia 8 de julho, ele foi condenado e sentenciado a uma pena de um ano de prisão por "insultar um funcionário público". No dia 18 de julho, porém, ele foi libertado.

Visitas/relatórios da AI

- Somaliland: Release prisoner of conscience (AFR 52/007/2012)
- Somália: Protection of civilians and human rights are critical for stable future (PRE01/100/2012)
- Somália: Attacks against journalists must stop (PRE01/112/2012)
- Somália must end impunity for killing of media workers (PRE01/390/2012)

TIMOR-LESTE

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO TIMOR-LESTE

Chefe de Estado: **José Maria Vasconcelos**
(**Taur Matan Ruak**) (sucedeu **José Manuel Ramos-Horta** em maio)
Chefe de governo: **Kay Rala Xanana Gusmão**

Persistiu a impunidade para os crimes contra a humanidade e para as graves violações dos direitos humanos cometidas durante a ocupação indonésia (1975-1999). Forças de segurança foram acusadas de violações dos direitos humanos tais como maus-tratos e uso excessivo da força. Mulheres e meninas enfrentaram níveis elevados de violência doméstica.

Informações gerais

As eleições presidenciais e parlamentares, realizadas, respectivamente, em março-abril e em julho, transcorreram sem incidentes. Em dezembro de 2012, o conselho de segurança da ONU terminou o mandato da missão integrada da ONU no Timor-Leste.

Forças policiais e de segurança

Forças de segurança foram acusadas de maus-tratos e de uso de força excessiva, os quais, algumas vezes, levaram à morte. Os mecanismos de prestação de contas para a polícia e as forças armadas eram fracos. A força policial da ONU encerrou sua presença no país em dezembro.

Direitos das mulheres

Os níveis de violência doméstica contra as mulheres continuaram altos. Embora alguns casos tenham sido levados aos tribunais, muitos resultaram em sentenças com pena suspensa. A falta de proteção adequada para vítimas e testemunhas era preocupante.

A taxa de mortalidade materna do Timor-Leste estava entre as mais altas na região da Ásia e da Oceania.

Impunidade

Houve pouco progresso no sentido de lidar com os crimes contra a humanidade e outras violações dos direitos humanos cometidas pelas forças de segurança indonésias e seus auxiliares entre 1975 e 1999. O mandato da Equipe de Investigação de Crimes Sérios terminou em dezembro, sem terem sido concluídas cerca de 60 investigações sobre casos pendentes de violações de direitos humanos graves cometidas em 1999.

■ Em dezembro, o Tribunal Distrital de Dili prendeu três ex-integrantes da milícia Besi Merah Putih por crimes contra a humanidade cometidos no contexto do referendo de independência de 1999. Miguel Soares e Salvador de Jesus foram sentenciados a 9 e a 16 anos, respectivamente, por homicídio, e Faustino de Carvalho foi sentenciado a 6 anos por transferência forçosa de população e por detenção ilegal de mulheres e crianças.

As autoridades timorenses não aplicaram as recomendações da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR) e da Comissão da Verdade e da Amizade (CVA) entre a Indonésia e o Timor-Leste. As recomendações incluíam oferecer reparação às vítimas e às suas famílias, bem como adotar medidas efetivas para identificar vítimas de desaparecimentos forçados e crianças separadas de suas famílias.

■ Em fevereiro, o Parlamento começou a debater dois projetos de lei que criam um programa nacional de

reparações e um “Instituto Público da Memória”. Entretanto, esse debate foi adiado pela terceira vez desde junho 2010, e nenhuma data foi programada para sua retomada.

Visitas/relatórios da AI

■ Representantes da Anistia Internacional visitaram o Timor-Leste em outubro e novembro.

■ Timor-Leste: Remembering the past – Recommendations to effectively establish the “National Reparations Programme” and “Public Memory Institute” (ASA 57/001/2012)

TUNÍSIA

REPÚBLICA DA TUNÍSIA

Chefe de Estado:

Chefe de governo:

Moncef Marzouki

Hamadi Jebali

As autoridades restringiram a liberdade de expressão e processaram várias pessoas usando leis repressoras promulgadas no governo anterior. Houve novas denúncias de tortura e de outros maus-tratos cometidos pela polícia, que também usou força excessiva contra manifestantes. Os familiares das pessoas mortas e feridas durante os levantes que derrubaram o presidente anterior, em janeiro de 2011, continuaram pedindo justiça e reparação. Alguns funcionários do regime anterior foram julgados e presos. As mulheres continuaram a enfrentar discriminação tanto na lei quanto na prática. Nove pessoas foram sentenciadas à morte. Não houve execuções.

Informações gerais

O estado de emergência imposto em janeiro de 2011 foi renovado e permaneceu em vigor ao longo de 2012.

O governo de coalizão eleito em outubro de 2011 para o período de um ano permaneceu no poder durante todo o ano de 2012. Em outubro de 2012, o governo anunciou que novas eleições parlamentares e presidenciais seriam realizadas em junho e julho de 2013. A nova Assembleia Nacional Constituinte (ANC), encarregada de redigir a nova Constituição, apresentou um primeiro esboço da Carta em agosto,

mas declarou que não conseguiria terminar os trabalhos dentro do prazo estipulado de um ano, que foi então prorrogado até fevereiro de 2013. O esboço foi criticado em vários de seus aspectos de direitos humanos, sobretudo com relação aos artigos que tratam da condição jurídica da mulher, do direito à vida e da criminalização de declarações consideradas ofensivas à religião.

Em agosto, um projeto de lei criminalizando os atos considerados "ofensivos à religião e ao sagrado" foi apresentado à ANC pelo partido islamita Ennahda, majoritário na coalizão governamental. No fim do ano, o projeto ainda estava sendo analisado.

As autoridades tomaram medidas aparentemente voltadas a reformar o Judiciário e a promover a independência judicial. Em maio, o ministro da Justiça destituiu 82 juízes por suposta corrupção, reabilitando nove deles um mês depois. Em setembro, o Conselho Superior da Magistratura (CSM) transferiu, promoveu ou atribuiu novas funções a mais de 700 juízes. Entretanto, divisões internas na ANC impediram a adoção de um projeto de lei que substituiria o CSM por um Conselho Judiciário Provisório. O projeto de lei carecia das devidas salvaguardas contra a demissão ou a transferência arbitrárias de juízes, e outorgava ao poder executivo significativo controle sobre o novo órgão judicial proposto. Em setembro, o ministro da Justiça designou a si próprio presidente do CSM, cargo ocupado anteriormente pelo ex-presidente Zine El Abidine Ben Ali.

Ocorreram constantes manifestações e protestos públicos de grupos religiosos, de pessoas insatisfeitas com o andamento das reformas e com as difíceis condições de vida, bem como de ativistas que defendiam os direitos das mulheres, reformas nos meios de comunicação e maior liberdade de expressão. Alguns dos protestos acabaram em violência e foram respondidos com força, às vezes excessiva, pela polícia. Segundo as informações disponíveis, quase 300 manifestantes e transeuntes ficaram feridos quando a polícia agiu com força excessiva na cidade de Siliana, a sudoeste da capital Túnis, durante as manifestações dos dias 27, 28 e 29 de novembro, que pediam a destituição do governador da província de Siliana, o desenvolvimento econômico da cidade e a libertação de 13 pessoas detidas durante os protestos de abril de 2011.

Contrariamente, a polícia foi acusada de não intervir de forma oportuna nas diversas ocasiões em que artistas, escritores e outras pessoas foram atacadas violentamente por grupos de extremistas religiosos, principalmente salafistas (muçulmanos sunitas que defendem o retorno do que consideravam os princípios fundamentais do islamismo).

Tais ataques costumavam ser dirigidos a supostos vendedores de álcool, bem como a exposições de artes e a eventos culturais e de outros tipos. Em setembro, a embaixada dos Estados Unidos foi alvo de ataques motivados por um filme contrário ao Islã e que fora disponibilizado na internet.

Dezenas de salafistas teriam sido detidos após os ataques. Para protestar contra sua prisão e condições de detenção, mais de 50 deles entraram em greve de fome, o que levou duas pessoas à morte em novembro. Segundo informações, a maioria havia encerrado a greve de fome no fim do ano. Em outubro, após a detenção de outro salafista, grupos salafistas teriam atacado duas delegacias de polícia em Manuba, resultando em duas pessoas mortas e policiais feridos.

Em maio, a situação dos direitos humanos na Tunísia foi avaliada de acordo com a Revisão Periódica Universal da ONU. O governo aceitou a maioria das recomendações da organização, mas rejeitou as que o instavam a descriminalizar a difamação e as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo, a revogar as leis que discriminavam as mulheres e a abolir a pena de morte.

Ambas as relatoras especiais da ONU e da União Africana sobre defensores dos direitos humanos visitaram a Tunísia em setembro.

Justiça transicional

Em janeiro, o governo criou um Ministério de Direitos Humanos e Justiça Transicional, a fim de formular uma estratégia para lidar com violações de direitos humanos cometidas no passado e para garantir a proteção dos direitos humanos no futuro. No mês seguinte, porém, o novo ministro declarou que a homossexualidade não era um direito humano, mas uma "perversão".

Em abril, o Ministério da Justiça estabeleceu um comitê técnico, composto por funcionários e representantes da sociedade civil, para consultar a população de Túnis sobre questões de verdade,

justiça, reparação e reforma. O comitê preparou um anteprojeto de lei propondo a criação de um órgão independente, o Conselho da Verdade e da Dignidade, para supervisionar o processo de justiça transicional, o qual foi apresentado em outubro ao Presidente e à ANC.

Após sua visita em novembro, o relator especial da ONU sobre a promoção da verdade, da justiça, da reparação e das garantias de não repetição manifestou preocupação com o fato de o processo de justiça transicional da Tunísia não ser abrangente nem conferir a mesma importância a cada um dos quatro elementos da justiça transicional.

A Comissão Nacional de Investigação sobre os Abusos Cometidos desde 17 de Dezembro de 2010 até o Fim de Seu Mandato (conhecida como Comissão Bouderbala) apresentou seu relatório em maio. O documento descrevia os eventos transcorridos durante os levantes que derrubaram o governo do ex-presidente Ben Ali e relacionava os nomes dos mortos e feridos. Porém, não identificava os indivíduos responsáveis pelo uso de força letal e pelas violações de direitos humanos.

As autoridades ofereceram indenizações e cuidados médicos às pessoas feridas durante os levantes e às famílias das vítimas fatais, mas foram criticadas por não levarem em conta a gravidade dos ferimentos causados e outros fatores, como a perda de oportunidades de estudo e de trabalho. As famílias de algumas das vítimas fatais recusaram-se a aceitar as indenizações por considerarem que não havia sido feita justiça.

Várias autoridades do alto escalão do governo do ex-presidente Ben Ali foram sentenciadas a longas penas de prisão pelas mortes de manifestantes durante os levantes de dezembro de 2010 e janeiro de 2011. Outros funcionários de médio e baixo escalão foram condenados em caráter individual por terem atirado nos manifestantes, e foram para a cadeia.

■ Em junho, um tribunal militar de Kef condenou o ex-ministro do Interior, Rafiq Haj Kacem, a 12 anos de prisão por cumplicidade nos assassinatos de manifestantes cometidos em Kasserine, Thala, Kairouan and Tajerouin. Outros quatro funcionários graduados do Departamento de Segurança do Estado foram condenados a penas de até 10 anos de prisão, e seis funcionários de nível médio receberam penas de prisão por homicídio.

■ Em julho, o Tribunal Militar de Túnis condenou *in absentia* o ex-presidente Ben Ali à pena de prisão perpétua pelas mortes e ferimentos de manifestantes ocorridos na área metropolitana de Túnis. Trinta e nove ex-integrantes de suas forças de segurança, os quais compareceram ao tribunal, foram condenados a penas de até 20 anos de prisão.

Ambos os casos foram remetidos a um tribunal militar de recursos e continuavam pendentes no fim do ano.

O processo de levar ex-funcionários à Justiça pelos crimes cometidos durante os levantes foi questionável em diversos aspectos, sobretudo pelo fato de os julgamentos transcorrerem em tribunais militares em vez de civis. Além disso, as vítimas, seus familiares e seus advogados criticaram o que consideraram omissão da promotoria em conduzir investigações exaustivas, tendo afirmado que sofreram intimidações por parte das pessoas investigadas ou acusadas, algumas das quais continuavam em posição de autoridade.

Tortura e outros maus-tratos

Houve denúncias de torturas e outros maus-tratos por parte da polícia. Em agosto, o Ministério de Direitos Humanos e Justiça Transicional informou que, após uma consulta pública, planejava criar uma nova instituição nacional independente para combater a tortura. O órgão proposto teria poderes de fazer visitas a locais de detenção e de contribuir com a elaboração de novas leis. Além disso, apresentaria relatórios anuais e funcionaria de acordo com as normas internacionais.

■ Abderraouf Khemmassi morreu em custódia da polícia em Túnis, no dia 8 de setembro, 11 dias depois de preso por suposto roubo. A autópsia atribuiu sua morte a uma batida na cabeça, além de registrar outras lesões. Posteriormente, quatro policiais foram presos e acusados de provocar sua morte.

Liberdade de expressão

Apesar de terem assumido o compromisso de respeitar a liberdade de expressão, as autoridades moveram ações judiciais contra jornalistas, artistas, blogueiros e pessoas que as criticavam, recorrendo aos artigos 121.3 e 226 do Código Penal, que criminalizavam manifestações consideradas ameaça à ordem pública, à moral pública ou aos valores sagrados. Em outubro, porém, as autoridades

afirmaram que aplicariam os Decretos 115 e 116 de 2011 sobre Materiais Impressos e Audiovisuais.

■ Após postarem comentários e imagens na internet, Jabeur Mejri e Ghazi Beji foram condenados, em março, por insultar o Islã e os muçulmanos, com base nos artigos 121.3 e 226 do Código Penal e do artigo 86 do Código de Telecomunicações. Ghazi Beji fugiu do país e foi condenado à revelia. Ambos foram multados e condenados a sete anos e meio de prisão, o tempo máximo permitido. Suas sentenças foram confirmadas pelo Tribunal de Recursos de Monastir em 20 de junho. Depois disso, o processo foi remetido ao Tribunal de Cassação, cuja decisão ainda estava pendente no fim do ano. Enquanto isso, Jabeur Mejri encontrava-se detido na prisão de Mehdia.

Em junho, os salafistas atacaram uma exposição de arte na capital Túnis, alegando que algumas das obras expostas eram ofensivas ao Islã, o que ocasionou grandes protestos em outras cidades. Em setembro, manifestantes atacaram a embaixada dos Estados Unidos depois que um filme considerado ofensivo ao Islã foi disponibilizado na internet. Segundo informações, quatro pessoas morreram e várias ficaram feridas durante a violência.

■ Nadia Jelassi e Mohamed Ben Slima, artistas ligados à exposição atacada por salafistas em junho, foram intimados a comparecer perante um juiz de instrução, acusados de atentar contra valores sagrados, de ofender a moral pública e de perturbar a ordem pública. O processo ainda transcorria no fim do ano.

■ Em setembro, Ayoub Massoudi foi condenado por depreciar a reputação do exército e difamar um funcionário público. Ele recebeu uma sentença de prisão de quatro meses com pena suspensa, sendo inicialmente proibido de viajar ao exterior. Ele havia renunciado ao cargo de assessor presidencial quando, em junho, criticou publicamente a extradição do ex-primeiro-ministro líbio Al Baghdadi al Mahmoudi da Tunísia para a Líbia, acusando o ministro da Defesa e o chefe das forças armadas de não informarem o Presidente sobre a extradição. Ele foi processado com base no artigo 98 do Código de Justiça Militar e no artigo 128 do Código Penal.

Direitos das mulheres

As mulheres continuaram a enfrentar discriminação tanto na lei quanto na prática. O governo rejeitou as recomendações propostas na Revisão Periódica Universal da ONU de revogar as leis discriminatórias

relativas à herança e à custódia dos filhos. O Código Penal continuou prevendo, entre outras medidas discriminatórias, que um homem que estupe ou rapte uma mulher menor de idade poderá eximir-se de punição se ele casar com ela.

■ Uma mulher de 27 anos acusou dois policiais de estuprá-la enquanto um terceiro tentava extorquir dinheiro de seu noivo. Em setembro, depois que os policiais disseram que a encontraram em uma "posição imoral" com o noivo, ela própria foi acusada de comportamento indecente intencional. O casal foi intimado a comparecer perante um juiz de instrução. Eles apresentaram denúncia contra os três policiais, que foram detidos e serão processados. As acusações contra a mulher e seu noivo foram posteriormente retiradas.

Pena de morte

A pena de morte continuou em vigor. Segundo informações disponíveis, nove sentenças de morte foram impostas. Em setembro, o governo rejeitou uma recomendação da Revisão Periódica Universal da ONU de abolir a pena capital. No entanto, foi mantida a suspensão das execuções, que vigora desde 1991. De acordo com as autoridades, pelo menos 125 sentenças de morte foram comutadas e 179 pessoas aguardavam execução no fim do ano.

Visitas/relatórios da AI

🚗 Representantes da Anistia Internacional visitaram a Tunísia em setembro.

📄 Tunisia: Submission for consideration by the National Constituent Assembly on the guarantee of civil, political, economic, social and cultural rights in the new constitution (MDE 30/004/2012)

📄 One step forward, two steps back? One year since Tunisia's landmark elections (MDE 30/010/2012)

TURQUIA

REPÚBLICA DA TURQUIA

Chefe de Estado:

Abdullah Gül

Chefe de governo:

Recep Tayyip Erdoğan

A liberdade de expressão continuou restringida, apesar de limitadas reformas administrativas. A polícia usou força excessiva para dispersar manifestações pacíficas. As investigações e os processos sobre denúncias de abusos dos direitos humanos cometidos por agentes do Estado foram falhos. Persistiu o modelo de julgamentos injustos baseados na legislação de combate ao terrorismo. Atentados a bomba tiraram a vida de civis. Não houve qualquer progresso no sentido de reconhecer o direito dos objetores de consciência, tampouco de tornar ilegal a discriminação baseada na orientação sexual ou na identidade de gênero das pessoas. O número de refugiados da Síria que buscaram abrigo na Turquia chegou a mais de 150 mil. A Turquia adotou proteções legais mais robustas para combater a violência contra mulheres e meninas, mas, na prática, os mecanismos existentes foram mal aplicados.

Informações gerais

Os debates sobre a adoção de uma nova Constituição prosseguiram durante o ano, mas com poucas indicações de haver consenso entre os partidos políticos e engajamento efetivo com a sociedade civil.

Em outubro, o Parlamento aprovou uma resolução autorizando uma intervenção militar na Síria por 12 meses. Outra resolução aprovada prorrogou por mais um ano uma autorização de intervenção já existente que visava ao Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), uma organização armada, no norte do Iraque. A resolução foi votada depois que um morteiro sírio atingiu Akçakale, uma cidade de fronteira na província turca de Şanlıurfa, matando cinco pessoas.

Os embates entre as forças armadas e o PKK também se intensificaram. O exército afirmou ter "tornado inoperantes" 500 integrantes armados do PKK somente em setembro. Em dezembro, o governo anunciou que havia participado de negociações com o PKK.

Centenas de presos em toda a Turquia entraram em greve de fome em fevereiro, e novamente em

setembro, para protestar contra a recusa das autoridades em permitir que o líder do PKK, Abdullah Öcalan, que se encontrava preso, recebesse visitas de seus advogados, entre outras demandas. Os protestos terminaram em abril e novembro, respectivamente, depois que o próprio Abdullah Öcalan pediu que fossem encerrados.

Em maio, o Parlamento aprovou uma lei de remodelação urbana que eliminou garantias processuais aos moradores afetados por projetos urbanísticos, aumentando os temores de que esses projetos levassem a remoções forçadas. Em outubro, o governo aprovou uma legislação sindical que não respeitava as normas da OIT, principalmente com relação ao direito de greve e ao direito à negociação coletiva.

Em setembro, mais de 300 militares da ativa e da reserva foram condenados por planejar a "Marreta", um suposto golpe violento para derrubar o governo. A sentença polarizou a opinião pública na Turquia entre aqueles que consideraram a condenação uma vitória contra a impunidade pelos abusos cometidos por militares e entre aqueles que afirmavam que as provas usadas para condená-los haviam sido forjadas.

Liberdade de expressão

Houve poucos avanços no sentido de resolver as restrições à liberdade de expressão nos meios de comunicação e, de modo geral, na sociedade civil. Processos penais foram usados com frequência contra pessoas que manifestavam opiniões divergentes, principalmente sobre questões políticas controversas ou com críticas a autoridades e instituições públicas. As opiniões dissidentes que mais foram alvo de ações penais foram relacionadas às políticas e aos direitos curdos.

Em julho, como parte de seu "Terceiro Pacote Judiciário", o Parlamento aprovou uma série de reformas que aboliram ou emendaram diversas leis usadas para limitar a liberdade de expressão. As reformas, porém, não emendaram as definições de delitos usadas para limitar a liberdade de expressão, mais notadamente as contidas na legislação antiterrorista.

■ Em fevereiro, o objeto de consciência e defensor dos direitos humanos Halil Savda foi preso, com base no artigo 318 do Código Penal, por "alienar a população do serviço militar". Condenado a 100 dias de prisão, ele foi posto em liberdade condicional em abril. Em

setembro, ele foi multado e impedido temporariamente de prosseguir com sua "marcha pela paz" na província sulista de Osmaniye. Em dezembro, Halil Savda foi absolvido em duas ações judiciais diferentes impetradas com base no artigo 318. Outra condenação baseada no artigo 318 ainda estava pendente no Supremo Tribunal de Recursos.

■ Em outubro, teve início o julgamento do pianista Fazil Say. Ele foi processado pela Promotoria, com base no artigo 216 do Código Penal, por "ofender publicamente valores religiosos" em comentários que ele postou no Twitter, nos quais zombava de alguns religiosos e das concepções islâmicas de paraíso.

■ Em março, os jornalistas Ahmet Şık e Nedim Şener foram presos após passarem 375 dias detidos provisoriamente. No fim do ano, prosseguia um processo contra eles e contra outros jornalistas, com base no artigo 220/6 do Código Penal, por "cometer delito em nome de uma organização terrorista". Eles foram acusados de auxiliar a estratégia de mídia da "Ergenekon", uma suposta rede criminosa ligada aos militares e a outras instituições públicas, acusada de planejar um golpe para derrubar o governo.

■ Os julgamentos coletivos de supostos membros da União de Comunidades do Curdistão (KCK), ligada ao PKK, prosseguiram durante o ano. Em setembro, teve início o julgamento de 44 jornalistas acusados de pertencer ao KCK.

■ Outro processo judicial por participação no KCK com 193 réus, como os intelectuais Ragıp Zarakolu e Büşra Ersanlı, ainda não havia sido concluído no fim do ano. As provas contra Ragıp Zarakolu e Büşra Ersanlı baseavam-se em seu envolvimento com a Escola Política do Partido da Paz e da Democracia (BDP), um partido político pró-curdo legalmente reconhecido. Eles foram libertados, respectivamente, em abril e julho, enquanto aguardavam a conclusão do julgamento.

T Tortura e outros maus-tratos

Persistiram as denúncias de torturas e outros maus-tratos em locais de detenção oficiais. Em junho, o Parlamento aprovou uma legislação prevenindo a criação tanto de uma Ouvidoria de Direitos Humanos quanto de uma Instituição Nacional de Direitos Humanos. Esta última, porém, não contava com garantias de independência. No fim do ano, não estava claro como (ou se) o órgão cumpriria as funções de supervisão independente dos locais de detenção, conforme requerido pelo Protocolo

Facultativo à Convenção contra a Tortura. Outros mecanismos independentes prometidos pelo governo, como um procedimento para receber denúncias contra a polícia, não foram criados.

■ Em março, menores detidos na penitenciária de Pozanti, na província sulista de Adana, foram transferidos após denúncias de que os agentes prisionais os teriam submetido a abusos, inclusive sexuais. Uma investigação oficial transcorria no fim do ano. O Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura (CPT) visitou a penitenciária de Pozanti em junho; porém, até o fim do ano, seu relatório ainda não estava disponível publicamente.

Uso excessivo da força

Durante todo o ano, ocorreram frequentes denúncias de uso de força excessiva, inclusive de espancamentos, pela polícia durante manifestações. Três mortes foram registradas durante protestos, supostamente em consequência do uso de força excessiva.

■ Em dezembro, quase 50 estudantes ficaram feridos em um confronto com a polícia no campus da Universidade Técnica do Oriente Médio em Ankara. Os choques ocorreram depois que a polícia tentou dispersar um protesto pacífico realizado durante uma visita do Primeiro-ministro à Universidade. Um estudante foi hospitalizado por suspeita de hemorragia cerebral devido ao impacto de uma bomba de gás lacrimogênio que foi lançada pela polícia e que atingiu sua cabeça.

Impunidade

As investigações e processos de agentes públicos por supostas violações dos direitos humanos continuaram problemáticas, com poucas chances de os responsáveis serem levados à Justiça. Os agentes condenados geralmente recebiam sentenças suspensas e permaneciam nos seus cargos.

■ Em janeiro, quatro pessoas foram condenadas por participação no assassinato do jornalista e defensor dos direitos humanos Hrant Dink em 2007. Elas receberam sentenças que variaram de 10 semanas de prisão (por posse de munições) a prisão perpétua (por incitação ao homicídio). O tribunal decidiu que os réus condenados não pertenciam a uma organização mais ampla, tendo-os absolvido do crime de "pertencer a uma organização ilegal". A culpabilidade dos agentes do Estado no homicídio ainda não havia sido totalmente investigada.

■ Em abril, Sedat Selim Ay, um policial condenado por tortura em 2004, foi promovido a um cargo superior na Unidade de Combate ao Terrorismo de Istambul.

■ Não foi realizada qualquer investigação efetiva sobre o bombardeio do distrito de Uludere/Qileban, na província de Şırnak, pelas forças armadas em dezembro de 2011. As forças armadas afirmaram que seu alvo eram integrantes do PKK, mas, em vez deles, mataram 34 camponeses. Os promotores não investigaram prontamente a cena do crime, nem entrevistaram as testemunhas do ataque.

■ Em outubro, um tribunal de Istambul condenou três agentes prisionais por "causar a morte por meio de tortura" de Engin Çeber, em um novo julgamento dos agentes públicos acusados de tê-lo matado sob custódia em 2008. O Supremo Tribunal de Recursos havia anulado a sentença anterior por razões processuais. No fim do ano, o caso ainda tramitava no Supremo Tribunal de Recursos.

Julgamentos injustos

Julgamentos injustos continuaram ocorrendo, principalmente em processos baseados na legislação antiterrorista julgados pelos tribunais penais especiais para crimes graves. A prorrogação da detenção provisória durante julgamentos prolongados continuou problemática, mesmo depois das mudanças jurídicas adotadas em junho para limitar seu uso. Depoimentos secretos de testemunhas, os quais não podiam ser questionados, foram utilizados nos tribunais, que continuaram proferindo condenações em casos que careciam de provas confiáveis e substanciais. Milhares desses casos, baseados em leis antiterroristas, relacionavam-se a supostas participações em manifestações. Muitos dos acusados eram estudantes universitários. As reformas dos tribunais penais especiais para crimes graves, aprovadas pelo Parlamento em julho, ainda não haviam sido implementadas no fim do ano.

■ O estudante universitário Cihan Kirmizigül foi libertado da prisão em março, após 25 meses de detenção provisória. Em maio, ele fora condenado por vandalismo criminoso e por "cometer crime em nome de uma organização terrorista". Ele foi sentenciado a 11 anos e três meses de prisão. Sua condenação baseou-se no fato de ele estar usando um lenço tradicional semelhante aos usados por pessoas que teriam participado de uma manifestação em que

coquetéis molotov foram lançados. Um policial também identificou-o como um dos indivíduos que estava no local dos fatos, o que contradizia as declarações de outros policiais. No fim do ano, o julgamento de um recurso era aguardado.

Abusos cometidos por grupos armados

Atentados a bomba cometidos por indivíduos ou grupos desconhecidos continuaram a matar civis. O PKK sequestrou civis, em violação aos princípios do direito internacional humanitário.

■ Em agosto, uma explosão próxima a uma estação de ônibus na província de Gaziantep, no sudeste do país, matou nove civis e deixou mais de 60 feridos. As autoridades acusaram o PKK pelo atentado, mas o grupo negou ter sido o responsável.

■ Em outubro, dois civis foram mortos quando seu automóvel atingiu uma mina terrestre próxima à estação policial de Aşağı Torunoba, na província de Tunceli / Dersim.

■ Em agosto, o PKK sequestrou Hüseyin Aygün, um deputado pela província de Tunceli /Dersim. Ele foi libertado ileso depois de 48 horas.

Objetores de consciência

Não foram introduzidas reformas para reconhecer o direito dos objetores de consciência ou para impedir que sofram repetidas ações penais por recusarem-se a prestar o serviço militar. Pessoas que apoiavam publicamente o direito à objeção de consciência foram processadas criminalmente.

■ Em outubro, İnan Süver foi posto em liberdade porque o tempo que ele passou detido provisoriamente foi descontado de sua pena. No fim do ano, ele aguardava a execução de uma nova sentença por se recusar a prestar o serviço militar.

■ O Tribunal Europeu de Direitos Humanos proferiu uma série de sentenças contra a Turquia porque o país não reconhecia o direito à objeção de consciência. Autoridades do governo deram declarações contraditórias sobre a possibilidade de tal reconhecimento.

■ Em março, o Comitê de Direitos Humanos da ONU concluiu que o fato de a Turquia não ter reconhecido o direito à objeção de consciência nos casos de Cenk Atasoy e Arda Sarkut violava o artigo 18 do PIDCP.

Refugiados e requerentes de asilo

Dezenas de milhares de pessoas que escapavam da

violência e da perseguição na Síria cruzaram a fronteira para buscar refúgio na Turquia. Estatísticas governamentais citadas pelo ACNUR, a agência da ONU para os refugiados, mostravam que, no fim do ano, mais de 148 mil refugiados da Síria encontravam-se acomodados em 14 campos, a maioria em províncias da fronteira. Apesar de os campos serem bem equipados e organizados, muitos estavam localizados próximo à zona de conflito na Síria, e nenhum deles estava aberto à supervisão independente. A partir da terceira semana de agosto, a Turquia fechou parcialmente sua fronteira com a Síria, em violação ao direito internacional. No fim do ano, milhares de desalojados estavam vivendo em condições precárias em campos ao longo da divisa com a Turquia.

O governo não adotou a legislação prometida para proteger os direitos dos refugiados e dos requerentes de asilo na Turquia. Persistiram os problemas com a aplicação dos regulamentos existentes, principalmente quanto à permissão de solicitações de asilo de dentro de locais de detenção, fazendo que as pessoas sejam devolvidas para locais onde correm perigo de sofrer perseguição.

Direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais

O governo rejeitou os clamores da sociedade civil para incluir a orientação sexual e a identidade de gênero como fatores impeditivos de discriminação na nova Constituição. Não houve qualquer avanço no sentido de adotar uma legislação antidiscriminatória abrangente. Grupos que lutam pelos direitos LGBTI continuaram a denunciar casos de homicídios que se suspeita serem crimes de ódio motivados pela orientação sexual ou pela identidade de gênero das vítimas, como as mortes de cinco mulheres transexuais.

Violência contra mulheres e meninas

Em março, a Turquia ratificou a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, e aprovou uma lei que reforçava as proteções e permitia a aplicação direta da Convenção. No fim do ano, havia apenas 103 abrigos para sobreviventes de violência doméstica, número muito abaixo do requerido por lei.

Em maio, o Primeiro-ministro anunciou uma futura legislação sobre o aborto que, se aprovada,

restringiria ainda mais o acesso aos cuidados médicos de que mulheres e meninas necessitam, prejudicando seus direitos humanos. Durante o ano, não foi apresentada qualquer proposta para mudar a lei sobre o aborto, legalizado na Turquia em 1983.

Visitas/relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram a Turquia em janeiro, fevereiro, março, abril, junho, agosto, setembro, outubro e dezembro, inclusive para acompanhar julgamentos.

Turkey: Uludere bombing investigation lacks credibility (EUR 44/001/2012)

Turkey: Follow-up procedure to the forty-fifth session of the Committee Against Torture (EUR 44/007/2012)

Turkey: Turkish Prime Minister's staunch opposition to abortion undermines human rights (EUR 44/008/2012)

Turkey: Ensure safety of Syrian refugees and access for national and international monitors (EUR 44/009/2012)

Turkey: Time to recognize right to conscientious objection (EUR 44/010/2012)

Turkey: Respect the rights of hunger strikers (EUR 44/020/2012)

Turkey: Police actions against demonstrators must be investigated (EUR 44/025/2012)

URUGUAI

REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

Chefe de Estado e de governo: **José Alberto Mujica Cordano**

Algumas medidas foram tomadas para acabar com a impunidade por crimes cometidos durante o regime civil e militar (1973-1985), tais como as iniciativas para identificar vítimas de desaparecimentos forçados.

Informações gerais

O debate político centrou-se em torno de medidas para combater a criminalidade e aumentar a segurança pública. Nesse contexto, o Tribunal Eleitoral anunciou em setembro que um número suficiente de assinaturas havia sido coletado para que um referendo popular fosse realizado com o fim de emendar a Constituição e reduzir de 18 para 16 anos a idade em que menores podem ser julgados como adultos.

Em maio, o Parlamento nomeou os integrantes da Instituição Nacional de Direitos Humanos, que têm entre suas funções a criação de um mecanismo nacional para a prevenção da tortura. No fim do ano, esse mecanismo ainda não estava em funcionamento.

Em dezembro, o Uruguai aprovou uma legislação com vistas a ratificar o Protocolo Facultativo ao PIDESC.

Impunidade

Em março, o Presidente Mujica reconheceu publicamente a responsabilidade do Estado pelo desaparecimento forçado de María Claudia García Iruretagoyena de Gelman e pelo sequestro de seu bebê, María Macarena Gelman García, em 1976. O reconhecimento público foi uma das medidas requeridas em uma decisão de 2011 da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre esse caso.

■ Em março, os restos mortais de Ricardo Blanco Valiente, desaparecido em 1978, foram encontrados em um quartel militar nos arredores de Montevideú.

■ Em setembro, peritos forenses também identificaram os corpos de Luis Guillermo Vega, cidadão chileno, e de Horacio Abeledo e Roque Montenegro, ambos cidadãos argentinos. Os três haviam sido sequestrados na Argentina, em 1976, e seus corpos foram encontrados no mesmo ano no Uruguai.

■ Em março, um ex-policia foi acusado de cumplicidade no assassinato do professor e jornalista Julio Castro em agosto de 1977. Julio Castro foi sequestrado pelos militares e torturado enquanto mantido em um centro de detenção clandestino. O processo judicial estava em andamento no fim do ano.

■ Em setembro, quatro fuzileiros navais uruguaios que serviam como soldados da força de paz da ONU no Haiti foram acusados, no Uruguai, pelo delito de "violência privada" contra um jovem. Porém, não houve qualquer acusação relativa à denúncia de violação sexual por parte da vítima. O julgamento prosseguia no fim do ano.

Direitos sexuais e reprodutivos

Em outubro, o Congresso aprovou uma lei concedendo às mulheres o acesso a abortos legais nas primeiras 12 semanas de gestação. Quando um aborto voluntário é requerido, a lei estabelece um período de reflexão compulsório de cinco dias e a

revisão do caso por um painel de especialistas. Quando a gravidez é resultado de estupro o aborto será legal até a 14ª semana de gestação, sendo necessário, para isso, que uma denúncia judicial tenha sido protocolada. Grupos de mulheres e de direitos humanos consideraram que a lei era um passo positivo no sentido de terminar com os abortos inseguros; porém, manifestaram preocupação de que os novos requerimentos compulsórios dificultassem o acesso a abortos legais. A lei também descriminaliza os abortos realizados depois do primeiro trimestre de gestação nos casos em que a vida da mulher esteja em risco ou em que o feto não sobreviva.

Condições prisionais

Em dezembro, após uma visita ao Uruguai, o relator especial da ONU sobre a tortura considerou positivas as recentes iniciativas tomadas para melhorar as condições prisionais, destacando, porém, a persistência de problemas como superlotação e infraestrutura inadequada.

Direitos de lésbicas, gays, bissexuais e intersexuais

Pelo menos 12 mulheres transexuais foram assassinadas em 2012. Em apenas um dos casos o responsável foi levado à justiça.

VENEZUELA

REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA

Chefe de Estado e de governo:

Hugo Chávez Frías

A incidência de crimes violentos, sobretudo com armas de fogo, permaneceu alta apesar dos esforços para controlar a disponibilidade e o uso dessas armas. A violência nas prisões continuou disseminada e as rebeliões prosseguiram. O governo deu início a sua retirada da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Informações gerais

A situação dos direitos humanos na Venezuela foi avaliada de acordo com a Revisão Periódica Universal

da ONU, cujo relatório foi adotado em março. A Venezuela havia aceitado várias das recomendações propostas, inclusive as que tratavam de defensoras e defensores dos direitos humanos. O país comprometeu-se a apoiar suas atividades e a reconhecer publicamente sua função. Entretanto, diversas recomendações foram rejeitadas, como a de elaborar um Programa Nacional de Direitos Humanos e a de emitir convites permanentes aos órgãos e mecanismos regionais e internacionais de direitos humanos.

Em novembro, a Venezuela tornou-se membro do Conselho de Direitos Humanos da ONU, comprometendo-se, desse modo, a cooperar com seus Procedimentos Especiais e com seu sistema universal para promoção e proteção dos direitos humanos. Ao fim de 2012, a Venezuela ainda não havia ratificado diversos instrumentos internacionais de direitos humanos, nem respondido aos pedidos de visita feitos por seis relatores especiais.

Eleições presidenciais foram realizadas em outubro. O pleito transcorreu de modo relativamente pacífico, com um índice de comparecimento de 81 por cento dos eleitores, um dos mais altos da história venezuelana. O presidente em exercício, Hugo Chávez, foi eleito para um terceiro mandato de seis anos.

Segurança pública

A Venezuela tinha uma das mais altas taxas de homicídio da América Latina, devido, entre outros fatores, à disponibilidade descontrolada de armas de fogo e de munições. O uso que a polícia fazia das armas de fogo também foi motivo de preocupação. Segundo um relatório do Conselho Geral de Polícia, 80 por cento das instituições policiais estavam usando armas que não cumpriam as diretrizes institucionais.

Persistiu a preocupação com a falta de quaisquer outras informações oficiais e precisas sobre violência, principalmente com relação a ferimentos causados por armas de fogo.

Em 2012, a Comissão Presidencial para o Controle de Armas, Munições e Desarmamento realizou pesquisas e consultas de opinião pública, e lançou campanhas para incentivar as pessoas a entregar voluntariamente suas armas de fogo. Uma nova iniciativa governamental na área de segurança, denominada *Gran Misión a Toda Vida Venezuela*, assumiu o compromisso de levar adiante o trabalho

de desarmamento, inclusive por meio da criação de um sistema nacional de apoio às vítimas da violência das armas de fogo.

Em 2012, as armas de pequeno porte foram restringidas em determinadas áreas públicas, e um novo sistema de registro foi criado para aumentar o controle sobre as armas de fogo existentes. Proprietários de armas de pequeno porte foram incentivados a registrá-las, enquanto que os novos pedidos de licença para armas de fogo foram suspensos por um ano. No fim de 2012, um projeto de lei para o controle de armas tramitava no Congresso.

Condições prisionais

A violência nas prisões era generalizada. No decorrer do ano, pelo menos 591 pessoas foram mortas nas penitenciárias venezuelanas. Armas de fogo, explosivos e outros tipos de armas continuaram sendo usados rotineiramente em conflitos prisionais.

- Em julho, o anúncio da transferência de internos do Centro Penitenciário da Região Andina, no estado de Mérida, para outras penitenciárias provocou uma rebelião que durou 20 dias e deixou 17 pessoas mortas.
- Em agosto, uma eclosão de violência resultou em 26 pessoas mortas e 43 feridas na penitenciária de Yare.

Defensoras e defensores dos direitos humanos

Autoridades governamentais e meios de comunicação estatais continuaram a fazer acusações infundadas contra defensoras e defensores dos direitos humanos com o objetivo de deslegitimar seu trabalho. Defensoras e defensores também foram alvo de agressões físicas cujos responsáveis não foram levados à Justiça.

- Em maio, Marianela Sánchez Ortiz, do Observatório Venezuelano de Prisões (OVP) sofreu ameaças. Seu marido, Hernán Antonio Bolívar, foi sequestrado e ameaçado com uma arma para que alertasse sua esposa a fim de que ela parasse de reclamar das condições prisionais e de criticar o governo, caso contrário ela e sua família enfrentariam as consequências. Autoridades do governo também acusaram o OVP de fabricar informações sobre as prisões para receber dinheiro de financiadores estadunidenses.

Impunidade

■ Em dezembro, Jorge Antonio Barrios foi assassinado no estado de Aragua. Ele foi o nono integrante da família Barrios a ser morto desde 1998 em circunstâncias que indicam o envolvimento da polícia. Os assassinatos prosseguiram apesar das decisões tomadas desde 2004 pelo Sistema Interamericano de Direitos Humanos com o fim de assegurar proteção para a família e de levar os responsáveis à Justiça.

Independência do Judiciário

■ A juíza María Lourdes Afiuni permaneceu em prisão domiciliar em 2012. Em setembro, pistoleiros não identificados passaram pelo edifício onde ela mora disparando tiros contra seu apartamento. Em novembro, ela revelou publicamente que havia sido estuprada quando esteve na cadeia. A juíza Afiuni foi detida em dezembro de 2009 e permaneceu presa por mais de um ano. Ela foi acusada de delitos como corrupção, abuso de autoridade e associação para delinquir. A juíza havia ordenado a soltura de um banqueiro que estava sendo mantido sob custódia havia mais de dois anos enquanto aguardava julgamento, uma decisão que era de sua competência e que foi tomada de acordo com o direito venezuelano.

Escrutínio internacional

Em maio, com o apoio da Assembleia Nacional e do Tribunal Superior de Justiça, o Presidente Chávez anunciou que planejava sair do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Em setembro, a Venezuela deixou oficialmente de ser signatária da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, iniciando, com isso, sua retirada da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Em consequência, a partir de setembro de 2013, vítimas de violações dos direitos humanos ficarão impedidas de apresentar queixas à mais alta corte das Américas. No entanto, a Venezuela continuará sendo membro da OEA, submetendo-se, portanto, à supervisão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Violência contra mulheres e meninas

A Lei Orgânica sobre o Direito das Mulheres a uma Vida Livre da Violência ainda carecia de um marco regulatório que estabelecesse diretrizes sobre como as autoridades deverão lidar com casos de violência contra as mulheres.

■ Foram realizadas as audiências do caso de

Alexandra Hidalgo, estuprada e torturada em 2004 por um grupo de homens, entre os quais, seu marido. Em outubro, ficou decidido que ele seria julgado pelo sequestro e estupro de Alexandra.

Visitas/relatórios da AI

✉ Representantes da Anistia Internacional visitaram a Venezuela em abril.

📄 Carta abierta a los candidatos y las candidatas presidenciales de la República Bolivariana de Venezuela (AMR 53/006/2012)

📄 Bolivarian Republic of Venezuela's candidacy for election to the UN Human Rights Council: Open letter (AMR 53/008/2012)

ZIMBÁBUE

REPÚBLICA DO ZIMBÁBUE

Chefe de Estado e de governo:

Robert Mugabe

A falta de confiança entre os integrantes do governo de unidade nacional (GUN) continuou a atrasar a realização de reformas cruciais aprovadas em 2008 no Acordo Político Global entre o partido ZANU-PF, do Presidente Mugabe, e os dois partidos do Movimento por Mudança Democrática (o MDC-T e o MDC-N). Rumores de que uma eleição seria realizada no segundo semestre causaram pânico nas áreas rurais afetadas pela violência eleitoral patrocinada pelo Estado em 2008. No decorrer do ano, a polícia continuou a suprimir a liberdade de expressão, de associação e de reunião por meio de prisões arbitrárias, detenções ilegais e ações judiciais por motivos políticos.

Informações gerais

O GUN não conseguiu finalizar a nova Constituição, essencial para que o país consiga realizar eleições sem violência em 2013. Uma segunda conferência com envolvimento de todas as partes interessadas, para revisar o esboço da Constituição, foi realizada em outubro, quando o ZANU-PF tentou reverter as novas disposições que restringiriam os poderes do Executivo e fortaleceriam a declaração de direitos acordada durante o processo de negociação

interpartidário conduzido no decorrer de 2012. A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), representada pelo presidente Jacob Zuma, da África do Sul, não conseguiu fazer reformas significativas para garantir eleições sem violência, apesar das várias visitas que sua equipe facilitadora fez ao Zimbábue.

Declarações de altos oficiais do exército, da polícia e dos serviços de segurança sobre os resultados que eles gostariam para as eleições fomentaram temores de que as forças de segurança – que estiveram implicadas na violência eleitoral de 2008 – tentariam novamente influenciar o próximo pleito em favor do ZANU-PF. O presidente Robert Mugabe e o primeiro-ministro Morgan Tsvangirai fizeram declarações públicas manifestando-se contrários à violência; porém, nenhuma medida concreta foi tomada para acabar com as atividades partidárias das forças de segurança.

Mesmo sem grandes incidentes de violência política, principalmente porque não ocorreram eventos políticos importantes durante o ano, pelo menos 300 pessoas foram feridas por atos de tortura e outros tipos de violência politicamente motivados.

Liberdade de expressão, de associação e de reunião

Defensores dos direitos humanos e ativistas políticos – que não do ZANU-PF – continuaram a atuar com rigorosas restrições. Nas áreas urbanas, a polícia foi a maior responsável por essas restrições, recorrendo à Lei de Segurança e Ordem Pública para limitar arbitrariamente os direitos à liberdade de expressão, de associação e de reunião pacífica, impedindo a realização de reuniões legítimas e as atividades legítimas de defensoras e defensores dos direitos humanos e de outros partidos políticos. Nas áreas rurais e semiurbanas, militantes locais do ZANU-PF continuaram a perturbar as atividades legítimas de seus adversários com impunidade. O ZANU-PF também recorreu a algumas lideranças locais tradicionais para restringir o acesso às áreas rurais. Houve registros de incidentes em que soldados à paisana agrediram pessoas que participavam de reuniões organizadas pelos dois partidos do MDC.

■ Um funcionário do MDC-T (MDC-Tsvangirai), Cephas Magura, foi morto, em maio, no distrito de Mudzi, após um confronto entre partidários do MDC-T

e do ZANU-PF no centro empresarial Chimukoko. Militantes do ZANU-PF teriam atacado as pessoas que participavam de um encontro do MDC-T autorizado pela polícia. Após o incidente, sete membros do ZANU-PF, entre eles um vereador de Mudzi, David Chimukoko, foram presos e acusados de homicídio e atos públicos de violência.

■ No dia 21 de setembro, um grupo de soldados no distrito de Mutoko, na província de Mashonaland Leste, interrompeu um encontro conduzido pelo professor Welshman Ncube (do MDC-N, o menor dos dois MDC), espancando seus apoiadores.

■ Em novembro, outro grupo de soldados no distrito de Zhombe, na província de Midlands, atacou apoiadores do MDC-T que participavam de um encontro no centro empresarial Samambwa. Dezenas de apoiadores ficaram feridos, inclusive dois idosos com mais de 70 anos, que chegaram ao hospital de Harare com membros quebrados e lesões internas.

■ Alguns dos cerca de 29 membros do MDC-T presos em maio de 2011 em razão da morte do policial Petros Mutedza, em Glen View, passaram mais de um ano em custódia. No entanto, em outubro, Cynthia Manjoro foi posta em liberdade mediante o pagamento de fiança, depois que uma testemunha afirmou que ela havia sido presa e detida em uma manobra para atrair outro suspeito que era seu amigo. Solomon Madzore, presidente da Ala Jovem do MDC-T, também foi posto em liberdade mediante o pagamento de fiança, em 13 de novembro, junto com outro detido, Taruvinga Magaya. Segundo a opinião geral, alguns dos suspeitos foram presos simplesmente por serem conhecidos militantes do MDC-T que viviam em Glen View. No fim do ano, apenas Last Maengahama, Tungamirai Madzokere, Rebecca Mafikení, Yvonne Musarurwa e Simon Mapanzure continuavam em custódia.

■ No dia 5 de novembro, a polícia de Harare realizou uma busca no escritório da *Unidade de Serviços de Aconselhamento*, um posto médico autorizado que prestava assistência a vítimas de tortura e de violência organizada. Inicialmente, a polícia chegou sem um mandado de busca e ameaçou entrar à força. Depois de horas, os policiais conseguiram obter um mandado para apreender "materiais ofensivos e subversivos" que "desfigurassem qualquer casa, edifício, parede, muro, poste, portão ou elevador". Eles confiscaram ilegalmente registros médicos confidenciais dos pacientes, um computador e documentos não mencionados no mandado. Cinco funcionários foram

detidos arbitrariamente. Dois foram soltos no mesmo dia. No entanto, os outros três, Fidelis Mudimu, Zachariah Godi e Tafadzwa Geza, foram detidos ilegalmente em custódia da polícia por quatro dias, sendo que, no terceiro dia, foram transferidos ilegalmente para um local a mais de 400 km de Bulawayo. No dia 8 de novembro, os três foram libertados mediante o pagamento de fiança, tendo sido acusados de "causar danos intencionais à propriedade", com base no artigo 140 da Lei do Código Penal (Codificação e Reforma). As acusações contra Fidelis Mudimu foram posteriormente retiradas, ao se revelar que ele estava fora do país quando o suposto crime teria acontecido.

Prisões e detenções arbitrárias

■ No dia 19 de janeiro, 17 ativistas foram presos em Bulawayo e levados à delegacia de polícia de Donnington, onde alguns foram espancados e sofreram maus-tratos. Mais tarde, eles foram transferidos para a delegacia central de polícia de Bulawayo, onde os abusos continuaram, antes que eles fossem soltos sem acusações.

■ Em 12 de março, as líderes da WOZA, Jennifer Williams e Magodonga Mahlangu, que compareceram a um tribunal para responder por acusações forjadas de sequestro e roubo, tiveram sua liberdade condicional injustamente revogada por um magistrado de Bulawayo e foram mantidas em prisão provisória. Os advogados de defesa haviam pedido o adiamento do julgamento, uma vez que Jennifer Williams estava com problemas de saúde, condição corroborada por escrito por um médico. O promotor, porém, acusou-a de fingir uma doença.

■ Em 27 de junho, 101 integrantes da WOZA foram presos em Bulawayo na manhã seguinte a uma manifestação pacífica, sendo detidos por cinco horas antes de serem soltos sem acusações.

O artigo 33 da Lei do Código Penal (Codificação e Reforma) continuou sendo aplicado de modo arbitrário, com ativistas políticos e de outras áreas acusados de "minar a autoridade do Presidente ou ofendê-lo". Pelo menos 12 pessoas foram presas com base nessas acusações.

■ Em maio, Elton Mangoma, do MDC-T, ministro de Energia e Desenvolvimento Energético no GUN, foi preso e acusado de "minar a autoridade do Presidente ou ofendê-lo", devido a uma declaração que ele fizera no dia 18 de maio, no centro

empresarial Manhenga, em Bindura, na província de Mashonaland Central.

Tortura e execuções extrajudiciais em custódia policial

Pelo menos oito pessoas morreram sob custódia da polícia em circunstâncias que indicam terem sido torturadas ou executadas de modo sumário.

■ Em 19 de março, três jovens que foram levados à delegacia de polícia de Southerton, em Harare, morreram em circunstâncias bastante suspeitas. Tendai Dzigarwi e Rufaro Mahohoma haviam sido presos em 18 de março, no bairro de Kambuzuma, nos arredores de Harare, por policiais da Unidade de Roubo de Veículos. Ele foram presos sob suspeita de terem roubado um veículo motorizado. Um terceiro homem, Emmson Ngundu, foi preso em 19 de março no distrito de Zvimba. A polícia alegou que os três foram mortos durante uma tentativa de fuga, mas o laudo da necropsia de Tendai Dzigarwi concluiu que ele havia sido morto com um tiro na cabeça disparado a uma distância de 2 a 3 cm. Depoimentos de testemunhas oculares sobre os ferimentos dos outros dois homens chegaram à mesma conclusão.

■ Em 13 de setembro, dois dias após ser libertado, Harrison Manyati faleceu no Hospital Central de Harare devido às lesões causadas pelas torturas que sofreu enquanto detido na delegacia de polícia de Makoni, em Chitungwiza. Harrison Manyati havia sido preso de modo arbitrário e detido ilegalmente, no dia 7 de setembro, depois de ter ido até a delegacia de polícia perguntar sobre um amigo que fora preso por arrombamento, roubo e invasão de propriedade. Os policiais o acusaram de cumplicidade e ele foi detido por quatro dias sem ser acusado ou levado a um magistrado. A polícia disse a seus familiares que Harrison não cometera qualquer crime. Quando foi libertado, ele processou os policiais por agressão. Segundo testemunhas oculares, Harrison foi torturado nos dois primeiros dias de detenção, sendo retido por mais dois dias para que as lesões cicatrizassem. Um laudo independente da necropsia concluiu que ele morreu em consequência direta de tortura.

■ Blessing Matanda foi encontrado morto em uma cela da base da polícia de Munyati, em Kwekwe, no dia 4 de outubro, quando detido em circunstâncias não esclarecidas. Blessing havia dito a um parente que o visitara que os policiais que o prenderam ameaçaram "dar um jeito" nele. A polícia alega que Matanda atirou

em si mesmo, sem explicar como ele teria conseguido a arma. Um patologista independente afirmou não acreditar na alegação de suicídio.

Remoções forçadas

Dezenas de milhares de pessoas afetadas pelas remoções forçadas em massa na Operação Murambatsvina continuam vivendo, sete anos depois, em assentamentos desprovidos de escolas, serviços de saúde, água, saneamento ou estradas. Embora as autoridades tenham reconhecido tais carências, sobretudo com relação ao ensino, nenhuma medida foi tomada para que os milhares de crianças afetadas tenham acesso ao ensino primário gratuito.

Direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais

A hostilidade contra pessoas cujo gênero não se conformava à norma estabelecida e a discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais continuaram generalizadas no país. Os meios de comunicação contribuíram para fomentar na população o preconceito contra pessoas LGBTI ao publicar declarações hostis contra essas pessoas feitas por líderes políticos, principalmente no contexto do debate sobre a nova Constituição. O ZANU-PF e o MDC-T acusaram um ao outro de "abrigar" indivíduos LGBTI. A politização do debate sobre a proibição da discriminação com base na orientação sexual ou na identidade de gênero estimulou hostilidades e intimidações de pessoas LGBTI pela polícia.

■ Quarenta e quatro integrantes da organização *Gays and Lesbians of Zimbabwe* (GALZ) passaram uma noite detidos na delegacia de polícia central de Harare, em 11 de agosto, quando a polícia efetuou uma incursão em seu escritório na capital. A batida foi realizada após um encontro convocado pela GALZ para discutir o projeto da nova Constituição e lançar um relatório sobre violações de direitos humanos perpetradas contra seus membros. Depois que os detidos foram libertados, a polícia visitou as casas e os locais de trabalho de alguns deles, o que poderia expor sua orientação sexual e colocá-los em maior risco de discriminação.

■ Em 20 de agosto, a polícia efetuou outra batida no escritório da GALZ, confiscando computadores e panfletos. Em 23 de agosto, a GALZ foi acusada de administrar uma organização "não registrada", em contravenção ao artigo 6º (iii) da Lei das Organizações

Voluntárias Privadas. Pela primeira vez em 20 anos, a GALZ foi obrigada a fechar indefinidamente seu escritório por temer novas incursões da polícia.

Visitas/relatórios da AI

🗉 Representantes da Anistia Internacional visitaram o Zimbábue em abril, agosto e setembro/outubro.

📄 Zimbabwean authorities must stop abusing the law to curtail the work of human rights activists (AFR 46/001/2012)

📄 Zimbabwe: Brief to SADC on harassment and intimidation of NGO workers by police (AFR 46/016/2012)

📄 Zimbabwe: Members of the public at risk as police crack down on gang suspects (PRE01/434/2012)

Manifestação de mulheres em Paris, França, em apoio a três integrantes da banda feminista punk Pussy Riot, da Rússia, que foram condenadas por "vandalismo motivado por ódio religioso". Duas delas permanecem presas e são consideradas prisioneiras de consciência.



LIBERTÉ
D'EXPRESSION
EN RUSSIE
AMNESTY
INTERNATIONAL

© Pierre-Yves Brunaud / Pictoretank

FREE
PUSSY RIOT
AMNESTY
INTERNATIONAL





Menino guia um refugiado deficiente visual em meio ao principal mercado do campo de refugiados de Yida, no Sudão do Sul, abril de 2012. Milhares de refugiados das zonas de conflito nos estados de Cordofão do Sul e Nilo Azul, no Sudão, fugiram para o Sudão do Sul durante o ano.



INFORME 2013 - ANISTIA INTERNACIONAL

O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO

O *Informe 2013* da Anistia Internacional, em sua versão integral, documenta o estado dos direitos humanos em 159 países e territórios em 2012. Para esta edição em língua portuguesa, selecionamos 48 países com vínculos especialmente fortes com o Brasil ou que se destacam pela urgência de sua situação de direitos humanos.

Enquanto os governos declaravam seu compromisso com os direitos humanos, eles continuaram a usar os interesses nacionais, a segurança nacional e as preocupações de segurança pública para justificar a violação desses direitos.

Frente a essa situação, pessoas em todo o mundo saíram às ruas e revelaram o poder explosivo das mídias sociais para denunciar a repressão, a violência e a injustiça. Algumas dessas pessoas pagaram um preço bastante alto. Em muitos países, elas foram submetidas a vilificações, prisões e violências. Resistência e atos de coragem individuais e coletivos continuaram a impulsionar a luta por direitos humanos e a trazer à luz as ações dos governos e de poderosos interesses ocultos.

Este relatório é testemunho da coragem e da determinação de mulheres e homens de todas as regiões do mundo que se ergueram para exigir respeito por seus direitos e para declarar sua solidariedade com aqueles cujos direitos foram desprezados.

O *Informe 2013* mostra que o movimento de direitos humanos, apesar de todos os obstáculos em seu caminho, está se fortalecendo e criando raízes cada vez mais profundas. Sinal de que a esperança que esse movimento inspira em milhões de pessoas continua sendo uma força poderosa de mudança.

www.anistia.org.br

ANISTIA
INTERNACIONAL

